

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JOSÉ LAZARO FERREIRA BARROS JUNIOR

DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES
PROPORCIONAIS DE 2008 EM CURITIBA

CURITIBA
2011

JOSÉ LAZARO FERREIRA BARROS JUNIOR

**DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES
PROPORCIONAIS DE 2008 EM CURITIBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

QUALIFICAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

No dia 23 de março de 2011, às 14:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Examinadora, composta pelos Professores Doutores Dennison de Oliveira-UFPR, Ângelo José da Silva-UFPR e Ricardo Costa de Oliveira-UFPR (orientador e presidente), para o exame de qualificação da dissertação de **José Lázaro Ferreira Barros Júnior**, sob o título: "Desempenho Eleitoral nas Eleições Proporcionais de 2008 em Curitiba".

Após haver analisado o referido trabalho, os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....APPROVADO....." do(a) acadêmico(a).

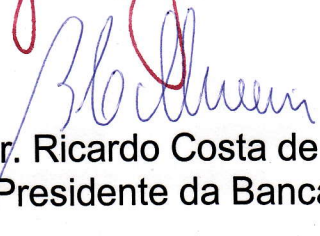
Curitiba, 23 de março de 2011.



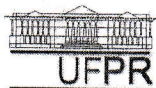
Prof. Dr. Dennison de Oliveira



Prof. Dr. Ângelo José da Silva



Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
(Orientador e Presidente da Banca Examinadora)

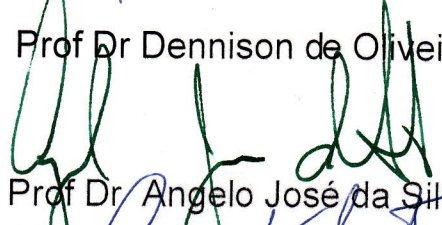


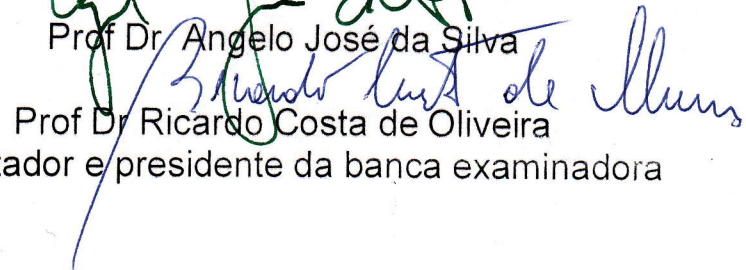
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata da Sessão Pública, de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. No dia 25 de agosto de 2011, às dez horas, nas dependências do Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Dennison de Oliveira (História/ UFPR), Angelo José da Silva e Ricardo Costa de Oliveira presidente da banca (UFPR), com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **José Lazaro Ferreira Barros Jr.**, intitulada "DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2008 EM CURITIBA", para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Colegiado do Programa, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feito pelo(a) orientador(a) Dr Ricardo Costa de Oliveira. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....APROVAÇÃO....." do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa "Instituições e Poder" da área de concentração em CULTURA E PODER, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 25 de agosto de 2011.


Prof Dr Dennison de Oliveira


Prof Dr Angelo José da Silva


Prof Dr Ricardo Costa de Oliveira
Orientador e presidente da banca examinadora



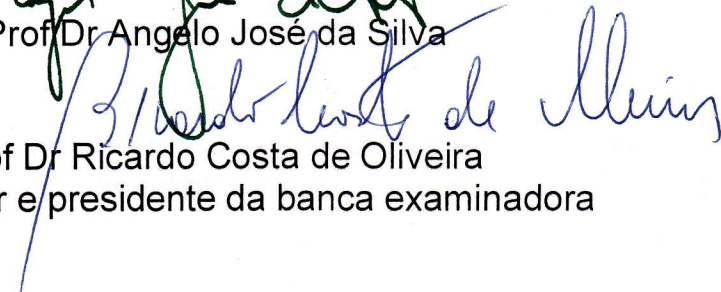
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **José Lazaro Ferreira Barros Jr.**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada "DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2008 EM CURITIBA" é de parecer favorável à ".....APROVAÇÃO....." do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa "Instituições e Poder" da área de concentração em CULTURA E PODER. Curitiba, 25 de agosto de 2011.


Prof. Dr. Dennison de Oliveira


Prof. Dr. Angelo José da Silva


Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Orientador e presidente da banca examinadora

“O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção”.

BOURDIEU, em “O poder simbólico”, 2000, p. 164.

“Fiz ranger as folhas de jornal, abrindo-lhes as pálpebras piscantes. E logo, de cada fronteira distante, subiu o cheiro de pólvora, perseguindo-me até em casa. Nestes últimos vinte anos, nada de novo há no rugir das tempestades. Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de estar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas”.

Poema “E então, que quereis?”, V. Maiakóvski [1927].

RESUMO

A reflexão sobre o desempenho eleitoral de candidatos a vereador nas eleições de 2008, em Curitiba (capital do Paraná), conduz a dissertação ao exame de componentes da trama de relacionamentos embutida na conquista do voto. O ponto de partida é a pesquisa de Miguel (2003b) sobre a estruturação da carreira política no Brasil, em que a noção de capital social surge como uma hipótese para o entendimento do comportamento político. O desenho de pesquisa buscou aflorar os mecanismos de cooperação mobilizados pelos candidatos, avaliando-se por meio da metodologia qualitativa o acesso diferenciado destes aos recursos enraizados nas redes sociais, associações civis e sistemas de confiança compartilhada. Na empreitada, são revisados tópicos da produção brasileira em teoria política e do culturalismo nas ciências sociais, aprofundando-se na releitura da teoria geral dos campos de Bourdieu e os seus pontos de contato com a produção contemporânea. Também são apresentados dados referentes à conformação do espaço social da disputa, como o capital econômico e o cultural. Assim, o capital social é dissecado no nível interpessoal, revelando táticas eleitorais como a demonstração de pertencimento a famílias tradicionais, inserção em comunidades que compartilham características demográficas ou interesses em comum, além da mediação de recursos e informação, por exemplo. Nota-se, também, o descompasso entre a conduta idealizada pelos parlamentares e a execução cotidiana dos afazeres enquanto vereador.

Palavras-chave: comportamento político, eleições, capital social.

ABSTRACT

The reflection on the electoral performance of candidates for city council elections in 2008, in Curitiba (capital of Paraná), leads the dissertation to examine embedded components in the web of relationships triggered by the electoral process. The starting point is the research of Miguel (2003b) on the structure of a political career in Brazil, in which the notion of social capital emerges as a hypothesis for understanding the political behavior. The research design was adopted to demonstrate how work the cooperation mechanisms mobilized by candidates — this sense, we used qualitative methodology to study the differential access by candidates to resources rooted in social networks, civic associations and systems of shared trust. Topics of Brazilian production in Political Theory and Culturalism in the Social Sciences are reviewed, deepening the reading of the general theory of Bourdieu's fields and their points of contact with contemporary production. Also are presented data on the conformation of the social space of the dispute, as the cultural and economic capital. Thus, social capital is dissected on the interpersonal level, revealing election tactics as the demonstration of belonging to families traditionally known, inclusion in communities that share interests or demographic characteristics in common, besides the mediation of resources and information, for example. The conflict between the idealized conduct by the politician and the execution of daily tasks as councilman are noted and discussed.

Keywords: political behavior, elections, social capital.

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 01 – Desempenho eleitoral: Felipe Braga Cortes | 15 |
| TABELA 01 – Estudos eleitorais até 1950..... | 17 |
| TABELA 02 – Estudos eleitorais de 1951 a 1970..... | 21 |
| TABELA 03 – Estudos eleitorais de 1971 a 1980..... | 22 |
| TABELA 04 – Estudos eleitorais de 1981 a 1990..... | 24 |
| TABELA 05 – Estudos eleitorais de 1991 a 2000..... | 25 |
| FIGURA 01 – Estrutura da carreira política no Brasil | 31 |
| TABELA 06 – Composição do eleitorado na cidade de Curitiba segundo sexo e faixas etárias..... | 58 |
| TABELA 07 – Quadro resumo de aspectos das eleições de 1992 a 2008..... | 63 |
| TABELA 08 – Votação em legendas na eleição de 2008..... | 64 |
| TABELA 09 – Evolução patrimonial dos eleitos em 2008..... | 66 |
| GRAFICO 02 - Distribuição do total das receitas/situação dos candidatos..... | 67 |
| GRAFICO 03 – Distribuição do total das receitas por partido..... | 68 |
| TABELA 10 – Distribuição do total das receitas por situação dos candidatos e dos partidos..... | 68 |
| TABELA 11 – Distribuição das receitas por candidatos eleitos..... | 69 |
| TABELA 12 – Lista dos 80 maiores doadores de campanha..... | 70 |
| TABELA 13 – Distribuição das maiores doações feitas por CNPJ em 2008..... | 71 |
| GRÁFICO 04 – Desempenho Eleitoral – Adenival Gomes..... | 73 |
| GRÁFICO 05 – Desempenho Eleitoral – Custódio da Silva..... | 74 |
| GRÁFICO 06 – Desempenho Eleitoral – Doático Santos..... | 75 |
| GRÁFICO 07 – Desempenho Eleitoral – João Claudio Derosso..... | 78 |
| GRÁFICO 08 – Desempenho Eleitoral – Juliano Borghetti..... | 80 |
| GRÁFICO 09 – Desempenho eleitoral – Felipe Braga Cortes | 81 |
| GRÁFICO 10 – Desempenho Eleitoral – Serginho do Posto..... | 83 |
| GRÁFICO 11 – Desempenho Eleitoral – Tito Zeglin..... | 84 |
| GRÁFICO 12 – Desempenho Eleitoral – Francisco Garcez..... | 85 |
| GRÁFICO 13 – Desempenho Eleitoral – Aldemir Manfron..... | 86 |
| GRÁFICO 14 – Desempenho Eleitoral – Dona Lourdes..... | 86 |
| GRÁFICO 15 – Desempenho Eleitoral – Celso Torquato..... | 87 |
| GRÁFICO 16 – Desempenho Eleitoral – Paulo Frote..... | 88 |

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 17 – Desempenho Eleitoral – Jair Cezar..... | 89 |
| GRÁFICO 18 – Desempenho Eleitoral – João do Suco..... | 89 |
| GRÁFICO 19 – Desempenho Eleitoral – Aladim Luciano | 91 |
| GRÁFICO 20 – Desempenho Eleitoral – Odilon Volkamnn..... | 91 |
| GRÁFICO 21 – Desempenho Eleitoral – Jairo Marcelino..... | 92 |
| GRÁFICO 22 – Desempenho Eleitoral – Julieta Reis..... | 93 |
| GRÁFICO 23 – Desempenho Eleitoral – Professora Josete..... | 94 |
| GRÁFICO 24 – Desempenho Eleitoral – Tico Kuzma..... | 95 |
| GRÁFICO 25 – Desempenho Eleitoral – Beto Moraes..... | 95 |
| GRÁFICO 26 – Desempenho Eleitoral – Sabino Picolo..... | 96 |
| GRÁFICO 27 – Desempenho Eleitoral – Valdemir Soares..... | 98 |
| GRÁFICO 28 – Desempenho Eleitoral – Zé Maria | 99 |
| GRÁFICO 29 – Desempenho Eleitoral – Pedro Paulo..... | 100 |
| GRÁFICO 30 – Desempenho Eleitoral – João Galdino de Souza..... | 102 |
| GRÁFICO 31 – Desempenho Eleitoral – Roberto Hinça..... | 103 |
| GRÁFICO 32 – Desempenho Eleitoral – Mario Celso Cunha..... | 104 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Associação Beneficente Cristã

ADHONEP – Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APO – Associação Paranaense dos Ostomizados

APP-Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

APR – Associação Paranense de Reabilitação

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASCOMARP – Associação Comercial do Pinheirinho

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

CEASA/PR – Centrais de Abastecimento do Paraná

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CECOMA – Centro Comunitário de Manutenção

CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

CIC - bairro Cidade Industrial de Curitiba

CIPA – Comissão Interna para a Prevenção de Acidentes

CMC – Câmara Municipal de Curitiba

CMP – Central de Movimentos Populares

CNB – Construindo um Novo Brasil, corrente interna do PT

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNT – Central Nacional de Televisão

CPF – Cadastro de Pessoa Física

COADC – Círculo de Oração da Assembleia de Deus em Curitiba

COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba

COHAPAR – Companhia Paranaense de Habitação

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná

CRIDESPARG – Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas do Paraná

DECISO – Departamento de Ciências Sociais

DEM – Partido Democratas

EMGRAB – Associação dos Empresários do Grande Boqueirão

FAS – Fundação de Assistência Social de Curitiba
FEMOCLAM – Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Femoclam)
FEMOTIBA – Federação das Associações de Moradores de Curitiba
FIFA – Federação Internacional de Futebol (sigla em francês)
GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
IBAS – Instituto Betânea de Ação Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
IEADC - Departamento da Família da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Central
IPARDES – Instituto Paranaense de Pesquisa Econômica e Social
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MAB – Movimento das Associações de Bairros
MCC – Movimento de Conscientização Cristã
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MOPS – Movimento Popular de Saúde
MP – Ministério Público
NUCRIA – Núcleo de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual e Maus Tratos
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PV – Partido Verde
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná
SICRIDE – Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná
SINDIMOC – Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana
SINDUSCON-PR - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná
SISMMAC – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UnB – Universidade de Brasília
URBS – Urbanização de Curitiba S.A.
UVEPAR – União dos Vereadores do Paraná

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| RESUMO | v |
| APRESENTAÇÃO | 01 |
| 1. QUESTÕES DE METODOLOGIA | 06 |
| 2. COMPONENTES E VETORES DA DISPUTA ELEITORAL | 17 |
| 2.1. ESTUDOS ELEITORAIS BRASILEIROS | 17 |
| 2.2. A NOÇÃO DE CARREIRA ELEITORAL | 30 |
| 2.3 CAMPO POLÍTICO E CAPITAL POLÍTICO | 34 |
| 2.4 CAPITAL SOCIAL | 41 |
| 2.5 CAPITAL CULTURAL E ECONÔMICO | 51 |
| 3. CANDIDATOS E ELEITOS NA ELEIÇÃO DE 2008 | 57 |
| 3.1 ASPECTOS ELEITORAIS DE 1992 A 2008 | 57 |
| 3.2 CANDIDATOS NA ELEIÇÃO DE 2008 | 63 |
| 3.3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DOS ELEITOS EM 2008 | 75 |
| 3.3.1 RELAÇÕES DE PARENTESCO E PODER | 77 |
| 3.3.2 CAPITAL SOCIAL DE LIGAÇÃO | 82 |
| 3.3.3 CAPITAL SOCIAL DE PONTE | 92 |
| 3.3.4 CAPITAL SOCIAL DE CONEXÃO | 94 |
| 3.3.5 IMPERATIVO MORAL | 97 |
| 3.3.6 SOLIDARIEDADE COMPROMETIDA | 99 |
| 3.3.7 COMUNICADORES SOCIAIS | 101 |
| 4. ESTUDO DE CASOS | 106 |
| 4.1 FELIPE BRAGA CORTES | 106 |
| 4.2 OMAR SABBAG FILHO | 114 |
| 4.3 JULIÃO SOBOTA/JULIÃO DA CAVEIRA | 119 |
| 4.4 CAÍQUE FERRANTE | 125 |
| 4.5 PEDRO PAULO | 129 |
| 4.6 ZÉ MARIA | 135 |
| CONCLUSÃO | 141 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 147 |

APRESENTAÇÃO

“A gente, no final, vai acabar descobrindo onde tem os votos, né?”, comentou um dos vereadores pesquisados, já na parte final da entrevista. Após trinta minutos de conversa sobre a trajetória dele na vida e na política, aparecia o desenho atribuído pelo parlamentar ao bom desempenho nominal nas eleições de 2008, em Curitiba. O encadeamento dos questionamentos feitos buscava aflorar o sistema de relações pessoais e institucionais do político, no qual parte do resultado eleitoral estaria embutido — tomando, portanto, este capital social como um dos componentes para o entendimento do campo político.

Este desenho de pesquisa qualitativa é continuação de estudo anterior, desenvolvido em 2007 como requisito para a conclusão de especialização cursada nessa mesma instituição de ensino superior¹. À época, buscou-se uma compreensão inicial da influência no comportamento político da busca de votos em associações civis, redes sociais e sistemas de confiança compartilhada. Também por meio de entrevistas semi-estruturadas, procurou-se saber de que forma estas relações eram construídas e seus reflexos no processo legislativo dos vereadores eleitos no município de Curitiba de 1992 a 2004. Parte das considerações feitas à época foram incorporadas e retrabalhadas nesta dissertação.

A análise dos dados coletados apontou haver preocupação objetiva por parte dos políticos com esse aspecto da sua vida pública. Em relatos pessoais, eles afirmavam estimular esta reciprocidade, dispondo de tempo e recursos para o atendimento de reivindicações pontuais de seu eleitorado, através de atos legislativos e/ou favores particulares voltados às comunidades que os elegeram.

A dissertação surge, portanto, para preencher lacunas desta pesquisa exploratória anterior e ampliar a sua validação empírica. O recorte metodológico foi melhorado, a revisão teórica dos estudiosos do capital social foi ampliada e debatida de forma subsidiária às pesquisas eleitorais realizadas nacionalmente.

Desde os anos 1940, pensadores já analisam a dinâmica das eleições realizadas no Brasil. No início, tratou-se das condições que reduziam a autonomia de decisão do eleitorado, como as práticas coronelistas exercidas pelas aristocracias

¹ Aluno do curso de Especialização em Sociologia Política (turma IX) ofertada pelo Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orientado pela Profa. Dra. Luciana Veiga.

estaduais e o sistema clientelista de troca. A partir de 1950 e 1960, dados da Justiça Eleitoral começam a fundamentar estudos mais abrangentes sobre as características do eleitorado, possíveis correlações entre informações demográficas e a escolha dos candidatos, a composição dos partidos políticos e o perfil dos vencedores das disputas eleitorais. Na década de 1970, a pesquisa acadêmica incorpora a utilização de novas ferramentas investigativas e busca o contato direto com o eleitor, ainda produzindo resultados vagos. Há um lapso na década seguinte, que será superado nos anos 1990. Então, é recentemente, e de maneira distinta, que trabalhos importantes irão surgir nos campos da ciência política, sociologia eleitoral e antropologia política. Aos poucos, também serão incorporados aspectos da comunicação social e marketing às agendas de pesquisa (SILVEIRA, 2002).

Ao debate nacional, esta pesquisa buscou acrescentar aspectos já discutidos pela sociologia relacional, ainda que sem utilizar a modelagem matemática e representações gráficas difundidas pela produção contemporânea (MARQUES, 2007). Mesmo a opção pela terminologia utilizada por Bourdieu (campo político, capital político, econômico, cultural e social) está conectada com a pesquisa nacional, uma vez que é influência do trabalho do cientista social Luís Felipe Miguel. Em artigo publicado em 2003, ele tratou da estruturação de carreiras eleitorais no Brasil, após analisar a trajetória política dos componentes de quatro legislaturas na Câmara Federal.

Neste cenário, esta dissertação posiciona-se como um reforço ao estudo dos sistemas de relações pessoais como uma seara de investigação da política. Os *insights* de Miguel (2003b) atuaram como uma lanterna, apontando caminhos e incentivando o diálogo com autores internacionais que também utilizam o capital social como um campo de pesquisa. Esta perspectiva dialoga com a produção do Núcleo de Estudos Paranaenses, ligado ao Departamento de Ciências Sociais da UFPR. Lá, os trabalhos do pesquisador Ricardo Costa de Oliveira, orientador desta dissertação, tem obtido sucesso em traçar a influência dos laços familiares na composição de alianças entre elites políticas, cujos desdobramentos chegam à ocupação de postos públicos e direcionamento de políticas públicas.

Registre-se que a comunidade científica global está bem adiantada no debate sobre o uso científico do conceito de capital social – especialmente graças ao alcance do portal Social Capital Gateway. Criado em 2003, hoje a iniciativa online

permite a interlocução e troca de material de estudo entre mais de cinco mil pesquisadores².

Ao mesmo tempo em que a abundância de produção científica disponível para consulta auxiliou no desenvolvimento do trabalho, ela também exigiu uma delimitação nítida de a qual linha de pesquisa esta investigação iria filiar-se. Após uma breve explanação das questões metodológicas³, no primeiro capítulo deste estudo, haverá toda uma seção dedicada aos pormenores desta revisão teórica.

O segundo capítulo retomará a discussão nacional sobre estudos eleitorais, o detalhamento do modelo de análise proposto por Miguel (2003b) e a definição de capital social adotada nesta dissertação. A arqueologia do termo (CLARIDGE, 2006) permite afirmar que desde 1970 a noção está difundida na comunidade científica, sendo alvo de trabalhos muito diferentes entre si. Esta disputa pela hegemonia do campo de pesquisa fica evidente no uso contraditório que a sociologia e a ciência política fazem do termo, visível no trabalho dos expoentes da área: Bourdieu, Coleman e Putnam. O primeiro utilizará o termo para decompor os acontecimentos sociais em sistemas de relação. Coleman tratará da tomada de decisão no âmbito local, estudando pequenas comunidades religiosas e escolas. Putnam ganhará notoriedade nos anos 1990 ao utilizar capital social como sinônimo de confiança interpessoal e adotá-lo como indicador de coesão comunitária, um fator na opinião dele indispensável ao bom desempenho institucional da administração pública.

Disposto o conflito entre os teóricos do capital social, a delimitação teórica avançará com a contextualização do ambiente utilizado por Bourdieu para analisar a política, a partir dos conceitos de campo, campo político, capital, capital político, cultural e econômico. Por destacar-se como hipótese desta dissertação, o capital social será tratado à parte, com as atualizações feitas pelos cientistas sociais contemporâneos.

Na terceira seção da dissertação, haverá a análise da eleição municipal de 2008 em Curitiba, quando 794 políticos competiram por 38 vagas de vereador. Para uma melhor contextualização, serão analisados dados estatísticos recolhidos nos institutos de pesquisa e tribunais eleitorais, sobre as eleições realizadas em Curitiba

² Para conhecimento da extensão deste projeto, visitar o endereço da internet que hospeda o material bibliográfico: www.socialcapitalgateway.org.

³ A trajetória pessoal do pesquisador também será descrita, para atender aos requisitos de uma correta vigilância epistemológica. Espera-se com isso dar transparência às etapas da pesquisa (SANTOS, 2003).

desde 1992. Isto ajuda a estabelecer características gerais do processo eleitoral e facilita o diálogo com a dissertação de Mauro Pioli Rehbein, defendida nesta mesma pós-graduação em sociologia, quando ele reuniu farto material sobre os últimos 50 anos de eleições municipais em Curitiba.

Rehbein (2008) reuniu dados sobre as eleições realizadas de 1947 a 2004, descrevendo nominalmente a sucessão dos candidatos e as mudanças nos grupamentos políticos, pleito após pleito. Este trabalho de documentação, na mesma medida em que liberou o pesquisador para dedicar-se exclusivamente aos acontecimentos do ano de 2008 (até como uma forma de complementar a investigação) suscitou uma nova questão.

A análise do desempenho eleitoral acumulado pelos candidatos nesta eleição mais recente, numa perspectiva histórica, não poderia engendrar a trilha para a realização das entrevistas qualitativas? Com uma resposta positiva, a flutuação dos resultados indicaria, também, mudanças na composição do capital político dos candidatos. Esta percepção orientou a execução da pesquisa de campo, de tal forma, que aspectos biográficos dos 38 vereadores eleitos são mencionados, já na etapa da contextualização da dissertação, antes mesmo da definição do espaço social pertinente ao pleito de 2008.

O desempenho eleitoral dos candidatos é rapidamente analisado, com atenção especial para os que já haviam disputado outras eleições para vereador na cidade. Pleitos sucessivos podem demonstrar melhor o grau de sucesso do político em sua campanha, dando pistas para uma investigação sociologicamente embasada sobre os sistemas de relações sociais acionados durante o processo.

Durante as quatro legislaturas que antecederam a eleição que será investigada, estiveram disponíveis 141 cadeiras de vereador na Câmara Municipal de Curitiba. Ao longo desse período, apenas 71 políticos se revezaram na ocupação dessas vagas, sendo que 41 trocaram de legenda ao menos uma vez durante todo o período. Dos 71, apenas oito são mulheres. O resultado das eleições de 2008 apontou para uma mudança nesse panorama de estagnação, renovando mais de 45% do legislativo.

O resultado obtido por esta dissertação, como será visto no decorrer dos capítulos, assemelha-se a um almanaque eleitoral. Os políticos foram abordados após a realização do pleito, já com o resultado oficial divulgado e consolidado. Não houve observação direta do fato social, apenas entrevistas semi-estruturadas em

que eles foram impelidos a falar sobre a sua trajetória pessoal, desempenho nas urnas, estratégia de campanha e táticas eleitorais.

A dissertação reuniu em quantidade dados primários e secundários sobre os políticos e as suas esferas de relacionamento. Isto permitiu identificar estruturas subjacentes à construção da sua identidade, advindas da sua trajetória social de pertencimento ou simpatia a determinados grupos. A narração dos episódios de campanha estabeleceu uma agenda de pesquisa voltada para a identificação dos vetores tensionados durante as disputas eleitorais, ainda que parcialmente.

Por fim, serão apresentados os estudos de caso que relacionam os capítulos anteriores e animam os gráficos de desempenho eleitoral, revelando a sociologia por trás dos números — de tal forma que a dissertação assume um caráter híbrido, utilizando os dados quantitativos como ponto de partida para a investigação qualitativa.

1. QUESTÕES DE METODOLOGIA

Antes de ganhar as feições que agora demonstra, esta dissertação percorreu uma seara de adaptações, correções e melhorias — sendo que parte das adaptações deve-se ao campo de origem do pesquisador, a comunicação social, com a qual trabalhou em veículos de comunicação, órgãos de Estado e candidaturas. Inicialmente, a dissertação versaria sobre o papel dos meios de comunicação na construção de uma trajetória política.

A pesquisa ganha contornos de uma investigação sociológica em 2006, quando a intenção era analisar o contexto no qual se deu a criação e desenvolvimento do Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas do Paraná (Cridespar), e o desempenho à frente da entidade de Arlete Caramês, conhecida como “a mãe do Guilherme”⁴, e sua subsequente carreira eleitoral — candidata à deputada federal pelo PPS em 1998, somou 30.226 votos, mas não foi eleita. Seu primeiro mandato foi uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba em 2000, após receber 14.160 votos. Dois anos depois, foi eleita deputada estadual com 22.736 votos, ocasião na qual passou a integrar a bancada feminina da Assembléia Legislativa.

Fundado em 1992, o Cridespar é iniciativa de Arlete Caramês e consiste em organizar os familiares de crianças e adolescentes desaparecidos ao redor de uma mesma rede de relações, para uniformizar as reivindicações, sensibilizar a opinião pública e otimizar a cobrança por resultados dos órgãos competentes do Estado — e, quando necessário, como no caso paranaense, pressionar para que sejam criados. A atuação de Arlete, através da entidade e do esforço exercido em conjunto com os demais membros, foi decisiva na criação do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná (Sicride)⁵. Na década passada, os esforços conjuntos do Cridespar, do Sicride e do Núcleo de Proteção a Crianças e

⁴ Arlete Caramês é catarinense. Nasceu em Porto União, no dia 15 de setembro de 1943. Formada em contabilidade, prestou serviços aos governos de Jayme Canet Júnior e José Richa. Durante os anos 1990 ocupou vários cargos no Banestado. Seu filho único, Guilherme Caramês Tiburtius, desapareceu na manhã de 17 de junho de 1991 enquanto andava de bicicleta em frente a sua casa no bairro Jardim Social, em Curitiba. Guilherme aguardava a hora do almoço, para depois ir para a escola, quando desapareceu. Ao procurá-lo, sua avó não o encontrou, nem a bicicleta.

⁵ Criado sob a Resolução nº 698, de 31/07/95, da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), e regulamentado pela Portaria nº 1316/95, de 10/08/1995, do Departamento de Polícia Civil (DPC).

Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual e Maus Tratos (Nucria) solucionaram mais de 511 casos de crianças desaparecidas no Paraná.

A freqüente exposição do assunto nos meios de comunicação de massa: noticiários locais, em diversas praças; mídia impressa; eventos; divulgação on line; inserções de fotos das crianças desaparecidas em três diferentes novelas, sendo duas veiculadas pela Rede Globo de Televisão em cadeia nacional (*Explode Coração*, em 1996, e *Laços de Família*, 2002) e outra pela Rede Record (*Prova de Amor*, 2006); a impressão de fotos das crianças desaparecidas nas contas dos usuários da Copel e nos tickets de três concessionárias de rodovias do Estado do Paraná: a Rodovia do Norte (Rodonorte), a Cataratas e a Ecovia, por exemplo, faziam da trajetória pessoal de Arlete Caramês — um caso típico da conversibilidade de capital social em capital político, impensável sem a mídia como elemento catalisador das preferências do público. Ainda um aspirante ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais, este foi o primeiro contato do pesquisador com o modelo proposto por Miguel (2003b).

Primeira adequação

Naquela época, interessava o papel dos meios de comunicação na construção da carreira eleitoral da “mãe do Guilherme”. Durante o curso de especialização em sociologia política do Deciso/UFPR, na disciplina de metodologia, foi aconselhada também a abordagem de um caso negativo, em que o capital político resultante da conversão não tivesse sido suficiente para levar ao êxito eleitoral. A sugestão provocou uma reflexão sobre o tema e um retorno ao modelo de análise. É quando surge a idéia de fechar a investigação no nível municipal, a princípio analisando a pequena Câmara de Vereadores da cidade de Matinhos, no litoral do Paraná — depois substituída pela análise do Legislativo da capital. O estudo seria feito para o trabalho de conclusão da especialização. Esta tomada de decisão implica na primeira alteração de trajetória desta dissertação. A comunicação social pára de desempenhar um papel de centralidade, cedendo terreno ao conjunto de ferramentas das ciências sociais⁶.

⁶ “A reflexividade nos obriga a nos resignarmos não apenas ao problema de pesquisa que escolhemos e àqueles que participam conosco do processo da pesquisa, mas a nós mesmos e às múltiplas identidades que representam o eu mutável no cenário da pesquisa” (LINCOLN e GUBA, 2006, p. 188).

“A primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo. O ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações que, como escrevia Durkheim, são como um véu que se interpõe entre as coisas e nós e acaba por dissimulá-las tanto melhor quanto mais transparente julgamos que ser tal véu” (LENOIR, 1998, p. 61).

Com o novo objeto de estudo posto, coube um retorno à literatura do campo. O modelo de Miguel (2003b) precisaria ser atualizado para dar conta em profundidade da nova empreitada. O uso que ele faz do trabalho de Bourdieu situa-se no limite entre a sociologia e a ciência política. Esta diferença evidencia-se na operacionalização *a priori*, ou não, dos conceitos. Existe uma resistência entre os sociólogos de tomar-se a literatura isoladamente das atividades empíricas, pois uma renovaria a outra no processo da investigação, promovendo novas descobertas. Em ciência política, a comprovação em campo de hipóteses teoricamente informadas é uma prática mais comum. Cada uma dessas posturas exigem do pesquisador uma conduta diferente, que refletirá na amostragem, na escolha da metodologia e no tipo de resultado.

Passo a integrar o programa de pós-graduação em sociologia, sob a orientação do prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, na linha de pesquisa denominada “Sociedade e política nas democracias contemporâneas”. O grupo de pesquisadores reunidos nesta linha de trabalho, à época, reunia tanto sociólogos quanto cientistas políticos — uma coincidência que permitia o exercício da leitura conjunta dos principais cânones da teoria baseada na noção de capital social, atrás de pontos de contato: a sociologia relacional de Bourdieu, o individualismo metodológico de Coleman e a teoria dos jogos enviesada, como foi utilizada por Putnam, ao estudar o desempenho institucional de províncias italianas após uma reforma administrativa.

Para encarar o problema prático, o pesquisador opta por cursar simultaneamente os cursos de metodologia em sociologia e ciência política. Desta incursão dupla, surgiu a dificuldade estatística de lidar com um universo de 794 candidatos, para identificar em quantos há a ocorrência dessa relação entre desempenho eleitoral e capital social — pois somente depois de aferida essa correspondência seria possível encontrar as características dessa interação por

meio de uma abordagem qualitativa, com foco nas trajetórias singulares dos indivíduos.⁷

Estatisticamente, a amostra ganha validade em torno de uma seleção representativa de 120 candidatos. A realização desse conjunto de entrevistas no período de tempo disponível para a realização do mestrado, entretanto, inviabilizaria o cumprimento do cronograma. Cogitou-se utilizar subsidiariamente uma outra pesquisa em andamento no Deciso/UFPR, voltada para as estratégias de recrutamento empreendidas pelos partidos políticos para o mesmo pleito de 2008, mas a hipótese não vingou.

Segunda adequação

O dilema foi superado mediante um conjunto de sugestões reunidas durante os seminários metodológicos, que reposicionaram sociologicamente a pesquisa. A amostragem seria reduzida para a análise de menos candidaturas, tantas quantas fossem necessárias para dialogar com os casos típicos de desempenho eleitoral associado aos tipos de capital social reconhecidos pela literatura do campo. No caso do pertencimento à família política tradicional, por exemplo, foi desenhada uma amostragem inicial de sete candidatos (João Claudio Derosso, Renata Bueno, Omar Sabbag Filho, Bruno Vanhoni, Jonny Stica, Juliano Borghetti e Felipe Braga Cortes) — estratégia que recuperava a exequibilidade da pesquisa.

Outra importante correção de rumo surgida nos seminários metodológicos foi a redução do número de hipóteses para apenas uma. Anteriormente, o termo capital social integrava o nome da investigação e cada variante documentada era mapeada como hipótese distinta, totalizando o número de oito. Acabou-se por retirar o termo capital social do título preliminar, deslocando-o para definir com mais objetividade a hipótese principal desta investigação⁸.

⁷ Ao estudar as diferentes significações do voto na França, Bourdieu orientará que estudos sociológicos sobre a política considerem simultaneamente dois elementos: a trajetória social do grupo, tomando as pessoas em conjunto e individualmente. “Ocorre que só pode haver uma verdadeira compreensão das diferenças, às vezes, imensas, que separam categorias, apesar de sua proximidade no espaço objetivo – tais como os artesãos ou os agricultores e os contramestres ou os técnicos –, se for levada em consideração, além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, a *trajetória social* do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da *representação subjetiva* da posição objetivamente ocupada” (BOURDIEU, 2007, p. 424).

⁸ “A teoria do objetivo é construída contra o objeto ou, mais em geral, conhece-se contra um conhecimento anterior” (SANTOS, 2003, p. 33).

Para introduzir a pesquisa definitivamente no campo da sociologia, coincidentemente ocorreu o encerramento da linha de pesquisa a qual eu estava filiado. Agora integrando o grupo de trabalho que estuda “Instituições e poder”, completava-se a conversão do jornalista em cientista social, abdicando da centralidade da comunicação social, do uso intensivo da metodologia quantitativa e das abordagens que associavam o conceito-guia aos estudos de confiança e desempenho institucional.

À medida que as etapas se sucedem, aumenta a percepção de um problema sociológico em construção, tão complexo como o processo de vigilância epistemológica o exige (SANTOS, 2003, p. 33). Com a maturação da reflexão sociológica sobre o tema, ficou claro que o entendimento do comportamento dos políticos deixou de ser a principal questão da pesquisa para se constituir em uma porta de entrada para questões mais abrangentes acerca da compreensão dos sistemas de confiança compartilhada que resultam, dentre outras coisas, no voto. Para o pesquisador, a dinâmica do capital social tornou-se mais importante que o capital político propriamente dito.

Esta mutação no rumo da análise levou à revisão dos autores contemporâneos do campo, inserindo a pesquisa na atualidade do debate sobre como abordar o capital social enquanto noção sociológica. Hoje, há uma dúvida metodológica se as pesquisas em capital social devem ser feitas a partir de um nível de análise interpessoal ou a partir de grandes estudos demográficos. Nos autores clássicos, foram buscadas balizas para relacionar pesquisadores e temas contemporâneos, a partir do uso que a sociologia política/sociologia relacional faz da noção de capital social.

A análise de redes sociais parte do pressuposto de que as relações sociais constituem a unidade básica da sociedade, ao invés dos atributos dos indivíduos. Nesse sentido, o mundo social seria formado ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em constante transformação (MARQUES, 2007, p.158).

A principal motivação da pesquisa, portanto, é levar adiante esse exercício, justificando como de ordem intelectual e pessoal o seu desenvolvimento. Acredita-se que novas investidas nesse campo cooperem para o refinamento dos instrumentos de pesquisa e elaborações teóricas acerca do capital social, além de responder a questões mais pessoais sobre as consequências para as comunidades e indivíduos do seu envolvimento e participação em grupos sociais (PORTES, 2003).

Para designar esse movimento, durante a redação da dissertação, surgiu a expressão “tecedura do voto” — como um resumo para a investigação sociológica posta. Inicialmente, imaginou-se que este desenho de pesquisa permitiria examinar o processo eleitoral como uma trama de relacionamentos, onde candidato e eleitor dão pontos em uma grande costura, moldando-lhe a forma e o significado.

Esta chave de leitura permaneceu até a primeira exposição do trabalho aos examinadores. Na ocasião, questionou-se na redação prévia da dissertação o papel dos votantes durante o processo eleitoral. Seriam eles soberanos para decidir livres de intromissão em qual dos candidatos iriam votar? A colocação reposicionou adequadamente a chave de leitura da pesquisa.

Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (...) O pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e com descobertas inesperadas, e, também, para reorientar seu estudo. É muito frequente que surjam novos problemas que não foram previstos no início da pesquisa e que se tornam mais relevantes do que as questões iniciais (GOLDENBERG, 2007, p. 34-37).

Para um exame da tecedura do voto, conforme imaginado, seria preciso uma pesquisa empírica que esmiuçasse a interação político-eleitor, observando-a diretamente durante e após a campanha. Há poucos exemplos conhecidos dessa abordagem para as eleições proporcionais que permitiriam a apreensão qualitativa desta relação. Uma agenda de pesquisa que privilegiasse esse aspecto precisaria pautar-se pelas sugestões de Paula (2010) que, na sua análise do tema da conexão eleitoral,⁹ aponta a existência deste lapso na produção acadêmica nacional e

⁹ O termo “conexão eleitoral” refere-se a um tipo determinado de pesquisa, originalmente utilizado pelos cientistas políticos norte-americanos: “Em linhas gerais, pode-se dizer que um dos principais aspectos da transformação observada nas obras de inspiração institucionalista, que ocorre a partir de meados do século XX, diz respeito à substituição como foco de atenção e pesquisa: dos pioneiros exames comparativos das macroestruturas formais e legais passa-se, posteriormente, para as análises de comportamentos de atores políticos individuais ou coletivos, no contexto de interações determinadas e específicas. A partir do final da década de 1960 e do início da década de 1970 nos Estados Unidos da América, trabalhos inovadores, tendo como foco de atenção específica o Congresso americano, como foram os apresentados em 1965 por Fenno Jr. (1971) e Mayhew (1974), por exemplo, abriram o espaço para uma nova e ampla agenda de pesquisa sobre o comportamento dos atores políticos e sobre o contexto institucional que circunscreve as suas escolhas. Nesses estudos acerca do comportamento dos atores políticos e, também, sobre a conformação das instituições legislativas que os circunscrevem podem ser identificados três aspectos centrais que se destacam e para os quais convergem, também no Brasil, as principais discussões teóricas no final do século XX: a) a “conexão eleitoral”, em que se associa a motivação para a ação política ao sucesso nas eleições e, conseqüentemente, à continuidade de carreiras dos atores políticos; b) a relação personalizada dos atores políticos com suas bases eleitorais e as conseqüências da personificação do voto sobre o sistema político-partidário; c) o papel das estruturas de poder internas no Congresso na definição e no controle de agendas e, portanto, na produção legislativa. A relação entre o interesse

brasilianista.¹⁰ Em artigo produzido durante o seu processo de doutoramento, ainda inconcluso, a pesquisadora propõe uma agenda de pesquisa inspirada no trabalho do cientista político norte-americano Fenno Jr.

Na compreensão do relacionamento entre representantes e bases eleitorais, uma tentativa bem sucedida na adoção de uma perspectiva empírica e metodológica mais plural foi realizada por Fenno Jr.(1990) no contexto dos EUA. Em “Watching Politicians – essays on participant observation” o autor apresenta cinco artigos escritos ao longo de vários anos de pesquisa acadêmica, inclusive dois textos de cunho metodológico, que permitem vislumbrar procedimentos – como a etnografia e a observação participante, por exemplo – bastante viáveis na análise do comportamento parlamentar, porém raramente utilizados nos estudos da Ciência Política brasileira. (...) Destacou-se neste texto que os estudos da Ciência Política interessados na problemática – vale ressaltar que a literatura é escassa e a relação deputado-base eleitoral foi, na maioria dos casos, uma questão tangencial dos autores – utilizaram enquanto método de pesquisa a aplicação de surveys ou entrevistas em profundidade. O problema desses dois procedimentos é que as conclusões limitam-se à percepção do entrevistado, por isso, a proposta aqui é utilizar o método etnográfico. Assim como Fenno Jr. (1990) acredita-se na pertinência na análise das atividades dos parlamentares em seus próprios locais de votação durante o exercício do mandato. Esse procedimento elucidaria conhecer uma dimensão da conexão eleitoral ainda pouco explorada na Ciência Política nacional, afinal, de que maneira os deputados federais brasileiros organizam seu próprio mandato? Como são as suas redes nos municípios? Sabe-se que o contexto estadunidense em que Fenno Jr. (1990) pesquisou diz respeito a um sistema representativo de voto distrital, diferente do modelo proporcional brasileiro, contudo, a distribuição espacial dos votos parece um bom ponto de partida para identificar as bases eleitorais dos parlamentares (PAULA, 2010, p.129-130).

Paula (2010) sugere o acompanhamento etnográfico do político nas suas bases eleitorais, combinando esta análise com as variáveis explicativas tradicionais: rumo das votações nominais, destinação das emendas orçamentárias e objetivo dos projetos de lei. Esta dissertação tomou outro trajeto, construído conforme foi relatado

egoísta dos indivíduos e seu comportamento que, como já se disse, constitui um dos axiomas da teoria da escolha pública, permanece também subjacente em várias das construções teóricas e pesquisas empíricas mais recentes. Esse é o caso, por exemplo, dos estudos sobre a conexão eleitoral, desenvolvidos a partir de meados dos anos 1970 nos Estados Unidos, principalmente” (FLEURY, 2009, p. 33-34).

¹⁰ Nome dado aos cientistas estrangeiros que, financiados por agências internacionais de pesquisa, adotam o Brasil como um campo estratégico de pesquisa social. “A década de 1960, no que diz respeito à pesquisa histórica, foi marcada pelo fenômeno do brasilianismo, quando o interesse dos norte-americanos se traduziu em numerosos financiamentos para a realização de pesquisas sobre o Brasil. Motivadas inicialmente pela surpresa da revolução cubana (1959) - que desperta as agências de financiamento e as universidades norte-americanas para a necessidade de conhecer a América Latina e, assim, melhor avaliar a política externa dos EUA - grandes levadas de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, e, principalmente, historiadores passam a vir para cá com o objetivo de explicar a história política e econômica do país, estabelecendo, assim, seu perfil como nação. Somente no final da década, contudo, os ‘brasilianistas’ se fazem presentes na grande imprensa, quando da edição maciça de seus livros aqui no Brasil. A questão centralizada pelas resenhas, no entanto, não era os brasilianistas e as idéias por eles lançadas, mas o brasilianismo, chegando algumas a apresentar questionamentos sobre a extensão do interesse mais geral dos norte-americanos pelo país. Pouco a pouco, “brasilianista” deixou de ser uma designação temática, tomando-se um rótulo com forte conotação pejorativa, empregado pela imprensa, para quem a polêmica era a disputa entre os estrangeiros e os nacionais, ou seja, entre os brasilianistas e os intelectuais e a comunidade acadêmica brasileira” (MOREIRA, 1990, p.66).

nesta seção. O trabalho empírico não dialogou com o eleitor, logo está pouco capacitado para sustentar o debate sobre a soberania do cidadão comum no processo de representação política. Ao entrevistar somente os candidatos, levando-os a reagir diante dos seus resultados eleitorais,¹¹ a pesquisa de campo reuniu dados para problematizar outra questão: a transformação das redes sociais erigidas durante o momento pré-eleitoral em vetores de força na hora do pleito, aos quais o político atribui prognósticos e aguarda “retorno” na forma de votos nominais.

Contudo, “as interpretações que os atores sociais dão de sua própria realidade não devem ser confundidas com ‘a realidade tal qual ela é’. O fato de que os atores sejam diretamente implicados nessas realidades não é, em si, uma garantia da exatidão de suas interpretações” (POUPART, 2008, p. 219). Em nenhum momento, na exposição que se segue, haverá a defesa das relações sociais como os únicos componentes do desempenho eleitoral. Pelo contrário, uma literatura mais crítica já demonstrou como o abuso do poder econômico, por exemplo, interfere na composição do capital político e na apuração final dos votos.

DIAS (2004) listou 25 casos de corrupção eleitoral em seu livro, a partir de pesquisa em jornais, trabalhos acadêmicos, decisões judiciais e biografias de políticos. Ele reconta os dissabores vividos no Brasil desde a época da colonização, quando o assunto é o poder. Sem a pretensão de esgotar o tema, o autor comenta “esquemas” que ficaram famosos pela ampla repercussão que tiveram: a relação de Juscelino Kubitschek com as empreiteiras, o roubo do cofre de Adhemar de Barros, o Clube do Bilhão de Tancredo Neves, os Anões do Orçamento, o Dossiê Cayman o Caso Waldomiro Diniz.

O aperfeiçoamento dos mecanismos de votação e da legislação (incluindo a legislação penal) tem sido incapaz de botar freios seguros na utilização do dinheiro que distorce a vontade do eleitor e, de forma direta ou indireta, provoca a mentira contada pelas urnas. Hoje, nesse mundo político-eleitoral deserto de ideologias — da esquerda à direita — a presença do dinheiro tornou-se uma força aberta e avassaladora que abala o sistema de escolha dos governantes, principalmente em países do Terceiro Mundo — como o Brasil —, que, por força da injustiça social, são terrenos movediços para as democracias (DIAS, 2004, p. 162).

¹¹ “Quanto mais destacados e politicamente ativos forem os atores, mais conscientes são também do risco de conceder informações ‘verdadeiras’ sobre seu próprio desempenho ou de seus pares” (CAMARGO, 1984, apud GOLDENBERG, 2007, p.43).

Há poucas possibilidades analíticas quando o assunto é a influência do capital econômico no resultado das eleições, tanto legal quanto ilegalmente. Os dados disponíveis na Justiça Eleitoral são incompletos e alterações sucessivas no regramento destes procedimentos dificultam uma comparação historicamente organizada. Este tema será abordado mais à frente, oportunamente.

A combinação do método biográfico com as técnicas de estudo de caso, nesta dissertação, deixou outra porta entreaberta, além do esboço das relações sociais manipuladas por cada candidato. Na medida em que os políticos selecionam as informações que tornam públicas, o teor da entrevista também descreve a imagem que o político deseja ver assimilada pela sociedade. Este contraponto será trabalhado nos estudos de caso.

O método biográfico pode acrescentar a visão do lado subjetivo dos processos institucionais estudados, como as pessoas concretas experimentam estes processos e levantar questões sobre esta experiência mais ampla. A utilização do método biográfico em ciências sociais é uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem (GOLDENBERG, 2007, p.43).

Todo o processo aqui descrito de mudança, da presunção inicial de estudar a centralidade da mídia no processo eleitoral (Caso Mãe do Guilherme) ao resultado obtido, em que candidatos apontam o mosaico das suas relações sociais, exigiu atenção. A leitura de Lincoln e Guba (2006) mantém a preocupação anterior com os critérios de validação científica do projeto, ainda mais quando a investigação é conduzida por um recém-chegado à sociologia, oriundo de um campo de conhecimento menos formalizado, como a comunicação social. Foi importante nesse processo a idéia de controle da controvérsia (LINCOLN; GUBA, 2006, p. 180): “[questões ilegítimas são] aquelas que não tem nenhum significado porque os sistemas de referência são sistemas aos quais nunca houve intenção que elas estivessem relacionadas”.

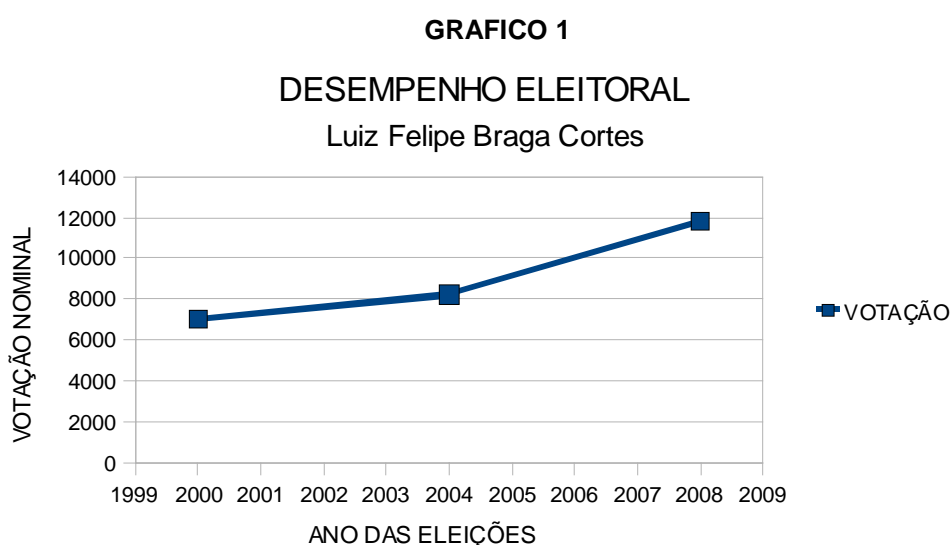
Na medida em que o capital social¹² deixa de ser somente um porta de entrada, como ficou claro ao expor-se aqui a construção provisória, e se torna o objeto da análise, há a obrigação de delimitá-lo apropriadamente. Em resposta à pesquisa empírica, o arcabouço teórico percorrerá o campo de estudo das

¹² A noção de capital social “suscitou numerosos debates na comunidade sociológica: a multiplicidade das definições, sua utilização pouco rigorosa por alguns, a multiplicação dos instrumentos de mensuração, e a utilização política que dela foi feita, explicam um certo mal-estar que cerca esse conceito” (DEGENNE, 2004, p. 303).

características gerais até os itens especializados, indicados pelo pesquisador na interpretação das informações e relatos coletados.

Em tempo, foram reunidos dados de desempenho eleitoral dos pleitos de 1992, 1996, 2000 e 2004, para a melhor compreensão dos resultados de 2008. Há uma extensa contextualização antes, propriamente, do mergulho nos estudos de caso. No ano de 2008, 858 candidatos inscreveram-se na disputa, mas apenas 794 tiveram o registro mantido. Deste universo, 219 já haviam disputado outra eleição para a Câmara Municipal de Curitiba desde 1992. O resultado decorrente desta constatação foi considerado para a seleção documental e realização das entrevistas semi-estruturadas.

Espera-se que a presente investigação contribua não só para o campo da política e dos estudiosos do capital social enquanto experimentação metodológica, mas também aos pesquisadores interessados em demonstrar a riqueza sociológica das informações estatísticas. Tome-se o caso do candidato Felipe Braga Côrtes, aqui abordado. Como o gráfico do desempenho eleitoral consolidado dele aponta para uma progressiva acumulação de capital político, intui-se que ele se trate de um caso de sucesso no campo político. Esta é a constatação fácil, só que é também o ponto de partida para a investigação sociológica — cuja missão será traduzir em aspectos da vida social do candidato aquilo que contribuiu para a demonstração quantitativa abaixo. Depois, relacionar estes aspectos com os demais.



Como veremos no último capítulo, dedicado aos estudos de caso, Felipe Braga Côrtes vivenciou três eleições diferentes. Entre elas, ele procurou novas

maneiras de acumular capital político, diversificando as suas relações pessoais. Em 2000, ele sustentou a candidatura no capital político acumulado pelos familiares, integrantes de tradicional família paranaense. Quatro anos depois, após ocupar uma diretoria na Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab), o desempenho foi acrescido de votos provenientes de regiões recém regularizadas junto ao município. Em 2008, o candidato abrigou-se em uma campanha majoritária favorita e nas relações estabelecidas junto ao empresariado local, que abriu os seus empreendimentos para a campanha do político com os trabalhadores nelas empregados.

2. COMPONENTES E VETORES DA DISPUTA ELEITORAL

2.1 ESTUDOS ELEITORAIS BRASILEIROS

Em um esforço para diferenciar tecnicamente pesquisas, enquetes e estudos eleitorais, Silveira (2002) faz um apanhado dos trabalhos acadêmicos que teriam marcado diferentes momentos do pensamento político brasileiro a partir de 1930. Ao todo, o pesquisador lista 76 títulos e 48 autores, distribuindo-os em cinco diferentes épocas.

Tomando a tabela como referência inicial, a classificação será duplamente analisada. Ao mesmo tempo em que serão apresentadas algumas características dos trabalhos citados, as divisões serão contrapostas ao trabalho de Keinert e Silva (2010), que analisa a luta pela hegemonia do campo na área da ciência política. À guisa de complementar algumas lacunas, serão citados autores que tratam do processo legislativo, numa tentativa de aprofundar a questão da conexão eleitoral.

TABELA 01

Estudos eleitorais até 1950. Seleção de Silveira (2002, p. 362)

| Período | Principais autores | Principais obras |
|----------|---|--|
| Até 1950 | Azevedo Amaral Victor Nunes Leal Hélio Jaguaribe Oliveira Vianna | O Estado autoritário e a realidade nacional (1938) Coronelismo, enxada e voto (1949) Política de clientela e política ideológica (1950) Instituições políticas brasileiras (1951) |

Silveira (2002) aponta estas quatro obras como as mais importantes produções nacionais até a década de 1950 — um período marcado, na sua maioria, por pouca pesquisa empírica, que resultou em peças de “reflexões gerais, baseadas em observações, impressões e pressupostos ideológicos” (SILVEIRA, 2002, p. 357). O autor explica que, para os precursores do pensamento político, o eleitor brasileiro não reunia as condições materiais para decidir de forma autônoma o voto, tampouco cultura política para discernir entre partidos e plataformas ideológicas.

Em “Coronelismo, enxada e voto”, por exemplo, Nunes Leal narra a situação de submissão vivida pelos eleitores do campo. A distribuição desigual das propriedades rurais, concentradas nas mãos de poucas famílias de latifundiários, e a baixa diversificação da oferta de trabalho decorrente disto, estabeleceu uma população financeiramente dependente dos “coronéis” locais.

O isolamento geográfico criava uma segunda barreira ao exercício do voto livre, pois as despesas de deslocamento tornavam-se altas para o trabalhador rural. Na época de eleição, quem financiava o transporte até a sede do município, a hospedagem quando necessário e a alimentação destes eleitores, era o patrão. Havia também a questão dos favores, uma vez que dentro das fazendas era o latifundiário quem fornecia os bens de consumo, ao comercializar mantimentos, e assumia o papel do Estado, fornecendo o mínimo de saúde e educação aos seus assalariados e trabalhadores avulsos.

Sofrendo estes tipos de pressão, o eleitor formalizava o seu voto pessoal no candidato indicado pelo patrão. Nunes Leal nomeou este mecanismo como “votos de cabresto”, com os quais os proprietários da terra negociavam vantagens com o poder político local, aproveitando-se das brechas existentes no sistema eleitoral proporcional e nos mecanismos de apuração.

Na outra ponta da equação, as oligarquias políticas estaduais, por sua vez, aproveitavam-se e submetiam os representantes municipais a uma situação semelhante, como relata Nunes Leal:

A ‘vista grossa’ que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal, deixando de empregar sua influência política para moralizá-la, fazia parte do compromisso do ‘coronelismo’. Estava incluída a carta-branca que recebiam os chefes locais, em troca do seu incondicional apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais. Ainda assim, ocorre perguntar: por que os governos estaduais pagavam tão elevado preço pelo apoio dos chefes locais, deixando que o esbanjamento ou a corrupção devastassem a administração dos municípios? A resposta não parece difícil: os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos Estados nas eleições estaduais e federais. Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que corriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais, era, portanto, uma condição *objetiva* para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual (LEAL, 1997, p. 73-74).

Também Jaguaribe, citado por Silveira (2002), tratará desta relação de “clientelismo” entre os entes políticos. Para ele, esta é uma característica do Brasil semi-colonial e expressa um pacto entre as classes sociais que obtiveram riqueza e prestígio na fase de subordinação do país à Portugal. A troca de favores pessoais teria deixado marcas, inclusive, na burocracia, levando à configuração de um “Estado cartorial”. Esta noção é usada por Jaguaribe para designar a ocupação dos postos administrativos por gente interessada em preservar os privilégios anteriormente conquistados (SILVA, 2007).

Este panorama desenhado pelos autores da década de 1940-1950 será o objeto de disputa entre dois grupos concorrentes dentro das ciências sociais. A “Escola Paulista de Sociologia”, representada por Florestan Fernandes e o uso de modelos interpretativos,¹³ defende que a gênese da ciência política se dá na década de 1950, com a institucionalização da disciplina nas universidades brasileiras.

O projeto científico construído por Florestan pressupunha (...) uma agenda de pesquisa derivada das concepções de rigor do conhecimento, cuja aplicação seria intrínseca à própria natureza da ciência. Os especialistas teriam condições de mobilizar os resultados das pesquisas para alterar sistemas de relações, por meio de novas descobertas forjadas no embate com as questões sociais. No campo da sociologia, o especialista seria a figura do profissional da corporação científica, um observador dos fenômenos sociais, capaz de formular regras de explicação e de propor medidas de correção. O problema fundamental da sociologia no Brasil residia, de acordo com as suas concepções, na necessidade de refinar os métodos intrínsecos ao caráter aplicado da ciência de modo a readequá-los ao tratamento de sociedades mais heterogêneas e menos orgânicas, como a brasileira (ARRUDA, 2010, p.17).

Este modelo será questionado por uma nova geração de pesquisadores, no final dos anos 1960. Estabelecidos em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, a maioria participou de um programa de difusão científica financiado pela Fundação Ford, que custeou estudos no exterior voltados a um treinamento acadêmico voltado para a aplicação empírica da investigação social, potencialmente indutora de políticas públicas.

Ao mesmo tempo em que rechaçava as principais referências nacionais da sociologia da época, a vanguarda científica abria-se aos influxos acadêmicos das ciências sociais norte-americanas. Tais influxos devem ser tomados como parte de um quadro mais amplo de relações de trocas acadêmicas entre nações, em que a atuação da Fundação Ford assumiria papel decisivo. O esforço de exportação de um modelo de organização do trabalho intelectual adquiria sentido no âmbito de um projeto mais abrangente de hegemonia cultural dos Estados Unidos para a América Latina, cujas motivações iniciais se associavam às tensões ligadas ao contexto da Guerra Fria, agravadas ainda mais após a eclosão da Revolução Cubana em 1959. Espécie de ação profilática contra a disseminação da suposta influência do comunismo na região, a atuação da Fundação Ford punha em prática as diretrizes definidas pela política externa do governo norte-americano, que adquiriu feição com o lançamento da campanha “Aliança para o Progresso”, elaborada sob a presidência de John Kennedy. O ideário desenvolvimentista constituía o eixo articulador dessa política de “assistência” às chamadas nações subdesenvolvidas (KEINERT; SILVA, 2010, p. 82).

¹³ “O projeto de investigar o papel das relações escravistas no Brasil na constituição da sociedade nacional desdobrou-se nos trabalhos escritos por seus assistentes, como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros colaboradores. A articulação dos temas de pesquisa deu frutos e produziu afinidades intelectuais ao grupo reunido por Florestan, justificando a identificação posteriormente construída e sintetizada na expressão Escola Paulista de Sociologia, apesar de a convivência não ter sido sempre apaziguada e comportar diferenças internas entre os participantes (ARRUDA, 2010, p. 19).

Pesquisadores como Simon Schwartzman, Fábio Wanderley Reis, Antônio Octávio Cintra e Bolívar Lamounier, por exemplo, passariam a defender a adoção de métodos mais objetivos, construindo a sua identidade contra os pressupostos até então defendidos pela Escola Paulista de Sociologia — um embate entre o modelo humanístico e uma nova organização das ciências sociais, voltada para a intervenção técnica.

Keinert e Silva (2010) mostram que o primeiro passo neste sentido foi reabilitar o pensamento político anterior à institucionalização da disciplina de Política, cuja dimensão foi subvalorizada pelo grupo paulista. Lamounier, por exemplo, afirmará que a obra de Nunes Leal sobre o coronelismo é um marco interpretativo na história do pensamento político brasileiro.

A análise de Nunes Leal é destacada sobretudo porque permite sustentar que as instituições liberal-democráticas são viáveis no Brasil, apesar do histórico de clientelismo que marca a formação social brasileira. Segundo Lamounier, a obra de 1948 teria produzido um deslocamento interpretativo em relação à visão que assinala a incompatibilidade entre as ideias liberais e a realidade social do país. Nesse sentido, pretendia afirmar a importância do diagnóstico formulado no livro segundo o qual o arcabouço de instituições políticas que se criava a partir de 1930, ainda que incipiente, representaria tanto um decréscimo do poder privado no Brasil como um reforço dos mecanismos de regulação social. (...) Crítico do paradigma historiográfico das “ideias fora do lugar”, o cientista social afirma taxativamente a importância dos mecanismos representativos, assinalando a viabilidade de sua consolidação a despeito dos antecedentes desfavoráveis ligados à herança colonial. O argumento de Lamounier apostava na noção de autonomia da esfera política, em que as engrenagens democráticas constituiriam um sistema diferenciado mantendo-se relativamente imune aos determinantes advindos da estrutura social (KEINERT; SILVA, 2010, p. 94).

Esta disputa entre o grupo paulista e o mineiro/carioca refletirá no perfil da publicação científica em Política, alternando-se o campo hegemônico conforme a história do país caminha do Estado Novo ao Regime Militar e depois à redemocratização. A reforma universitária de 1968 abrirá espaço para a inclusão das disciplinas da antropologia e ciência política nos cursos de ciências sociais, “equilibrando o jogo de forças que até então era amplamente favorável à sociologia” (KEINERT; SILVA, 2010, p. 95).¹⁴

¹⁴ Renato Lessa faz uma defesa do grupo mineiro/carioca, opondo-se firmemente contra os paulistas, que chama de ‘ensaístas’: “Tal distinção parece-me crucial para entender o próprio processo brasileiro de afirmação de um pensamento político. Se for verdade que, desde os primórdios, uma atenção ao caráter distintivo da política se fez presente, por outro, é importante considerar que o tratamento intelectual de temas políticos não implicou, no contexto dessa origem, na constituição de um saber específico e autárquico da política. Ao contrário, a tradição do ensaísmo brasileiro, fortíssima até os anos 1960, e ainda não de todo extinta, ao considerar temas de natureza política, o fez de um modo tal que narrativas históricas, literárias, filosóficas, sociológicas, econômicas e de outras extrações comparecessem à análise. “Autonomia”, nesse caso, implicava apenas o

TABELA 02

Estudos eleitorais de 1951 a 1970. Seleção de Silveira (2002, p. 362)

| Período | Principais autores | Principais obras |
|-------------|---|---|
| 1951 – 1970 | Aziz Simão Vários Fay Azevedo Orlando de Carvalho Cavalcanti e Dubnic Oliveiros Ferreira Gláucio Soares Xausa e Ferraz Octávio Cintra | O voto operário em São Paulo (1956) Revista Brasileira de Estudos Políticos (a partir de 1957) Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1957) Ensaio de sociologia eleitoral (1958) Comportamento eleitoral no Brasil (1964) O comportamento eleitoral em São Paulo (1964) Alianças e coligações eleitorais (1964) Bases ideológicas do lacerdismo (1965) As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul (1967) Partidos políticos em Belo Horizonte (1968) |

O período seguinte, de acordo com Silveira (2002), é marcado pela institucionalização dos estudos eleitorais, com aumento da produção acadêmica. As análises privilegiarão o cruzamento de dados demográficos e populacionais com os resultados dos pleitos municipais, estaduais e federal. Trabalhos “ensaístas” ou “objetivos”, contudo, não avançarão na compreensão do voto em si. “Eles descrevem alguns aspectos da campanha eleitoral, mas não explicam as razões de um ou outro comportamento do eleitorado” (SILVEIRA, 2002, p. 358).

É o caso do trabalho “Voto operário em São Paulo”, de Aziz Simão, em que o autor examina o resultado obtido nas urnas de regiões majoritariamente compostas por “operários e industriários”. Ao cruzar esse perfil de eleitor com o resultado do pleito, Simão encontra, para 1945 e 1947, uma quantidade significativa de votos nos partidos trabalhista (PTB) e comunista (PCB), com desdobramentos a outros candidatos apoiados por estas legendas – em regiões com mais de 40% dos habitantes trabalhando como operários, estes partidos obtiveram, no mínimo, 50% do total contabilizado dos votos.

Silveira (2002) deixou de fora da lista de autores o trabalho “Os donos do poder”, de Raymundo Faoro, lançado em 1958. Apesar de não se tratar propriamente de um estudo eleitoral, a obra pode ser recuperada aqui, com o intuito de formar um quadro mais amplo. Nela, Faoro busca no período colonial explicações para a conformação atual da sociedade brasileira. Ele desenvolverá, ainda que “ensaísticamente”, o argumento de que as práticas patrimonialistas da Coroa

reconhecimento de um domínio de objetos a considerar, mas não a adesão a um saber distinto e independente das demais narrativas sobre a experiência histórica, cultural e social. Se a primeira forma de autonomia é uma condição necessária para que falemos de política, a segunda é mais discutível (LESSA, 2011, p. 27-28).

Portuguesa, outorgando bens do Estado a oligarquias locais e compondo o estamento burocrático à semelhança de outras monarquias absolutistas, teria promovido um “capitalismo politicamente orientado”. Este processo teria consequências não só para a organização econômica, mas também para a compleição política do país, onde a fragilidade da fronteira entre público e privado favorece casos de corrupção. O raciocínio remete aos trabalhos do período anterior, da forma como foram analisados por Silveira (2002), em que o tema da política encontra-se referenciado em questões mais amplas.

TABELA 03

Estudos eleitorais de 1971 a 1980. Seleção de Silveira (2002, p. 362)

| Período | Principais autores | Principais obras |
|-------------|---|--|
| 1971 – 1980 | Gláucio Soares Bolívar Lamounier e Fernando H. Cardoso Bolívar Lamounier | Sociedade e política no Brasil (1973) Os Partidos e as eleições no Brasil (1975) Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente (1975) Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista (1978) O voto de desconfiança (1980) O voto em São Paulo, 1970-1979 (1980) |
| | Vilmar Faria | As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais (1975) |
| | Fábio Wanderley Reis | As eleições em Minas Gerais (1975) Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro (1978) |
| | Olavo Brasil Lima Jr. | Classe Social e Opção Partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora (1978) |
| | Hélgio Trindade | Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói (1978) Os padrões de comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/74) (1974) Anatomia do voto em Porto Alegre (1975) Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1975) Confrontação política e decisão eleitoral (1978) |
| | Hélgio Trindade e J. de Cew | |
| | Martinez-Alier e Boito Jr. | Enxada e voto (1975) |
| | Wanderley Guilherme dos Santos | As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro (1977) |
| | Tereza Pires Caldeira | Para que serve o voto? (1980) |
| | Maria D'Alva Kinzo | Representação política e sistema eleitoral no Brasil (1980) |

O terceiro período delimitado por Silveira (2002) está situado na década de 1970. É também um período de substituição dos docentes nas universidades, com muitos buscando o exílio em outros continentes, e outros entrando para a vida acadêmica por meio da reforma universitária promovida pelo regime militar. Aqui acontece a troca de prestígio entre os grupos já citados, ficando a hegemonia sob a

tutela dos mineiros/cariocas e os seus “trabalhos analíticos de mais fôlego”. Serão multiplicadas as ferramentas metodológicas, com a adoção de métodos quantitativos e algumas experiências de realização de entrevistas também com os eleitores, buscando uma compreensão melhor das determinantes do voto.

Silveira (2002) destaca a tentativa de Lamounier, ao buscar uma explicação satisfatória para o voto de oposição nas eleições de São Paulo. De acordo com ele, merece atenção o cientista político ter utilizado uma “combinação da oposição *clientelismo x ideologia* e do modelo americano que distingue partidatismo, personalismo e questões substantivas, associando o primeiro às expectativas e o segundo aos objetos de identificação do eleitorado” (SILVEIRA, 2002, p.359).

Com relação ao uso dos métodos qualitativos, Silveira (2002) chama a atenção para o trabalho “Enxada e voto”, de Verena Martinez-Alier e Armando Boito Júnior, onde a amostragem foi localizada em um cidade do interior de São Paulo, de características rurais. Lá, os pesquisadores buscaram “a reconstituição da sua memória política, da sua experiência e da sua visão de mundo” (SILVEIRA, 2002, p.359). Trabalho semelhante foi desenvolvido por Tereza Caldeira, com um outro perfil de entrevistados. No trabalho “Para que serve o voto?”, de 1980, ela conversou com moradores do bairro de São Miguel, na periferia da cidade de São Paulo.

[A pesquisadora assinalou] as ambiguidades que marcaram esta vivência: a convivência do desinteresse e da vontade de participação, do ceticismo em relação ao processo eleitoral e da opção de participar dele, da descrença nos políticos e na política da esperança e das mudanças, da desconfiança em relação aos políticos e do voto no MDB, da desinformação política e do conhecimento de aspectos importantes dos mecanismos de funcionamento do sistema político (SILVEIRA, 2002, p. 359).

Os anos 1970 foram um dos mais produtivos, embora lidando com as dificuldades postas anteriormente: modelos explicativos só abordam um parte restrita do problema, ou simplificam o processo eleitoral a classificações limitadas. A pluralidade dos trabalhos “pode ser debitada ao envolvimento de parte significativa dos praticantes do campo com questões de natureza política, na qualidade de cidadãos e militantes” (LESSA, 2011, p. 46).

Este engajamento irá diminuir progressivamente ao longo do período, chegando ao seu menor patamar na década seguinte. Com a redemocratização e a eleição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, parte destes intelectuais voltará à militância, inclusive ocupando cargos públicos, como o próprio Bolívar Lamounier.

TABELA 04
Estudos eleitorais de 1981 a 1990. Seleção de Silveira (2002, p. 362)

| Período | Principais autores | Principais obras |
|-------------|--------------------------------------|--|
| 1981 – 1990 | Marcelo Baquero | Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul (1984) |
| | | As eleições municipais de 1985 (1986) |
| | Flavio Pierucci | As bases da nova direita (1987) |
| | | A direita mora do outro lado da cidade (1989) |
| | Maria Tereza Sadek | Eleições 1986 (1989) |
| | Maria D'Alva Kinzo | Oposição e autoritarismo (1988) |
| | Bolívar Lamounier | De Geisel a Collor: o balanço da transição (1990) |
| | Bolívar Lamounier e Rachel Meneguelo | Partidos políticos e consolidação democrática (1986) |
| | Eli Diniz | Voto e máquina política (1982) |

O quarto período apontado por Silveira (2002) refere-se à produção dos anos 1980, onde ele aponta uma diminuição na produção acadêmica. Nas obras de maior interesse no período, ele cita o material gerado dentro do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), sobre opinião política, partidos e processos eleitorais. Destaque também para o estudo sobre o chaguismo no Rio de Janeiro e do janismo e malufismo em São Paulo.¹⁵

A nova direita paulista foi objeto de estudo de Flavio Pierucci, cuja pesquisa qualitativa nos bairros onde este voto se concentrava elegeu o “antiigualitarismo” (ALVES, 2006) como característica principal. Os eleitores demonstraram preocupação com as minorias homossexual, pobre e nordestina, por exemplo, como possível origem dos casos de violência e ameaças ao patrimônio individual — ao mesmo tempo em que não exibiam valores neoliberais, defendendo um Estado capaz de prestar serviços públicos com qualidade.

Encerrando a sua divisão histórica, Silveira (2002) fala da retomada dos estudos eleitorais de 1990 em diante. A principal característica do período é a diversificação dos campos de estudo, com o aparecimento de pesquisas não só nas áreas de história, sociologia e ciência política, mas também na antropologia, comunicação social e marketing político. Lessa (2011, p. 48) chamará de “uma nova cultura científica no campo do conhecimento político” o ambiente criado pelos anos 1990, onde “a democracia, julgada ‘consolidada’, converte-se em um fato, mais do que um propósito ou valor. De uma vaga crença na democracia como valor universal, parte-se agora da sua afirmação como fato universalizável”.

¹⁵ “[Chaguismo era] o grupo articulado pelo deputado federal Chagas Freitas, do MDB do Rio de Janeiro, que utilizava a máquina partidária e relações clientelistas para manter e ampliar o seu poder” (SILVEIRA, 2002, p. 360).

TABELA 05

Estudos eleitorais de 1991 a 2000. Seleção de Silveira (2002, p. 362)

| Período | Principais autores | Principais obras |
|-------------|-----------------------------------|---|
| 1991 – 2002 | Marcus Figueiredo | A decisão do voto: democracia e racionalidade (1991) |
| | Antônio Lavareda | A democracia nas urnas (1991) |
| | Flavio Silveira | Escolha intuitiva: uma nova modalidade de decisão eleitoral (1994) |
| | | A decisão do voto no Brasil (1998) |
| | | A decisão eleitoral: imagem média e marketing (1999) |
| | | A dimensão simbólica da escolha eleitoral (2000) |
| | | Estratégia, média e voto (2002) |
| | Bolívar Lamounier | Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor (1991) |
| | Marcelo Baquero | Transição, eleições e opinião pública (1995) |
| | Moacir Palmeira e Irllys Barreira | Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil (1998) |
| | Irllys Barreira | Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil (1998) |
| | Nara Magalhães | O povo sabe votar: uma visão antropológica (1998) |
| | Karina Kuschmir | Eleições e representação no Rio de Janeiro (2000) |
| | Flavio Pierucci e M.C. Lima | A direita flutuante (1991) |
| | Flavio Pierucci | São Paulo, 1992: a vitória da direita (1993) |
| | Rachel Meneguelo | Ciladas da diferença (1999) |
| | Rachel Meneguelo, | Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1998) |
| | Scott Mainwaring e T. Power | Partidos conservadores no Brasil contemporâneo (2000) |
| | André Singer | Esquerda e direita no eleitorado brasileiro (2000) |
| | José Álvaro Moisés | Os brasileiros e a democracia (1995) |
| | Céli Regina Pinto | O clientelismo eletrônico: a eficácia de um programa popular de rádio (1993) |
| | | Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempo de eleições (1995) |
| | Rubens Figueiredo | A conquista do voto (1994) |
| | | O que é marketing político? (1994) |
| | | Marketing político e persuasão eleitoral (2000) |
| | | Voto é marketing... o resto é política (1992) |
| | Rodolfo Grandi, | |
| | Alexandre Marins e | |
| | Eduardo Falcão | |
| | Adauto Novaes | Rede imaginária: televisão e democracia (1991) |
| | Heloiza Matos | Mídia, eleições e democracia (1994) |
| | Mauro Porto | As eleições municipais em São Paulo (1994) |
| | Afonso de | Política versus televisão: o horário gratuito na |
| | Albuquerque | campanha presidencial de 1994 (1995) |
| | Antônio Albino Rubim | Mídia e política no Brasil (1999) |
| | | Mídia e eleições 98 (2000) |
| | Vera Chaia | A liderança política de Jânio Quadros (1992) |
| | | Mídia e política (2000) |

Instituições políticas brasileiras

Até aqui foram apresentadas questões presentes no ramo dos Estudos Eleitorais que estudam a determinação do voto, como o patrimonialismo, o coronelismo, o clientelismo, alguns componentes da escolha ideológica e da formação de cartéis políticos, além da multiplicidade metodológica experimentada pelas ciências sociais neste campo. Contudo, ainda que de forma rápida, cabe relatar alguns conceitos utilizados no estudo das instituições políticas brasileiras.

Primeiro, a análise feita por Mainwaring (1993) do sistema político brasileiro, que ele classificará como uma “democracia presidencialista multipartidária”. Ao analisar sucessivas eleições realizadas a partir de 1946, ele dirá que o grande número de legendas, combinado com a escolha de deputados por meio de um sistema proporcional de lista aberta, mais a “eleição plebiscitária” de um presidente para a República, enfraquece os partidos políticos, trazendo instabilidade para o regime democrático.

Neste cenário de regime democrático instável, Mainwaring compara o sistema brasileiro com o norte-americano, afirmando que a presença numerosa de “partidos fracos” no Congresso Nacional obriga o presidente a governar “em minoria” — negociando constantemente a aprovação das matérias de interesse do governo. Isto levaria à cooptação de adversários políticos e à formação de grupos com interesses “fisiológicos”. Ao longo do tempo, este mecanismo seria percebido pela população, levando à perda de confiança nos políticos, partidos e instituições.

Para enfrentar os problemas criados pela combinação de presidencialismo, um sistema partidário fragmentado e partidos frouxos, uma das estratégias dominantes utilizadas por todos os presidentes democráticos do Brasil é passar por cima do Congresso implementando políticas públicas por meio de agências e decretos executivos. Vargas e Kubitschek foram particularmente habilidosos nessa prática. (...) Cientes dos riscos de imobilismo prolongado, as constituições atribuíram aos presidentes latino-americanos poderes que excedem os do presidente dos Estados Unidos (MAINWARING, 1993, p. 56-61).

Fabiano Santos (1997) busca interpretar este quadro destacando outros dois aspectos que, segundo ele, influenciam as relações entre os poderes Executivo e Legislativo: o uso da patronagem e o poder de agenda sobre os temas a serem apreciados no Congresso. O primeiro aspecto refere-se à negociação direta do Executivo com membros da Câmara dos Deputados ou Senado, sem o intermédio das lideranças partidárias, para a formação de maioria em votações específicas — especialmente os da oposição.

O presidente sabe que as lideranças partidárias, dado o voto personalizado, não possuem controle de natureza eleitoral sobre suas bancadas. Por isso, sua expectativa é que as taxas de coesão partidária não são garantia de formação e manutenção de uma base de apoio sistemática no Parlamento. A barganha em torno de propostas de políticas com as lideranças dos grandes partidos se vê limitada, em decorrência, pelas preferências dos políticos tomados individualmente. Nenhum acordo partidário é suficiente para formar a coalizão. (...) Por outro lado, o presidente possui recursos importantes que podem ser utilizados como moeda de troca em uma eventual busca de apoio parlamentar, notadamente cargos no governo federal. Ora, se ele prevê que a coalizão formal de apoio não irá corresponder à base efetiva conquistada no Parlamento quando da votação de matérias de seu interesse, então, não lhe resta outra alternativa senão oferecer postos do Executivo para membros de partidos estranhos à coalizão de apoio formal (SANTOS, 1997).

Ao estudar padrões de votação no Congresso Nacional antes de 1964, Santos (1997) demonstra como a patronagem pode diminuir a coesão partidária. O pesquisador argumenta que o uso repetido deste mecanismo pode desequilibrar as relações de força no Congresso, uma vez que interfere no comportamento das lideranças partidárias, na expectativa individual de cada político e no potencial de colaboração dos parlamentares de oposição.

Em contraponto, quando a estrutura organizacional do processo legislativo assegura um poder maior ao mandatário do Executivo e lideranças na definição da agenda parlamentar, este aspecto assume um papel importante na governabilidade. Santos (1997) afirma que esta centralização do processo legislativo, do início do trâmite à aprovação final, possibilita à base de apoio a manipulação estratégica das pautas e a manutenção da coalizão formada pelo governo. Isto teria se tornado flagrante após as mudanças constitucionais feitas em 1988, que aumentaram significativamente o poder de agenda (a criação de medidas provisórias e o rito de urgência, por exemplo), garantindo mais condições ao Executivo de manter a sua base integrada.

O terceiro ponto é a ideia de “crise de paralisa decisória”, utilizada por Wanderley Guilherme dos Santos para explicar o golpe militar de 1964. O autor definiu a situação vivenciada desde 1961 como “um colapso do sistema político, resultante da sua incapacidade de funcionar (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes)” (SANTOS, 1986, p.10). À época, o governo de João Goulart não criou mecanismos para estruturar e manter uma coalização no Congresso Nacional, tendo as suas iniciativas de reforma barradas pelos parlamentares. Ao mesmo tempo, nenhuma proposta veio da oposição. Mainwaring cita a crise de paralisa decisória como um dos riscos de sistemas multipartidários caracterizados por ele.

Diante deste panorama, Abranches (1988) aprofundará a análise do sistema brasileiro, que conjuga aspectos do presidencialismo com a alta taxa de acordos interpartidários frequente no parlamentarismo. Comparando diferentes regimes democráticos mundo afora, ele afirmará que não é a fragmentação partidária que define os rumos da política no Brasil, mas o recurso sucessivo a “grandes coalizões”.

Por mais que o mandato do presidente da República seja independente do Congresso, ele precisa do apoio deste para governar. Na formação destes pactos administrativos, os aspectos políticos decorrentes da eleição proporcional por lista aberta e do federalismo obrigam o mandatário a estabelecer relações não só com as lideranças do Congresso, mas também com os governos estaduais. Isto refletiria, segundo Abranches, em três momentos distintos: a coligação eleitoral; a constituição das equipes de governo e a implementação das políticas públicas

A eficácia político-operacional da governança é determinada pela capacidade de coordenação da maioria por parte do chefe do Executivo, que ocupa o centro do sistema de forças. Quando há falhas na coordenação, o sistema tende à fragmentação, podendo sofrer paralisia decisória e colapsos recorrentes de desempenho, com danos ao apoio social do governo (ABRANCHES, 1988, p. 77)

O federalismo é abordado diretamente por outros autores, como Abrucio (1998 e 2001) e Camargo (2001). Em “Os Barões da Federação”, por exemplo, Abrucio faz um panorama das relações administrativas entre estados e União do período imperial a constituição de 1988. Nesta trajetória histórica, os governadores teriam visto o seu poder político sofrer bruscas alterações, conforme o país entrava e saía de períodos autoritários.

A passagem do período imperial para a república marcou a descentralização dos recursos administrativos e o controle das estruturas partidárias (então regionalizadas) pelos governadores estaduais, que passaram a ocupar uma posição protagonista na cena política nacional. Este quadro seria revertido de 1932 a 1945, período no qual Getúlio Vargas utilizou de prerrogativas constitucionais (1934 e 1937) para diminuir esta influência, centralizando progressivamente os mecanismos da administração pública até instaurar o Estado Novo — suprimindo a liberdade partidária, o federalismo e anulando independência entre os poderes.

Nos anos pós-Vargas, os governadores recobram parte da sua importância política, agora redimensionada pela existência de partidos políticos estabelecidos nacionalmente. Sucedem-se na administração federal Dutra, Vargas, Café Filho,

Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, até que um novo período ditatorial é instalado. De 1964 a 1982 a atividade política no Brasil é controlada pelo poder central, sendo restabelecida com a promulgação da Constituição de 1988. Para Abrucio, este é o ponto nevrálgico que caracteriza o federalismo experimentado no país.¹⁶

O discurso pela descentralização associou-se à luta pela democracia na redemocratização brasileira, o que pode ser constatado pela importância dos governadores e, em menor medida, dos prefeitos, nos rumos tomados pelo país na década de 1980 e consubstanciados na Constituição de 1988. (...) A descentralização e as mudanças realizadas no federalismo brasileiro não trouxeram apenas aspectos positivos em seu bojo. Os atores governamentais que mais se fortaleceram ao início foram os governadores estaduais, os quais montaram, no vácuo deixado pelo Estado nacional-desenvolvimentista e na ausência de um novo projeto hegemônico, um federalismo estadualista, não cooperativo e predatório. A partir desta estrutura, os governadores produziram diversos mecanismos pelos quais “criaram” recursos mediante o repasse de custos ao restante da Federação. Incluía-se aqui o endividamento estadual, os bancos estaduais e os precatórios. Todo este débito, na verdade, foi assumido pela União, gerando desequilíbrios macroeconômicos que, ao fim e ao cabo, resultavam em piora da situação para o conjunto dos entes federativos (ABRUCIO, 2001, p. 101-102)

O federalismo estadualista associado às características do sistema partidário e da política estadual, centralizada na circunscrição política do governador, criaram, na opinião de Abrucio (1998), um “ultrapresidencialismo estadual”. Nesta situação, o “Executivo detinha um forte domínio do processo de governo e controlava os órgãos que deveriam fiscalizá-lo. Além disso, no Executivo, o poder era extremamente concentrado nas mãos do governador” (ABRUCIO, 1998, p. 109). Ou seja, como descreve o próprio autor: formação de maioria na Assembleia Legislativa e cooptação/arregimentação do Tribunal de Contas e Ministério Público nos estados.

Para Camargo (2001), uma das dificuldades em lidar com este sistema está na formação clientelista do Estado brasileiro, cujas raízes patrimonialistas teriam gerado um federalismo assimétrico.

Esse modelo ancestral pragmaticamente conseguiu a adesão de um amplo espectro de forças regionais para um projeto nacional, graças a uma rede extensa e complexa de canais de distribuição de recursos que sobreviveu à queda do Império e se adaptou às novas relações da União com os estados e municípios. Uma poderosa e informal rede cartorial de interesses fez do clientelismo a moeda de troca na integração territorial de um país continente, cujo desafio maior consistiu em neutralizar as disfunções e as insatisfações geradas por um federalismo assimétrico (...), que tornou difícil institucionalizar regras e delimitar competências, em função de um território grande, com carência de

¹⁶ “O Brasil é um país caracterizado por duas heterogeneidades constitutivas que justificam a forma federativa: a primeira advém da desigualdade regional e a segunda, da diversificação da formação das elites locais. Seria muito difícil, hoje, estruturarmos nossas bases nacionais sem a federação” (ABRUCIO, 2001, p. 100).

infraestrutura em amplas regiões de população pobre e dispersa vivendo da economia de subsistência. Embora tal tendência tenha diminuído, o desafio continua como questão central nas discussões sobre a natureza e as debilidades do federalismo brasileiro (CAMARGO, 2001, p. 72).

Um debate que segue o do federalismo estadual é a conceituação de “municipalismo autárquico”, atribuída ao trabalho de Celso Daniel (2000). Em seu artigo, o pesquisador e político paulista lista as dificuldades vividas pelos municípios e microrregiões, cujas múltiplas competências administrativas impedem a inserção deste ente federativo em outros debates de maior abrangência.

O autor queixa-se basicamente da ausência de uma política urbana nacional e da omissão ao nível estadual das questões metropolitanas, visto que estas apresentam características “mais polarizadas do ponto de vista dos grupos sociais e da disputa política” (DANIEL, 2000, p. 204).

Sob o discurso de que os problemas devem ser resolvidos pelo prefeito, porque acontecem no município, foi sendo fortalecido um sentido de autonomia e autogestão municipal que, no mais das vezes, faz com que os prefeitos tenha muita dificuldade em voltar-se para problemas que são mais amplos e que, portanto, não podem ser resolvidos exclusivamente no âmbito do seu território. Esta cultura municipalista dificulta muito o estabelecimento de relações horizontais de participação (DANIEL, 2001, p. 205).

A articulação deste conceitos é central para estudos sobre o voto, pois externaliza aspectos da conexão eleitoral. Na seção seguinte, a dissertação discutirá características desse personalismo político, evidenciado na constituição da carreira eleitoral dos políticos brasileiros. Para esta análise, aos elementos já existentes nos estudos brasileiros será acrescida a sociologia política de Bourdieu e outros teóricos do capital social.

2.2 A NOÇÃO DE CARREIRA ELEITORAL

O desempenho eleitoral de candidatos a cargos de representação política varia conforme estes se relacionam com redes sociais, associações civis e sistemas de confiança compartilhada. O raciocínio surge de leitura da produção acadêmica do cientista social Luís Felipe Miguel¹⁷, cuja bibliografia sobre a relação entre a prática política e os meios de comunicação (MIGUEL 2002, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b,

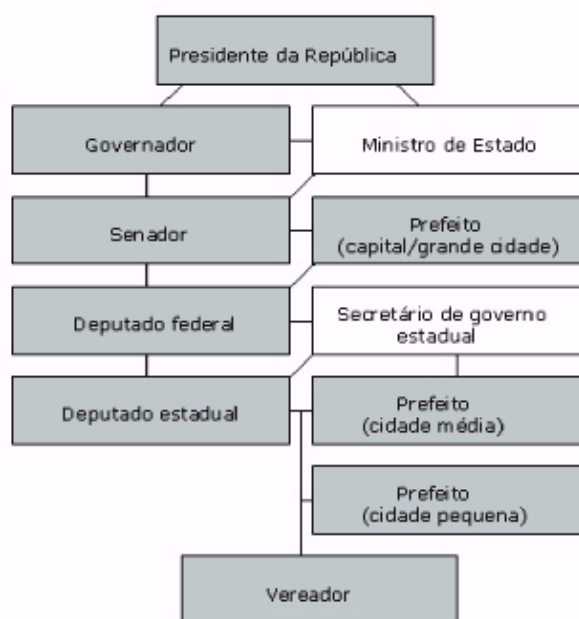
¹⁷ Miguel é professor titular da Universidade de Brasília (UnB). Trabalha nas áreas de mídia e política, teoria da democracia, representação política e gênero.

2004c e 2005, por exemplo)¹⁸ reserva apontamentos sobre o que seria a “estruturação da carreira política no Brasil” (MIGUEL 2003b).

Para o pesquisador, enxergam-se regularidades na trajetória política de candidatos eleitos para o Congresso Nacional da 48ª a 51ª legislaturas (1986, 1990, 1994 e 1998 respectivamente). Os políticos, antes dos pleitos em nível federal, teriam vivenciado experiências semelhantes, nas quais ocuparam cargos em âmbito municipal, como vereadores e/ou prefeitos de cidades pequenas, ou desempenhando papéis nos poderes Legislativo e Executivo estaduais. Esta é a primeira constatação do pesquisador.

A segunda é a diferença no prestígio atribuído a cada cargo, de forma que o cargo de vereador é a base do diagrama de carreira eleitoral e a presidência da República o ponto mais alto — conforme a relação demonstrada na Figura 01.¹⁹

FIGURA 01
Estrutura da carreira eleitoral no Brasil



FONTE: MIGUEL (2003b, p. 117)

¹⁸ Os trabalhos aqui indicados tratam da inserção da comunicação social nos processos políticos, um tema não abordado diretamente nesta pesquisa. Rapidamente, eles analisam a relação entre os meios de comunicação e a prática política (2002); a personalização dos movimentos coletivos (2002); mídia e vínculo eleitoral, revisitando a literatura internacional e o caso brasileiro (2004c). Estuda-se também a mídia como o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns, a alteração decorrente disto no discurso político e a qualidade fragmentária do discurso midiático, que bloqueia qualquer aprofundamento de conteúdo (2004b).

¹⁹ “Os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando por aqueles que julgam mais importantes ou prestigiosos. Uma vez que tais julgamentos quase sempre coincidem, é possível dizer que o campo político estrutura-se como uma carreira hierarquizada (...) Como regra geral, postula-se que quem está na base da pirâmide deseja ascender, mas como as vagas em cada etapa são menos abundantes, gera-se uma competição permanente” (MIGUEL, 20003b, p. 115).

Para informar teoricamente os dados empíricos resumidos no diagrama, Miguel busca em Bourdieu o léxico que considera apropriado. Ele trata os votos recebidos pelos candidatos como capital político e a carreira eleitoral como uma das manifestações do campo político.²⁰

“Bourdieu distingue duas espécies básicas de capital político. O capital “delegado” é aquele ligado à ocupação de um determinado cargo institucional, seja ele um mandato parlamentar ou executivo, uma função de confiança num escalão governamental ou uma posição de poder na estrutura partidária. O ex-ocupante do cargo beneficia-se do prestígio obtido em seu exercício e pode continuar sua carreira política. Já o capital “transferido” nasce da conversão, para a política, de outro tipo de capital, obtido em campo diverso. É o caso daqueles que fazem da notoriedade artística ou profissional a alavanca para o sucesso nas urnas — Agnaldo Timóteo, Ronald Reagan (...). O mesmo ocorre com economistas e engenheiros que são chamados para ocupar importantes funções decisórias no governo (conversão de capital técnico) ou empresários que ingressam na vida parlamentar após dispendiosas campanhas eleitorais (conversão do capital econômico)” (MIGUEL, 2002, p. 168-169).

Este raciocínio advoga o seguinte: vence as eleições o candidato cujas habilidades fazem com que ele seja reconhecido pela sociedade como capaz de representar os interesses dela emanados — ou seja, aquele que mobiliza mais capital político. As duas palavras fundamentais nesta sentença são “habilidade” e “interesses”, cujos significados propositadamente abertos foram escolhidos para simbolizar diferentes aspectos do jogo político — do puro debate ideológico a formas contemporâneas de clientelismo.

Miguel (2003b), por sua vez, constatou que, para participar da disputa de capital político dentro do campo, a maioria segue a via ortodoxa. Ela consiste em filiar-se a um partido político, participar das questões de interesse da legenda e, ao mover-se dentro da estrutura por ela disponibilizada de ganho de popularidade (eleitores e financiadores de campanha), tornar-se apto a disputar e vencer sucessivas eleições.

Contudo, o pesquisador percebeu a ocorrência de uma minoria que estreava na política já ocupando cargos mais prestigiosos, deixando a etapa local para trás e seguindo direto para o Congresso Nacional. Miguel os chamou de deputados novatos.

Para identificar a origem dos deputados novatos, ele estudou separadamente a evolução da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) nas legislaturas

²⁰ No trabalho acadêmico desenvolvido na especialização em sociologia política, já citado na introdução, procurou-se mostrar os demais aspectos componentes deste desenho de pesquisa. Os

anteriormente citadas, por considerá-lo um partido de pouca mobilidade de correligionários e grande votação de legenda — o que demonstraria uma maior institucionalização da estrutura partidária.

Em 1986, a esmagadora maioria dos deputados petistas novatos (que, por sua vez, eram a esmagadora maioria da bancada petista) não tinha ocupado cargos políticos anteriormente. O padrão era a passagem direta da liderança sindical para a Câmara dos Deputados, em alguns casos com uma derrota anterior na disputa por algum cargo majoritário (...) A proporção de amadores na bancada do PT caiu acentuadamente nas três eleições seguintes, enquanto manteve-se praticamente estável para o conjunto dos outros partidos. Em 1998, quase todos os petistas que estreavam na Câmara dos Deputados haviam cumprido mandatos anteriores (...) Apenas dois seguiram o antigo padrão de passagem sem escalas do sindicato para a Câmara (MIGUEL, 2003b, p. 124-125).

Nestes casos, a origem do capital político necessário para a vitória não foi delegado pela instituição partidária diretamente. O modelo teórico indica que a acumulação se deu na conversão de outras habilidades em capital político, como o sucesso empresarial, o prestígio intelectual, a popularidade advinda de atividades artísticas, o pertencimento à família política tradicional ou a participação em iniciativas de associativismo civil.

A redução do número dos deputados novatos foi percebida pelo pesquisador como a cristalização dos pré-requisitos que regulam a entrada dos políticos no Congresso Nacional (MIGUEL, 2003b, p. 126). Da mesma forma que o argumento reforça a noção de carreira eleitoral, amarrando-se ao léxico de Bourdieu, ele abre uma janela para novas investigações na área.

Ao trazer a discussão do nível federal para o municipal, um vereador é semelhante a um “deputado novato”. Ambos cruzaram portas de entrada para o campo político, logo as categorias de análise de um caem bem no outro. A análise da conversão de outras habilidades em capital político, feita na base do diagrama eleitoral, não significa entender como a minoria do Congresso Nacional chegou ao poder, mas compreender as condições para o nascimento de um político de carreira. Esta é uma das chaves de leitura para esta investigação sociológica.

Para esquadrihar a atualização do desenho de pesquisa proposto por Miguel em seu artigo, serão traçados dois caminhos não-concorrentes. Primeiro, será analisada em detalhe a relação do objeto de pesquisa com a sociologia de Bourdieu, cujos meandros permitirão a construção de pontes com o trabalho de novos

estudiosos do campo. Depois, o autor será inserido no rol de pesquisadores que lidam com os impactos políticos da cultura, por meio da noção de capital social.

2.3 CAMPO POLÍTICO E CAPITAL POLÍTICO

Ao falar da eleição de políticos para as vagas de deputados federais no Congresso brasileiro e estabelecer um modelo de hierarquização da carreira eleitoral, Miguel (2003b) trata essencialmente das maneiras de nela ingressar e nela ascender.

A idéia de “carreira política”, que a linguagem comum adotou, mas à qual a Ciência Política brasileira (com as exceções de praxe) não costuma dedicar muita atenção: isto é, o fato banal de que os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando por aqueles que julgam mais importantes ou prestigiosos. Uma vez que tais julgamentos quase sempre coincidem, é possível dizer que o campo político estrutura-se como uma carreira hierarquizada, com formato aproximadamente piramidal. Como regra geral, postula-se que quem está na base da pirâmide deseja ascender, mas como as vagas em cada etapa superior são cada vez menos abundantes, gera-se uma competição permanente (MIGUEL, 20003b, p. 115).

A fim de qualificar a sua argumentação, Miguel (2003b) recupera da sociologia de Bourdieu, primeiramente, as noções de campo e capital, para depois pormenorizá-las conforme esmiúça o modelo de carreira eleitoral através dos dados recolhidos no Congresso nacional. Essa operação permite deduções e inflexões, as quais serão manuseadas a seguir, de maneira a reunir novos itens que, somados aos presentes no artigo de Miguel (2003b), descortinem as hipóteses exploradas por esta dissertação.

Na afirmação que há uma carreira eleitoral estruturada na política brasileira está implícita a existência de um comportamento comum aos políticos que por ela competem — ou, como se diz popularmente, haveria a ciência do “jogo político” e das suas regras por parte dos interessados em disputar uma carreira eleitoral, o que incrementaria a competição pelo tipo ideal de ascensão no modelo (a saber, a carreira que atingisse o ápice da pirâmide, o cargo de Presidente da República). Por conta dessa percepção, Miguel (2003b) utiliza a noção de campo político, retirada da sociologia de Bourdieu, para referir-se ao conjunto de características componentes do jogo político e suas implicações.

[Campos são] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das

características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (...) A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1983, p.89-90).

As noções de *campo* e *habitus* caminham muito próximas nas teorizações de Bourdieu, que, por mais de uma vez, chamou a ambas de estruturas invisíveis, estruturas essas que seriam, “um pouco, como a força da gravidade, coisas que ninguém vê, mas que é preciso supor para compreender o que se passa” (BOURDIEU, 1996, p. 75).

É através delas, as noções de campo e habitus, que o sociólogo analisa os sinais distintivos de diferentes classes sociais, grupos de trabalhadores ou associações intelectuais. Para Bourdieu, cada grupamento comunga de características que determinam não somente o ambiente em que o indivíduo atua, mas também a atuação ela mesma. A teoria geral dos campos, como pensada por Bourdieu (2000, p.69), implica em:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e não-motivado os atos dos produtores e as obras por ele produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.

“[A noção de campo] funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 2000, p. 27).

Essa é a orientação que permeia o trabalho de Miguel (2003b). A idéia de competição entre os cidadãos que se dispuseram a construir uma carreira política ao disputar sucessivas eleições faz jus à noção de campo, visto que essa situação de permanente acirramento de ânimos e esforço pela posse da hegemonia está indicada na sociologia de Bourdieu (1996, p. 57):

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças — há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço — que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

Ao recuperar a noção de campo, Miguel (2003b) quer adicionar à formulação do campo político o seu modelo de carreira eleitoral, de forma a deixar claro que a disputa por um cargo de maior prestígio influencia os agentes sociais envolvidos na organização do próprio campo, impondo-lhes características e padrões de atuação, como também interfere na constituição do conjunto de normas e valores orientadores dos indivíduos.

Logo, por mais que Miguel (2003b) reporte-se muito ligeiramente ao conceito do *habitus* quando expõe a determinação do comportamento político que lhe permite afirmar haver uma carreira eleitoral no Brasil, poderia tê-lo feito explicitamente. Os políticos reconhecem uns nos outros características que os distinguem dos demais profissionais, indicando a existência de um campo autónomo e de agentes que inculcaram comportamentos próprios de um determinado grupamento social — o qual os distingue do restante da sociedade ao mesmo tempo que os aproxima uns dos outros.

Miguel (2003b) enumera procedimentos comuns aos políticos por ele analisados: o julgamento coincidente a respeito do valor que possui cada cargo na hierarquia da carreira e a freqüente posse de experiência administrativa anterior aos deputados federais, seja na esfera municipal ou estadual, como pré-requisito para o ingresso no Congresso.

A história objetivada, institucionalizada, só se torna “atuada” e atuante se o posto (...) encontrar, como se de um fato ou de uma casa se tratasse, alguém que o ache interessante e nele veja vantagens, alguém que nele se reconheça quanto baste para se responsabilizar por ele e o assumir. Isto faz com que tantas ações, e não só as do funcionário identificado com a sua função, se apresentem como *cerimônias* por meio das quais os agentes — que nem por isso são *atores* desempenhando *papéis* — entram na pele da personagem social que deles se espera e que eles esperam de si próprios (é a vocação), e isto pela força desta coincidência imediata e total do *habitus* e do hábito que faz o verdadeiro monge (BOURDIEU, 2007).

Para Bourdieu, há mais que uma simples designação na afirmação que tal pessoa é um político, visto que associada a essa palavra está o *habitus* de quem pertence ou freqüenta esse campo específico.

Falar do ascetismo aristocrático dos professores ou da pretensão da pequena burguesia não é somente descrever estes grupos por uma de suas propriedades, mesmo que se tratasse da mais importante, mas tentar nomear o princípio gerador de todas as suas propriedades e de todos os seus julgamentos sobre as suas propriedades ou as dos outros (...) o *habitus* é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente — ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes — são sistemáticas por serem o produto da

aplicação de esquemas idênticos — e mutuamente convertíveis — e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (BOURDIEU, 2007, p. 163).

Sobre o *habitus* político, BOURDIEU (2000, p. 169) adverte que, dada “a concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de poucos profissionais”, supõe-se uma preparação especial, através da qual o candidato a uma carreira eleitoral passa por uma iniciação:

Uma aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido (BOURDIEU, 2000, p. 169-170).

Uma vez admitido no jogo, o político estará inserido em um campo autônomo de forças, cujas relações sociais por ele demandadas guiarão os seus atos, constrangendo a sua ação, impondo a ela limites ao mesmo tempo em que abre brechas para que o comportamento padrão seja alterado.

Aos recursos mobilizados nessa disputa, Bourdieu (2000, p. 134) nomeou capital, o qual “pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso de capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido”.

A posse do capital, ou de diversas espécies de capital, representa a quantidade de poder do agente sobre o campo e sobre “os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, desse modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos” (BOURDIEU, 2002, p. 134).

Para efeitos analíticos o campo político pode ser “desacoplado” da teoria geral dos campos de Bourdieu, observando as particularidades que lhe concederam autonomia.

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações (BOURDIEU, 2000, p. 163-164).

Ao constatar a discrepância numérica entre os políticos e aqueles que eles representam, o povo, Bourdieu (2000, p. 166) afirmou que “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”, pois a produção de bens nele está restrita ao próprio corpo de profissionais que dele se serve.

O capital político está concentrado nas mãos de poucas pessoas, conforme notou Miguel (2003b) ao constatar a necessidade de experiência administrativa prévia aos deputados federais — como característica comum aos vencedores das eleições proporcionais e majoritárias nos níveis mais altos de seu modelo de hierarquização das carreiras políticas no Brasil.

No campo político, a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos agentes envolve-os numa cruzada simbólica, a fim de reproduzir e atualizar os valores profissionais junto não somente à população, que está excluída do jogo, mas principalmente nos próprios membros do campo. Este movimento promove uma ilusão, que precisa ser elucidada: “os discursos políticos acham-se tocados de uma espécie de duplicidade estrutural: na aparência diretamente destinados aos mandantes, eles são, na realidade, dirigidos aos concorrentes no campo” (BOURDIEU, 2000, p. 156).

Aos mandantes também fica o efeito de censura (BOURDIEU, 2000, p. 165) provocado pelo habitus dos mandatários, à medida que a população depende deles para acessar “a passagem do implícito ao explícito”: os produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos — que em política se dá através das manifestações públicas.

“O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais e, sobretudo, potenciais ou, melhor, do princípio dessas tomadas de posição a saber, o espaço das posições objetivas no campo e das atitudes de seus ocupantes: este ‘sentido prático’ das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite ‘escolher’ as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição ‘comprometedoras’ que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos” (BOURDIEU, 2000, p. 172).

Além do discurso, também constroem o campo político os imperativos práticos “que surgem da lógica da luta no seio do campo político, como é a

necessidade de provar a sua representatividade ou a preocupação de mobilizar o maior número possível de votos ou mandatos sem deixar de afirmar a irredutibilidade de seu projeto” (BOURDIEU, 2000, p. 155).

Quanto maior a competição no campo político, mais alertas ficam os sujeitos ao acesso de novatos e à presença de oportunistas. No seio dessa disputa, move-se outra peculiaridade do campo político: cada mandatário preocupa-se com a opinião geral emanada de quem o elegeu, mas também realiza atos voltados para a própria satisfação enquanto componente de um campo de forças e de lutas intestinas²¹.

Dessa maneira, com os constrangimentos citados, processa-se a representação política, a delegação de tomadas de decisão em ambientes democráticos.

O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da gênese e do funcionamento da *representação*, pela qual o representante faz o grupo que o faz a ele: o porta-voz dotado de pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra da ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem: “l’Etat c’est moi”, “o Sindicato pensa que...” (BOURDIEU, 2000, p. 159).

As peculiaridades descritas integram o modelo de hierarquização da carreira política de Miguel (2003b). Aos agentes interessados em ingressar nessa correlação de lutas e forças, há a precisão de acumular capital político (BOURDIEU, 2006, p.190-193), um tipo específico de recurso produzido dentro do monopólio acima citado.

É do capital político que surge a legitimidade do político para agir na política — a qual será tão grande quanto seja a percepção dessa qualidade pelos demais. Popularidade em alta é sinônimo de uma boa quantidade de votos a serem colecionados entre os eleitores, por meio de várias táticas (acúmulo de capital econômico, cultural, social).

Para Bourdieu, um sujeito pode tornar-se agente do campo político após obter capital político, principalmente, de dois mecanismos distintos, mas interdependentes

²¹ “[Os profissionais dos serviços políticos] servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social” (BOURDIEU, 2000, p. 177).

(MIGUEL, 2003, p. 119): o capital político delegado e o convertido. O primeiro é encontrado no próprio campo político, podendo ser descrito como a notoriedade advinda de experiência na administração pública, através de mandatos nos poderes Legislativo e Executivo; de cargos de ocupação política, como as vagas comissionadas nas secretarias do poder Executivo; ou, ainda, da militância partidária²².

O homem político deve a sua autoridade específica no campo político — aquilo que a linguagem nativa chama ‘peso específico’ — à força de mobilização que ele detém quer à título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos — no aparelho ou fora do aparelho — e de militantes ligados a esses postos (BOURDIEU, 2000, p. 190).

O “capital político convertido” é uma síntese elaborada por Miguel (2003b) a partir de dois tipos de capital “pessoal” presentes na obra de Bourdieu (2000, p. 190-191), o notável e o heróico:

O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” — firmado no fato de *ser conhecido* e *reconhecido* na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” — é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência. Enquanto este capital pessoal de *notável* é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar de heróico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de “carisma” é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e pelos aparelhos: ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou.

Existem três fontes principais de outros capitais usualmente convertidos em vantagem política: o capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital econômico (que favorece o seu detentor com o ócio necessário à prática política, permitindo-lhe não possuir outras atribuições para a sobrevivência e satisfação pessoais) e capital social (redes sociais, associações civis e sistemas de confiança compartilhada).

²² “Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado de autoridade política é, como o do sacerdote, do

2.4 CAPITAL SOCIAL

Enquanto as noções de capital econômico e cultural são facilmente compreensíveis como equivalentes de dinheiro e títulos de distinção (acadêmicos ou provenientes de experiências midiáticas), a idéia de capital social tem suscitado inúmeros debates no meio acadêmico.

O pioneirismo de Bourdieu nesta área de pesquisa é defendida por Portes (2000), sociólogo que estuda a imigração nos Estados Unidos e leciona na universidade de Princeton. Ele teria identificado em Bourdieu a primeira tentativa de desnaturalização das redes sociais, quando o cientista social francês diz que as relações interpessoais possuem um caráter instrumental. Para Bourdieu, os agentes participariam de grupos, da construção de quaisquer tipo de sociabilidades, para a obtenção de benefícios.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade física (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (...) Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível (BOURDIEU, 2007, p.67).

Esta definição de capital social foi divulgada por Bourdieu em 1980, em um artigo publicado na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*. Intitulado “Capital social – notas provisórias”, ele é editado em português no ano de 1998, integrando uma coleção sobre educação. O mesmo aconteceu nos países de língua inglesa, onde a conceituação teria passado despercebida, conforme aponta Portes (2000, p. 135)²³.

O fato auxilia o entendimento de parte dos motivos que fizeram mais famosa, na atualidade, a definição dada por outro pesquisador: o cientista político Robert Putnam. Preferindo estudar grandes áreas a se concentrar em pequenas

professor e do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela” (BOURDIEU, 2000, p. 191).

²³ “Por se encontrar em francês, o artigo não colheu uma atenção generalizada no mundo de língua inglesa; nem, de resto, a obteve a primeira tradução inglesa, escondida nas páginas de um compêndio sobre sociologia da educação (BOURDIEU, 1985). Esta falta de visibilidade é lamentável, na medida em que a análise de Bourdieu pode ser considerada como a que apresenta maior

comunidades ou relacionamentos interpessoais, Putnam é o responsável pela popularização mundial do termo, como demonstrado por Fukuyama (2002, p.158): “[Putnam] estimulou um intenso debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália e nos Estados Unidos”, na medida em que relacionava a confiança interpessoal com a participação em associações cívicas, o envolvimento em questões públicas, o comportamento de obediência à lei e a confiança nas instituições como catalisadores da solução de conflitos.

Para Putnam, capital social são características da vida social (redes, normas e confiança) que capacitam os seus participantes a agirem em conjunto de forma mais eficaz para atingirem os objetivos anteriormente partilhados (CASTRO, 2006, p, 09), como no exemplo das associações de crédito rotativo (PUTNAM, 1994, p. 177):

O capital social facilita a cooperação espontânea. Um bom exemplo desse princípio é a instituição de poupança informal, largamente difundida nos quatro continentes, chamada associação de crédito rotativo. Tal associação consiste num grupo “que aceita contribuir regularmente para um fundo que é destinado, integral ou parcialmente, a cada contribuinte alternadamente”. Da Nigéria à Escócia, do Peru ao Vietnã, do Japão ao Egito, dos imigrantes antilhanos do leste dos Estados Unidos aos chicanos do oeste, dos iletrados aldeões chineses aos bancários e analistas econômicos da Cidade do México.

A sua obra continua a inspirar instituições financeiras internacionais, gestores públicos e privados, na sua maioria interessados em garantir o sucesso de políticas sociais, que padronizaram metodologias para mensurar os índices de confiança interpessoal²⁴, apesar das contestações oriundas da comunidade acadêmica acerca da amplitude das medidas de confiança propostas²⁵. Reis (2003) chega a considerar o livro “Making democracy work”, escrito por Putnam em 1993, um “working in progress”, na medida que o pesquisador alcança parte dos resultados esperados, mas não cumpre todas as tarefas associadas ao trabalho.

refinamento teórico entre aquelas que introduziram o termo no discurso sociológico contemporâneo” (PORTES, 2000, p.135).

²⁴ “Dado que o capital social é, freqüentemente, definido em termos dos grupos, redes, normas e confiança de que as pessoas dispõem para fins produtivos, a ferramenta de *survey* neste *paper* foi desenvolvida para apreender essa multi-dimensionalidade, explorando (a) os *tipos* de grupos e redes com os quais as pessoas em situação de pobreza podem contar e a natureza e extensão de suas contribuições para com outros membros desses grupos e redes. O *survey* também explora (b) as *percepções* subjetivas dos entrevistados acerca da confiabilidade das outras pessoas e das instituições cruciais que modelam suas vidas, assim como as normas de cooperação e reciprocidade que envolvem as tentativas de se trabalhar juntos para resolver problemas” (GROOTAERT; NARAYAN; JONES e WOOLCOCK, 2003, p. 06).

²⁵ Sobre as dúvidas a respeito de se confiar nas medidas de confiança, e as opções metodológicas, ver CASTRO (2006), LUNDASEN (2002), STONE (2001) e LIN (1999).

Todavia, em que pesem os claros méritos do trabalho de Putnam quanto ao esforço de síntese de 20 anos dedicados a pesquisa empírica cuidadosa da vida política na península italiana, a elaboração teórica em que o trabalho pretende fundamentar suas principais conclusões ficou condenada às duas dezenas de páginas do capítulo final do livro, e – embora envolva algumas intuições promissoras – deixa muitas perguntas sem resposta, legando para a sua posteridade o trabalho de detalhar de maneira mais sólida a estrutura analítica do argumento (REIS, 2003, p. 35).

Outro ponto que merece atenção é a ausência do conflito na problematização que Putnam faz do cotidiano das associações civis. Siisiainen (2000) insiste na importância da disputa de interesses entre os membros das redes sociais. Para ele, o cientista político americano teria desvalorizado o choque entre associações que defendem diferentes valores e o enfrentamento do poder público pela sociedade civil organizada, por exemplo, na sua taxonomia da confiança.

Putnam has little to say about the problems of internal democracy in existing voluntary associations, and their internal power structures. As we know, from Rousseau to present-day discussions of (and in) new social movements, problems of oligarchy (Michels) and bureaucratization (Weber) are still among the most serious obstacles to the development of democratic voluntary organizations and civil society (SIISNIAIEN, 2000, p.07).²⁶

A crítica é feita para apontar a fragilidade de um indicador de confiança baseado somente na existência de associações civis, sem considerar as relações existentes entre estas mesmas. O pesquisador finlandês argumenta que uma teoria do capital social deveria considerar o conflito de interesses, criador de diversos tipos de confiança e desconfiança entre as pessoas.

Siisniainen recupera a filiação de Putnam aos escritos de Tocqueville, atribuindo a ele uma visão “demasiado norteamericana” da questão. Ele argumenta que o autor desconsiderou as subculturas em sua elaboração teórica, excluindo esferas públicas do contexto de pesquisa. As consequências seriam o obscurecimento do papel dos meios de comunicação de massa e das formas alternativas de comunicação no processo de construção e manutenção da confiança interpessoal.²⁷

²⁶ Tradução livre: “Putnam tem pouco a dizer sobre os problemas de democracia interna nas associações voluntárias, considerando as estruturas de poder próprias de cada uma. Como sabemos, debater a constituição de novos movimentos sociais, de Rousseau até os dias atuais, significa considerar as questões da oligarquia (Michels) e da burocratização (Weber), ambas sérios obstáculos para o desenvolvimento democrático das organizações voluntárias e da sociedade civil”.

²⁷ A provocação não é respondida por Putnam diretamente, mas o cientista político publicou no fim da década de 1990 uma série de artigos retratando o desaparecimento do engajamento cívico nos Estados Unidos. Em um dos primeiros relacionados ao tema, ele considera como hipóteses para o declínio do capital social em seu país: a educação, o crescimento das cidades, a ausência de tempo e recursos para atividades de lazer, o papel das mulheres na sociedade, os novos arranjos familiares,

Outro autor cuja definição de capital social dialoga com a de Bourdieu é o sociólogo James Coleman. Ele será o responsável por “introduzir e conferir visibilidade ao conceito na sociologia norteamericana, sublinhando a sua importância na geração de capital humano e identificando alguns dos mecanismos através dos quais é gerado” (PORTES, 2000, p.137). Coleman entendia o capital social como um recurso coletivo, cuja existência tornava possível a execução de atividades impossíveis de serem realizadas individualmente.

Social capital it's defined by its function. It's not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors — whether persons or corporate actors — within the structure. (...) Unlike other forms of capital, social capital inheres in the structure of relations between actors and among actors. It is not lodged either in the actors themselves or in physical implements of production (COLEMAN, 1988, p. 98).²⁸

Bourdieu concordará quanto à intangibilidade do capital social (PORTES, 2000, p. 138), mas irá afirmar que ele e todas as outras formas de capital poderão ser reduzidas a capital econômico ou, ao menos, a títulos simbólicos de distinção. Outra característica que também despertará posicionamentos semelhantes de ambos é a questão da durabilidade.

Para Coleman, o capital social não é consumido pelo uso. Ao contrário, é na ativação das relações sociais que o capital social fica mais perene (AQUINO, 2000, p. 25). Bourdieu (2007, p.68), considerando as pessoas animadas por um senso prático, afirma que “a existência de uma rede de relações [é] o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos”.

Coleman também observou que as diferenças de natureza entre as redes sociais afetavam a qualidade da confiança individual no interior das redes — levando a conclusão que o ambiente é uma importante variável para o entendimento das tomadas de decisão (BROWN, 1999, p. 02). Ele e Bourdieu nunca debateram as

o estado de bem-estar social, o advento de mais direitos civis às populações marginalizadas e diferenças geracionais. Para nenhum destes ele encontra correspondência estatística, a fim de afirmar ser um dos motivos para a redução do capital social. Putnam apontará a televisão como culpada (PUTNAM, 1996, p.1-11).

²⁸ Tradução livre: “O capital social é definido pela sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de alguns aspectos das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura. (...) Ao contrário de outras formas de capital, o capital social reside na estrutura das relações dos atores e entre os próprios atores. Ele não está alojado na pessoa dos atores tomados isoladamente, nem nos aspectos físicos da sua produção (COLEMAN, 1988, p. 98).

diferenças e semelhanças dos seus trabalhos, mas é Coleman o primeiro a citar o sociólogo francês em língua inglesa.²⁹

O cientista norte-americano desenvolve a conceituação de capital social a partir de pesquisas desenvolvidas por economistas, dialogando com a explicação da teoria da escolha racional, em especial o trabalho de Mancur Olson sobre a lógica da ação coletiva. Para ele, o dilema é a produção de bens coletivos, como a obtenção de melhores condições trabalhistas por membros de um mesmo sindicato.

Olson argumentará que o benefício coletivo pode ser frustrado pela baixa adesão individual ao projeto comum. Os atores, visto que nem todos precisariam se esforçar para a obtenção das vantagens, aguardariam a ação dos demais, preservando a sua própria energia — até um ponto em que ninguém tomasse mais nenhuma atitude. Para Olson, este quadro explicaria a adoção, por grandes grupos, de penalidades para quem deixasse de atuar coletivamente, premiando os casos de cooperação (BAERT, 1997, p.67).

Aquino (2000) ressalta que Coleman avança na hipótese de Olson, incluindo no debate a interdependência afetiva e social dos indivíduos — uma variável adicional para explicar a racionalidade da ação, encarada de forma mais economicista por Olson (AQUINO, 2000, p.24). Isto significa entender capital social como relações de confiança, baseadas na retribuição das expectativas depositadas pelos atores que trocam favores, por exemplo, ou obedecem a mesma norma. Assim, a reciprocidade sustentada pela e na comunidade facilitaria o sucesso de ações instrumentais.

²⁹ A referência encontra-se no livro “Foundations of social theory”, de 1990. Na passagem, Coleman atribui ao economista Glen Loury a origem do termo e cita Bourdieu como um dos autores que também utilizou o conceito capital social. “These social relationships which come into existence when individuals attempt to make best use of their individual resources need not only be seen as components of social structure, however. They may also be seen as resources for the individuals. Loury (1977; 1987) introduced the term social capital to describe these resources. In Loury’s usage social capital is the set of resources that inhere in family relations and in community social organization and that are useful for the cognitive or social development of a child or a young person. These resources differ for different persons and can constitute an important advantage for children and adolescents in the development of their human capital (See also BOURDIEU, 1980, and FLAP and DE GRAAF, 1986, who used this term in a similar fashion)” (COLEMAN, 1990, p. 300). Tradução livre: “Estas relações sociais que passam a existir quando as pessoas tentam fazer o melhor uso de seus recursos individuais não devem ser vistas apenas como componentes da estrutura social, no entanto. Eles também podem ser vistos como recursos para os indivíduos. Loury (1977, 1987) introduziu o termo capital social para descrever esses recursos. No uso de Loury, o capital social é o conjunto de recursos inerentes a relações familiares e na organização social da comunidade e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo e social de uma criança ou um jovem. Esses recursos são diferentes para pessoas diferentes e podem constituir uma vantagem importante para as crianças e adolescentes no desenvolvimento de seu capital humano”.

O pesquisador ressalta que Coleman busca responder, por meio do conceito de capital social, uma questão diferente da investigada por Bourdieu. Coleman estaria interessado numa pergunta comum aos trabalhos norte-americanos, envolvendo a produção de bens coletivos: “por que comunidades com recursos econômicos e humanos semelhantes tem capacidades diferentes de resolver seus problemas pela ação coletiva?” (AQUINO, 2000, p.25).

A resposta para esta questão estaria no cerne do trabalho de Putnam, cuja percepção é a de que onde há mais confiança interpessoal o nível de capital social é maior, levando à superação de problemas pelo trabalho em conjunto. Bourdieu utilizaria o capital social para entender os mecanismos que permitem a determinadas pessoas ocuparem posições de destaque na sociedade, as quais estariam inacessíveis para outras.

O debate simbólico entre Putnam, Coleman e Bourdieu revela uma questão latente na pesquisa de Miguel: ainda que solidariamente, ele divide pontos com a tradição culturalista. Com isto quer-se dizer que, apesar da investigação sobre a conformação da carreira eleitoral no Brasil não ter sido realizada integralmente dentro das especificidades do campo — ainda às voltas com as idéias de cultura cívica, desempenho institucional e promoção da democracia³⁰ —, parte dela deve a esta matriz sociológica os instrumentos de pesquisa. É o caso da noção de capital social.³¹

Para Bourdieu, a noção de capital social pode ser muito bem aproveitada na sociologia para traduzir acontecimentos que surgem do contato interpessoal. Afinal de contas, dirá o cientista social francês, eles podem ser percebidos pela análise das

³⁰ A abordagem culturalista é uma opção para os cientistas sociais desde a década de 1930, a partir da universidade norte-americana de Columbia. A produção acadêmica de Margaret Mead, Ruth Benedict, Dave McClelland, Edward Banfield, Alex Inkeles, Gabriel Almond, Sidney Verba, Lucian Pye e Seymour Martin Lipset, ao longo dos anos, estabeleceu um campo promissor para análises que tratassem da democratização política, estratégia militar, o comportamento de grupos étnicos e as relações internacionais. Michel Lallement, ao traçar uma história das ideias sociológicas, descreve assim a institucionalização deste campo de pesquisa: “Inicialmente produto de trabalhos de psicanalistas e de antropólogos, essas análises tem a pretensão de conceder à cultura o estatuto de elemento explicativo primordial no funcionamento das sociedades. Com base neste simples postulado, diversos sociólogos se empenham em dar conta da coerência das sociedades e de certos segmentos precisos em seu seio (cidades, bando de jovens, ...), outros testam o papel efetivo dos meios na formação das opiniões individuais. Por vezes, posto no *index* da teoria sociológica em nome de um determinismo considerado demasiadamente excessivo, o culturalismo é muitas vezes utilizado como um coadjuvante para outras tradições (marxista ou funcionalista), a fim de estabelecer as condições da estabilidade dos sistemas sociais mas também o sentido da sua evolução” (LALLEMENT, 2004, p.75).

³¹ Sobre as dúvidas a respeito de se confiar nas medidas de confiança, e as opções metodológicas, ver Castro (2006), Lundasen (2002) e Lin (1999).

condutas individuais (como faz a estatística), mas só encontram explicação no coletivo.

Tais efeitos, em que a sociologia espontânea reconhece de bom grado a ação das “relações”, são particularmente visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau em que eles podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo (família, antigos alunos de escolas de elite, clube seleta, nobreza, etc.) mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital (BOURDIEU, 2007, p.67).

Esta posição condiz com a de outros teóricos sociais, que vêm em uma “sociologia relacional” uma frente interessante de trabalho³². Bourdieu é enfático ao desnaturalizar o capital social, dizendo que não se trata também de um “dato social” (BOURDIEU, 2007, p. 68).

Para existir capital social Bourdieu entende que é preciso um trabalho de instauração e de manutenção, condição para que as relações interpessoais aconteçam e perdurem — podendo, em algum momento, gerar vantagens materiais ou simbólicas para os participantes dessa sociabilidade.

É por isso que a reprodução do capital social é tributária, por um lado, de todas as instituições que visam a favorecer as trocas legítimas e a excluir as trocas ilegítimas, produzindo ocasiões (rallys, cruzeiros, caçadas, saraus, recepções, etc.), lugares (bairros chiques, escolas seletas, clubes, etc.) ou práticas (esportes chiques, jogos de sociedade, cerimônias culturais, etc.) que reúnam, de maneira aparentemente fortuita, indivíduos tão homogêneos quanto possível, sob todos os aspectos pertinentes do ponto de vista da existência e da persistência do grupo (BOURDIEU, 2007, p. 68).

O senso prático das pessoas as compeliu a dispor constantemente de tempo e atitudes para manter ativo o capital social já criado. Isto pode significar a participação nas ocasiões, lugares ou atividades do grupo de interesse, ou a substituição da presença física por capital econômico. Contudo, Bourdieu adverte que, quanto mais prestigiadas são as relações interpessoais em questão, mais importante é o capital social.

³² “Em um sentido abstrato, a discussão sobre mecanismos relacionais confunde-se com a própria análise da política, visto que o poder tem uma natureza intrinsecamente relacional. Entretanto, a maior parte das linhas de análise da política historicamente buscou elementos explicativos localizados em duas escalas opostas de abstração – de um lado, nas estruturas e nos sistemas sociais e, do outro, nos indivíduos e nos processos de decisão individual –, mesmo que pensadas estrategicamente. Apesar disso, a maioria dessas análises incluiu e levou em conta as relações, embora de maneira contextual e metafórica. A partir dos anos de 1970, entretanto, desenvolveu-se um programa de pesquisas focado no nível intermediário e concentrado na análise dos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais – a sociologia relacional. Esses padrões de relação estariam presentes em praticamente todas as situações sociais, sendo muito difícil estudar fenômenos sociais sem considerá-los” (MARQUES, 2007, p.157).

Seria o caso dos “herdeiros de capital social”, presente nas tradicionais famílias políticas. Todo o complexo de relações sociais duráveis dos antepassados acaba reduzido em um símbolo de distinção culturalmente apropriado: o sobrenome. “[Ele] não tem que relacionar-se com todos os seus “conhecidos”, que são conhecidos por mais pessoas do que as que ele conhece e, que, sendo procurados por seu capital social, e tendo valor porque ‘conhecidos’, estão em condição de transformar relações circunstanciais em duráveis” (BOURDIEU, 2007, p. 69).

Castro (2006, p. 06) apontará para o mesmo rumo que Bourdieu, afirmando que “as relações [sociais] não se definem, apenas, pela sua densidade ou estado difuso, não se definem, apenas, pela centralidade da nossa posição nessas relações ou pelo poder ou pela influência que exercemos ou as relações exercem nas nossas vidas”.

Medir o alcance das relações sociais na vida diária das pessoas é um problema metodológico conhecido. Não é por menos que a noção de capital social “suscitou numerosos debates na comunidade sociológica: a multiplicidade das definições, sua utilização pouco rigorosa por alguns, a multiplicação dos instrumentos de mensuração, a utilização política que dela foi feita, explica um certo mal-estar que cerca esse conceito” (DEGENNE, 2004, p. 303).

Conceitos subsidiários

Nesta dissertação, procuramos avançar no campo a partir dos postulados de Nan Lin, cientista social da universidade norteamericana de Duke, para o problema. Sobre a medição, ele atesta que “a mensuração do capital social deve levar em conta (i) quão extensa é a rede em que a pessoa se insere (ii) qual o nível mais elevado nele alcançado e (iii) como se distribuem as relações nesse intervalo (DEGENNE, 2004, p. 304)”.

Recuperando Miguel (2003b) e o modelo de conversão de capital social em capital político, para que haja relação interpessoal para ser avaliada pelos pesquisadores, é necessária uma troca de recursos e expectativas entre as partes envolvidas. Lin (2001) tem uma opinião particular sobre esse assunto. Para ele, assistimos ao surgimento de uma nova teoria do capital (*neo-capital theory*), a qual “elimina a referência às classes e por meio da qual se desenvolvem os conceitos de capital humano, capital cultural e capital social. Essa nova teoria se interessa pelo jogo das ações individuais e das posições sociais no processo de capitalização”.

One of the far-reaching explanatory schemes in contemporary sociology and economics focuses on the concept of capital. (...) Capital is resources when these resources are invested and mobilized in pursuit of a profit — as a goal in action. Thus, capital is resources twice processed. In the first process, resources are being produced or altered as investment; in the second, the produced or altered resources are being offered in the marketplace for a profit. In one instance, capital is the outcome of a production process (producing or adding value to a resource); in the other, it is the causal factor in a production (the resource is exchanged to generate a profit). These are process because both investment and mobilization involve time and effort. In the past of two decades, social capital in its various forms and contexts has emerged as one of the most salient forms of capital. While much excitement has been generated, divergent views, perspectives, and expectations have also raised a serious question: is this a fad, or does it have enduring qualities that will herald a new intellectual enterprise? (LIN, 2001, p. 03).³³

Ao partir do princípio que todo ator calcula suas ações de maneira a minimizar qualquer perda de recursos, LIN (2001, p. 03-04) realiza a arqueologia do termo capital até a teoria social de Karl Marx, conciliando pragmaticamente os teóricos contemporâneos à radiografia do modo de produção capitalista.

Após tabular os dados de uma investigação realizada na China, em que ele ouviu 3.050 pessoas, e tendo em mente que o capital social (1) é consequência de interações sociais, (2) por meio das quais é produzido como resultado de relações de troca (3) em que houve percebimento de vantagem (4) acarretando desdobramentos na organização da sociedade e (5) alimentando a reprodução do seu próprio modelo de acumulação — Lin propõe um raciocínio que tangencia com a escola da escolha racional, mantendo as características relacionais apontadas anteriormente por Bourdieu, sem prejuízo do quadro maior.

“Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos” e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital” (BOURDIEU, 2000, p. 164).

³³ Tradução livre: “Um dos esquemas explicativos de maior alcance na sociologia e economia contemporâneas gira em torno do conceito de capital (...) Quando recursos estão investidos e orientados para a obtenção de lucro — como uma meta a ser alcançada — o conceito de capital trata-se de recursos. Dessa forma, capital é um recurso duplamente processado. Em um primeiro momento, esses recursos são obtidos ou alterados a servir como investimento; numa segunda etapa, os recursos levantados ou modificados são oferecidos no mercado para a obtenção de lucro. Por um lado, capital é a consequência de um processo produtivo (que gerou ou adicionou valor ao recurso original); por outro, ele é a origem do processo produtivo (o recurso é trocado com a intenção de gerar lucro). E esses recursos são processos por envolverem duplamente tempo e esforço. Há duas décadas, a noção de capital social surgiu em suas variadas formas e contextualizações como um dos tipos mais proeminentes de capital. Embora muita agitação tenha sido gerada, com visões, perspectivas e expectativas diferentes, uma das questões levantadas é séria: é uma moda passageira, ou essa abordagem possui qualidades para abrir um novo campo de explorações intelectuais?”.

Para Lin, todo o ator calcula suas ações de maneira a minimizar qualquer perda de recursos e maximizar os ganhos. Supondo um jogo de dois atores, ele afirma que a melhor solução para os dois é o reconhecimento dos recursos que o outro possui (DEGENNE, 2004, p.304).

É sobre esse reconhecimento necessário que Nan Lin estabelece a articulação com o capital social, que é, com efeito, a garantia do reconhecimento. A rede é o conjunto formado pelos atores que compartilham um mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo. O conjunto dos recursos individuais é, assim, transformado em recurso coletivo. Do princípio de reconhecimento resulta, então, a necessidade da lealdade para com a coletividade, que se torna um conjunto de atores e de grupos primários que compartilham um capital social (DEGENNE, 2004, p. 304-305).

Durante a tipificação dos candidatos eleitos em 2008, além dos apontamentos de Lin (2001) também será considerada a classificação das redes sociais feita em 1973 por Granovetter, dividindo os laços sociais em dois tipos: fortes e fracos.

Os laços fortes são aqueles em que os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas, como as relações de amizade e parentesco. Já os fracos são aqueles em que o investimento por parte das pessoas é menor ou nulo, como os contatos esporádicos com colegas de trabalho, aos quais só se deseja “bom dia” (MARTELETO e SILVA, 2004, p. 43).

Considerando relações interpessoais formadas por laços sociais fortes e fracos, as redes sociais poderiam então ser classificadas como de três tipos distintos. Primeiro, aquelas formadas por conta do capital social de ligação (*bonding social capital*): a formação de redes horizontais entre indivíduos que compartilham características sociodemográficas, tais como família, vizinhos, amigos e colegas de trabalho.

Em segundo lugar, as redes sociais constituídas ao redor do capital social de ponte (*bridging social capital*): a formação de redes horizontais entre comunidades distintas, que não compartilham estreitamente as características demográficas supracitadas, tais como associações civis ou de negócios. Por último, aquelas em que prepondera o capital social de conexão (*linking social capital*): a formação de redes verticais entre comunidades e autoridades cuja posição permita intermediar recursos adicionais para o desenvolvimento da comunidade. Esta tipificação será utilizada durante a investigação, para reportar casos em análise direto à teoria.

Também à guisa de complementação da definição de capital social formulada por Bourdieu, será considerada a tipologia apresentada na obra de Portes (BROWN,

1999, p. 04), que trabalha a noção de capital social num nível intermediário entre Bourdieu e Coleman.

Portes identifies two additional types of social capital that move beyond the rational choice explanation to admit cultural and normative motivations. First, he notes that internalized values and norms, or “value introjection”, can motivate one to establish social ties or transfer resources to others because of general moral imperatives. Next, he introduces the notion of “bounded solidarity”, which can motivate one to establish social ties or transfer resources to others because of identification with in-group needs and goals. (BROWN, 1999, p. 04)³⁴.

A idéia de solidariedade comprometida será importante para a compreensão de casos em que o desempenho eleitoral está firmemente atrelado à participação do político em alguma campanha de motivação cívica, por assim dizer. Em Curitiba, um caso típico foi o movimento contra a privatização da Copel, cuja mobilização aglutinou diversos estratos da população e a classe política. O aumento do número de candidatos cuja atuação política está atrelada aos movimentos religiosos será tratada por meio da classificação “imperativo moral”.

2.5 CAPITAL CULTURAL E CAPITAL ECONÔMICO

Antes de concluir a transição para a pesquisa empírica, cabe ressaltar alguns pontos ligados à conversibilidade dos capitais cultural e econômico em capital político. Ambos não foram tratados em profundidade na dissertação, até pela dificuldade de manejo dos dados oficiais a esse respeito.

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objeto — os próprios poderes que eles lhes reconhecem (BOURDIEU, 2000, p. 187).

Utilizado originalmente para tratar das desigualdades de ensino no ambiente escolar, o conceito de capital cultural extrapola a noção de educação formal. Ele é a própria ideia de que alguém possa assimilar informação e utilizá-la como um repertório pessoal de dados, significados e posturas diante dos outros — parte

³⁴ Tradução livre: “Portes identifica dois tipos extra de capital social, os quais vão além das explicações baseadas na escolha racional por acatar motivações culturais e de regras de conduta. Primeiro, ele aponta que valores internalizados e regras de conduta, ou “valores introjetados”, podem motivar alguém a estabelecer laços sociais ou transferir recursos a outras pessoas por conta de imperativos morais. Depois, ele introduz a noção de “solidariedade comprometida”, a qual pode

constituente do *habitus*. Em grande medida, pode ser tomado como um estágio anterior àquilo que Bourdieu chegou a chamar de “capital pessoal”, baseado na notoriedade ou no carisma (“capital pessoal heróico”).³⁵ Seria, junto com o capital econômico, um dos principais elementos de diferenciação atuantes na conformação do espaço social.

As frações mais ricas em capital cultural são propensas a investir mais na educação de seus filhos e, ao mesmo tempo, em práticas culturais propícias a manter e aumentar sua raridade específica. As frações mais ricas em capital econômico dão primazia aos investimentos econômicos em lugar de investimentos culturais e educativos, atitude bem mais frequente no caso dos empresários industriais e grandes comerciantes do que na nova burguesia de tecnocratas do setor privado, que manifesta a mesma preocupação pelo *investimento racional* tanto no plano econômico como no plano educacional. Relativamente providas de duas formas de capital, embora pouco integrados na vida econômica para nela empregar ativamente seu capital, as profissões liberais (e, sobretudo, os médicos e os advogados) procuram investir na educação de seus filhos mas também em consumos capazes de simbolizar a posse de meios materiais e culturais adequados às regras do estilo de vida burguês e propícias à formação de um capital social, capital de relações mundanas, (fonte de “apoios” úteis) de honradez e respeitabilidade, muitas vezes indispensáveis para atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade e, por esta via, de sua clientela, podendo inclusive resultar numa carreira política (BOURDIEU, 2009, p. 324-325).

Usualmente associada ao capital cultural está a escolha da profissão, cujo cruzamento com o nível de escolaridade e a faixa de renda definiria tensões presentes no espaço social estudado. É este o procedimento utilizado por Bourdieu, por exemplo, em “A Distinção – crítica social do julgamento”, onde o pesquisador procura demonstrar que as práticas culturais e as preferências em matérias artísticas estão “estritamente associadas ao nível de instrução e, secundariamente, à origem social” (BOURDIEU, 2007, p. 09).³⁶

motivar o estabelecimento de laços ou a transferência de recursos para outras pessoas por causa de proximidade de objetivos entre as partes, ou identificação com o grupo beneficiado”.

³⁵ “O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” — firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” — é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que , como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência” (BOURDIEU, 2000, p. 188-189).

³⁶ “De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estritamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estritamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas. E, deste modo, a análise estatística mostra, por exemplo, que oposições de estrutura semelhante as que se observam em matéria de consumo cultural encontram-se, também, em matéria de consumo alimentar: a antítese entre a quantidade e a qualidade, a grande comilança e os quitutes, a substância e a forma ou as formas, encobre a

A ficha de inscrição dos candidatos para a Justiça Eleitoral é imprecisa ao recolher os dados de escolaridade e ocupação profissional, não diferenciando classes distintas da mesma resposta. Ao informar que o político concluiu o ensino médio, não é dito se foi em colégio público ou instituição privada. A série correspondente ao ensino básico incompleto não é informada. Também não é dito a área de formação quando o candidato completa o ensino superior, impedindo uma comparação com a ocupação profissional declarada. Este detalhamento seria o mínimo para poder articular essa informação com a classificação de capital cultural elaborada por Bourdieu.

O capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais — quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural — de que é, supostamente, a garantia — propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2007, p. 74).

A exemplificação do capital econômico é mais direta, pois trata-se de um equivalente metodológico da acumulação e disposição de bens, capaz de objetivar capital cultural em obras de arte (comprar pinturas, ostentar roupas) ou converter notoriedade em capital político (aluguel de horário em rádios), por exemplo.

Apesar de os candidatos serem obrigados a informar o seu patrimônio pessoal à Justiça Eleitoral, como também a lista de doadores de campanha e a de prestadores de serviços contratados, esses dados são repetidamente colocados em dúvida pelas organizações empenhadas em exercer o controle civil do processo.

O jornalista Claudio Abramo, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil³⁷, por exemplo, tem divulgado pela instituição relatórios em que demonstra

oposição, associada a distanciamentos desiguais à necessidade, entre o gosto de necessidade - que, por sua vez, encaminha para os alimentos, a um só tempo, mais nutritivos e mais econômicos - e o gosto de liberdade - ou de luxo - que, por oposição a comezaina popular, tende a deslocar a ênfase da matéria para a maneira (de apresentar, de servir, etc.) por um expediente de estilização que exige a forma e as formas que operem uma denegação da função. É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar, independentemente da nossa vontade e de nossos saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais", (BOURDIEU, 2007, p. 13-14).

³⁷ A organização não-governamental Transparência Brasil foi fundada em abril de 2000, com o intuito de combater a corrupção. A entidade é mantida com doações individuais e de empresas, mais os recursos provenientes da associação de membros, Organização das Nações Unidas (ONU), Fundação Ford e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Ela realiza levantamentos empíricos sobre a incidência do problema da corrupção em diferentes esferas, além de criar instrumentos na internet para o monitoramento da corrupção (projetos Às Claras, Excelências, Meritíssimos, Deu no Jornal, Assistente Interativo de Licitações e Desempenho em Licitações nos Municípios de Santa Catarina).

como os candidatos tem efetuado doações à própria campanha que, em alguns casos, extrapolam o próprio patrimônio pessoal declarado, sem a previsão legal de recuperar esses bens.

Em 2008, o montante correspondente ao subsídio de cada vereador era de R\$ 7.155,00 — sem direito a 13º salário, jeton, férias ou verba indenizatória. A cada parlamentar é cedido um automóvel durante o exercício do mandato, mas sem auxílio combustível. Cada gabinete pode dispor de quatro a onze funcionários, desde que a soma desses vencimentos não ultrapasse R\$ 22 mil por mês. Cada parlamentar ainda pode utilizar uma cota de 3 mil selos mensais, 2 mil fotocópias e um kit de material para o mesmo período, composto de até 27 itens, como caneta, papel ofício e envelopes, entre outros. Objetos como tesoura e grampeador, por exemplo, são fornecidos somente no começo do mandato.

Abramo argumenta que a experiência de fiscalizar o poder Legislativo é imprecisa, pois o código eleitoral não exige que a declaração patrimonial seja a mesma apresentada à Receita Federal por ocasião da declaração do Imposto de Renda. Também não há punição prevista em lei para quem manipule esses dados ao apresentá-los aos tribunais eleitorais.

A análise da participação do capital econômico no desempenho eleitoral dos candidatos também precisa considerar os repetidos casos de corrupção associados ao levantamento de recursos para partidos políticos e campanhas eleitorais.

Ao analisar o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor, FERREIRA (2011) destaca o trecho em que os altos custos da campanha eleitoral, associados aos mecanismos de financiamento privado, são elencados como um dos fatores desencadeadores do esquema armado pelo tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, envolvendo doações ilegais e tráfico de influência entre financiadores e governo.

O relatório destaca, já de início, que “as quantias gastas nas campanhas eleitorais tem cifras assombrosas” e que esse fenômeno está inserido dentro de um contexto mundial, na medida em que as duas últimas décadas do século XX foram marcadas pelo crescente aumento de gastos nas campanhas eleitorais (...) Segundo o relatório, entre as causas que explicariam esse aumento de gastos estaria o desenvolvimento dos meios de comunicação, que impõe a necessidade de experts em campanhas eleitorais, o prolongamento das campanhas eleitorais e, especificamente, no caso do Brasil, dado o tamanho do seu território, a necessidade de locomoção dos candidatos, com a utilização de jatinhos. (...) O relatório defende, entretanto, que a mera legalização dos recursos privados não seria capaz de resolver o problema, pois ainda que contribuísse para a veracidade das informações, não bastaria para coibir o abuso do poder econômico em campanhas eleitorais. A possibilidade de doações privadas deveria vir acompanhada de intensa regulamentação que evitasse a distorção do poder político em

poder econômico, na qual o primeiro se apresentaria como mera fachada do segundo (FERREIRA, 2011, p. 95-96).

Interessada em debater o andamento dos projetos de lei que sugerem mudanças no mecanismo de financiamento eleitoral, Ferreira (2011) acompanha as mudanças originadas pelo trabalho da CPI, que culmina na edição das leis temporárias nº 8.713/1993 e 9.100/1995, que regeram, respectivamente, as eleições de 1994 e 1996 — instituindo o financiamento misto que vigora até hoje.

Na nova legislação estava prevista a concessão de horário gratuito no rádio e na TV para a propaganda político-partidária e para a propaganda eleitoral. Também são revisados os valores e critérios de distribuição do Fundo Partidário (5% entre todos; 95% conforme a representação na Câmara dos Deputados) e reguladas as doações de fonte privada, desde que não fossem provenientes de entidades estrangeiras, de direito público ou entidade de classe ou sindical. Em 1997, a lista de vedações passará a incluir fundações, permissionárias de serviço público, entidade de utilidade pública, pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba dinheiro do exterior, entidades beneficentes religiosas, entidades esportivas, ONGs e OSCIPs.

Dias (2004) vê com receio a crença de que uma reforma no sistema político baste para erradicar os casos de corrupção associados ao processo eleitoral. “Imperturbável, o dinheiro cria consensos falsos, distorce a representação e subjuga o eleitor indefeso. E nada parece sugerir que o problema — esse verdadeiro problema — se resolva apenas com golpes de caneta do legislador” (DIAS, 2004, p. 162). O autor defende que o problema principal não é a origem legal ou ilegal do dinheiro, por onde discutem os parlamentares encarregados da reforma política no Congresso Nacional, mas a centralidade da disputa econômica dentro dos processos de representação.

Este tema será trabalhado por Bezerra (1999), na sua obra “Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal”. Nela o pesquisador fará um relato detalhado de como os parlamentares do Congresso Nacional comportam-se no meio de uma equação cujas variáveis são de duas naturezas diferentes, apesar de complementares: a dificuldade de manter a coesão do seu reduto eleitoral, mediante a negociação com lideranças regionais e políticos que ocupam cargos nos municípios e administrações estaduais; e os mecanismos legislativos para a obtenção das obras, políticas públicas e recursos necessários para corresponder às expectativas dos apoiadores e financiadores de campanha.

O vínculo político do parlamentar com a região para onde foi efetuada a emenda ou aonde está sendo realizada a obra pode ser acionado como um argumento de defesa em caso de suspeitas de que o parlamentar está, através de suas emendas, atendendo aos interesses de empresas privadas. A ligação política com o estado ou o município, a ideia de que está atendendo a demandas públicas faz, diante de suspeitas desse gênero, desaparecer o vínculo, que de fato só existe em termos de compromissos informais, entre empresas e parlamentares (BEZERRA, 1999, p. 243).

Para a elaboração o livro, Bezerra instalou-se no Congresso Nacional entre março e julho de 1996. Da perspectiva da antropologia social, observou o comportamento de deputados, senadores, assessores parlamentares e lobistas, entrevistando-os e cruzando depoimentos com dados oficiais. Deste trabalho etnográfico, ele apreende o esforço dos membros do Congresso para alterar despesas no Orçamento da União, incluir emendas, orientar a execução de políticas públicas e definir convênios com entidades assistenciais da sua base eleitoral.

Bezerra (1999) também trata da formalização dos pleitos locais junto ao governo federal, em que os parlamentares assumem o papel de porta-voz de políticos regionais. Ao questionar o relacionamento destes com empreiteiras e empresas de consultoria, procura dar uma dimensão sociológica ao problema da corrupção.

No Brasil, os debates públicos sobre o fenômeno da corrupção tem privilegiado a dimensão individual e, por conseguinte, tratado a corrupção notadamente como um problema de desvio ético. (...) Procurei ir além dessa perspectiva, ao examinar o modo como a ação de parlamentares, prefeitos, funcionários, autoridades, proprietários de escritórios e representantes de empresas, por exemplo, articulam-se com representações e procedimentos que fundam as relações políticas e o funcionamento dos órgãos governamentais (BEZERRA, 1999, p. 264).

Ao final da análise, o pesquisador adverte que questionar as práticas irregulares é por em dúvida o sistema político como um todo, uma vez que “as irregularidades associadas à elaboração e execução do orçamento” estão ligadas a “relações e condutas tidas como legítimo exercício da política” (Bezerra, 1999, p. 65). Bezerra (1999), a seu modo, afirma a conexão eleitoral que, no contexto das relações políticas e prática legislativa considera legítima, a corrupção ocorre concomitantemente à busca de prestígio, votos e apoio político.

3. CANDIDATOS E ELEITOS NA ELEIÇÃO DE 2008

Antes de considerar o apanhado quantitativo que conforma a eleição de 2008, é preciso reafirmar a importância do trabalho de Rehbein (2008), egresso deste Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Na dissertação defendida, ele agrupou relevantes aspectos políticos das eleições realizadas em Curitiba nos últimos 50 anos. A pesquisa é um ponto de apoio para investigações posteriores, pois indica relações sociais fundamentais para compreender o comportamento político dos candidatos que submeteram-se repetidamente a pleitos na capital, utilizando da conversão dos mais diversos capitais em capital político para lograr sucesso na disputa.

Também orientado pelo prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, e filiado à linha de pesquisa Instituições e Poder, Rehbein percorre em sua análise as eleições realizadas, por voto direto ou indireto, de 1947 a 2004. Trechos desta pesquisa serão utilizados para contextualizar estudos de caso no próximo capítulo, em especial a primeira vitória de Beto Richa (PSDB) na disputa pela prefeitura de Curitiba, em 2004. Conforme o trabalho empírico evidencia, o primeiro mandato do tucano influenciará decisivamente a eleição para a Câmara Municipal em 2008, onde a bancada de apoio eleita reuniu 30 dos 38 vereadores — dos quais, catorze filiados ao PSDB.

De posse do ponto de apoio construído por Rehbein (2008), a presente dissertação busca a alavanca do modelo teórico de Miguel (2003b) para mover-se na compreensão do comportamento político e das relações interpessoais baseadas na confiança compartilhada. O esforço teórico desta dissertação funciona bem com o apanhado empírico daquela. A combinação de ambas aponta um caminho de análise para que aspectos eleitorais até então desapercibidos, seja pelo pouco uso aplicado do modelo de Miguel (2003b) e/ou pela subutilização dos escritos sobre política de Bourdieu, ganhem mais visibilidade.

3.1 ASPECTOS ELEITORAIS DE 1992 A 2008

A cidade de Curitiba, atual capital do Estado do Paraná, possui território estimado em 435,495 km² e comporta hoje aproximadamente 1.892.620 habitantes, distribuídos em 75 bairros. Ao seu redor, em 25 cidades-satélite da região

metropolitana, residem outras 3.110.455 pessoas, numa área adjacente de 15.622,33 km² (IPPUC, 2011).

O eleitorado da capital é composto por uma maioria feminina, cujas três faixas etárias predominantes, quantitativamente da mais numerosa para a menor, são: de 45 a 59 anos, de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos. Entre os homens, muda somente a ordenação das idades, há mais eleitores com idade entre 25 e 34 anos, proporcionalmente a mesma quantidade entre 35 a 44 anos de idade, e menos entre 45 e 59 anos.

TABELA 02
Composição do eleitorado na cidade de Curitiba segundo sexo e faixas etárias.
Elaboração do IPARDES, com dados de 2006

ELEITORES SEGUNDO SEXO E FAIXAS ETÁRIAS - 2006

| FAIXAS ETÁRIAS (anos) | MASCULINO | FEMININO | NÃO INFORMADO | TOTAL |
|-----------------------|-----------|----------|---------------|-----------|
| De 16 a 17 | 9.543 | 9.737 | - | 19.280 |
| De 18 a 24 | 97.161 | 101.090 | - | 198.251 |
| De 25 a 34 | 139.935 | 150.736 | - | 290.671 |
| De 35 a 44 | 122.820 | 137.763 | 307 | 260.890 |
| De 45 a 59 | 127.674 | 153.615 | 569 | 281.878 |
| De 60 a 69 | 39.360 | 51.078 | 278 | 90.716 |
| De 70 e mais | 31.778 | 42.900 | 304 | 74.982 |
| Idade ignorada | 260 | 335 | - | 595 |
| TOTAL | 568.531 | 647.254 | 1.478 | 1.217.263 |

FONTE: TSE

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aferido em 2000, a esperança de vida era de 71,57 anos, 96,93% da população adulta é alfabetizada, a taxa bruta de frequência escolar é de 90,44% e a *renda per capita* estimada em R\$ 619,32.

Os institutos de pesquisa apontam uma taxa média de 2,177% de crescimento demográfico ao ano para a capital. Na década de 1950, a quantidade de moradores da capital crescia 7,18% ao ano. Na década de 1970, 5,34% ao ano. De 1996 a 2000, somente 1,83% ao ano. Uma tendência acompanhada pelos índices nacionais, cujo aumento populacional caiu de 2,48% ao ano na década de 1970 para 1,36% ao ano no início da década de 1990. O aumento demográfico da RMC manteve-se estável no período, oscilando em torno de 4,37% ao ano³⁸.

³⁸ "O crescimento demográfico tem sido maior na RMC, apresentando como característica a ocupação dos municípios limítrofes a Curitiba, resultado do adensamento do pólo e seu extravasamento sobre os municípios vizinhos. Em Almirante Tamandaré, Colombo e Piraquara, a ocupação ocorreu nos limites com Curitiba, longe das respectivas sedes municipais, e em São José dos Pinhais a sede foi conurbada com Curitiba. A mancha urbana formada por Curitiba e seus

Quando aferida em âmbito estadual, contudo, a medição de aumento da população aponta para resultados diferentes. A taxa de crescimento demográfico do Paraná encontra-se em permanente ascensão desde os anos 1980. Na última metade da década de 1990 foi de 1,97% ao ano. Em números brutos, a consequência imediata do aumento de habitantes na capital foi o acréscimo de vagas na Câmara Municipal de Curitiba nos pleitos de 1996 e 2004. Em 1992, a Casa possuía 33 cadeiras. Em 1996 e 2000, foram 35 as vagas. Em 2004, 38 vereadores elegeram-se através do voto popular, mesmo número de 2008. Para o pleito de 2012, já há a autorização para o aumento de mais uma vaga, cuja instrução encontra-se em debate no legislativo³⁹.

A título de ilustração, tomemos as eleições de 1996, na qual estiveram aptos a votar 962.692 curitibanos, 65% da população total do município. Manifestaram-se durante o pleito 819.953 pessoas, seja o voto dado por ela computado como válido ou inválido, o que corresponde a 85% dos cidadãos aptos e 55% da população total.

Na eleição municipal seguinte, realizada em 2000, a população aumentou 7,5%, portanto 1.587.315 pessoas moravam em Curitiba. O número de cidadãos aptos a votar pulou para 1.110.189 pessoas, revelando acréscimo de 15%. Como resultado do súbito aumento do eleitorado, subiu para 69% da população total a quantidade de curitibanos habilitados a decidir os componentes do poder público. Na hora da votação, 927.260 pessoas fizeram-se presentes, revelando tênue queda na taxa de comparecimento, de apenas um ponto percentual, cravando 84% — ao comparar-se a população votante à total, contudo, percebe-se que os eleitores efetivos equivaleram a 58% da população total, um aumento de três pontos percentuais. Apesar do menor comparecimento, a fatia de participação da sociedade envolvida na escolha dos seus mandatários cresceu, dada a maior disponibilidade de eleitores.

Quatro anos após, houve novo aumento nos índices, apesar de tímidos quando comparados com os dados do período 1996-2000. A população da capital era de 1.727.010 em 2004, 9% a mais que na eleição anterior. Os curitibanos aptos

municípios limítrofes absorve cerca de 90% da população da RMC. Tendo em vista que Curitiba tem seu território quase totalmente ocupado e considerando o aumento populacional, verifica-se um crescimento da densidade no município. Em 1970 a taxa era de 14,09 habitantes por hectare, já em 2000 com base no Censo, a taxa aumentou para 36,72 habitantes por hectare” (IPPUC, 2006, p. 04).

³⁹ A pesquisa concentrou a análise em informações relativas às eleições municipais realizadas entre 1992 e 2008 no município de Curitiba, considerando pleitos realizados anteriormente somente em casos especiais.

a registrar sua vontade nas urnas, 1.179.223 pessoas — um acréscimo de 6% no eleitorado, que passou a representar 68% da população total do município, 1% a menos que nos quatro anos anteriores. A taxa de comparecimento mostrou-se estável: 1.009.045 foram às urnas votar, 86% dos habilitados, equivalente a 58% da população total da cidade.

Nas eleições de 2008, a população da cidade era de 1.828.092 pessoas, tendo aumentado 5,8%. Estavam aptos a votar 1.254.776 eleitores, marca que representa um novo aumento de 6% no eleitorado da capital. A representatividade manteve-se estável em 68%. No dia das eleições, 1.068.613 moradores da cidade compareceram para votar — o que significa dizer 85% dos eleitores habilitados e 58% dos residentes no município.

Considerado apenas o número de votos válidos, que chegou a 965.083, o percentual de moradores da capital que efetivamente comprovaram estar envolvidos no processo eleitoral cai para 53%. O desempenho eleitoral, se observado diante da população total, dialoga com as formas ideais de democracia representativa.

Contudo, a informação de que o resultado do processo é determinado por pouco mais que a metade das pessoas residentes na cidade, aponta para outro quadro. A situação mostra que a competição entre os candidatos é mais acirrada do que se imaginaria em um primeiro momento, com menos possibilidade de sucesso e taticamente mais exigente. Na outra ponta desta relação, mostra que o eleitor que comparece às urnas e valida o voto está mais empoderado do que poderia supor à primeira vista. Os atores que percebem essa situação exigem níveis mais altos de cooperação, como veremos nos estudos de caso.

Para efeito desta pesquisa, será considerado candidato eleito o político que obteve votos suficientes na totalização das urnas para assumir uma cadeira na Câmara dos Vereadores, desconsiderando-se suplentes que tenham assumido o mandato no curso dos quatro anos seguintes para o cálculo da taxa de reeleição. Uma vez empossado vereador, para efeito de simplificação de cálculo, considera-se que o político cumpriu integralmente o mandato para o qual foi eleito, também desconsiderando eventual nomeação para cargo no Executivo municipal ou atividade afim. O resultado prático é o acompanhamento do desempenho eleitoral dos políticos curitibanos estritamente pelo seu reconhecimento dentre o eleitorado, medido através do resultado das urnas.

A eleição direta para vereadores da Câmara Municipal de Curitiba realizada em 1992 teve 869 candidatos disputando 33 vagas. É a maior relação candidato/vaga (26,33 por vaga) do período abrangido por esse estudo, que se estende até o ano de 2004. Foram eleitos políticos de nove partidos diferentes, de amplo espectro partidário. Dos 33 vereadores eleitos, apenas quatro não se candidataram à reeleição — dos quais, hoje, um é deputado federal, outro estadual, e um terceiro é presidente municipal do partido político ao qual está filiado.

No pleito seguinte houve uma diminuição de 47% no número de candidatos habilitados a disputar a eleição e duas novas vagas foram criadas na Câmara de Vereadores. Em 1996, somente 437 candidatos disputaram as 35 cadeiras disponíveis para representantes do povo no Legislativo municipal. A relação candidato/vaga obtida (12,48 por vaga) foi a menor do período estudado. Conseguiram um novo mandato 20 dos 33 vereadores da legislatura anterior, ou seja, uma taxa de reeleição aproximada de 66% (dois terços). Das treze vagas restantes, sete foram ocupadas por políticos que haviam disputado a eleição anterior, mas que não haviam colecionado votos suficientes entre o eleitorado. Menos partidos foram contemplados com o resultado, posto que só sete ocuparam cadeiras na Casa.

Em 2000, o número de candidatos cresceu 14,19% em relação ao ano anterior. 620 políticos disputaram as mesmas 35 cadeiras disponíveis quatro anos antes. Feita a média aritmética, para cada vaga havia 17,71 candidatos. A taxa de reeleição manteve-se estável em aproximadamente 66%, com 22 vereadores do mandato anterior obtendo o direito de ocupar o gabinete na Câmara por uma nova legislatura. Também não houve variação significativa na quantidade de políticos “novatos” que ingressaram nas treze cadeiras restantes: seis deles já tinham disputado eleição municipal anterior sem sucesso, seja em 1992, 1996 ou nas duas ocasiões. Houve, entretanto, um aumento no número de legendas que obtiveram assento na Casa: em 2000, dez partidos elegeram representantes para a vereança.

Na eleição de 2004, houve uma diminuição de 16% no número de candidatos inscritos e a criação de três novas vagas na Câmara Municipal, elevando para 38 a quantidade de vereadores. Com 566 candidatos disputando essas cadeiras, a relação candidato/vaga (14,84 por vaga) oscilou pouco. Novamente, 22 vereadores da legislatura anterior obtiveram um novo mandato, mas dado o aumento de cadeiras na vereança municipal a taxa de reeleição caiu para 58%. Por sua vez,

metade das vagas restantes foram ocupadas por políticos que não haviam disputado as eleições anteriores. Doze partidos ganharam assento na Casa, aumentando novamente a representatividade no Legislativo municipal.

Na eleição de 2004, houve uma diminuição de 16% no número de candidatos inscritos e a criação de três novas vagas na Câmara Municipal, elevando para 38 a quantidade de vereadores. Com 566 candidatos disputando essas cadeiras, a relação candidato/vaga (14,84 por vaga) oscilou pouco. Novamente, 22 vereadores da legislatura anterior obtiveram um novo mandato, mas dado o aumento de cadeiras na vereança municipal a taxa de reeleição caiu para 58%. Por sua vez, metade das vagas restantes foram ocupadas por políticos que não haviam disputado as eleições anteriores. Doze partidos ganharam assento na Casa, aumentando novamente a representatividade no Legislativo municipal.

A eleição de 2008 teve um acréscimo de 42% no número de candidatos, com 794 políticos disputando as 38 vagas disponíveis no legislativo municipal. A relação candidato/vaga subiu junto, com cada grupo de 21 políticos disputando um gabinete na Câmara Municipal. Onze partidos políticos obtiveram assento no legislativo municipal. A taxa de reeleição caiu pelo segundo ano consecutivo, ficando em 55% com a recondução de vinte e um vereadores: Pastor Valdemir (PRB), Serginho do Posto (PSDB), Felipe Braga Cortes (PSDB), João Cláudio Derosso (PSDB), Jairo Marcelino (PDT), Beto Moraes (PSDB), Tito Zeglin (PDT), Aldemir Manfron (PP), Sabino Picolo (DEM), Dona Lourdes (PSB), Paulo Frote (PSDB), Celso Torquato (PSDB), Zé Maria (PPS), Roberto Hinça (PDT), Jair Cezar (PSDB), Mario Celso (PSB), Aladim (PV), Julieta Reis (DEM), Pedro Paulo (PT) e Professora Josete (PT).

Lendo a estatística ao contrário, pode-se afirmar que a Câmara Municipal de Curitiba foi renovada quase pela metade em 2008. Dos 45% que conquistaram um mandato na casa, sete já haviam disputado outra eleição para o mesmo cargo desde 1992. São eles: Professor Galdino (PSDB), Francisco Garcez (PSDB), João do Suco (PSDB), Odilon Volkmann (PSDB), Juliano Borghetti (PP), Noemia Rocha (PMDB) e Dirceu Moreira (PSL). Outros dez foram eleitos sem terem concorrido ao cargo de vereador nos últimos 16 anos. Roberto Aciolli (PV), Mara Lima (PSDB), Denilson Pires (DEM), Emerson Prado (PSDB), Omar Sabbag Filho (PSDB), Renata Bueno

(PPS), Algaci Tulio (PMDB), Julião Sobota (PSC), Jonny Stica (PT) e Caíque Ferrante (PRP) foram os parlamentares “novatos” desta eleição⁴⁰.

TABELA 07
QUADRO RESUMO DOS ASPECTOS ELEITORAIS 1992-2008

| | 1992 | 1996 | 2000 | 2004 | 2008 |
|-------------------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Vagas na CMC | 33 | 35 | 35 | 38 | 38 |
| População | XXX | 1.481.064 | 1.587.315 | 1.727.010 | 1.828.092 |
| Eleitorado | 851.190 | 962.692 | 1.110.189 | 1.179.223 | 1.254.776 |
| Votos válidos | 747.674 | 819.953 | 927.260 | 1.009.045 | 1.068.613 |
| | | | | | |
| Nº de candidatos | 869 | 437 | 620 | 566 | 794 |
| Candidato/vaga | 26,33 | 12,48 | 17,71 | 14,84 | 21 |
| Taxa de reeleição | 66% | 66% | 66% | 58% | 55% |
| Nº de legendas | 9 | 7 | 10 | 12 | 11 |

Fonte: TSE

3.2 CANDIDATOS NA ELEIÇÃO DE 2008

A eleição proporcional de 2008 no município de Curitiba começou com 858 candidaturas registradas, mas foram 794 os políticos que mantiveram os registros até o final do pleito. O resultado foi determinado por 965.083 votos válidos, sendo 826.407 nominais e 138.676 em legendas. Refazendo o cálculo já utilizado, os vereadores foram escolhidos por 77% do eleitorado, que perfazem 53% dos habitantes da cidade. As urnas registraram 63.858 votos em branco e 39.762 anulados. O quociente eleitoral era de aproximadamente 33 mil votos.

O sistema eleitoral brasileiro não considera somente os votos nominais para a elaboração da lista de políticos vencedores das eleições. Ele computa também a votação de legenda para a obtenção do quociente eleitoral, o que faz com que nem sempre os mais votados sejam os candidatos eleitos. Na eleição de 2008, o

⁴⁰ Durante cinco legislaturas, estiveram disponíveis 179 cadeiras de vereador na Câmara Municipal de Curitiba. Ao longo desse período, 88 políticos se revezaram na ocupação dessas vagas, sendo que 45 trocaram de legenda ao menos uma vez durante todo o período. Dos 88, apenas 11 são mulheres.

vereador mais bem sucedido foi Roberto Aciolli (PV), com 17.377 votos, mas Dirceu Moreira (PSL), que obteve a última vaga com apenas 2.593 votos, ficou no 80º lugar se considerada apenas a votação nominal. Abaixo a votação diretamente dada a legendas na eleição de 2008, cujos valores foram utilizados para o cálculo dos eleitos:

TABELA 08
VOTAÇÃO EM LEGENDAS NA ELEIÇÃO PROPORCIONAL DE 2008

| PARTIDO POLÍTICO | VOTAÇÃO | PARTIDO POLÍTICO | VOTAÇÃO |
|------------------|---------|------------------|---------|
| PRB | 715 | DEM | 2062 |
| PP | 2.016 | PSDC | 204 |
| PDT | 2.597 | PRTB | 166 |
| PT | 30.081 | PHS | 144 |
| PTB | 1.396 | PMN | 366 |
| PMDB | 4.028 | PTC | 94 |
| PSTU | 219 | PSB | 1674 |
| PSL | 499 | PV | 10.054 |
| PTN | 269 | PRP | 1.708 |
| PSC | 683 | PSDB | 73.817 |
| PCB | 241 | PSL | 1.654 |
| PR | 1.034 | PC do B | 1.056 |
| PPS | 1.602 | PT do B | 297 |

Fonte: TSE

A votação na legenda está diretamente atrelada ao desempenho dos candidatos das campanhas majoritárias. Com a reeleição de Beto Richa, o PSDB recebeu 73.817 votos na legenda — resultado coerente com uma vitória no primeiro turno, em que o candidato recebeu 77% dos votos válidos. O PT recebeu apenas 40% disso, com 30.081 votos, condizente com o segundo lugar na disputa pela prefeitura. À época, Gleisi Hoffmann colecionou apenas 18% dos votos válidos registrados na capital, apesar de sua posição de destaque como dirigente partidária, esposa do ministro do Planejamento do governo Lula, Paulo Bernardo, e ex-diretora financeira da hidrelétrica de Itaipu.

O terceiro lugar ficou com o Partido Verde, com 10.054 votos. A legenda anteciparia nas eleições de 2008 a importância que assumiu em 2010, quando a candidata Marina Silva levou a disputa presidencial ao segundo turno. Neste caso, o candidato da legenda, Maurício Furtado, fez apenas 8.906 votos — menos que o

resultado da sigla na proporcional. Situação oposta viveu o candidato do PMDB, Carlos Augusto Moreira Júnior, que acabou a corrida pela prefeitura em terceiro lugar, com 19.157 votos, perfazendo 1% dos votos válidos. O apoio de Roberto Requião, governador à época, não trouxe sucesso eleitoral na majoritária e muito menos na proporcional, onde o partido só recebeu 4.028 votos na legenda.

Candidatos e eleitos

Analisando os dados sociodemográficos dos candidatos inscritos para a eleição proporcional, as características médias do postulante à vaga de vereador em 2008 apontam para um homem, com idade entre 45 e 59 anos, com o ensino médio completo ou superior incompleto. Profissionalmente, seria grande a chance de ele ser comerciante ou empresário⁴¹.

A disparidade de gênero na eleição é nítida: dos 858 candidatos inscritos, 667 são homens e apenas 191 são mulheres. 106 candidatas possuíam de 45 a 59 anos de idade na data da eleição; 42 na faixa etária anterior, de 35 a 44 anos de idade; e apenas 18 adultas com idade entre 25 e 34 anos. 16 sexagenárias disputaram a eleição, cinco na casa dos setenta anos de idade e apenas uma octogenária. Apenas três menores de 25 anos lançaram candidatura à vereador.

No caso dos homens, está ligeiramente mais distribuída a idade média dos candidatos a vereador. 297 tinham de 45 a 59 anos na eleição, outros 203 disputaram uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba estando entre 35 e 44 anos de idade. A soma desses dois aspectos etários é onde está concentrada a maioria dos postulantes a uma vaga de vereador. Sobram 96 candidatos de 25 a 34 anos, 50 sexagenários, cinco septuagenários e 16 menores de 25 anos de idade. O processo de seleção das chapas apontou um reduzido número de jovens e idosos, com predominância explícita dos candidatos de meia-idade.

Em parte, o quadro acima orienta a leitura do perfil de escolaridade dos candidatos. 320 possuem o ensino superior completo, 367 concluíram o ensino médio ou não completaram o ensino superior. 133 realizaram o ensino fundamental ou não terminaram o ensino médio. A ocupação profissional da maioria resume-se às atividades de comerciante e empresário, cuja definição abrangente dificulta uma

⁴¹ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), baseados na ficha de inscrição dos políticos. As informações são declaradas pelos candidatos. No caso da ocupação profissional, por exemplo, das 858 fichas avaliadas, 156 não souberam informar com exatidão o trabalho que desempenhavam à época da eleição.

correta contextualização. O mesmo raciocínio aplicado aos vereadores eleitos serve para, inicialmente, diferenciar os casos de sucesso do conjunto das candidaturas. O candidato vitorioso é, na sua maioria, homem (84% dos eleitos), com ensino superior (50%), idade entre 45 a 59 anos (37%) e patrimônio pessoal declarado na faixa intermediária dos R\$ 100 mil ao R\$ 500 mil.

TABELA 09
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL dos ELEITOS em 2008

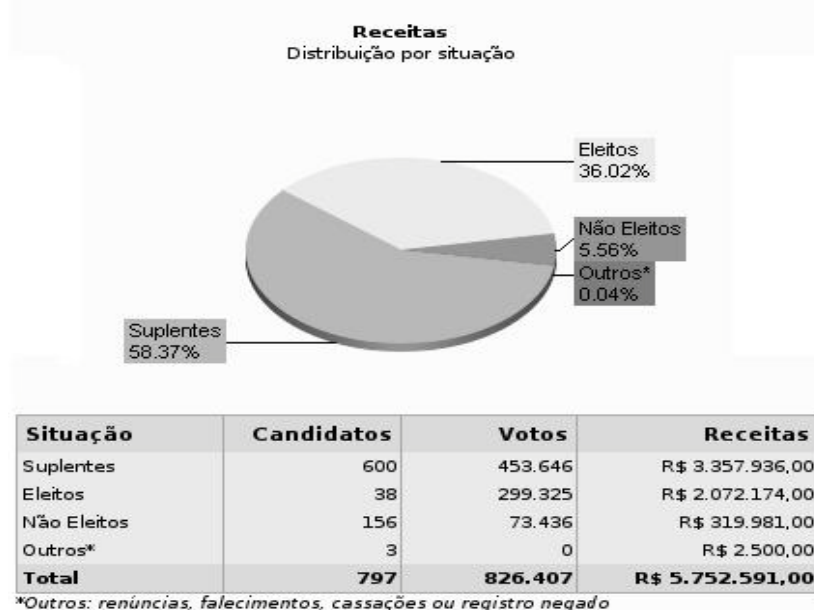
| Nome | Bens 2006 (R\$) | Evolução 2006-2008 | Bens 2008 (R\$) | Evolução 2008-2010 | Bens 2010 (R\$) | Evolução 2006-2010 |
|------------------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| Aladim Luciano (PV) | | | 1.236.694 | | | |
| Aldemir Manfron (PP) | | | 1.885.146 | | | |
| Algaci Tulio (PMDB) | 115.919 | -8,9% | 105.587 | | | |
| Beto Moraes (PSDB) | | | 294.000 | | | |
| Caíque Ferrante (PRP) | | | 470.000 | -28,6% | 335.803 | |
| Celso Torquato (PSDB) | | | 260.118 | | | |
| Denilson Pires (DEM) | | | 755.000 | | | |
| Dirceu Moreira (PSL) | | | 0 | | 38.000 | |
| Dona Lourdes (PSB) | | | 120.997 | 19,0% | 143.976 | |
| Emerson Prado (PSDB) | | | 0 | | | |
| Felipe Braga Cortes (PSDB) | 390.000 | 62,8% | 635.000 | -10,5% | 568.207 | 45,7% |
| Francisco Garcez (PSDB) | | | 20.398 | | | |
| Jair César (PSDB) | | | 711.654 | 5,9% | 753.840 | |
| Jairo Marcelino (PDT) | | | 59.251 | | | |
| João Claudio Derosso (PSDB) | | | 1.935.696 | | | |
| João do Suco (PSDB) | | | 385.000 | | | |
| Jonny Stica (PT) | | | 0 | | | |
| Jorge Yamawaki (PSDB) | | | 640.000 | | | |
| Juliano Borghetti (PP) | | | 250.000 | 42,2% | 355.500 | |
| Julião Sobota (PSC) | | | 0 | | | |
| Julieta Reis (DEM) | 280.068 | -70,5% | 82.657 | | | |
| Nely Almeida (PSDB) | | | 25.304 | | | |
| Noemia Rocha (PMDB) | 43.106 | -100,0% | 0 | | 827.249 | 1.819,1% |
| Odilon Volkman (PSDB) | | | 107.864 | | | |
| Pastor Valdemir Soares (PRB) | | | 150.000 | | | |
| Paulo Frote (PSDB) | | | 436.905 | | | |
| Paulo Salamuni (PV) | 243.159 | 9,2% | 265.592 | 113,1% | 566.000 | 132,8% |
| Pedro Paulo (PT) | | | 105.000 | 23,8% | 130.000 | |
| Professor Galdino (PSDB) | 5.000 | 0,0% | 5.000 | 608,8% | 35.441 | 608,8% |
| Professora Josete (PT) | | | 69.752 | | | |
| Renata Bueno (PPS) | 0 | | 20.000 | | | |
| Roberto Hinja (PDT) | 181.584 | -39,6% | 109.700 | 130,6% | 252.927 | 39,3% |
| Sabino Picolo (DEM) | | | 877.109 | 43,5% | 1.258.883 | |
| Serginho - do Posto (PSDB) | | | 121.200 | 37,9% | 167.089 | |
| Tico Kuzma (PSB) | 87.800 | 42,4% | 125.000 | 32,0% | 165.000 | 87,9% |
| Tito Zeglin (PDT) | | | 518.066 | | | |
| Zé Maria (PPS) | 387.154 | 112,2% | 821.468 | -1,6% | 808.084 | 108,7% |
| Zezinho do Sabará (PSB) | | | 8.000 | | | |

FONTE: BANCO DE DADOS ÀS CLARAS. ONG Transparência Brasil com Justiça Eleitoral.

Nesta tabela, para alguns casos, é possível enxergar a evolução patrimonial dos políticos eleitos em 2008, assumindo as restrições colocadas na seção sobre capital econômico: os dados podem não ser coincidentes com os declarados à Receita Federal e tal inexatidão não implica em infração da lei. Vejamos, por exemplo, o caso da vereadora Noêmia Rocha. Em 2008, ela declarou não possuir bens à Justiça Eleitoral, retificando essa informação dois anos depois, quando foi candidata a deputada estadual, para R\$ 827 mil em patrimônio pessoal. Ou o vereador Paulo Salamuni, procurador do município de Curitiba e político experiente, que declarou possuir R\$ R\$243 mil de patrimônio em 2006, R\$ 265 mil em 2008 e R\$ 566 mil em 2010, ano em que foi candidato ao governo do Paraná pelo PV, totalizando 81.576 votos.

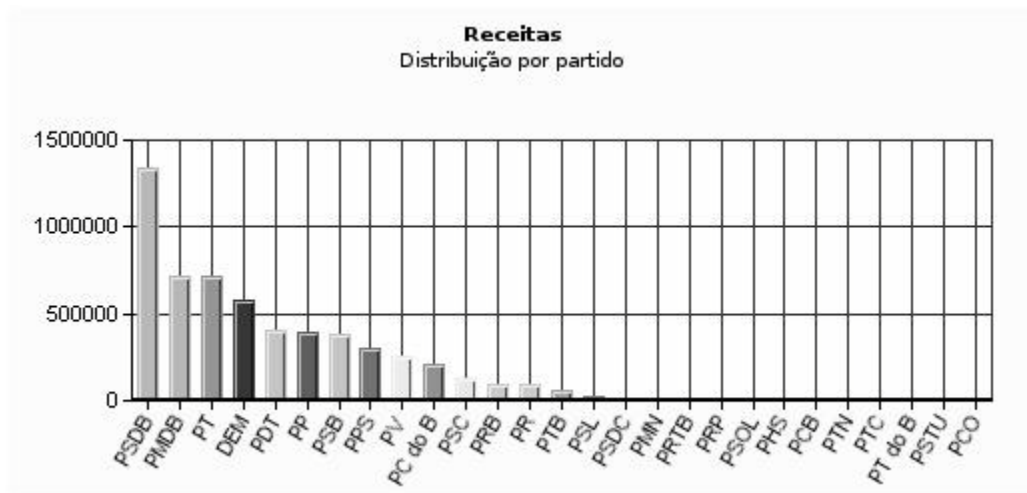
Em 2008, os candidatos a vereador recolheram R\$ 5,7 milhões entre os seus doadores de campanha. Os 38 candidatos eleitos foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 2 milhões, 36% do total. Os demais 759 políticos arrecadaram os outros 64%. O partido político que melhor amealhou recursos foi o PSDB, cujo candidato nas majoritárias, Beto Richa, foi eleito no primeiro turno com 77% dos votos. Na Câmara Municipal, a legenda fez 14 vereadores. O tucano Felipe Braga Côrtes foi o candidato que mais declarou ter recebido doações para a sua campanha na eleição proporcional, totalizando R\$ 235,5 mil.

GRÁFICO 02
DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS RECEITAS POR SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS



FONTE: BANCO DE DADOS ÀS CLARAS. ONG Transparência Brasil com Justiça Eleitoral.

GRÁFICO 03
DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS RECEITAS POR PARTIDO



FONTE: BANCO DE DADOS ÀS CLARAS. ONG Transparência Brasil com Justiça Eleitoral.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS POR SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS E PARTIDOS

| Partidos | Candidatos | | Votos | | Receitas | | Receitas/Votos | |
|--------------|------------|-----------|----------------|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------|-----------|
| | Todos | Eleitos | Todos | Eleitos | Todos | Eleitos | Todos | Eleitos |
| PSDB | 68 | 13 | 181.269 | 117.286 | R\$ 1.337.137,00 | R\$ 951.421,00 | R\$ 7,38 | R\$ 8,11 |
| PMDB | 51 | 2 | 53.975 | 7.894 | R\$ 714.849,00 | R\$ 55.429,00 | R\$ 13,24 | R\$ 7,02 |
| PT | 52 | 3 | 47.966 | 12.052 | R\$ 712.735,00 | R\$ 187.187,00 | R\$ 14,86 | R\$ 15,53 |
| DEM | 51 | 3 | 71.109 | 22.181 | R\$ 573.881,00 | R\$ 316.901,00 | R\$ 8,07 | R\$ 14,29 |
| PDT | 63 | 3 | 66.464 | 28.548 | R\$ 402.634,00 | R\$ 104.976,00 | R\$ 6,06 | R\$ 3,68 |
| PP | 39 | 2 | 46.173 | 14.981 | R\$ 390.586,00 | R\$ 134.962,00 | R\$ 8,46 | R\$ 9,01 |
| PSB | 54 | 3 | 64.369 | 23.278 | R\$ 384.858,00 | R\$ 54.900,00 | R\$ 5,98 | R\$ 2,36 |
| PPS | 59 | 2 | 56.990 | 12.969 | R\$ 304.192,00 | R\$ 131.000,00 | R\$ 5,34 | R\$ 10,10 |
| PV | 52 | 3 | 68.285 | 35.428 | R\$ 248.841,00 | R\$ 71.050,00 | R\$ 3,64 | R\$ 2,01 |
| PC do B | 19 | 0 | 17.253 | 0 | R\$ 209.330,00 | R\$ 0,00 | R\$ 12,13 | R\$ - |
| PSC | 44 | 1 | 25.056 | 4.041 | R\$ 132.598,00 | R\$ 4.075,00 | R\$ 5,29 | R\$ 1,01 |
| PRB | 42 | 1 | 27.967 | 14.186 | R\$ 93.857,00 | R\$ 46.900,00 | R\$ 3,36 | R\$ 3,31 |
| PR | 3 | 0 | 8.577 | 0 | R\$ 93.771,00 | R\$ 0,00 | R\$ 10,93 | R\$ - |
| PTB | 24 | 0 | 15.852 | 0 | R\$ 58.620,00 | R\$ 0,00 | R\$ 3,70 | R\$ - |
| PSL | 49 | 1 | 26.330 | 2.593 | R\$ 26.373,00 | R\$ 2.673,00 | R\$ 1,00 | R\$ 1,03 |
| PSDC | 41 | 0 | 12.734 | 0 | R\$ 16.052,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1,26 | R\$ - |
| PMN | 42 | 0 | 14.087 | 0 | R\$ 13.508,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,96 | R\$ - |
| PRTB | 21 | 0 | 5.692 | 0 | R\$ 13.130,00 | R\$ 0,00 | R\$ 2,31 | R\$ - |
| PRP | 2 | 1 | 4.344 | 3.888 | R\$ 10.700,00 | R\$ 10.700,00 | R\$ 2,46 | R\$ 2,75 |
| PSOL | 3 | 0 | 1.840 | 0 | R\$ 6.491,00 | R\$ 0,00 | R\$ 3,53 | R\$ - |
| PHS | 5 | 0 | 2.975 | 0 | R\$ 5.598,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1,88 | R\$ - |
| PCB | 2 | 0 | 355 | 0 | R\$ 2.850,00 | R\$ 0,00 | R\$ 8,03 | R\$ - |
| PTN | 1 | 0 | 274 | 0 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ - |
| PTC | 6 | 0 | 848 | 0 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ - |
| PT do B | 4 | 0 | 5.623 | 0 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ - |
| PSTU | 0 | 0 | 0 | 0 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ - | R\$ - |
| PCO | 0 | 0 | 0 | 0 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ - | R\$ - |
| Total | 797 | 38 | 826.407 | 299.325 | R\$ 5.752.591,00 | R\$ 2.072.174,00 | - | - |

FONTE: BANCO DE DADOS ÀS CLARAS. ONG Transparência Brasil com Justiça Eleitoral.

Como fica demonstrado na próxima tabela, não é regra que os candidatos com maior receita declarada obtenham a maior quantidade de votos na urna. O vereador Roberto Aciolli fez 17.377 votos, mas só arrecadou R\$ 34 mil (25ª posição).

TABELA 11
DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS POR CANDIDATOS ELEITOS

| Nome | Receitas |
|--|----------------|
| LUIZ FELIPE GUBERT BRAGA CORTES | R\$ 235.500,00 |
| JOÃO CLÁUDIO DEROSSO | R\$ 134.000,00 |
| DENILSON PIRES DA SILVA | R\$ 126.760,00 |
| JAIR CEZAR DE OLIVEIRA | R\$ 118.482,00 |
| SABINO PICOLO | R\$ 105.300,00 |
| JULIANO BORGHETTI | R\$ 94.928,00 |
| JULIETA MARIA BRAGA CORTES FIALHO DOS REIS | R\$ 84.841,00 |
| RENATA EITELWEIN BUENO | R\$ 81.000,00 |
| JOSETE DUBIASKI DA SILVA | R\$ 73.662,00 |
| CELSO TORQUATO | R\$ 71.500,00 |
| GILBERTO PIRES DOS SANTOS | R\$ 66.950,00 |
| JONNY MAGALHAES STICA | R\$ 65.665,00 |
| OMAR SABBAG FILHO | R\$ 65.510,00 |
| SERGIO RENATO BUENO BALAGUER | R\$ 60.150,00 |
| PAULO FROTE | R\$ 59.459,00 |
| MARIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA | R\$ 53.900,00 |
| JOSE MARIA ALVES PEREIRA | R\$ 50.000,00 |
| PEDRO PAULO COSTA | R\$ 47.860,00 |
| VALDEMIR MANOEL SOARES | R\$ 46.900,00 |
| FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS GARCEZ | R\$ 43.931,00 |
| JOACIR ROBERTO HINCA | R\$ 43.380,00 |
| ALDEMIR JOAO MANFRON | R\$ 40.034,00 |
| ALGACI ORMARIO TULIO | R\$ 36.892,00 |
| JAIR MARCELINO DA SILVA | R\$ 36.000,00 |
| ALADIM LUCIANO | R\$ 35.900,00 |
| JOSE ROBERTO DOS SANTOS | R\$ 34.550,00 |
| MARILEI DE SOUZA LIMA | R\$ 28.109,00 |
| TITO ZEGLIN | R\$ 25.596,00 |
| EMERSON RODRIGUES DO PRADO | R\$ 24.650,00 |
| JOÃO LUIZ SIMÕES CORDEIRO | R\$ 24.580,00 |
| ODILON VOLKMANN | R\$ 18.600,00 |
| CARLOS HENRIQUE SA DE FERRANTE | R\$ 10.700,00 |
| NOEMIA DE SOUZA E SILVA ALVES ROCHA | R\$ 18.537,00 |
| JULIO CESAR SOBOTA | R\$ 4.075,00 |
| DIRCEU MOREIRA CARRIEL | R\$ 2.673,00 |
| MARIA DE LOURDES BESERRA DE SOUZA | R\$ 1.000,00 |
| JOAO GALDINO DE SOUZA | R\$ 600,00 |
| LEONIDAS EDSON KUZMA | R\$ 0,00 |

FONTE: BANCO DE DADOS ÀS CLARAS. ONG Transparência Brasil com Justiça Eleitoral.

Outra relação comumente feita nas eleições para o Congresso Nacional é a da formação de bancadas conforme o perfil das doações recebidas. Na eleição de 2008, onde foram registradas doações de 1.986 fontes diferentes (CPFs e CNPJs),

a maioria foi realizada por pessoas físicas, quando não do próprio candidato. É o que aparece na relação dos 80 maiores doadores, vista a seguir.

Logo após, encerrando a rápida contextualização da variante econômica em 2008, aparece a lista de quem foi beneficiado por doação das empresas que mais desembolsaram recursos a candidatos a vereador em 2008. A exposição destes dados tornou-se mais fácil a partir do projeto “Às claras”, da Transparência Brasil, que incorporou aos dados da Justiça Eleitoral uma interface digital, permitindo o cruzamento informatizado de todas essas informações.

TABELA12
LISTA DOS 80 MAIORES DOADORES DE CAMPANHA EM 2008

| Nome | Doações | Nome | Doações |
|---|----------------|---|---------------|
| Diretório Municipal do PP | R\$ 177.500,00 | EDSON JOSÉ FELTRIN | R\$ 29.000,00 |
| JC LOPES | R\$ 158.000,00 | ELEIÇÃO 2008 - SABINO PICOLO VEREADOR | R\$ 28.300,00 |
| NELY LIDIA VALENTE ALMEIDA | R\$ 109.500,00 | JULIO HIDEO ANDO | R\$ 28.095,00 |
| JORGE LUIZ BERNARDI | R\$ 79.407,00 | ADRIANO MENEGHINI | R\$ 28.000,00 |
| DENILSON PIRES DA SILVA | R\$ 74.235,00 | DAIKEN INDUSTRIA ELETRÔNICA S.A. | R\$ 27.000,00 |
| CELSO TORQUATO | R\$ 68.000,00 | MAURO JOSÉ IGNÁCIO | R\$ 27.000,00 |
| PARANA BANCO S/A | R\$ 62.000,00 | TITO ZEGLIN | R\$ 25.500,00 |
| ESTHER MARIA BRAGA CORTES | R\$ 60.000,00 | ROBERTO BELTRÃO DE ALMEIDA | R\$ 25.000,00 |
| CIA DE CIMENTO ITAMBE | R\$ 59.000,00 | PAULO SALAMUNI | R\$ 24.970,00 |
| JOSETE DUBIASKI DA SILVA | R\$ 57.192,00 | ULISSES KANIAK | R\$ 23.570,00 |
| PIEMONTE CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. | R\$ 53.000,00 | MERIDIANO VIAGENS E TURISMO LTDA | R\$ 23.451,00 |
| ELEIÇÃO 2008 LUIS FERNANDO ARAÚJO STELLFELD VEREADOR | R\$ 52.965,00 | LUIZ VILAR DE CARVALHO | R\$ 23.000,00 |
| PERCIO EDUARDO KLAUS | R\$ 52.000,00 | Comitê Financeiro Municipal Único do DEM | R\$ 22.239,00 |
| VALDEMIR MANOEL SOARES | R\$ 46.900,00 | JAIR CEZAR DE OLIVEIRA | R\$ 21.982,00 |
| DE AMORIM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA | R\$ 45.000,00 | HÔDA ELIAS SALAMUNI | R\$ 21.000,00 |
| PAULO FROTE | R\$ 42.249,00 | CBB IND. E COM. ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA | R\$ 20.000,00 |
| SITA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA | R\$ 42.000,00 | CONSTRUTORA SAN REMO LTDA | R\$ 20.000,00 |
| LAURETE JULIA BORGES SUHR | R\$ 40.600,00 | CONSEG ADM. DE CONSORCIOS LTDA. | R\$ 20.000,00 |
| VALDENIR DIELLE DIAS | R\$ 40.000,00 | UNIVERSAL EMPREENDIMENTO SC LTDA | R\$ 20.000,00 |
| JOÃO CLAUDIO DEROSSO | R\$ 40.000,00 | MAURICIO DE SANTA CRUZ ARRUDA | R\$ 20.000,00 |
| DR. CLAUDIO SPANHOL | R\$ 36.200,00 | IMPORTADORA DE FRUTAS LA VIOLETERA LTDA | R\$ 20.000,00 |
| ELEIÇÃO 2008 - GERALBO CLAITO BOBATO VEREADOR | R\$ 36.101,00 | AMBEV BRASIL LTDA | R\$ 20.000,00 |
| ALADIM LUCIANO | R\$ 35.900,00 | VARUNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA | R\$ 20.000,00 |
| HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA | R\$ 35.000,00 | GRAN SAPORE BR BRASIL SA | R\$ 20.000,00 |
| CASC ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS S/A | R\$ 35.000,00 | FRANCISCO CARLOS MOREIRA | R\$ 19.000,00 |
| JOSE FONTOURA | R\$ 34.558,00 | IDEAL BRASIL LOG. E TRANSP. DE CARGAS LTDA | R\$ 18.500,00 |
| PEDRO PAULO COSTA | R\$ 33.020,00 | LUCIA XAVIER SIMOES | R\$ 18.000,00 |
| C. R. ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS | R\$ 33.000,00 | ANDRÉ GIRARDI | R\$ 18.000,00 |
| CLEMENTINO TOMAZ VIERA | R\$ 32.000,00 | EDSON NAVARRO TASSO | R\$ 17.800,00 |
| CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA S/S LTDA | R\$ 31.500,00 | SUPERMAX BRASIL IMPORTADORA S/A | R\$ 17.000,00 |
| ADEMIR VOLPATO GESSER | R\$ 30.006,00 | NILSON RODRIGUES DE GODOES | R\$ 16.900,00 |
| VALE FERTIL INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA. | R\$ 30.000,00 | ODILON VOLKMANN | R\$ 16.600,00 |
| BANCO BMG S/A | R\$ 30.000,00 | ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR | R\$ 16.600,00 |
| ROSELI ISIDORO | R\$ 30.000,00 | JOAOMED COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LRDA | R\$ 16.197,00 |
| RIVOLI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | R\$ 30.000,00 | MARISA STEDILE | R\$ 16.000,00 |
| LAURO STELLFELD FILHO | R\$ 30.000,00 | ROSELI FATIMA DE MARQUI | R\$ 16.000,00 |
| MARÇAL JUSTEN FILHO | R\$ 30.000,00 | EDVIN PIO RIGOTTI | R\$ 15.439,00 |
| JB TRANSPORTES LTDA. | R\$ 30.000,00 | VILMAR GIRARDI | R\$ 15.250,00 |
| JOSE APARECIDO ALVES | R\$ 29.700,00 | ADENIVAL ALVES GOMES | R\$ 15.191,00 |
| GILBERTO PIRES DOS SANTOS | R\$ 29.025,00 | AMD RENTAL SERVICE LTDA | R\$ 15.100,00 |

FONTE: BANCO DE DADOS ÀS CLARAS. ONG Transparência Brasil com Justiça Eleitoral.

TABELA13
DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES DOAÇÕES FEITAS POR CNPJ EM 2008

| JC LOPES | | | | | | | |
|---|----------|---------|--------|--------|-----------|------------------|----------------|
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| RAFAEL XAVIER SCHWARTZ | Vereador | PMDB | 15600 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 158.000,00 |
| PARANA BANCO S/A | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| BRUNO VANHONI | Vereador | PT | 13333 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 10.000,00 |
| AGOSTINHO CREPLIVE FILHO | Vereador | DEM | 25300 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 10.000,00 |
| SABINO PICOLO | Vereador | DEM | 25625 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 7.000,00 |
| ROSELI ISIDORO | Vereador | PT | 13213 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 5.000,00 |
| DELICIO AUGUSTO RASERA | Vereador | PRTB | 28102 | PR | CURITIBA | Não Eleito | R\$ 5.000,00 |
| ALGACI ORMARIO TULIO | Vereador | PMDB | 15140 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 5.000,00 |
| NEMESIO XAVIER DE FRANCA FILHO | Vereador | PMDB | 15678 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 5.000,00 |
| CARLOS HENRIQUE SA DE FERRANTE | Vereador | PRP | 44123 | PR | CURITIBA | Eleito por média | R\$ 5.000,00 |
| HELIO RENATO WIRBISKI | Vereador | PPS | 23123 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 5.000,00 |
| CARLOS DO REGO ALMEIDA FILHO | Vereador | PSB | 40456 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 5.000,00 |
| CIA DE CIMENTO ITAMBE | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| JAIR CEZAR DE OLIVEIRA | Vereador | PSDB | 45045 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 12.000,00 |
| OMAR SABBAG FILHO | Vereador | PSDB | 45080 | PR | CURITIBA | Eleito por média | R\$ 12.000,00 |
| AMADEU LUIZ DE MIO GEARA | Vereador | PV | 43222 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 10.000,00 |
| PAULO ROBERTO WESCHER | Vereador | DEM | 25251 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 10.000,00 |
| NEY DE LUCCA MECKING | Vereador | PMDB | 15000 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 5.000,00 |
| JOÃO CLÁUDIO DEROSSO | Vereador | PSDB | 45647 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 5.000,00 |
| DENILSON PIRES DA SILVA | Vereador | DEM | 25825 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 5.000,00 |
| PIEMONTE CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| SABINO PICOLO | Vereador | DEM | 25625 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 30.000,00 |
| LUIZ FELIPE GUBERT BRAGA CORTES | Vereador | PSDB | 45500 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 10.000,00 |
| ALGACI ORMARIO TULIO | Vereador | PMDB | 15140 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 8.000,00 |
| JULIANO BORGHETTI | Vereador | PP | 11511 | PR | CURITIBA | Eleito por média | R\$ 5.000,00 |
| SITA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| JULIANO BORGHETTI | Vereador | PP | 11511 | PR | CURITIBA | Eleito por média | R\$ 20.000,00 |
| LUIZ FELIPE GUBERT BRAGA CORTES | Vereador | PSDB | 45500 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 12.000,00 |
| JOÃO CLÁUDIO DEROSSO | Vereador | PSDB | 45647 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 10.000,00 |
| HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| CARLOS DO REGO ALMEIDA FILHO | Vereador | PSB | 40456 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 35.000,00 |
| CASC ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS S/A | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| LUIZ FELIPE GUBERT BRAGA CORTES | Vereador | PSDB | 45500 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 20.000,00 |
| HELIO RENATO WIRBISKI | Vereador | PPS | 23123 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 10.000,00 |
| JAIR CEZAR DE OLIVEIRA | Vereador | PSDB | 45045 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 5.000,00 |
| C. R. ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| CARLOS DO REGO ALMEIDA FILHO | Vereador | PSB | 40456 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 30.000,00 |
| ALGACI ORMARIO TULIO | Vereador | PMDB | 15140 | PR | CURITIBA | Eleito | R\$ 3.000,00 |
| CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA S/S LTDA | | | | | | | |
| Nome | Cargo | Partido | Número | Estado | Município | Situação | Receitas |
| JORGE LUIZ BERNARDI | Vereador | PDT | 12000 | PR | CURITIBA | Suplente | R\$ 31.500,00 |

A ocupação declarada pelos candidatos eleitos na ficha de registro junto ao tribunal eleitoral merece atenção. Dos 38 eleitos em 2008, 16 declararam como ocupação profissional o fato de já serem vereadores antes do pleito. Contudo, 21 é que foram reeleitos. Os parlamentares Mario Celso Cunha e Roberto Hinça decidiram assinar a ficha de registro como profissionais de comunicação social, Pedro Paulo como professor de ensino médio, Felipe Braga Cortes como engenheiro e o vereador Jair César declarou-se advogado, apesar de estar há 20 anos na Câmara Municipal, após cinco eleições consecutivas.

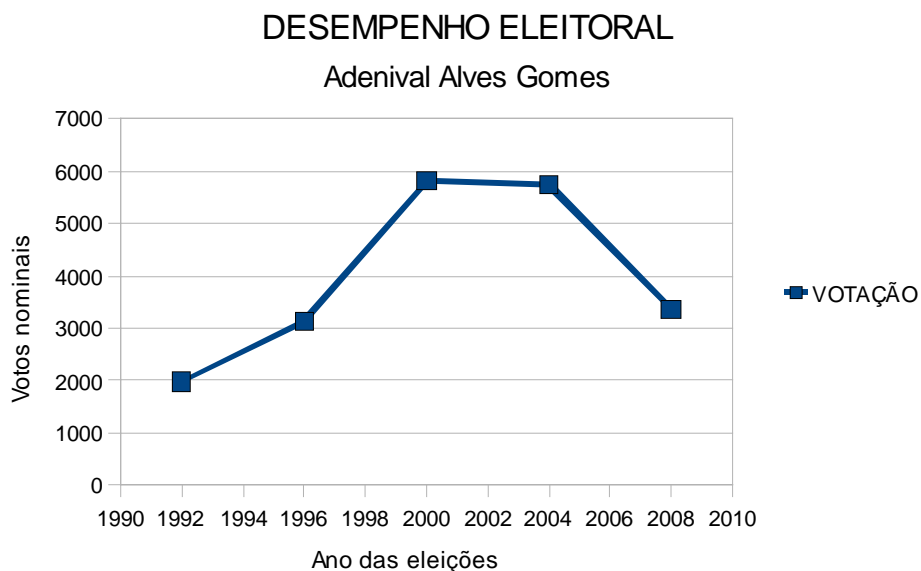
Dos vereadores que renovaram a legislatura, entraram dois comerciantes (João do Suco e Odilon Volkmann), dois jornalistas, dois radialistas, um arquiteto, uma cantora gospel, um ex-cobrador de ônibus, uma dona de casa, um professor de ensino médio e outro de nível superior, um servidor público federal de carreira e outro municipal.

Do conjunto de pessoas que disputaram a eleição de 2008, 216 já haviam disputado ao menos um pleito semelhante antes, consideradas as eleições proporcionais realizadas a partir de 1992 estritamente no município de Curitiba. Ao transpor esse histórico para um gráfico de desempenho eleitoral consolidado no período, e cruzar com os dados da pesquisa exploratória realizada na especialização, é possível separar em quatro tipos diferentes o resultado encontrado: (i) o desempenho eleitoral ascendente, representado pelo político que colecionou sucessivamente mais votos entre o eleitorado eleição após eleição, caso da maioria dos vereadores que obtiveram mandato nas últimas cinco legislaturas; (ii) o descendente, que não conseguiu nas eleições seguintes repetir ou ampliar a votação já obtida, tenha ela resultado em mandato ou não; (iii) o equilibrado, que não apresentou variação positiva superior à taxa de aumento do eleitorado, demonstrando um grupo de votantes consolidado; e (iv) o irregular, cuja quantidade de votos colecionados entre os eleitores oscila, eleição após eleição, alternadamente para cima e para baixo, resultando em mandato somente se as particularidades da cada pleito favoreceram o partido ao qual estava filiado. Vejamos alguns exemplos.

Eleito em 2004, o ex-vereador Adenival Alves Gomes, do PT não repetiu no pleito de 2008 o mesmo desempenho obtido anteriormente. Em 1992, ele registrou 1.980 votos. Quatro anos depois, subiu a marca para 3.137 votos. Em 2000, obteve 5.809 votos, firmando uma trajetória eleitoral ascendente. O quadro passaria a

mudar na eleição seguinte, com uma ligeira queda no desempenho, ao receber 5.741 votos. Em 2008, como demonstra o diagrama, ele teve 3.368 votos. A votação consolida uma nova trajetória, desta vez descendente.

DIAGRAMA 02

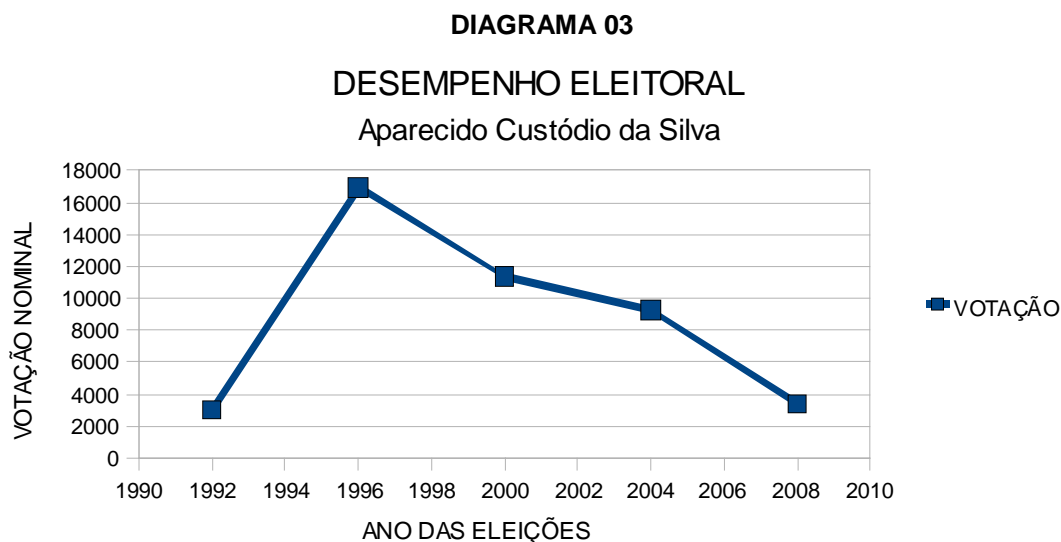


Filiado ao PT, a atuação política de Adenival está associada às comunidades eclesiais de base (CEBs) e aos movimentos populares de Curitiba. Por mais de duas décadas ele foi ministro da eucaristia e do batismo da Paróquia São José das Famílias, localizada no bairro Sítio Cercado, região Sul da cidade. Foi presidente da Associação de Moradores do Conjunto Parigot de Souza. Participou da organização do Centro Comunitário de Manutenção (Cecoma) e do Movimento das Associações de Bairros (MAB), cujo ápice de mobilização se deu na década de 1980. Adenival foi um dos articuladores da Organização Xapinhã, entidade que reunia 32 associações de moradores e movimentos populares dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Sítio Cercado. Foi um dos articulares do Movimento de Luta pela Moradia e trabalhou na organização do Movimento Popular de Saúde (Mops) e na fundação da Central de Movimentos Populares (CMP). Atualmente, integra o coletivo de pessoas organizadas no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), que congrega pessoas envolvidas com as causas da habitação de interesse social desde a época do MAB.

A carreira eleitoral do ex-operário e ex-vereador, Custódio da Silva, apresenta momentos mais drásticos. Ela começa como operário na empresa BOSCH em 1979, aperfeiçoando-se até tornar-se operador de torno automático. Dez anos depois, é

eleito vice-presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), reelegendo-se no ano seguinte, com o voto de 2.209 funcionários da BOSCH. Dois anos depois, na sua primeira eleição para vereador, receberá 2.998 votos pelo PST. “O primeiro operário da Câmara Municipal de Curitiba”, como o próprio se designava, fará uma votação seis vezes maior no pleito seguinte, obtendo 17.000 votos, pelo PDT. Dois anos após, na eleição para a Assembléia Legislativa, conquistará 28 mil votos, ficando na suplência. É o apogeu de Custódio. Quatro anos depois, já filiado ao PFL do então prefeito Cássio Taniguchi, receberá 11.364 votos para vereador. Reeleito, ele abandona o mandato para assumir a vaga de deputado estadual. Encontra problemas ao opor-se à venda da Copel, apoiada pela base governista da qual o seu partido faz parte. O deputado Nelson Justus, recém-nomeado secretário de Transportes, reassume a vaga na Assembleia e deixa Custódio sem nenhum mandato.

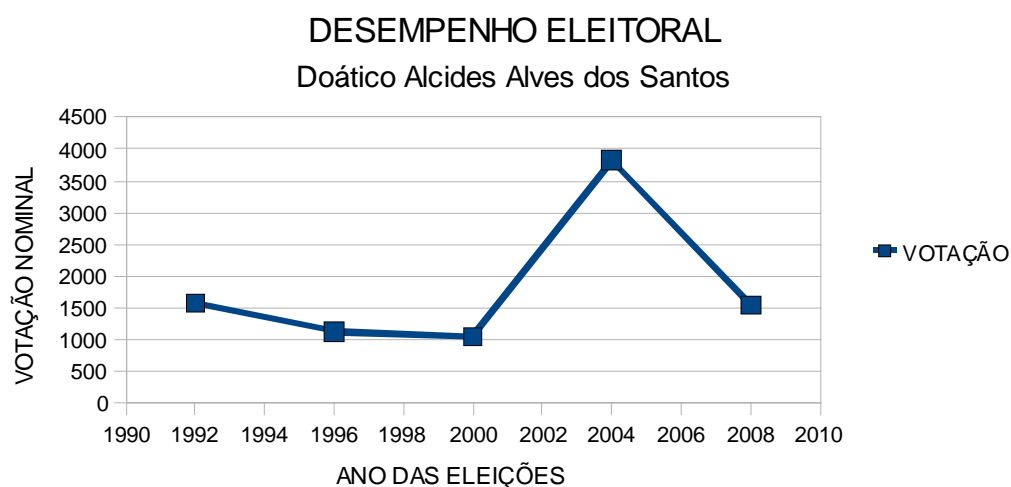
Na eleição de 2004, as urnas destinam a Custódio 9.274 votos, pelo PTB. De volta à Câmara Municipal, ele renunciará ao mandato para não ter os direitos políticos cassados, após denúncia de apropriação indevida de salário dos funcionários de seu gabinete. Em 2008, filiado ao PR, ele obtém apenas 3.395 votos, como demonstra o diagrama.



O caso de Doático Santos, dirigente do PMDB de Curitiba, também merece reflexão. Ele assume a presidência da legenda no ano de 2000, após o seu pior resultado em uma disputa pela vaga de vereador na capital paranaense. Foram 1.592 votos em 1992, 1.123 em 1996 e 1.004 em 2000. Apenas quatro depois, ele

receberá 3.822 votos das urnas. Conhecido por ser um bom articulador dentro da legenda, ele foi importante na campanha do senador Roberto Requião ao governo do Estado em 2002, cuja retribuição veio nas eleições municipais de 2004. Doático ocupará cargos na Companhia Paranaense de Habitação (Cohapar), ao lado do sobrinho de Requião, João Arruda, durante todo o período. Em 2008, ele não repetirá o desempenho anterior, obtendo 1.538 votos na eleição para vereador.

DIAGRAMA 04



3.3 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DOS ELEITOS EM 2008

O levantamento de aspectos biográficos dos políticos locais é um pouco do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Paranaenses — cujas pesquisas tem contribuído para a preservação da memória administrativa e das lutas sociais neste Estado, ambas indissociáveis da história de seus atores. A reunião de informações sobre a conformação de uma carreira política possibilita diferentes aproximações sociológicas. Nesta dissertação, duas são principais: as relações interpessoais envolvidas na busca pelo voto e a estruturação do comportamento político.

Como veremos a seguir, não há dentre os casos de melhor resultado eleitoral, quem não possuisse um envolvimento prévio com representação política, seja no movimento estudantil, no aparelho político-partidário, na representação classista ou em decorrência do pertencimento à família tradicional ou grupo político consolidado. Também fica evidente que, apesar de certos traços serem preponderantes, existem

diversos componentes na formação do capital político de um candidato, variando conforme o perfil assumido pelo político.

O exercício realizado a seguir compreende esta lógica, apesar de afrontá-la ao inserir cada um dos 38 vereadores eleitos em apenas uma categoria dentre aquelas disponíveis na taxonomia do capital social. Na sucessão de dados biográficos estarão descritos os demais componentes que participam da aquisição de capital político daquele vereador, pois a divisão em categorias é um procedimento para a melhor sistematização do emaranhado de relações sociais envolvido na decisão do voto.

O levantamento dos aspectos biográficos mostra como a eleição para vereador extrapola a condição de porta de entrada para uma carreira eleitoral, como sugeriria o modelo de Miguel (2003b). As eleições municipais são também condição para a sobrevivência política de deputados estaduais, federais e postulantes à cargos majoritários. Pleitos a cada dois anos fazem com que a manutenção dos laços interpessoais que resultam no voto seja, conforme apurado no comportamento dos políticos estudados, mais facilmente obtida por meio da ação organizada de um conjunto de políticos identificados entre si. Isto ficará claro, por exemplo, na análise comparada dos casos do Pastor Valdemir Soares, Beto Moraes, Juliano Borghetti e Professora Josete, por exemplo.

O fenômeno chega a tal ponto que partidos diferentes abrigam coalizões de políticos dentro de si, como a parceria entre Julião Sobota e Reinhold Stephanes Jr. Na eleição municipal de 2008, o PSC indicou o vice-prefeito na chapa de Gleisi Hoffmann, do PT. Contudo, apesar de o PMDB ter lançado candidato próprio, Stephanes Jr. apoiou a candidatura de Beto Richa. Individualmente, os políticos negociaram acima das limitações da sigla de pertencimento, interessados no próprio desempenho eleitoral.

Com os estudos de caso realizados no capítulo seguinte, espera-se aprofundar características destes arranjos pessoais e institucionais. A simples relação de aspectos biográficos, empreendida a seguir, serve para apoio futuro a novas pesquisas na área da sociologia política.

A maneira como os políticos se comportam reflete nas posições que defendem e ocupam ao longo da vida, sendo que parte deste processo está inscrita na nomeação dos cargos públicos de primeiro e segundo escalão. O exemplo de João do Suco e Juliano Borghetti, neste sentido, indica a importância na carreira

política deles da função de administradores regionais de seções eleitorais da cidade. Antes dessa experiência, o desempenho registrado nas urnas era insuficiente para elegê-los.

É preciso uma arqueologia ampla das nomeações em funções públicas para o desenho mais fidedigno da influência das relações interpessoais nas decisões políticas, dado que este procedimento está associado aos processos já descritos no resumo sobre os estudos eleitorais brasileiros.

3.3.1 RELAÇÕES DE PARENTESCO E PODER

Parte significativa dos políticos eleitos durante as últimas cinco legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba⁴² possui parentesco com personagens da recente história política paranaense, dos governos municipal e estadual, dos quais herdaram capital político associado à atuação institucional de seus antecessores. Na eleição de 2008, foram eleitos cinco candidatos com esse perfil.

O rendimento desse trabalho de acumulação e manutenção do capital social é tanto maior quanto mais importante for esse capital, sendo que o limite é representado pelos detentores de um capital social herdado, simbolizado por um sobrenome importante, que não têm que “relacionar-se” com todos os seus “conhecidos”, sendo procurados por ser seu capital social, e tendo valor porque “conhecidos” (cf. “eu o conheci bem”), estão em condições de transformar todas as relações circunstanciais em ligações duráveis (BOURDIEU, 2007, p. 67).

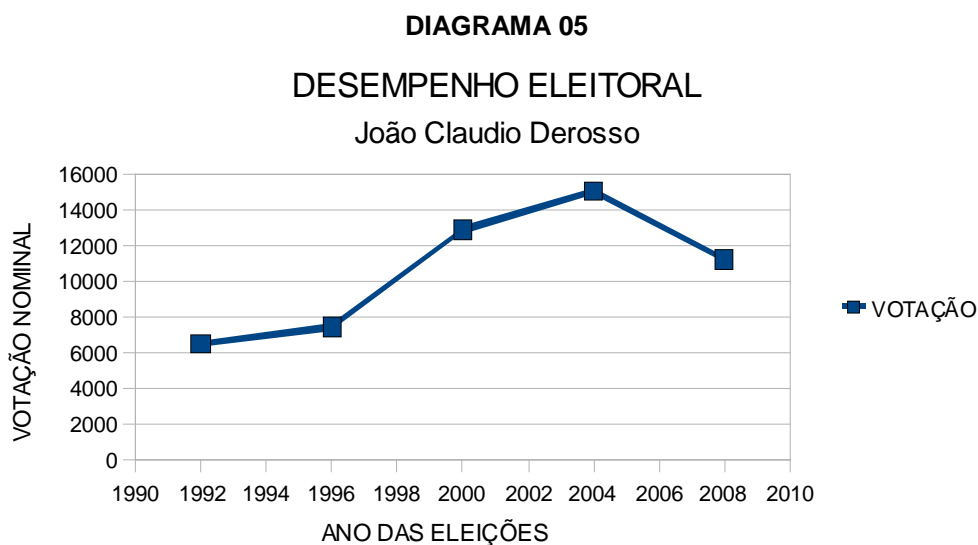
Em 2008, a reeleição do vereador João Claudio Derosso (PSDB) foi alcançada com 11.189 votos nominais. É a sexta recondução do político ao cargo de vereador da cidade. Em 1992, foi eleito pelo PDT com 6.462 votos. Reeleito em 1996, com 7.416. Reeleito em 2002, pelo PFL, com 12.852 votos. Reeleito em 2004, pelo PSDB, com 14.991. Durante estes 24 anos, Derosso foi presidente da Câmara Municipal de Curitiba em doze. Como chefe do poder Legislativo, ele assumiu a

⁴² É o caso, por exemplo, do atual deputado estadual Alexandre Curi, neto de Aníbal Khury, ex-presidente da Assembléia Legislativa, a quem ele assessorou por algum tempo. Ângelo Vanhoni também, pois é filho de Vidal Vanhoni, ex-deputado estadual e ex-secretário de Educação do estado de 1956 a 1958. Outro caso é Ehden Abib, filho do ex-vereador Miguel Pedro Abib, que fundou a instituição hospitalar Francisco de Assis, em Rio Azul, e atuou na assistência social criando abrigos para deficientes físicos e idosos. Fábio Camargo é filho e neto de desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, membro da tradicional família política Camargo, atuante na região há mais de dois séculos, parente do deputado federal Affonso Alves Camargo Neto, ex-senador, ex-ministro e neto do Presidente do Paraná, por duas vezes na República Velha, Affonso Alves Camargo (OLIVEIRA, 2007). Gustavo Fruet é filho de Maurício Fruet, ex-deputado e ex-prefeito de Curitiba. Ney Leprevost, neto e homônimo do político Ney Leprevost, ex-prefeito de Curitiba. Reinhold Stephanes Jr, filho do deputado federal e ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes — que também já foi ex-ministro da Previdência e ex-secretário de planejamento do governo estadual.

Prefeitura de Curitiba por oito vezes, em momentos de ausência do prefeito e vice-prefeito.

Na minha primeira eleição [anterior ao período da amostragem], a maioria dos meus votos veio do Xaxim, onde continuam até hoje. E poucos votos pingados, de amigos da faculdade, espalhados pela cidade (...) Com o tempo, o trabalho do vereador não se restringe aos bairros de origem. Você vai tentar resolver os problemas que se apresentam. Isso aumenta o leque. Hoje eu trabalho do Tatuquara ao Cachoeira, da Colônia Augusta ao Cajuru (...) Na eleição de 2004, eu fiz votos em todas as urnas. Eu participo de vários grupos de discussão. Ontem, participei de um jantar com empresários do Boqueirão, que é lazer, mas que se fala de política também. Era um compromisso meu de campanha: a revitalização da Avenida Marechal Floriano Peixoto. Muitos nem estiveram comigo na campanha, mas fazem parte do grupo. Acho que você não quer fazer política só pelo voto, tem a satisfação pessoal também, que aquilo que a comunidade quer, ocorra” (João Claudio Derosso).

Os relatos aqui reproduzidos estão dispostos no trabalho acadêmico empreendido na especialização, sendo que as entrevistas foram realizadas em 2007⁴³. O político é filho de João Derosso, eleito vereador de Curitiba pela primeira vez em 1963, na segunda vaga conquistada pelo PL naquele pleito.



Durante os 25 anos seguintes, ele se tornaria uma referência em eleições proporcionais na capital, auxiliando a consolidar bases eleitorais para políticos até então pouco conhecidos na cidade, como o radialista José Domingos, na década de 1970, e Reinhold Stephanes, nos anos 1980. Derosso foi o porta-voz da instalação da rede de eletricidade nos bairros do Xaxim e Umbará, chegando a ser chamado de “homem da luz” pelos vizinhos.

Nos anos de chumbo, João Derosso comporia a bancada da ARENA, sempre como um dos mais votados na capital. Ao abandonar a carreira eleitoral, passou o bastão da família ao filho João Claudio Derosso, eleito em 1988.

Renata Bueno (PPS) obteve sucesso em sua primeira tentativa de ingressar na Câmara Municipal de Curitiba. Filiada ao PPS, partido dirigido pelo seu pai, Rubens Bueno, ela obtém 4.984 votos. Com 29 anos de idade, ela é advogada com especialização em direitos humanos e mestrado em direito público internacional na Università degli Studi di Roma e Università degli Studi di Padova, na Itália. A experiência internacional fez com que se tornasse representante brasileira do Partido Democrático Italiano. À época de defesa desta dissertação, Renata é coordenadora geral da Fundação Astrojildo Pereira, instituto de apoio ao PPS, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, conselheira da diretoria do Conselho da Mulher Executiva (CME) da Associação Comercial do Paraná (ACP), membro do conselho do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) e vice-presidente do Partido Popular Socialista (PPS).

O pai de Renata foi deputado estadual por quatro vezes nos anos 1980 e prefeito de Campo Mourão, no Norte do Paraná, em 1992. Rubens Bueno também foi secretário estadual do Trabalho e diretor-presidente da Fundação de Assistência Social (FAS) de Curitiba, no início da década de 1990, durante a gestão do prefeito Jaime Lerner. Obteve mais quatro mandatos de deputado federal e candidatou-se duas vezes ao governo do Paraná e uma à prefeitura de Curitiba, sem sucesso. Bueno é o presidente da legenda no Paraná e secretário nacional do partido. Inicialmente filiados ao PPS em 2004, os vereadores Serginho do Posto e Tico Kuzma deixarão a legenda para o pleito de 2008, atribuindo a decisão à falta de autonomia dentro do partido.

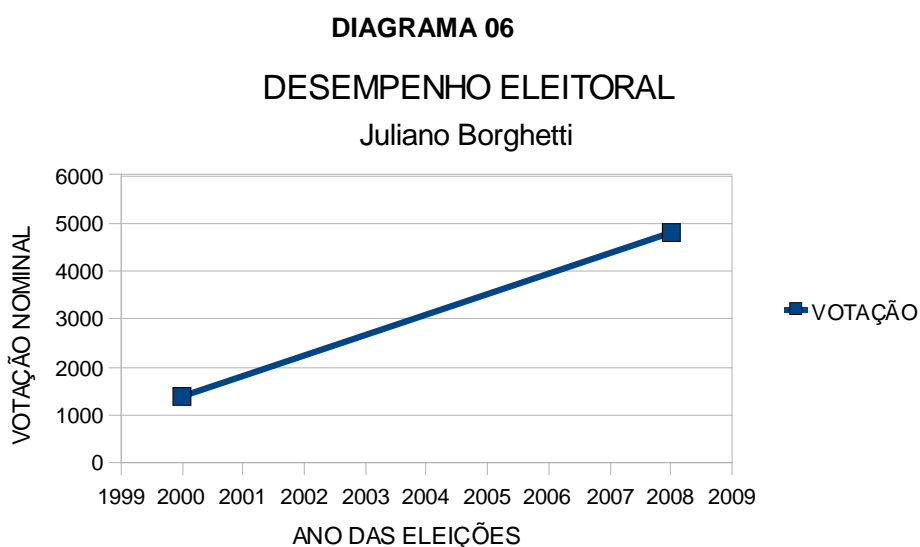
Juliano Borghetti é eleito vereador pelo PP em 2008 com 4.801 votos. Ele é irmão de Cida Borghetti (á época deputada estadual, eleita deputada federal em 2010), que por sua vez é casada com Ricardo Barros, político de tradicional família do Norte do Paraná. Juliano foi diretor da autarquia estadual Paraná Esporte, coordenando projetos sociais, antes da eleição proporcional de 2000, quando obteve 1.384 votos para a Câmara Municipal de Curitiba.

⁴³ Para essa pesquisa, foram entrevistados os seguintes vereadores, eleitos em 2004: André Passos (PT), Ângelo Batista (PP), Celso Torquato (PSDB), Elias Vidal (PP), João Cláudio Derosso (PSDB), Osmar Bertoldi (PFL), Serginho do Posto (PSDB) e Tico Kuzma (PPS).

Nos anos seguintes, durante a gestão de Cássio Taniguchi, foi secretário de Esporte e Lazer do município — mesmo período em que entra em vigor a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte. No primeiro mandato do prefeito Beto Richa, foi administrador da Regional do Pinheirinho.

A história desse grupo político começa com o pai de Ricardo, Silvio Barros, nos anos 1960. Ele foi seguidamente vereador, deputado estadual e deputado federal por Maringá e região. Na década seguinte foi prefeito, consolidando a sua influência regional. Ricardo Barros é eleito prefeito em 1988 e deputado federal quatro vezes consecutivas a partir de 1994. Silvio Barros II, irmão de Ricardo, é o prefeito reeleito de Maringá, com mandato até 2012.

Na década de 1990, Cida Borghetti será a diretora regional da Provopar e ocupará por duas a chefia do escritório de representação do Paraná em Brasília. Em 2000, ela perde a eleição para a prefeitura de Maringá, elegendo-se deputada estadual em 2002 e 2006. Juliano é a conexão do grupo político com o eleitorado de Curitiba, cidade que concentra 25% dos eleitores do Paraná.



Jonny Stica também é eleito vereador já na sua primeira tentativa. Em 2008, ele obteve 4.016 votos pelo Partido dos Trabalhadores. O político é filho de Natálio Stica, vereador de Curitiba por três mandatos (1992, 1996 e 2000) e deputado estadual eleito em 2002. Durante o segundo mandato de Roberto Requião no governo do Paraná, Natálio assumirá a diretoria-comercial da Sanepar.

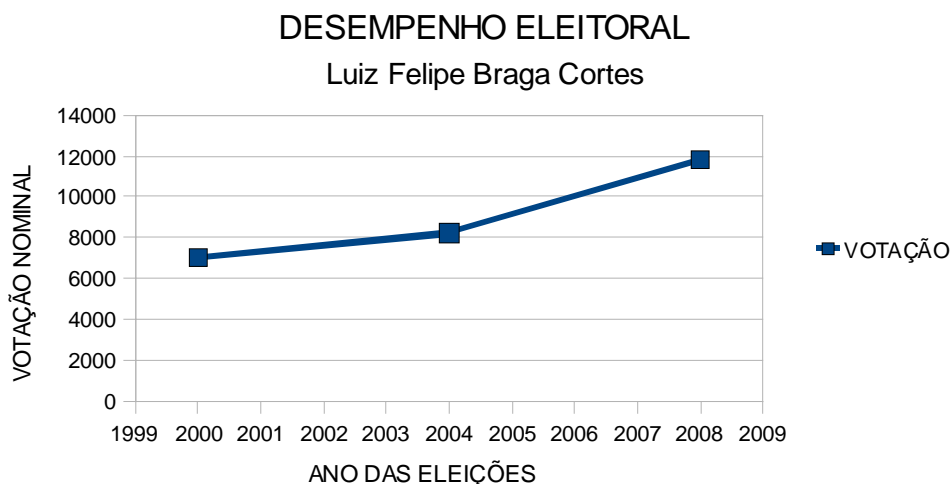
Venho do Movimento Estudantil, fui presidente do Centro Acadêmico de Arquitetura e depois Presidente do DCE da PUC-PR. Logo, tive a sorte de ter muitos amigos ao meu redor, que me incentivaram a ser candidato e ajudaram a me eleger. Desde minha infância tive a

oportunidade de acompanhar a trajetória política de meu pai Natálio Stica. Ele foi um dos fundadores do PT aqui no Paraná e esteve presente em causas muito importantes do nosso Estado. Por isso, tomei gosto pela coisa pública e desde muito cedo tive certeza que de alguma forma a política estaria presente em minha vida. A minha família é a base de tudo, é lá que tudo começa, e a presença deles em todos os momentos foi imprescindível. Contamos também com apoio de alguns militantes do PT que conhecemos durante a campanha e que deram uma contribuição significativa. (Jonny Stica)

A trajetória eleitoral de Jonny começa em 2004, quando foi presidente do Centro Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC/PR, depois vencendo as eleições para presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da instituição, que conta com 24 mil alunos. Passou pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), na área técnica.

Omar Sabbag Filho (PSDB) foi o 27º candidato mais bem votado entre os vereadores eleitos, com 5.498 votos. Filho do ex-prefeito Omar Sabbag, professor universitário e dirigente partidário responsável pelo plano de governo do prefeito Beto Richa, ele obtém sucesso já na sua primeira eleição. O voto do político concentra-se nos bairros de melhor situação social da cidade, com grande penetração na comunidade árabe de Curitiba. Ocupou cargos na administração municipal na década de 1980 e na gestão recente do PSDB.

DIAGRAMA 07



O candidato Felipe Braga Cortes recebeu 11.817 votos em 2008, tendo esta sido a sua terceira eleição consecutiva para a Câmara Municipal. Ele acumula o capital político decorrente do pertencimento à família tradicional (o pai, Fabiano Braga Cortes, foi deputado estadual, o tio Ney Braga governador do Estado e o irmão, Fabiano Braga Cortes, vereador da capital antes dele). Acumula passagem

pela diretoria de regularização fundiária da Cohab e um bom relacionamento com o setor da construção civil. É conselheiro do Coritiba Futebol Clube e da mesma geração que Gustavo Fruet e Beto Richa, com quem possui uma boa relação pessoal e política. Detalhes da trajetória de Omar Sabbag Filho e Felipe Braga Cortes podem ser encontrados no próximo capítulo, dedicado ao estudo de casos.

3.3.2 CAPITAL SOCIAL DE LIGAÇÃO

Popularmente conhecidos como “vereadores do bairro”, os políticos que utilizam como estratégia a formação de redes horizontais entre indivíduos que compartilham características demográficas, tais como vizinhos, amigos e colegas de trabalho, estão utilizando-se do capital social de ligação. Para a conversão em capital político, é necessário o envolvimento do candidato nas atividades destas pequenas comunidades e grupos.

Para obter o resultado esperado, a tarefa poderia ser desempenhada por assessores e lideranças comunitárias, por exemplo, com a possibilidade dos candidatos acionarem os seus próprios sistemas de confiança compartilhada, mobilizando familiares e colegas para trabalharem na campanha.

O vereador Sergio Renato Bueno Balaguer, conhecido como Serginho do Posto (PSDB), foi o terceiro mais bem sucedido em 2008, sendo reeleito com 12.661 votos. Na sua primeira eleição, Serginho estava filiado ao PPS e fez 6.500 votos. O nome-fantasia que usou para disputar a vaga é uma referência ao trabalho que desempenhava, à época do início da carreira eleitoral, na Vila Centenário, no Bairro do Cajuru.

“Eu fui comerciante durante 26 anos na mesma região. Gerenciei três negócios diferentes, distribuídos nas principais quadras do bairro. Trabalhei um ano e meio no supermercado e, mesmo administrando o empreendimento, eu mantinha contato com o público, fazia pacotes, essas coisas. Depois trabalhei por 11 anos na loja de materiais de construção. E, por último, outros 13 anos no posto de gasolina, a quem eu ainda presto assessoria, mesmo depois de eleito” (Serginho do Posto).

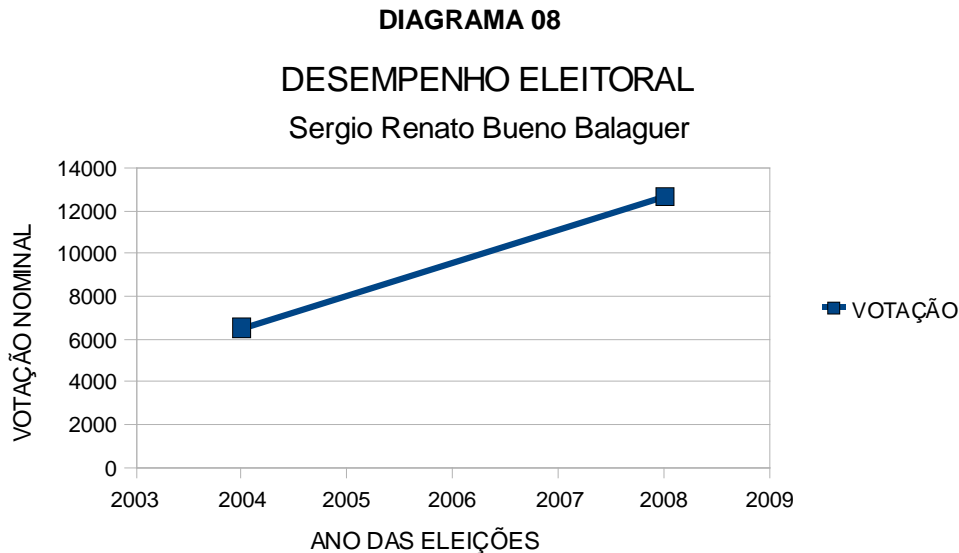
Membro de uma associação comercial no bairro em que trabalha, Serginho nega ter ingressado na política por formação familiar, ou por solicitação de partido político. O vereador atribuiu a submissão ao campo político a uma decisão tomada

em conjunto por um grupo de empresários e comerciantes da região do Cajuru, onde estabeleceu a sua base eleitoral.

“Nós fundamos uma associação comercial e empresarial no bairro há seis anos [em 1998]. Começamos a refletir sobre o comércio da região, sobre como trabalhar em rede. O empreendedor se torna uma pessoa jurídica ao abrir uma empresa, mas não tem conhecimento da legislação, das responsabilidades, coisas que levam as empresas à falência antes de dois anos. Nós começamos atendendo caso a caso, pontualmente, mas hoje estamos dando uma orientação mais macro, oferecendo um norte à eles (...) Chegamos a ter 300 empresários cadastrados. Os que participam realmente não passam de 80. É um bom número, eles estão lá desde o início, caminhando conosco” (Serginho do Posto).

“Nenhum partido me procurou. As pessoas pediram e eu saí candidato. Nas últimas três eleições do município nós apoiamos um vereador que representava também o comércio, mas a gente trabalhava no sentido de ter um mandato que acompanhasse as questões do bairro. Foi quando surgiu a idéia de eu sair candidato (...) Eu esperava uma votação melhor, pois vivo no bairro há 26 anos, conheço as pessoas pelo nome. É uma zona eleitoral grande, a gente recebe muitos candidatos que chegam só com capital econômico, o chamado pára-quedista. Eu senti a diferença de capital econômico” (Serginho do Posto).

O candidato mudou-se para a Vila Fanny, onde construiu uma segunda base eleitoral, além da participação no grupo chamado Encontristas de Casais com Cristo.

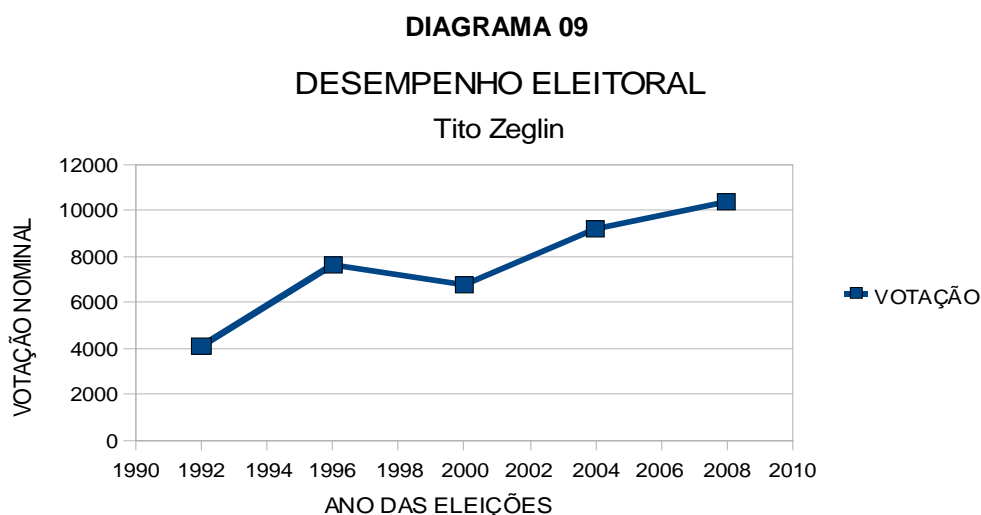


O vereador Tito Zeglin também foi eleito pela sexta vez consecutiva em 2008, após ter iniciado a carreira política em 1982, no sindicato profissional dos radialistas. Na última eleição, ele reuniu 10.373 votos nominais. Zeglin deixou o PTB após a eleição de 2000, a convite de Osmar Dias, que migrava para o PDT.

Zeglin divide as suas frentes de atuação política. O vereador administra pleitos originados na região Sul da cidade, em especial nos bairros Pinheirinho,

Capão Raso e Tatuquara. Também atende pontualmente a pedidos da população idosa, centros de tradição gaúcha e representantes das etnias ucraniana e polonesa.

Ele mantém o programa de rádio no ar há 25 anos, mudando esporadicamente de emissora. Parte da programação é dedicada à divulgação de festas e eventos ligados à Igreja Católica.



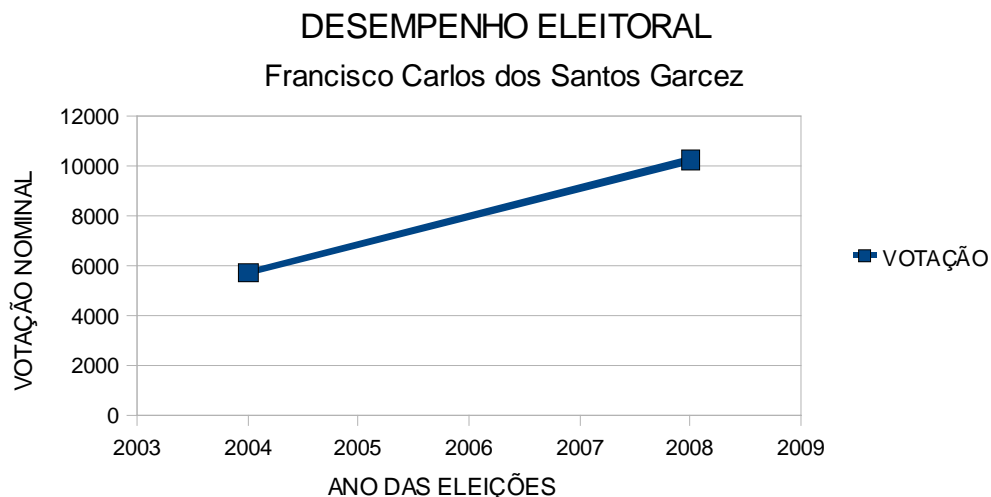
O vereador Francisco Garcez é um dos “novatos” na eleição de 2008. No pleito, ele recebeu 10.220 votos, vindo a ser o primeiro vereador eleito para representar a região do Boqueirão, bairro densamente povoado de Curitiba. A atuação política de Garcez, contudo, data da década de 1980. Ele já foi presidente da Federação de Teatro Amador do Paraná, presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC-PR e diretor da União Paranaense dos Estudantes.

Garcez reside há 30 anos na região pela qual foi eleito e faz 16 anos que é diretor-presidente da Folha do Boqueirão, o maior “jornal de bairro” de Curitiba. Durante este período, esteve filiado ao PT, legenda pela qual disputou as eleições de 2004, obtendo 5.698 votos e uma suplência para a Câmara de Vereadores. Neste meio tempo, foi procurado pelo então prefeito Beto Richa, de quem recebeu convite para filiar-se ao partido rival, o PSDB. Garcez aceitou e disputou as eleições de 2008 já pela nova sigla.

O político já foi professor da rede pública de ensino médio e radialista. Em 2000, fundou a Associação dos Empresários do Grande Boqueirão (Emgrab), instituição social pela qual apresentava reivindicações à prefeitura e buscava qualificação profissional para os mais de seis mil estabelecimentos comerciais instalados na região. Enquanto buscava mais espaço dentro da direção partidária do

PT, ele encontrou apoio da administração municipal para ações no seu distrito eleitoral. A situação resultou na saída do PT e posterior filiação ao PSDB.

DIAGRAMA 10

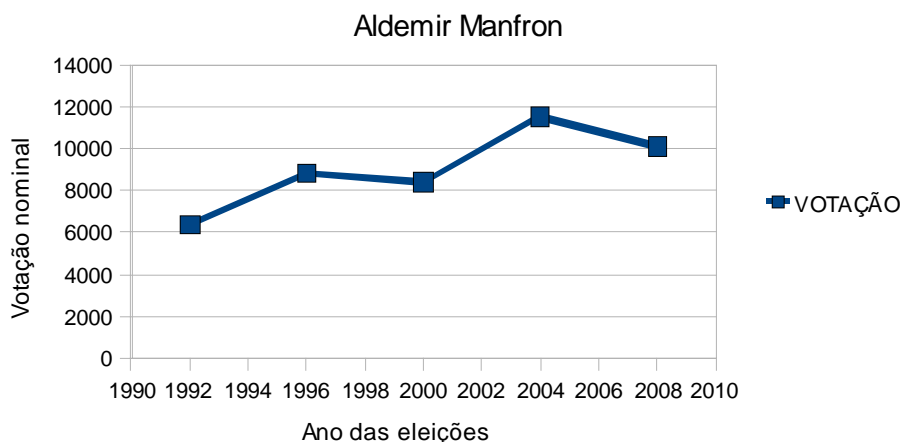


O político Aldemir Manfron também foi reconduzido pela sexta vez à Câmara Municipal de Curitiba em 2008, com uma contagem nominal de 10.180 votos. Filiado ao PTB, ele fez 6.374 votos em 1992, 8.827 em 1996 e 8.401 em 2000. Ao mudar-se para o PP, Manfron obteve 11.253 votos em 2004, mantendo-se neste patamar em 2008. Empresário e agricultor, ele é um dos parlamentares com maior patrimônio declarado na atual legislatura, ultrapassando a casa do R\$ 1 milhão.

Curiosamente, ele afirmou ter gastado somente R\$ 40.034,00 na realização da campanha. Deste montante, apenas R\$ 10 mil da própria fortuna. O mesmo valor foi doado por Ovaldir Benato, presidente da Casteval Construção e Incorporação Ltda e um dos fundadores da Comissão de Apoio à Região de Santa Felicidade, a quem Manfron já havia agraciado com um título de Vulto Emérito da Câmara de Curitiba, em 2007. Outros R\$ 10 mil foram doados pela construtora Gotschild, R\$ 5 mil pelo Diretório Municipal do PP e mais R\$ 5 mil da empresa Damiani Soluções de Engenharia.

Estabelecido no bairro de Santa Felicidade, Manfron divulga em seu material de comunicação a informação que “presta auxílio a 120 entidades filantrópicas e sociais da capital”.

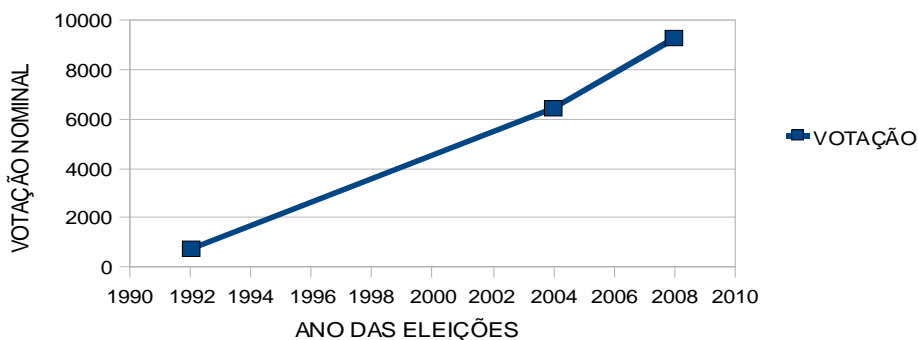
DIAGRAMA 11
DESEMPENHO ELEITORAL



A vereadora Maria de Lourdes Beserra de Souza foi reeleita em 2008 com 9.302 votos, aos 81 anos de idade. Na eleição anterior, conquistou pela primeira vez a vaga na Câmara Municipal de Curitiba com 6.438 votos. Em ambas as ocasiões, esteve filiada ao PSB, a convite do então vice-prefeito e secretário municipal de Saúde, Luciano Ducci. Nas duas últimas eleições, o PSB assumiu uma estratégia de filiação ousada para as eleições proporcionais, com o ingresso de diversos agentes de saúde comunitária nos quadros do partido.

Durante as campanhas, a candidata adotou o nome de Dona Lourdes do Santa Quitéria, bairro em que é conhecida por abrigar moradores de rua, dar encaminhamento a pedidos de aposentadoria e revisão de benefícios do INSS. Em 1992, então pelo PTB, Dona Lourdes já havia sido candidata a vereadora, tendo obtido apenas 795 votos.

DIAGRAMA 12
DESEMPENHO ELEITORAL
Maria de Lourdes Beserra de Souza

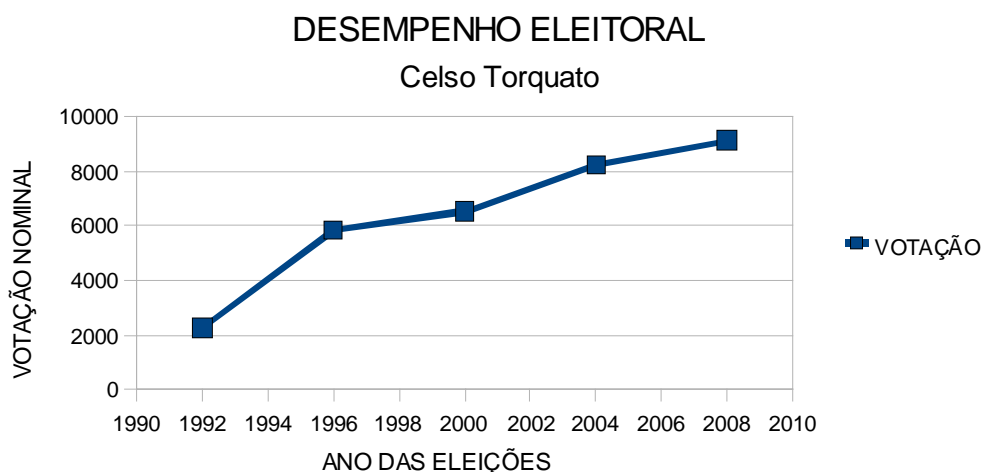


O vereador Celso Torquato mantém uma trajetória ascendente na sua carreira eleitoral, tendo conquistado 9.115 votos na eleição de 2008. O seu trabalho eleitoral resume-se ao bairro Portão, onde ele reside e trabalha como técnico de contabilidade há 25 anos, e aos clubes de atividades recreativas, culturais, de esporte e lazer.

“Eu tenho uma atuação muito forte junto aos clubes da cidade. Sou considerado o padrinho dos praticantes de bolão. Ontem, mesmo, almocei com pessoas da Sociedade Thalia, um clube social tradicional da cidade, aqui do Centro” (Celso Torquato).

Sempre filiado ao PMDB, Celso Torquato fez 2.275 votos em 1992, 5.821 em 1996, 6.516 em 2000 e 8.233 em 2004. Em 2005, ele integra o grupo de políticos que deixa o PMDB após o tratamento dado a Gustavo Fruet na escolha do candidato da legenda para as eleições municipais do ano anterior. Após uma tentativa de lançar Fruet à prefeitura, o PMDB junta-se ao PT na campanha de Angelo Vanhoni. O acontecimento racha a legenda na capital, esvaziando-a de densidade eleitoral. Celso Torquato já votava com a bancada de apoio ao prefeito Cássio Taniguchi e resolve mudar-se para o PSDB, junto com Fruet.

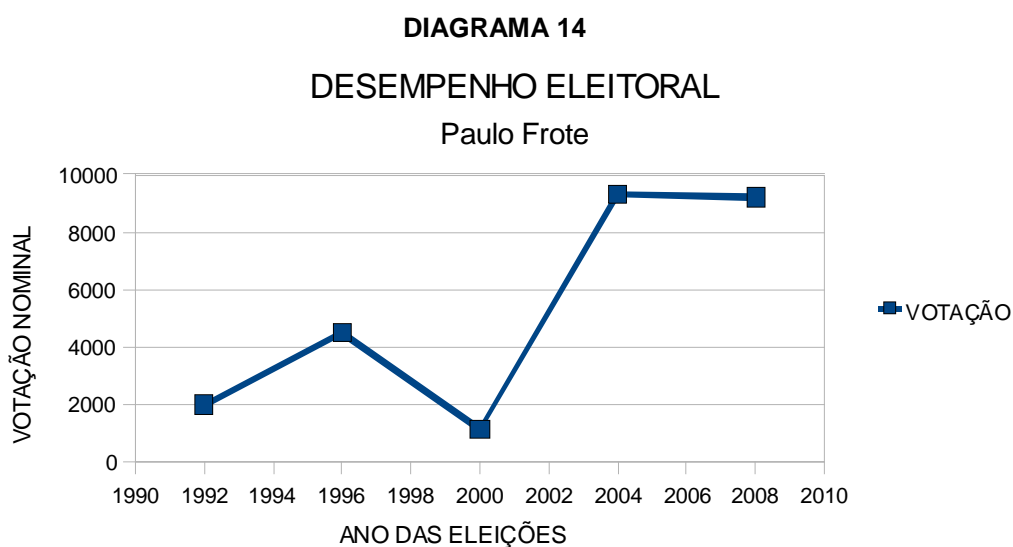
DIAGRAMA 13



Paulo Frote foi reeleito pela quarta vez em 2008, com 9.208 votos. No pleito anterior, também no PSDB, obteve 9.307 votos. Foi professor da rede estadual de ensino médio por dez anos, quando atuou no sindicato da categoria. Aprovado em concurso do Ministério da Previdência, também participou do órgão de classe dos servidores públicos federais. Presidiu por dois anos a Associação de Moradores da

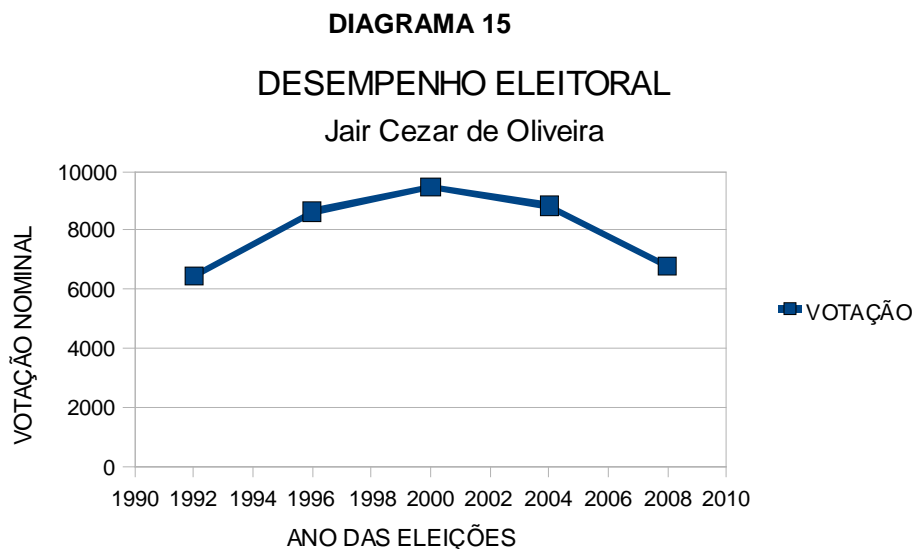
Vista Alegre e o Conselho Comunitário de Segurança do Pilarzinho. Em 1992, elegeu-se vereador pelo PMDB, com 4.447 votos. Na eleição seguinte, no PSC, obteve 9.631 votos.

No mandato anterior ao último pleito, Paulo Frote foi presidente da Comissão de Economia da Câmara Municipal de Curitiba, que orienta a votação do orçamento da capital. Neste período, o prefeito Beto Richa mudou a relação entre os poderes Executivo e Legislativo da cidade, criando o instituto das emendas parlamentares para os vereadores da capital.

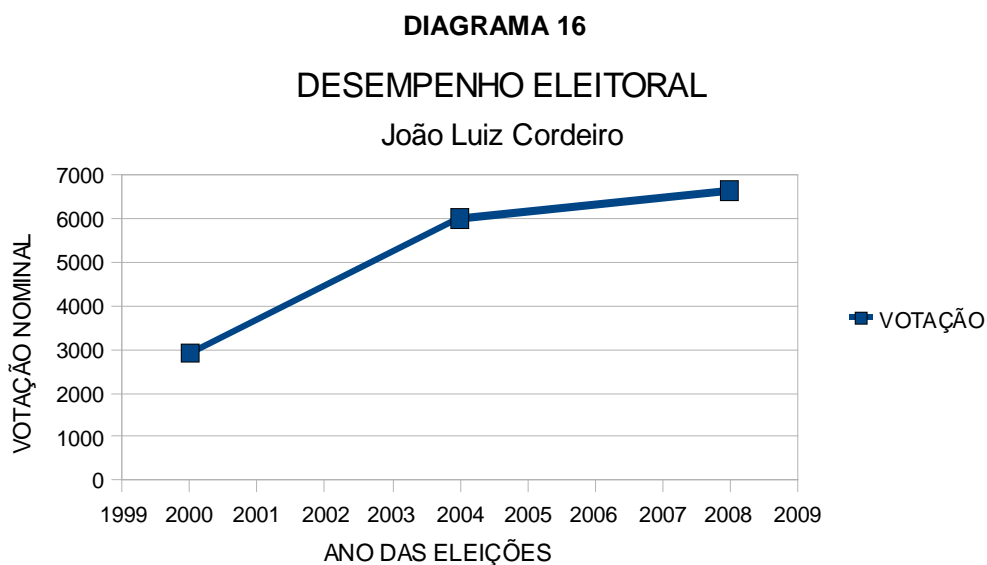


Jair Cezar é mais um do grupo de vereadores que obteve a sexta reeleição consecutiva em 2008. No pleito, recebeu 6.768 votos. Advogado e corretor de imóveis no Bairro Alto, ele entra para a política em 1988. Filiado ao PDT, ele contabiliza 6.462 em 1992 e 8.629 em 1996. Muda-se para o PTB e obtém 9.478 em 2000 e 8.831 em 2004.

O vereador é um dos parlamentares reconhecidos pelo trabalho distrital, o que lhe valeu a alcunha de “reizinho do Bairro Alto”. É o atual presidente da Comissão de Redação, Legislação e Justiça, cujo trabalho é analisar a admissibilidade de todos os projetos de lei que tramitam na Câmara Municipal.



O vereador João do Suco também foi eleito vereador em 2008, com 6.640 votos, após obter por duas vezes a suplência. Em 2000 e 2004, filiado ao PSB, ele obteve 2.911 e 6.000 votos, respectivamente. Ele é a personificação do perfil de vereador, conforme debatido antes. Na região do Pinheirinho, há 25 anos João do Suco atua como comerciante. Primeiro, com uma banca de frutas e verduras, depois uma lanchonete e a criação da Associação Comercial do Pinheirinho (Ascomarp), da qual é presidente de honra. Ligado à igreja católica, ele é ministro da Eucaristia e membro do Movimento de Conscientização Cristã (MCC) da Igreja do Guadalupe. No primeiro mandato do prefeito Beto Richa, respondeu pela administração regional do Pinheirinho.



Denílson Pires foi eleito vereador já na sua primeira tentativa, pelo DEM, com 6.439 votos. O político já foi carregador do Ceasa, operário da Bosch e cobrador de ônibus na capital. Há doze anos é presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), uma entidade cujo patrimônio é de R\$ 8 milhões e reúne quatro mil associados entre os 12,5 profissionais da categoria. À época da eleição, o advogado da entidade era o ex-vereador Valdenir Dielle Dias, eleito em 2004 pelo PTB, com 6.084 votos. Dias também é o presidente da Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Femoclam), com 1.400 entidades cadastradas. A Femoclam concorre com a Federação das Associações de Moradores de Curitiba (Femotiba) pela organização do setor, historicamente ocupando posições contrárias durante as eleições municipais.

Em setembro de 2010, a operação “Waterfront” do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público, cumpriu 17 mandados de busca e quatro de prisão preventiva contra membros do Sindimoc. Sob acusação de apropriação indébita e formação de quadrilha, Denílson e Valdenir chegaram a ficar detidos por alguns dias. Até a entrega desta dissertação, o inquérito não foi concluído.

O candidato Zezinho do Sabará (PSB) faz 6.404 votos e ocupa a primeira suplência da legenda para a Câmara Municipal. Ele será chamado ao legislativo em 2011, após a ida de Mario Celso Cunha para a secretaria especial da Copa do Mundo, no governo estadual de Beto Richa. Ele nunca havia disputado uma eleição antes, mas já era líder comunitário no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) há cerca de 15 anos. Foi presidente da associação de moradores do Sabará, com atuação na Igreja e na área esportiva. Também é membro do conselho local de saúde e participou da administração da Regional CIC.

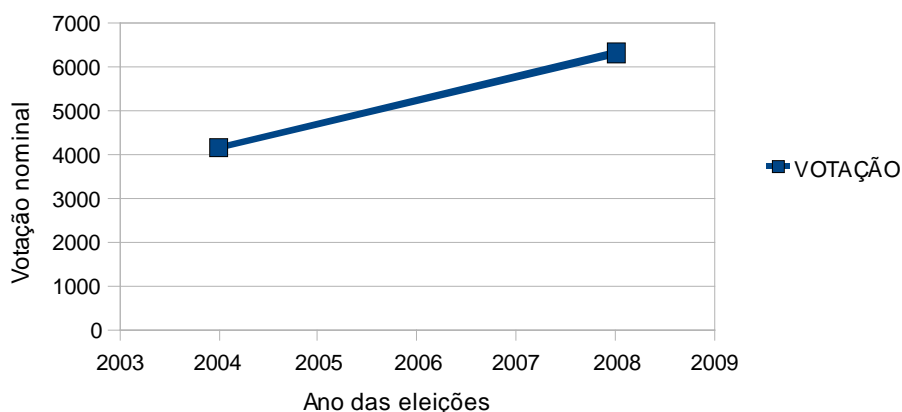
O ex-jogador de futebol, Aladim Luciano, foi reeleito vereador em 2008 com 6.315 votos. Na eleição anterior, em 2004, foi eleito o primeiro vereador do Partido Verde de Curitiba, 4.143 votos. Inicialmente conhecido na cidade pelo período em que jogou nos times da capital, sendo campeão brasileiro com o Coritiba Futebol Clube em 1973, depois de aposentado do esporte fixou residência no bairro Bacacheri.

No Bacacheri, Aladim abriu uma panificadora que tornou-se referência para os moradores. Esta situação reforçou a sua atuação distrital, percebida pela

designação das emendas parlamentares para a realização de obras na região, como o Centro de Esporte e Lazer do Bacacheri, e as escolas municipais de educação infantil Eny Caldeira, Jaguariaíva, Augusto Sandino e Cerro Azul, localizadas nos bairros vizinhos.

DIAGRAMA 17
DESEMPENHO ELEITORAL

Aladim Luciano

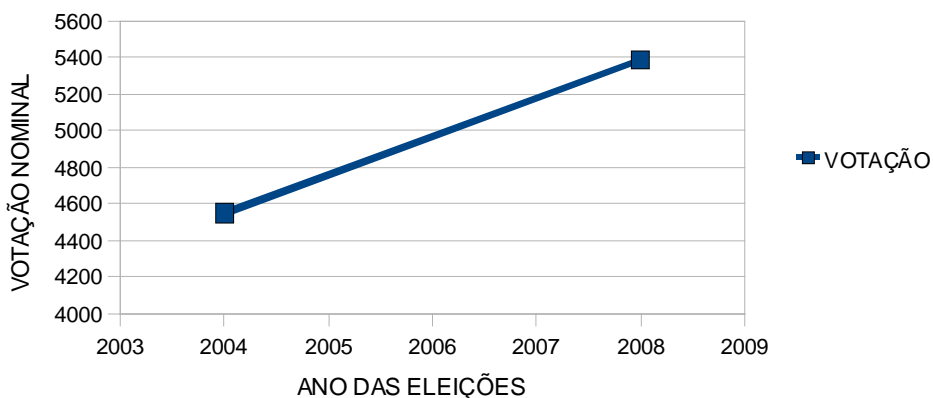


Odilon Volkmann é eleito vereador em 2008, pelo PSDB, com 5.387 votos. Antes, em 2004, ele tenta eleger-se sem sucesso pelo PL, obtendo 4.549 votos. A mudança de partido deu-se a pedido do prefeito Beto Richa, que o convidou a ingressar na legenda tucana. Ele concentrou a campanha no Bairro Novo, onde mora e dirige uma mercearia, e no Sítio Cercado.

DIAGRAMA 18

DESEMPENHO ELEITORAL

Odilon Volkmann

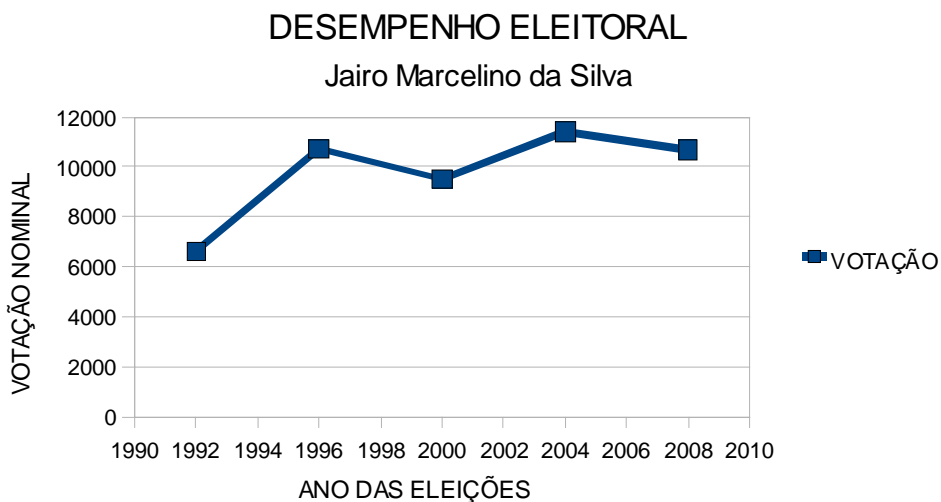


3.3.3 CAPITAL SOCIAL DE PONTE

Capital político também pode ser obtido mediante conversão de capital social de ponte, originado na defesa de interesses comuns a um grupo de pessoas, independente das suas características demográficas. A categoria é mais utilizada para tratar da ação de classes profissionais e de associações civis cujas bandeiras extrapolem os limites da própria organização.

O vereador Jairo Marcelino também foi reeleito pela sexta vez consecutiva em 2008, com 10.683 votos. Em 2004, obteve 11.405 votos. No ano de 2000, 9.512. Em 1996, 10.733. Em 1992, 6.617. Em quatro delas, concorreu pelo PDT. A exceção foi o pleito de 2000, quando Jairo teve uma breve passagem pelo PSB. A primeira eleição disputada por ele foi em 1982, pelo PDS. Antes da carreira parlamentar, Jairo Marcelino foi motorista de ônibus. Uma vez na Câmara de Vereadores, passou a representar classes profissionais ligadas ao transporte, como taxistas e empresas privadas ligadas ao setor, nos seus mais diversos ramos.

DIAGRAMA 19

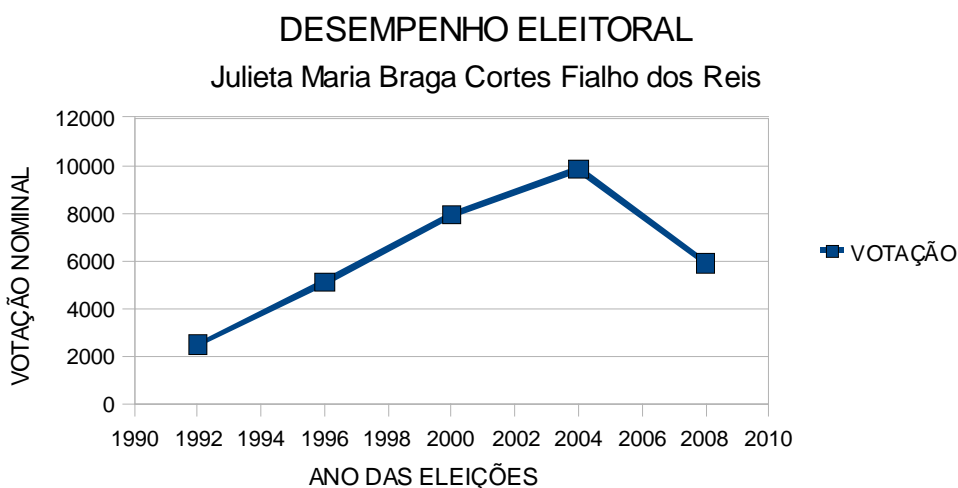


A vereadora Julieta Reis foi reeleita pela quarta vez consecutiva na eleição de 2008, com 5.896 votos. Sempre filiada ao PFL/DEM no período das eleições, ela teve rápida passagem pelo PSB nos anos 2000. Após uma passagem pela Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, ela buscou representatividade nos trabalhadores no comércio ambulante de artesanato, sendo a responsável pela regulamentação das feiras e exposições realizadas na cidade.

Julieta foi uma das criadoras da Fundação Cultural de Curitiba, também teve participação na implantação do Centro de Criatividade do Parque São Lourenço, do Bondinho da Rua das Flores e da Casa do Artesanato. Também atua distritalmente na região Norte da cidade e clube de idosos.

O nome completo da política é Julieta Maria Braga Cortes Fialho dos Reis, indicando a participação dela na família do antigo deputado estadual Fabiano Braga Cortes, cujo filho mais novo, Luiz Felipe, também é vereador. Julieta mantém-se no grupo político liderado pelo ex-deputado federal Abelardo Lupion, um dos dirigentes da bancada ruralista no Congresso Nacional.

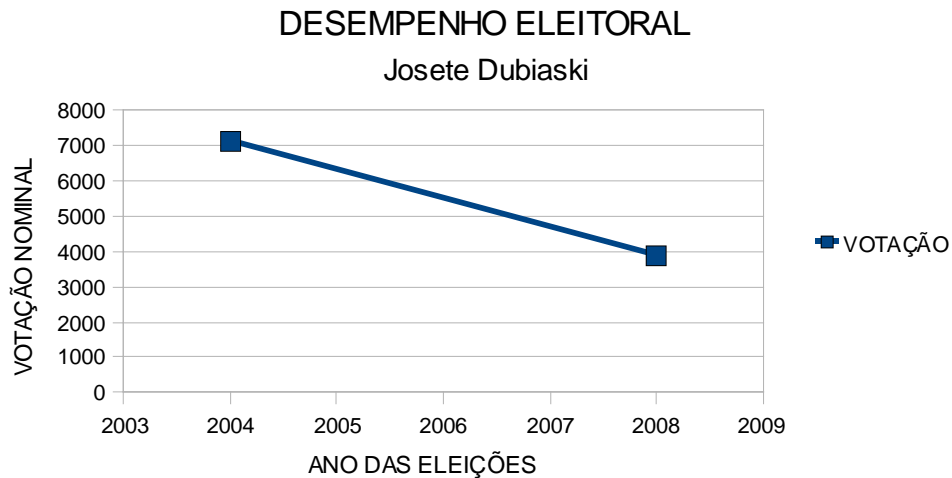
DIAGRAMA 20



A vereadora Professora Josete foi reeleita vereadora em 2008, com 3.884 votos. Na eleição anterior obteve 7.125 votos. É professora da rede pública de ensino desde 1985, tendo participado da criação do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac). Foi presidente da instituição e dirigente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Filiada ao PT desde 1990, ela participa da tendência partidária Democracia Socialista (DS), uma das mais combativas da legenda. Desta forma, integra o grupo político que dá sustentação ao deputado federal Dr. Rosinha (vereador de Curitiba em 1988) e ao deputado estadual Professor Lemos, dirigente da APP-Sindicato. A DS já teve outros representantes na Assembleia Legislativa, como o deputado estadual Tadeu Veneri.

DIAGRAMA 21

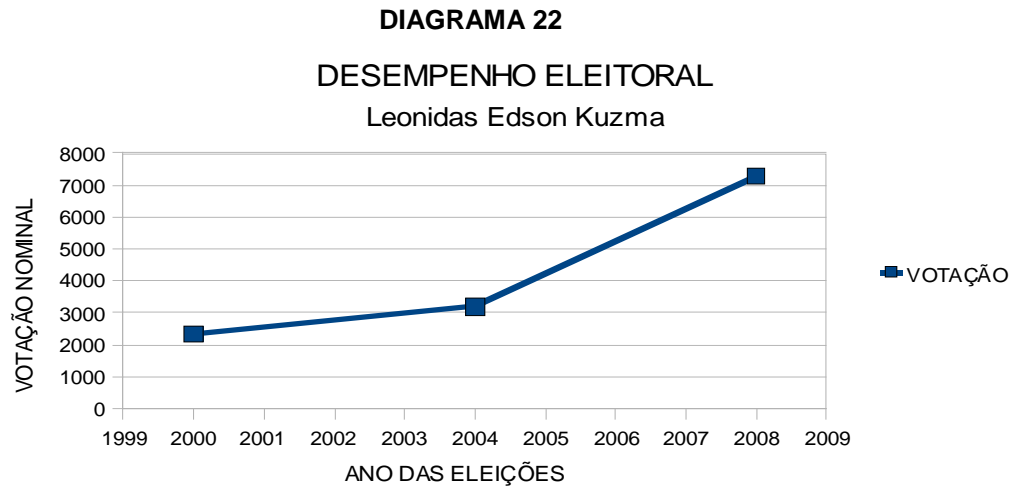


3.3.4 CAPITAL SOCIAL DE CONEXÃO

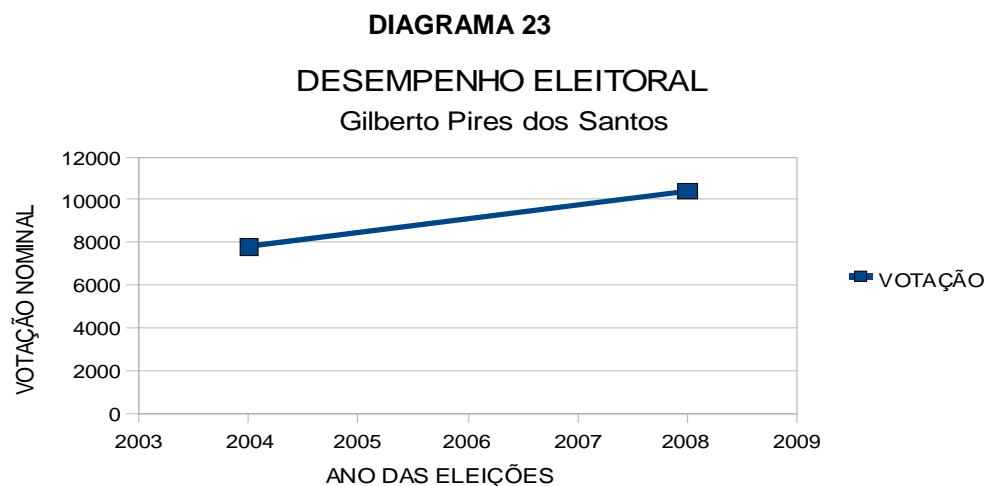
Alguns candidatos transformam as suas relações interpessoais em momentos para a consecução de recursos adicionais para aquela pessoa ou comunidade. Estes políticos que se posicionam diante do eleitor como intermediadores dos cidadãos com as autoridades do poder público buscam acumular capital social de conexão. É uma postura frequente em todos os aspirantes a uma carreira eleitoral, que geralmente só configura-se como predominante quando a base eleitoral do político é muito distribuída, associando os demais componentes que constituem o capital político.

Tico Kuzma foi reeleito vereador em 2008, com 7.298 votos, pelo PSB. A legenda o acolheu após um destendimento com o PPS, partido pelo qual foi eleito em 2004 para o seu primeiro mandato na Câmara Municipal de Curitiba, após obter 3.199 votos (o pior desempenho daquele ano). Ele já havia feito uma tentativa anterior, em 2000, pelo PSDB, quando reuniu apenas 2.351 votos. Para a sua entrada na política, o vereador contou com a experiência obtida na campanha a deputado estadual de Tito Zeglin, de quem é parente.

“[Sobre Tito Zeglin] não somos concorrentes, atuamos em regiões diferentes (...) Meu nome nunca esteve na política, era conhecido somente aqui na região. Os mercados Kuzma pertencem a um primo meu. Muita gente não me conhecia, conhecia apenas o sobrenome (...) Hoje eu me dedico só à vida pública. As pessoas visitam a gente. Daí nós vemos se é asfalto, por exemplo, e propomos uma parceria com a Prefeitura, a gente fica mais localizado nos bairros, com o escritório, para facilitar isso” (Tico Kuzma).



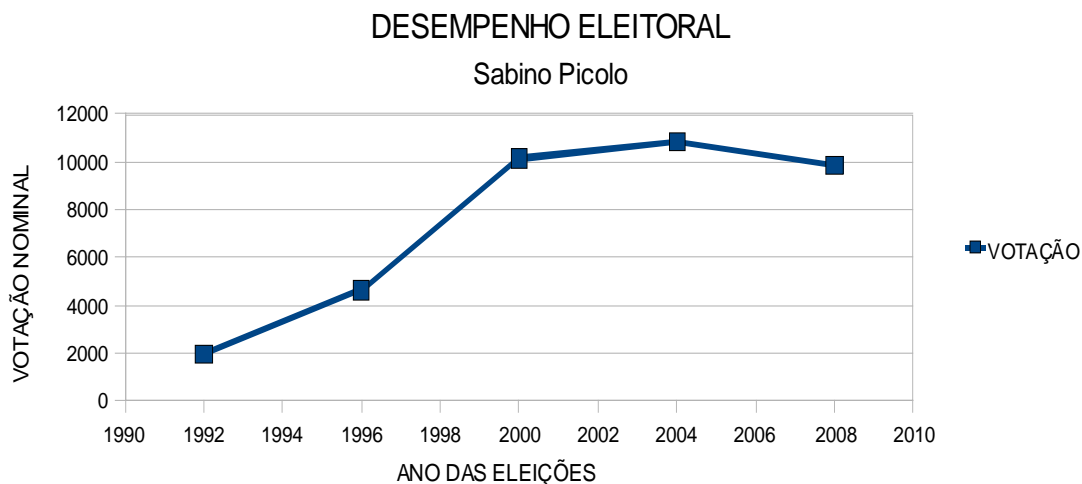
O político Gilberto Pires dos Santos foi reeleito em 2008, com 10.382 votos, pelo PSDB. Quatro anos antes, então no PL, havia obtido 7.801 votos nominais. Em ambos os pleitos, adotou o nome Beto Moraes, numa estratégia combinada com o atual deputado estadual Mauro Moraes. Gilberto trabalhou com o parlamentar durante 13 anos, vindo a coordenar três campanhas realizadas pelo político na capital. Mauro Moraes foi eleito vereador de Curitiba cinco vezes consecutivas: 1982, 1988, 1992, 1996 e 2000. O político é eleito para a Assembléia Legislativa do Paraná em 2002, deixando a disputa de vaga na Câmara Municipal de Curitiba para Gilberto. Em 1996, Mauro obteve o melhor resultado da eleição, com 22.586 votos nominais. Na eleição de 2006, ele faria a maior votação para deputado estadual em Curitiba, acumulando um total de 48.511 votos. O vereador reeleito, Beto Moraes, ocupa a mesma faixa eleitoral que Mauro, atuando em parceria para a manutenção do capital político de ambos.



Sabino Picolo foi reeleito pela quarta vez consecutiva em 2008, com 9.846 votos, pelo DEM. A sua trajetória política começa no município de Vitorino, onde nasceu, estudou e trabalhou com a família até 1975. Atuando no movimento estudantil secundarista e de nível superior, foi diretor da União Paranaense dos Estudantes. Ao tornar-se auxiliar de escriturário do Banestado por concurso público, ocupa a função de diretor de esportes da associação dos funcionários do banco.

Após uma eleição fracassada em 1992, logra a sua primeira vitória no pleito seguinte, com 4.627 votos. Nesse ínterim sai do PDC, onde fora secretário-geral do partido, passa pelo PPR e assume a vice-presidência do diretório metropolitano do PPB. Em 1994, torna-se consultor técnico da presidência do Banestado e suplente de senador na chapa do ex-ministro da Saúde no governo Sarney, Luiz Carlos Borges da Silveira. Na eleição seguinte, filiado ao PSDB, faz 10.132 votos e obtém o melhor resultado da legenda no município. Muda-se para o PFL em agosto de 2003 e assume a liderança do prefeito Cassio Taniguchi na Câmara Municipal. Na eleição seguinte, faz 10.843 votos.

DIAGRAMA 24



Caíque Ferrante elegeu-se vereador na primeira tentativa, perfazendo 3.888 votos na disputa por uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba. Foi funcionário da secretaria de Estado da Justiça, servidor público federal, diretor-geral da secretaria de Estado da Comunicação em 1995 e, em 2001, coordenava a administração da Rádio e TV Educativa, do Teatro Guaíra, da Biblioteca Pública do Paraná e do Canal da Música, dentro da secretaria estadual da Cultura. Na prefeitura de Curitiba, foi

superintendente da secretaria de Comunicação Social e diretor de transportes da URBS. Em 2004, foi assessor especial da liderança do PDT no Senado Federal. Na eleição para deputado federal em 2010, Caíque Ferrante trabalhou junto com o deputado estadual Ney Leprevost (PP) e o candidato ao Senado Gustavo Fruet.

3.3.5 IMPERATIVO MORAL

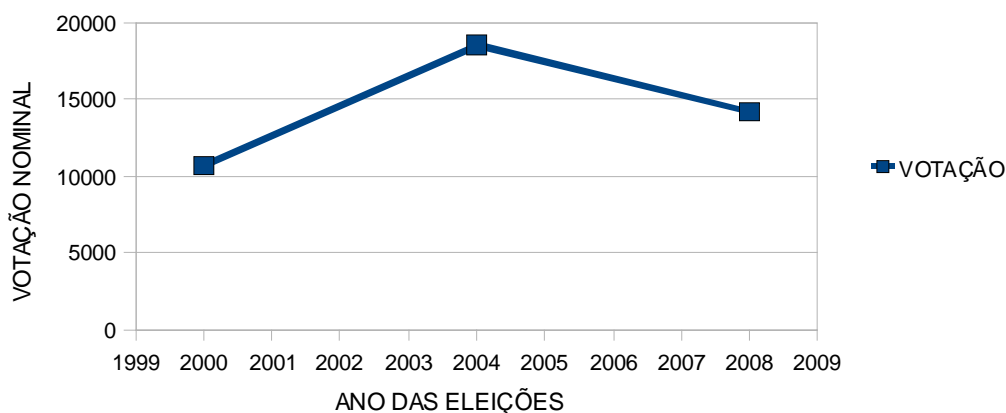
Para uma tentativa de compreensão sociológica da participação religiosa na política, é importante atualizar a teoria do capital social com as observações de Portes (2000). O sociólogo anexará ao apanhado científico existente as motivações culturais e as regras de conduta. Para ele, existem certos “valores introjetados” que levam as pessoas a se relacionarem compulsoriamente, como se movidos por imperativos morais.

Como exemplo do tipo altruísta, determinados indivíduos podem pagar as suas dívidas no prazo estipulado, dar esmola com fins caritativos e obedecer ao código de estrada por se sentirem na obrigação de se comportarem de tal forma. As normas internalizadas que tornam possíveis estes comportamentos são então apropriáveis, como recursos, por terceiros. Neste caso, aqueles que detêm capital social são os restantes membros da comunidade, que podem alargar prazos de amortizações sem receio de fuga ao pagamento ou permitir que os seus filhos brinquem na rua sem preocupações (PORTES, 2000, p.138).

O Pastor Valdemir Soares (PRB) ficou em segundo lugar na eleição de 2008, com uma votação nominal de 14.186 votos. Membro da Igreja Universal do Reino de Deus, ele integra uma trinca de candidatos formada pelos pastores Edson Praczik, deputado estadual reeleito, e Oliveira, candidato a deputado federal nas duas últimas eleições após dois mandatos como deputado estadual e um como vereador de Curitiba. Valdemir acumula experiência como pastor da igreja evangélica, tendo dirigido um trabalho de ressocialização de jovens e dependentes químicos chamado Força Jovem Paraná, radialista, apresentador de televisão, presidente da Associação Beneficente Cristã (ABC), que executa projetos sociais organizados pela Universal, e presidente da Companhia Popular de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) na primeira gestão de Beto Richa como prefeito da capital. Em 2008, foi eleito vereador pela terceira vez consecutiva. Filiado ao PP em 2000, o pastor havia feito 10.691 votos. Em 2004, no PL, reuniu 18.559 votos.

DIAGRAMA 25
DESEMPENHO ELEITORAL

Valdemir Soares



A Cantora Mara Lima (PSDB), candidata de primeira viagem em 2008, ficou em quarto lugar na contagem nominal. Fez 12.627 votos, tornando-se a mulher dona da maior votação na história da Câmara Municipal. Empresária e cantora gospel de renome nacional, tal qual o Pastor Valdemir Soares ela é ligada a uma igreja evangélica: a Assembleia de Deus. Em 2006, ano que marca a entrada dela na política eleitoral, ela foi candidata a deputada estadual perfazendo 35.378 votos.

A vereadora Noemia Rocha foi eleita em 2008, com 3.810 votos. Ela é ligada a setores da igreja evangélica Assembleia de Deus, por influência dos pais. Há mais de 15 anos gerencia e coordena projetos voltados à assistência social, como os desenvolvidos na Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Adhonep), Instituto Betânea de Ação Social (Ibas), Departamento da Família da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Central (IEADC) e Círculo de Oração da Assembleia de Deus em Curitiba (COADC). Noêmia também possui uma carreira na comunicação social, apresentando o programa Mulher Instrumento de Deus em diversas rádios de grande abrangência.

Eleito com o menor desempenho eleitoral, Dirceu Moreira recebeu 2.593 votos em 2008, filiado ao PSL. É membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. O político já havia sido candidato em outras duas ocasiões, obtendo 712 em 2000 pelo PP, e 1093 votos pelo PL em 2004. Dirceu Moreira é presidente da Associação de Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, na CIC. Trabalhou no setor de cobranças da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab), entre os anos de 2004 e 2006. Também foi assessor parlamentar do deputado estadual Artagão Júnior, entre 2002 e 2003.

3.3.6 SOLIDARIEDADE COMPROMETIDA

O segundo tipo de capital social sugerido por Portes (2000) é aquele chamado solidariedade comprometida ou confinada, conforme a tradução. Trata-se da identidade instrumental entre pessoas que experimentam uma mesma situação, ou sensibilizam-se com o grupo beneficiado. No caso aqui tratado, foi a identificação do vereador Zé Maria com as causas dos deficientes físicos, e a ligação do vereador Pedro Paulo com os movimentos de defesa das crianças e adolescentes, que propiciaram esta classificação.

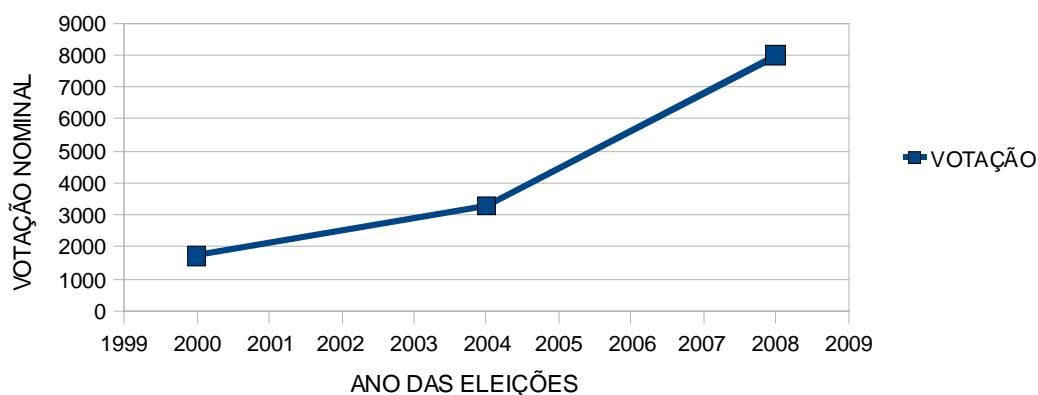
Existem duas outras fontes de capital social que se ajustam à dicotomia altruísta/instrumental, mas de um modo diferente. A primeira encontra as suas referências teóricas na análise por Marx da emergência da consciência de classe no proletariado industrial. Ao serem atirados para uma situação comum, os trabalhadores aprendem a identificar-se uns com os outros e a apoiarem mutuamente as suas iniciativas. Esta solidariedade não é o resultado da introjecção de normas durante a infância, mas um produto emergente de um destino comum [Marx, (1894)1967; Marx & Engels, (1848) 1947]. Por esta razão, as disposições altruístas dos atores nestas situações não são universais, mas confinadas aos limites da sua comunidade. Outros membros da mesma comunidade podem então apropriar-se dessas disposições e das ações delas derivadas como a sua fonte de capital social (PORTES, 2000, p. 139).

O político Zé Maria foi reeleito vereador em 2008, com 7.985 votos. No seu primeiro mandato, em 2004, havia obtido 3.292. Também disputou as eleições quatro antes, conquistando apenas 1.727 votos. Em todas essas eleições, esteve filiado ao PPS.

Comerciante, Zé Maria trabalha como voluntário na Escola de Educação Especial Primavera há 25 anos. Especializada no atendimento a crianças e adolescentes com deficiência intelectual, ele já foi presidente e conselheiro da instituição. Zé Maria é membro do Rotary Club Curitiba Leste, onde foi responsável pela aproximação da entidade com as escolas de educação especial do município.

O político também integra a Ordem Maçônica da capital há 28 anos, já tendo alcançado as titulações mais altas da instituição. Mais detalhes podem ser encontrados na próxima seção, de estudo de casos.

DIAGRAMA 26
DESEMPENHO ELEITORAL
 José Maria Alves Pereira

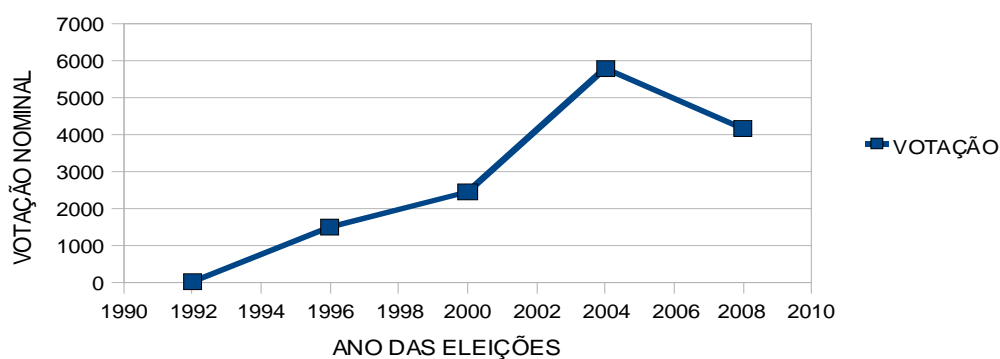


O vereador Pedro Paulo foi o mais votado do PT nas eleições de 2008, com 4.152 votos. Professor da rede municipal de ensino público, ele já havia disputado eleições anteriores, ocupando a posição de suplente da legenda e desempenhando a função administrativa. Em 1992, fez 19 votos. Quatro anos depois, 1.490 votos. Em 2000, 2.450 votos. Em 2004, 5.766 votos. O político começou a militância nas comunidades eclesiais de base da igreja católica, participando das pastorais da Juventude e Operária.

Foi presidente do Diretório Municipal do PT de Curitiba de 1997 a 2001, período em que melhora o seu desempenho eleitoral na cidade. Foi coordenador do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA-PR) e presidente da ONG Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também acompanha ativamente o trabalho dos conselheiros tutelares da capital.

DIAGRAMA 27

DESEMPENHO ELEITORAL
 Pedro Paulo Costa



O vereador Julio Sobota é eleito para a Câmara Municipal de Curitiba pelo PSC, em 2008, com 4.041 votos. Ele disputa a eleição utilizando o nome Julião da Caveira, em referência à torcida organizada Fanáticos, do Clube Atlético Paranaense, da qual é presidente há 12 anos. Julião integra a base eleitoral do deputado estadual Stephanes Jr., do PMDB, em Curitiba.

3.3.7 COMUNICADORES SOCIAIS

Miguel (2003b) já aponta o papel dos meio de comunicação como catalisadores da conversão de outros capitais em capital político, pois garantem uma maior difusão da informação eleitoral entre os ouvintes/eleitores. Quando o assunto é rádio, então, a situação ganha contornos maiores, como demonstrou Márcia Vidal Nunes, ao publicar no ano de 2000 a sua tese de doutoramento sobre esse processo acontecendo também na região Nordeste. Intitulada “Rádio e política: do microfone ao palanque, os radialistas políticos em fortaleza (1982-1996), a tese procura esmiuçar os mecanismos que elevam os casos de sucesso provenientes das candidaturas de radialistas.

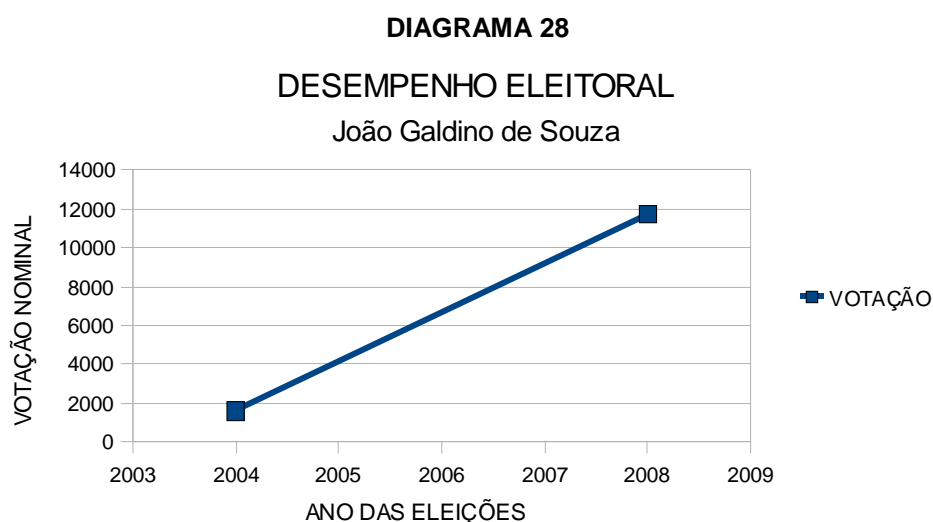
“O político se apropria do mediático, para construir uma nova forma de fazer política. É a política mediatizada. No caso dos radialistas, há um processo de instrumentalização do medium rádio que pode ou não ser deliberada. No início, pode até ser algo não planejado, mas à medida que o radialista se firma, projeta sua imagem, e adquire respeito e credibilidade junto à população, ele pode transformar esse “capital” pessoal no seu passaporte de ingresso à carreira política (NUNES, 2000, p. 354).

O candidato José Roberto Aciolli dos Santos foi o mais bem sucedido na votação nominal, colecionando 17.377 votos ao final do pleito de 2008. Tendo trabalhado como taxista em Curitiba, ele passa a integrar a equipe do apresentador de televisão Luiz Carlos Alborghetti na década de 1990. Famoso pelos programas policiais que criou e popularizou, o repórter policial Alborghetti foi deputado estadual por três vezes, disputando eleições enquanto a saúde permitiu. Ele falece em 2009, deixando em seu lugar dois sucessores famosos. O primeiro, Carlos Massa “Ratinho”, que construiu uma carreira nacional na emissora SBT e teve o filho Ratinho Jr. reeleito deputado federal com a maior votação do Paraná na eleição de 2010. O segundo, o vereador Roberto Aciolli, candidato mais bem votado em 2008.

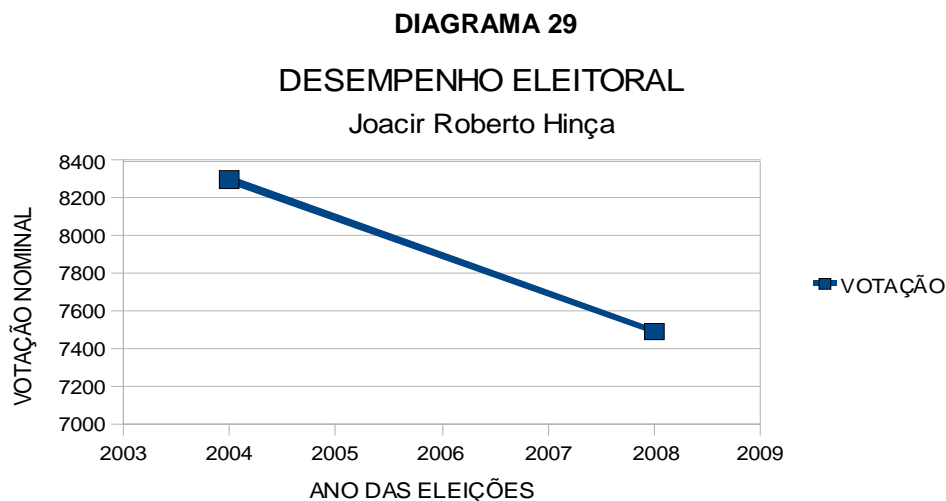
Aciolli é o apresentador do programa policial 190 Urgente, exibido pela emissora CNT e reconhecido pela intransigência com os infratores da lei. Filiado ao PV.

O vereador Professor Galdino, eleito pelo PV e convertido ao PSDB após disputa judicial com a legenda verde, foi eleito com 11.736 votos. A eleição é decorrente de um processo de construção do eleitorado, reforçada a cada dois anos com uma campanha baseada na comunicação direta.

Equipado com uma bicicleta e uma caixa de som, ele percorreu lugares de intenso tráfego, repetindo jingles e posicionando-se como um político diferente (“ético”, “competente”, “humilde”). O caráter folclórico da atividade o transformou em uma celebridade local.



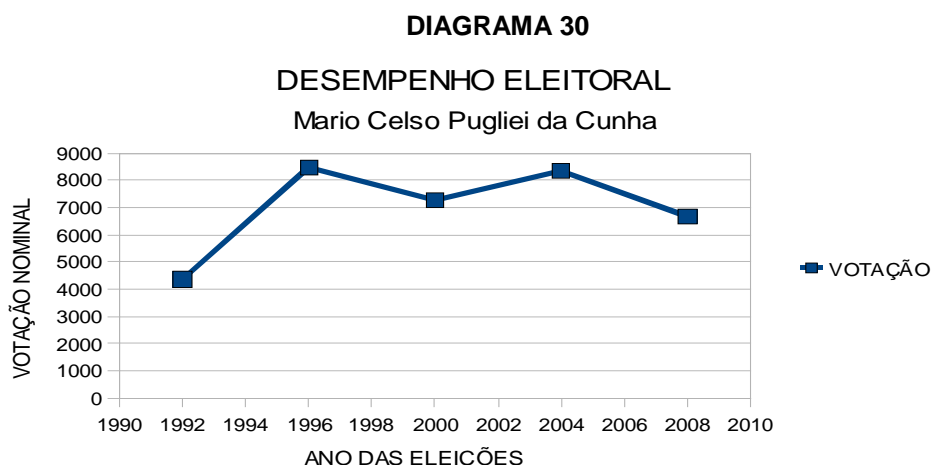
Reeleito em 2008, Roberto Hinça assumiu seu segundo mandato na Câmara Municipal de Curitiba após obter 7.492 votos nas eleições proporcionais. O político é um empreendedor com negócios nas áreas de transporte, comércio de imóveis, construção civil e assessoria jurídica. Trabalhou durante 22 anos em veículos de comunicação, apresentando programa de variedades na CNT e em diversas rádios da capital. Na sua primeira eleição em 2004, então filiado ao PFL, Hinça recebeu 8.299 votos.



Mario Celso Cunha foi reconduzido ao cargo de vereador em 2008, com 6.678 votos. Ele faz parte da política paranaense desde 1976, quando integrou pela primeira vez a Câmara Municipal de Curitiba, pelo antigo MDB. Ele fará parte das equipe de governo dos prefeitos Maurício Fruet e Roberto Requião, nos anos 1980. Secretário pessoal do governador Alvaro Dias em 1986.

Eleito vereador em 1988, será reeleito em todos os pleitos, ocupando a liderança do prefeito, a presidência da Câmara Municipal e a prefeitura de Curitiba (interinamente) por diversas vezes. Sem repetir partido, foi eleito vereador pelo PL em 1992, com 4.378 votos. Em 1996, 8.481 pelo PSDB. Em 2000, 7.280 pelo PFL. Em 2004, 8.342 pelo PSB.

O político Mario Celso é radialista, apresentador de TV e cronista esportivo há mais de 30 anos, o que o tornou muito conhecido da população da capital. Antes de assumir secretaria no Governo do Paraná, para tratar dos assuntos relacionados à Copa FIFA de 2014, publicava semanalmente uma coluna assinada no jornal A Tribuna do Paraná, de grande tiragem.



Emerson Prado é eleito vereador de Curitiba em sua primeira tentativa, com 5.774 votos. É o primeiro do bloco de novos parlamentares do partido, conduzidos à Câmara pela maciça votação proporcional atrelada ao desempenho eleitoral de Beto Richa na eleição de 2008. Mora no Cajuru e é radialista, onde diariamente transmite programas populares.

Algaci Túlio retorna à Câmara Municipal de Curitiba em 2008, filiado ao PMDB, com 4.084 votos. A primeira eleição do político para o legislativo municipal foi em 1982. Depois, foi deputado estadual por quatro mandatos e deputado estadual constituinte. Em 1988, vence a eleição municipal na condição de vice-prefeito de Jaime Lerner, no episódio que ficou conhecido como a eleição dos 12 dias. Em 1998, é vice de Cassio Taniguchi, assumindo a prefeitura de Curitiba por 29 vezes. Durante todo o período manteve programas de rádio e televisão, onde mesclava a crônica esportiva e atualidades.

Como foi visto, há mais vereadores que possuem atividades ligadas à comunicação social do que os seis enumerados nesta seção. Os que aqui estão, foram escolhidos pela dominância deste fator na sua trajetória política. Contudo, há de se recuperar que: Francisco Garcez, João do Suco, Noêmia Rocha, Pastor Valdemir Soares, Tito Zeglin e Zé Maria também atuam neste campo, de diferentes formas. O vereador João Claudio Derosso, por exemplo, é frequentemente citado nos programas de José Domingos e Mary Derosso, ambos do seu círculo íntimo de convivência.

Há um estudo realizado nesta área, cuja pesquisa empírica foi realizada numa capital do Nordeste. Em “Rádio e política: do microfone ao palanque”, Nunes (2000) busca traçar um perfil dos políticos de Fortaleza, entre os anos de 1982 e 1996, que iniciaram na carreira eleitoral pela porta deste meio de comunicação.

Constata-se, a partir das eleições de 1996, em Fortaleza, uma clara oposição entre os políticos que encarnam integralmente a lógica de marketing da política espetáculo, utilizando todas as estratégias disponíveis para se projetar junto ao eleitor, inclusive a performance eventual de radialista prestado de serviço ou de “delegado de ouvinte”, e os radialistas de fato e de profissão que ingressam na política a partir de sua atuação como “delegados do ouvinte” no rádio. Isso faz com que os radialistas profissionais que queiram ingressar na política busquem novas alternativas, atuando, simultaneamente, no rádio e na televisão, buscando estilos extremamente personalizados principalmente na televisão, com a tentativa de demarcar seu espaço, de estabelecer diferenças entre o “delegado do ouvinte” eventual e o permanente. De qualquer maneira, a concorrência entre radialistas eventuais e profissionais na disputa por cargos políticos promete movimentar o cenário radiofônico, em disputas eleitorais futuras, estimulando o surgimento de estratégias cada vez mais “criativas” adotadas pelos radialistas profissionais, com o objetivo de demarcar seu espaço e sua sobrevivência não só no campo dos media mas também no campo político (NUNES, 2000, p. 367).

A distinção entre os dois tipos de profissionais (radialistas que tornam-se políticos e políticos que possuem programas de rádio como tática eleitoral) é uma chave de leitura também para a Câmara de Curitiba. Francisco Garcez, Algaci Túlio, Mario Celso Cunha, Roberto Hinça, Roberto Aciolli e Tito Zeglin eram profissionais de comunicação antes de elegerem-se vereadores pela primeira vez. Diferente das bancadas religiosas, por exemplo, que ampliaram a sua participação em programas de rádio, por exemplo, após vencerem as eleições. Outra agenda de pesquisa válida para este campo seria o mapeamento dos jornais de bairro, tipificação do conteúdo e atrelamento, ou não, a mandato/mandatos de parlamentares com base eleitoral distribuída na abrangência da sua distribuição.

4. ESTUDOS DE CASO

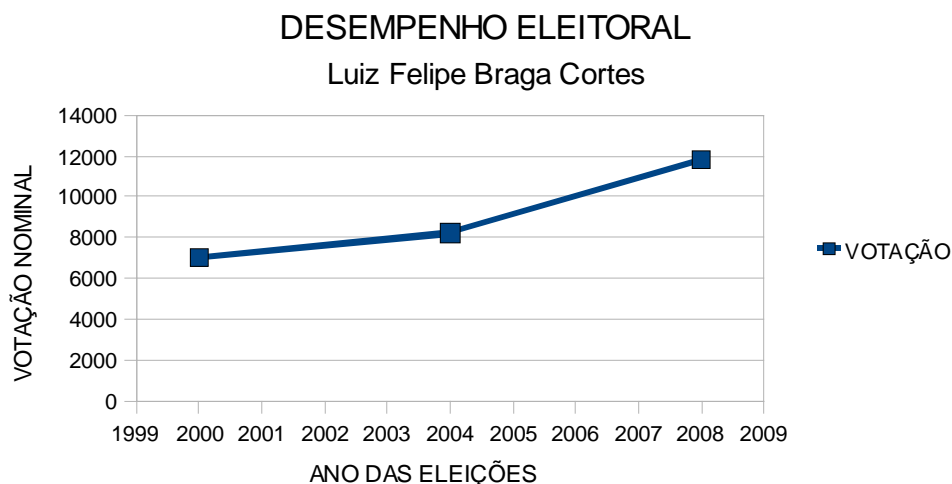
Conforme o material empírico apontará neste capítulo, por mais que os políticos não pensem nas suas campanhas como mecanismos de conversão de capital social em capital político, eles deixam transparecer a busca por essa qualidade de relação social. A entrevista semi-estruturada procurou nos entrevistados relatos sobre três diferentes momentos em suas trajetórias singulares, rumo ao sucesso eleitoral: o aprendizado dos códigos exigidos pelo campo autônomo da política; o momento de entrada na disputa eleitoral e as estratégias de sucesso e manutenção do status. Trabalhando o capital social como hipótese, deu-se atenção às situações em que ele poderia ser atestado durante a campanha eleitoral.

4.1 FELIPE BRAGA CORTES

O início do caminho que leva à Câmara de Vereadores começa com a submissão ao campo político. Para Luiz Felipe Braga Cortes, esta etapa não apresentou complicação. O vereador, reeleito em 2008 com uma das maiores votações do PSDB na cidade, é filho do político Fabiano Braga Cortes e sobrinho do ex-governador Ney Braga. Na sua primeira eleição, em 2000, ele contou com o trabalho desenvolvido pelo irmão, Fabiano Braga Cortes Jr., eleito vereador nos anos de 1992 e 1996.

O caso de Felipe é exemplar na compreensão de que cada investimento em capital social é um caso único, visto que a qualidade de elos estabelecidos entre os políticos e quem a eles dá apoio varia conforme a dimensão da rede de conexões que se pode efetivamente mobilizar. Como veremos, a tradução do gráfico de desempenho eleitoral abaixo revelará que, em cada uma das três eleições, o cenário mostrou-se diferente, exigindo do político capacidade de mobilização e recursos diferentes.

DIAGRAMA 01



Não é obrigatório aos candidatos a vereador no município de Curitiba experiência representativa anterior, em associações civis de quaisquer formatos. Todavia, a cessão do voto a determinado candidato é consequência de um complicado processo de reconhecimento mútuo, que repercutirá em ambos os envolvidos, pois se tratam de transações repletas de expectativas. Como o visto em BOURDIEU (2000, p. 163-164), o monopólio de produção do capital político distancia os mandantes dos mandatários, forçando estes a adquirirem conduta, habilidades e conhecimentos específicos, com os quais poderão influir no campo político, tanto quanto são por ele influenciados.

Felipe Braga Cortes estava habituado à linguagem própria do campo político, em decorrência da convivência com os familiares e a participação na carreira do pai, quando da sua primeira disputa eleitoral. Contudo, nunca havia tentado ele mesmo submeter-se ao processo de julgamento das urnas. Diferente de outros candidatos, cuja juventude teve episódios de engajamento político, Felipe Braga Cortes só abraçaria a carreira eleitoral após o irmão retirar-se da vida pública, em 2000. Nesta ocasião, ele já trabalhava há dez anos na iniciativa privada.

“Eu não participava diretamente da política estudantil (...) Meu pai fazia política muito mais no interior do estado que aqui na capital; então, no final de semana eu viajava acompanhando ele. Tinha um ambiente político em casa, com prefeito vindo almoçar, jantar. Era assim em casa, mas não na escola. Na escola eu só pedia voto para os amigos, principalmente em época de eleição” (Felipe Braga Cortes).

“A política veio para mim, efetivamente, de concorrer a cargo público, só mesmo em 2000, depois de formado há muito tempo” (Felipe Braga Cortes).

A eleição majoritária de 2000 foi a primeira realizada com o instituto da reeleição em vigor, levando ao confronto do então prefeito, Cassio Taniguchi (PFL), contra o deputado petista Angelo Vanhoni. O embate entre os dois seria acirrado, só sendo resolvido no segundo turno. A favor do prefeito, pesava o apoio do governador Jaime Lerner, também do PFL. Os dois irmãos de Roberto Requião, Maurício e Eduardo, também concorreram ao pleito, sem obter resultados significativos. À época, Felipe Braga Cortes estava filiado ao partido da situação, que elegeu a maior bancada da Câmara Municipal, com nove parlamentares. O PFL obteve a maior votação do pleito, perfazendo 22,63% dos votos válidos; também recebe a maior votação nominal 17,56% e a segunda posição em votos de legenda, 5,07% (REHBEIN, 2008).

“A primeira campanha é sempre a primeira, né?! Eu tinha família, meu irmão [Fabiano Braga Cortes Jr] tinha sido vereador na década de 1990. Já tinha, mais ou menos, uma base que vinha dele, que foi vereador duas vezes. Ele tinha um conhecimento de gente que eu consegui aproveitar. Foi um passo importante e eu tinha essa motivação. Tinha essa coisa de ter a política em casa, eu gostava muito, pude aprender a fazer... A eleição foi uma dificuldade enorme, até quanto a quem é filho de quem, irmão de quem, por ser uma nova geração. Tinha o nome do meu pai, então me chamavam muito de Fabiano ainda” (Felipe Braga Cortes).

“Não foi uma vitória completa, já que acabei não entrando de primeira, mas foi uma expressiva votação para a época. Foi uma votação muito grande, se eu não me engano, contabilizando no geral, fiquei em 19º” (Felipe Braga Cortes).

Fabiano Braga Cortes Jr. obteve 2.345 votos na eleição de 1992 e 6.281 em 1996, após trocar o PFL pelo PDT. Ao se afastar da política eleitoral, continua desempenhando funções públicas em mandatos dos partidos de seu grupo político original, como a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da URBS e, mais recentemente, um cadeira no Conselho de Administração da Copel.

Na eleição de estreia, Felipe registra 7.006 votos. A marca indica o sucesso da campanha, que soube animar a base eleitoral da família e associar-se ao bom desempenho da legenda. Vencida esta etapa, o político assume a primeira suplência do partido e é alocado em uma diretoria da COHAB. A experiência será utilizada por Felipe para ampliar as suas bases eleitorais, abrindo uma nova frente de atuação política, antes impensada para um jovem com raízes na classe média, formação técnica e família tradicionalmente associada às políticas de centro-direita.

“Era engenheiro, com empresa privada, quando disputei a minha primeira eleição em 2000. Fiquei como primeiro suplente e fui convidado a ser diretor da COHAB, na área de

regularização fundiária. Fiquei lá dois anos e aprendi bastante sobre o ambiente da prefeitura, a aprovação de projetos, o desenvolvimento de novos projetos” (Felipe Braga Cortes).

“Eu assumi no segundo ano de mandato. Foi interessante, porque eu não tinha experiência administrativa. No início do meu mandato, eu tinha um foco, um rescaldo das eleições passadas do meu irmão em 1992 e 1996. Tinha uns bairros, o Cajuru era um deles. Tinha as classes A e B, que são pessoas com quem temos relação, por estarmos inseridos na classe média. Mas eu consegui — e aí tem um crédito muito grande ter passado pela COHAB — ter um relacionamento grande com pessoas que eu conquistei, que eu mantive e para quem eu consegui fazer uma atuação importante, de transformação social mesmo. Isto foi em áreas bem carentes, em que eu consegui, como diretor da COHAB, fazer um bom trabalho. Eu tive um relacionamento bom com essas pessoas e depois, como vereador, fui dando seguimento. Não consegui manter tudo, mas tem regiões da cidade, como a CIC na região Norte, em que eu sou um dos mais votados. O Cajuru é extremamente grande, mas tem lugares em que eu sou o mais votado de lá. É fruto de um trabalho (Felipe Braga Cortes)”.

Feito o contato com as associações de moradores, que mediam os “fluxos migratórios” provocados pelas políticas de regularização fundiária, Felipe negociará responsabilidades de ambos os lados durante o processo de alocação das famílias, ressignificando-se para aquelas pessoas como o Estado provedor — transubstanciando-se em referência para esta população durante o processo de aquisição da residência fixa.

Também dará o passo seguinte, que é intermediar melhorias de infraestrutura para essas regiões da cidade, que estão recebendo políticas habitacionais após um período sem investimentos no setor. Esta relação se manifestará na eleição seguinte, pois ele mantém o contato com as lideranças comunitárias após assumir a vaga de vereador na Câmara Municipal de Curitiba.

A eleição de 2004 será diferente da anterior, com a migração do político para o PMDB. A legenda passava por um processo interno de disputa do controle partidário, que opunha uma ala à esquerda, alinhada com Roberto Requião, e outros políticos interessados na consolidação de Gustavo Fruet como nova liderança da agremiação.

“Houve um rompimento político na época que o Cássio [Taniguchi] era prefeito, da nossa família. Eu tinha um convite do Beto para ir ao PSDB, mas a esposa do Cássio estava na legenda. Também tinha um convite do Gustavo Fruet, que é um grande amigo meu. No começo de 2003, o Gustavo era o principal candidato à prefeitura, o Beto era vice e não tinha a candidatura solidificada. Eu nunca tinha sido PMDB, mesmo familiarmente, pois meu pai era ARENA, mas tinha um bom relacionamento com o Gustavo” (Felipe Braga Cortes).

“O Gustavo pleiteava uma candidatura que acabou, em outubro de 2003, sendo sepultada na convenção do PMDB por uns 8, 9 votos apenas. A opção do grupo que venceu, mais ligado ao governador Requião, era fazer a candidatura ligada ao PT” (Felipe Braga Cortes).

“Aí eu fui para uma eleição, em 2004, que era um tanto quanto complicada. Na realidade, aquele não era o PMDB do Gustavo, daquela nova direção que estava para assumir o partido com novas propostas, oxigenando” (Felipe Braga Cortes).

“O Gustavo não era mais candidato e saiu do PMDB. Nós, como pré-candidatos a vereador, não tínhamos essa opção. A candidatura já estava sendo registrada, a lei impedia de sair sem perder a chance de disputar a eleição” (Felipe Braga Cortes).

A candidatura pelo PMDB colocou o candidato em conflito com parte de seus eleitores tradicionais, acostumados a outro alinhamento ideológico. A mudança de legenda dificultava a conversão costumeira das relações interpessoais estimuladas pela família em capital político. O período de COHAB, segundo o vereador, mostrou-se fundamental para a sua sobrevivência eleitoral, diversificando o conjunto dos seus eleitores. Isto atenuou a impossibilidade de repetir uma candidatura atrelada ao nome da majoritária.

“Na segunda eleição, eu já tinha a bagagem de ter passado pela administração e tive dois anos de mandato. Isso faz uma diferença muito grande. Eu trabalhei um monte nesses dois anos: fiz um bom trabalho e conheci muita gente com o mesmo foco, com a identidade que a gente tinha sobre como era ser candidato, o que a pessoa tem que fazer como vereador. Desfoquei do assistencialismo, aquela coisa da barganha política” (Felipe Braga Cortes).

“Então, engraçado. Na eleição de 2004 eu fiz 8 mil votos. Foi uma eleição muito difícil pra mim, porque eu estava em um partido que não era o meu, que não tinha a minha identidade. Eu fui muito questionado: “Pô, o que você tá fazendo aí? Você vai com o PT? Você não é PT!”. Vários candidatos do PMDB, que não eram tão de esquerda, mais ligados ao grupo do Gustavo, ficaram sem pai, nem mãe” (Felipe Braga Cortes).

Passado o tensionamento do período eleitoral, o político viu na aproximação entre o governador Roberto Requião (PMDB) e o prefeito Beto Richa (PSDB) uma oportunidade de manter-se na legenda. A nova conjuntura incentivava a manutenção do trabalho até então realizado pelo político, de posicionar-se como um mediador de recursos entre dois estratos diferentes da população: as pessoas cuja posição social encontrava-se estabelecida, cujo interesse eram as políticas públicas de segurança pública, saúde e educação; e as associações de moradores, que mantinham as demandas por infraestrutura.

“O que ocorreu após a eleição, que eu me mantive no partido, foi a aproximação do governador com o prefeito na época, o Beto Richa. Durou algum tempo, até vir a eleição. Quando ocorreu um atrito mais firme, ficou insustentável a minha posição no PMDB, pela ligação que eu tenho com o Beto. É de muito tempo, de faculdade, de amizade. Também pelo caminho dele na política, da forma de ele fazer política. Eu saí do PMDB e tive sorte. Por dez dias eu não me enquadrei na nova lei e pude tomar o rumo do PSDB. 2008 foi uma eleição extremamente boa, tive uma votação muito expressiva” (Felipe Braga Cortes).

Em 2004, Felipe obtém 8.236 votos. Na eleição seguinte, em 2008, ele dobrou o capital político acumulado pelo seu irmão, reunindo 11.817 votos nominais. É o sucesso de um modelo de fazer política, em que o ator calcula as ações de forma a maximizar os resultados decorrentes das relações sociais estabelecidas.

“O trabalho do vereador, no dia a dia, é ter uma boa equipe, que possa fazer o atendimento à população. Ter um bom trabalho institucional com a prefeitura, para buscar o recurso que cabe àquela população. O recurso é pouco para tanta obra que precisa ser feita, daí você tenta trazê-lo para aquele lado que você tem mais referência. É o que a gente faz hoje com as emendas, que tem um resultado muito positivo. Você consegue direcionar o recurso para aquele que tem mais necessidade. Isso é legal, porque eu trabalho muito com associação de moradores” (Felipe Braga Cortes).

“Tem que escolher muito bem a associação com que você trabalha, para que não seja um cabide eleitoral. De repente, você fica trabalhando quatro anos de mandato com a população de um bairro, representada por uma associação de moradores. Quando chega na época da eleição, o presidente da associação faz um leilão de “quem dá mais”. Infelizmente, existe isso. Cabe um pouco de *feeling* teu, de você sentir de aquele cara realmente representa aquela comunidade ou se está ali só para se beneficiar” (Felipe Braga Cortes).

“É uma relação de confiança que existe entre você e a comunidade, se você tiver um bom trabalho. Eu acredito na pessoa que entende assim: tenho um representante, o cara é político, logo cabe a ele atender a gente. Eu votei nele e preciso cobrar dele. E você tem que dar o retorno, mesmo que seja o “não”. Você dando o retorno positivo, aquele eleitor começa a confiar em você, na classe política” (Felipe Braga Cortes).

Durante o mandato que antecede o pleito de 2008, o político novamente ampliará a sua base eleitoral, amplificando o trabalho junto aos órgãos associados ao setor da construção civil. Esta manobra irá consolidar a sua posição eleitoral para o pleito.

“Eu acabei muito na área da infraestrutura, pela minha formação. Depois, sendo passei pela COHAB e acabei me envolvendo politicamente no setor, com o SINDUSCON, o CREA, o Instituto de Engenharia. Eu participo diretamente e eles podem contar com a gente na elaboração de leis. Já tive vários apoios aqui para fazer modificações, na área do Corpo de Bombeiros nós avançamos bastante” (Felipe Braga Cortes).

“[O relacionamento com entidades de classe] vira apoio. Veja o SINDUSCON. Eu tenho lá um bom relacionamento com o setor da construção, que é formado por empresas. Isto é óbvio, vai ter empresas que na época da eleição abrem as portas para que você converse com os funcionários. Eu acho isso super importante. Hoje, para conversar com o eleitor no dia a dia, tem a televisão, que são pouquíssimos segundos. Tem o teu pessoal que está visitando o bairro, participando numa festa, e diz que você vai fazer um projeto de lei para um setor. Eu vou lá, dou uma palestra e discuto com o setor. E tem as empresas, não só de construção civil” (Felipe Braga Cortes).

“Eu vou até a empresa, com um número “x” de funcionários, debater política. E se o empresário disser que eu fiz algo pelo setor da construção, que estou apoiando, que mais empregos estão sendo criados, está ótimo. É super interessante. Eu faço bastante isso, por que política empresarial é uma forma legal de você se apresentar. Busco fazer com que o apoio do dono da empresa aconteça também entre os funcionários. Como? A ferramenta do email, por exemplo. O funcionário daquela empresa passa a ter uma ligação comigo, eu

passo a ser um pessoa conhecida na empresa. Quando ele mandar um email para mim, eu vou saber que ele me escutou, me viu, que ele me conheceu. Eu prezo muito isso” (Felipe Braga Cortes).

A disputa reunirá as condições para ele trabalhar no máximo das competências até ali acumuladas: dividirá agendas políticas com o candidato da majoritária, franco favorito à reeleição, de quem é colega de estudos na juventude; manterá o alinhamento político tradicional da família, podendo acionar eleitores que reconheçam nele a continuidade do trabalho do pai e do irmão; terá assegurada a manutenção da sua condição de intermediador de recursos para comunidades pobres, garantindo a permanência dos apoios obtidos à época do trabalho na COHAB; e o capital social obtido do apadrinhamento de empresários.

Em todos esses episódios, Felipe exemplifica o modelo teórico exposto por Miguel (2003b), da conversão de outros capitais em político. Ele não possui capital político delegado, a não ser pelas relações pessoais com dirigentes partidários. Não foi um quadro do PFL, do PMDB ou do PSDB.

“Nessa última eleição eu grudei muito na imagem deles [Beto Richa e Gustavo Fruet], até por ter uma identidade com as pessoas, com o jogo político. O Beto é da minha geração, o Gustavo também. Isto é importante, pois é um novo momento no estado. Quem está liderando são os novos” (Felipe Braga Cortes).

Candidato de si próprio, ele entende que o voto só é possível mediante a interação com o eleitor, de forma a estabelecer uma relação de troca, potencial ou fática, em que seja percebida vantagem.

“O partido dá o apoio básico que é a televisão, a propaganda, o santinho. O que vale, do partido, é ter uma boa chapa, um bom candidato [na majoritária], que ajude muito. Você também precisa estar identificado com aquele partido. Eu já estive numa situação em que não era assim e você chega quase a ser um ator. Hoje os partidos estão se acabando, você vota muito mais em uma pessoa que no partido. Partido hoje é tempo de televisão” (Felipe Braga Cortes).

Por não ser exclusivo de Felipe, este comportamento desdobra-se na organização da gestão pública, como foi visto nos aspectos biográficos anteriormente levantados. É comum alojar candidatos de menor desempenho eleitoral em cargos estratégicos da administração pública, onde eles possam ampliar e renovar as suas bases eleitorais — como a indicação para a diretoria de regularização fundiária da COHAB. Este procedimento, conforme demonstrado pelos

relatos de Rehbein (2008), são perenes na lide política, servindo para atualizar os vetores de disputa dentro do campo político.

“A campanha é uma loucura, eu já não gosto muito. Na primeira eleição, não sendo político, é uma coisa. Ser político é um facilitador enorme, já está no seu trabalho, na conquista diária de apoio” (Felipe Braga Cortes).

“Eu sou muito precavido quanto à campanha, procuro só ir em lugares que eu possa voltar. Vou em bairros, empresas, casas apresentado por alguém. Eu tenho que ser visto, mas tento fazer com que aquilo não seja uma única vez. O que a gente mais escuta na eleição é que você está ali agora, mas depois não volta mais. Eu tento voltar e ganhar essa credibilidade depois da eleição” (Felipe Braga Cortes).

“Na eleição se promete tudo, dá-se de tudo. Troca-se tudo por gasolina. E daí o cara que se elegeu às custas de muito dinheiro vira a cara para a população. Isso está acabando. Você sente que os políticos que fizeram isso em Curitiba não tem um retorno tão fácil. Ou ele vai gastar o dobro, ou não tem acesso nenhum. Agora, a conquista é fundamental. Se você conquistar credibilidade, é muito difícil perder, a menos que cometa um erro. Depois de conquistar, é questão de manter: ter uma boa ligação, um respeito mútuo, acho que é isso que vale” (Felipe Braga Cortes).

“Se a pessoa tiver acesso ao político em quem ela confiou, votou, ele passa a ter credibilidade daquela pessoa” (Felipe Braga Cortes).

Felipe nomeia como credibilidade aquilo que Bourdieu e Lin chamaram de reconhecimento entre os atores envolvidos na transação do capital social. Uma vez estabelecida a relação interpessoal, os recursos serão obtidos pelas partes envolvidas somente por meio das suas atividade de manutenção ou através de símbolos de distinção que reduzam o acontecimento a objetos ou títulos. No campo político, encontra-se o equivalente nas faixas de agradecimento e publicações de campanha onde fotografias denotam a parceria entre lideranças locais e o político que intermediou a vinda de recursos para a comunidade.

“Se você pegar Curitiba, tem o voto da pessoa que me conhece da época de estudante, do teu trabalho do dia a dia e da divulgação do teu trabalho. É aquela pessoa que precisa de uma atuação de vereador constante, como em um bairro que tem problema com alagamento, de infraestrutura. Aí é uma atuação que eu gosto de fazer, pois engenharia é uma coisa que está na minha vida” (Felipe Braga Cortes).

“Tem a divulgação do trabalho que a gente faz na classe que não precisa de infraestrutura, mas de segurança pública, que é uma preocupação enorme na cidade. Aquela pessoa que já está estabelecida, com a infraestrutura do bairro consolidada, ela busca outras coisas” (Felipe Braga Cortes).

O gráfico de desempenho eleitoral de Felipe Braga Cortes mostra um candidato que soube converter em reconhecimento público de competência política as próprias relações interpessoais. Adotando a tipificação derivada de Granovetter,

ele mobilizou capital social de ligação, ao manter o trabalho distrital herdado do irmão Fabiano, como a região do bairro Cajuru, por exemplo. Também usufruiu do capital social de ponte, ao aproximar-se das entidades do setor da construção civil. O trabalho com as associações de moradores é um exemplo típico do capital social de conexão, em que ele acelera o fluxo de recursos entre a administração pública e as comunidades companheiras do seu mandato parlamentar.

“Tem o lado bom da política, que é transformar, conhecer gente muito boa” (Felipe Braga Cortes).

“Você tem que fazer o que gosta. Muita gente faz política não porque gosta, mas para se beneficiar. Política é um catalisador enorme, você cria um *networking* enorme. Passa a ser doutor de uma hora para outra, sem ter um curso, nem nada! Isso vai acabar a partir do momento em que a punição for dada, que aquele candidato não tem mais na política uma ponte para a impunidade” (Felipe Braga Cortes).

4.2 Omar Sabbag Filho

Omar Sabbag Filho foi eleito vereador já na sua primeira tentativa de ocupar uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba, obtendo 5.498 votos. É um caso em que o parentesco é uma variável importante para o entendimento do sucesso eleitoral, apesar de sê-lo em uma perspectiva diferente da anteriormente vista na eleição de Felipe Braga Cortes. Omar participou da política estudantil, submetendo-se ao exame das urnas em ocasiões anteriores à eleição municipal. Também possui capital político delegado, oriundo da vivência político-partidária.

“Eu fui presidente do grêmio estudantil no meu colégio, em 1970. Fui para a faculdade, representei a minha turma no diretório e fui presidente da comissão de formatura. Antes mesmo de receber o diploma, eu recebi um convite de trabalho, para trabalhar na Usina Hidrelétrica de Santiago, no oeste do Paraná, e assim fiz, fui direto para lá. Passado um ano, eu tive uma oportunidade de disputar uma vaga na Prefeitura de Curitiba no departamento de obras, na diretoria de pavimentação. E por ser a minha cidade, e por ser um retorno às origens, eu disputei essa vaga e eu acabei sendo contratado. Isso ocorreu em 1980. Junto disso eu iniciei minhas atividades também junto à Universidade Federal do Paraná, como professor do departamento de hidráulica” (Omar Sabbag Filho).

Há dois momentos distintos na trajetória política de Omar Sabbag Filho: o apoio ao político Maurício Fruet e a decisão de compor a equipe administrativa de Beto Richa. Entre ambos, há um hiato de duas décadas, em que ele absteve-se de atuar partidariamente.

“Em 1983, quando o Maurício Fruet foi designado prefeito de Curitiba, pelo então governador José Richa, ele me convidou para que assumisse a direção de dois departamentos: obras

públicas e o departamento rodoviário municipal, pra que fizéssemos a junção dos dois criando a secretaria municipal de Obras Públicas. Foi o que a gente fez” (Omar Sabbag Filho).

“Naquela época eu comecei a me aproximar da atuação política partidária, me filiei ao mesmo partido do prefeito [PMDB], participei da organização dos diretórios e no processo eleitoral do sucessor do Maurício Fruet, que à época foi Roberto Requião. Eu vinha desempenhando as funções de secretário de obras na gestão Maurício Fruet e continuei na gestão seguinte, com as mesmas funções. Mantive as ações político partidárias e, ao final da gestão do prefeito Requião, houve um processo eleitoral em que o nosso candidato, Maurício Fruet, perdeu as eleições. Foi a campanha dos 12 dias, vencida pelo Jaime Lerner” (Omar Sabbag Filho).

“O trabalho político que a gente fazia foi desarticulado pelo resultado eleitoral. Eu tinha possibilidades de investir na minha carreira universitária e acabei me distanciando da atuação partidária para me dedicar à vida acadêmica e alguns projetos na iniciativa privada” (Omar Sabbag Filho).

A participação na equipe de governo de Maurício Fruet é fruto de uma decisão duplamente orientada. Primeiro, há o saber técnico necessário para o desempenho da função. Depois, é uma maneira de institucionalizar o dirigente partidário, conferindo a ele a distinção do cargo público. Isto é fruto do capital político delegado, pois, diferente do caso de Felipe Braga Cortes, a nomeação não foi decorrente de uma boa votação em eleição anterior. Omar Sabbag Filho não possuía eleitores na década de 1980, mas posicionava-se no campo político dentro do grupo liderado por Maurício Fruet. A retirada deste da política culminou com o período de afastamento de Omar.

“Foi mais recentemente, quando o deputado estadual à época, Beto Richa, lançou a sua candidatura como prefeito de Curitiba – isso em 2003 – eu me aproximei novamente como um colaborador para auxiliar na elaboração de um plano de governo que foi discutido nas eleições” (Omar Sabbag Filho).

“Beto Richa foi eleito prefeito de Curitiba e eu fui convidado por ele para participar de sua equipe de governo. Em 2004, assumi as funções de diretor do departamento de governo, ajudando na implantação da secretaria de Planejamento do governo municipal, com superintendente. Daí surgiu uma nova forma de gerir a infraestrutura urbana de Curitiba, com a criação na secretaria de Obras, da superintendência de Manutenção Urbana. Participei de todo o processo e fui o primeiro diretor do novo órgão” (Omar Sabbag Filho).

“[O novo modelo propiciava] uma melhor administração da infraestrutura da cidade, na forma de manter os pavimentos, as galerias de águas pluviais, a sinalização urbana, etc. Os distritos rodoviários municipais, ligados às administrações regionais, passaram a ter outras funções e a ser administrados pela superintendência de Manutenção Urbana. Isto me permitiu uma visão atualizada, ampla, não só da administração municipal, mas da realidade da nossa cidade” (Omar Sabbag Filho).

O retorno à lide político-partidária veio acompanhada de uma decisão nova para Omar Sabbag Filho: lançar-se candidato a vereador nas eleições seguintes. O político, como está dito em seu nome, é filho do ex-prefeito Omar Sabbag, que dirigiu a cidade de Curitiba de 1967 a 1970. Ele foi nomeado pelo governo militar,

mediante indicação do governador à época, o político Paulo Pimentel. A escolha foi tomada em momento de disputa pela função de prefeito da capital, levando Pimentel a escolher alguém sem vinculação partidária (REHBEIN, 2008). Omar Sabbag era delegado do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e foi lembrado para o cargo por ter colaborado com a administração pública nos problemas de saneamento que o estado vinha tendo.

O engenheiro Omar Sabbag foi casado com Branca Casagrande e havia concluído a escola de engenharia em 1947, pós-graduando-se em Harvard, nos EUA. Mestre em ciências da Engenharia Sanitária, foi professor da Universidade do Paraná na década de 1950 e o primeiro diretor técnico da Sanepar.

“Muitas pessoas dizem que o fruto não cai longe da árvore; que filho de peixe, peixinho é. Acho que nisso há um pouco de sabedoria, porque se a gente convive com alguém que é um médico e essa pessoa é o nosso modelo de referência, como criança, você muito provavelmente, não certamente, mas muito provavelmente, você vai querer ser um médico também. E você vai caminhando junto, você vai conhecendo caminhos semelhantes, você se familiariza com o hospital, se familiariza com o consultório médico, se familiariza com ambulância, com doença, com saúde... então o teu mundo acaba sendo um mundo semelhante ao deste modelo. Acho que comigo aconteceu algo semelhante: eu me lembro que na infância o meu pai, nos períodos de férias, me levava junto para ir ver obras. Junto com ele, eu me familiarizei com saneamento porque era a área do meu pai, me familiarizei com a administração municipal, com política” (Omar Sabbag Filho).

“Essas duas influências, que meu pai e minha mãe exerceram, foram: primeiro, destas memórias que as pessoas têm, tanto do meu pai, quanto da minha mãe (que tornou-se muito conhecida em Curitiba), mas também por essa vivência junto com eles, de ter aprendido esses modelos. Minha mãe é para mim um exemplo de solidariedade, de cooperação; meu pai foram os fundadores da primeira APAE do Paraná, no tratamento de crianças com síndrome de down” (Omar Sabbag Filho).

“Eu vivi uma Curitiba dos anos 1980, do Mauricio Fruet, e passei a viver uma Curitiba dos anos 2000 com o Beto Richa. E antes disso eu havia vivido na Curitiba dos anos 60, na época da adolescência, com o meu pai prefeito. Eu acho que isso também tem a ver com esse despertar para a política. Tem uma história de um ambiente familiar e de trabalho que acaba fazendo com que a gente siga uma vereda” (Omar Sabbag Filho).

Omar Sabbag Filho reagiu positivamente ao pedido para ser candidato a vereador, demonstrando preocupações em dar a sua campanha eleitoral uma dimensão condizente com o papel de professor universitário, gestor público experiente e dirigente partidário. Ele atribuirá a essas decisões parte da votação obtida no pleito, justificando que o seu eleitor buscava um voto qualificado dentro do corpo de candidatos que apoiava a reeleição de Beto Richa.

“Quando estavam se aproximando as eleições de 2008, uma série de amigos, companheiros, colegas de profissão, da universidade, da administração municipal, me provocaram para disputar essa eleição de vereador. A reação, num primeiro momento, foi de grande entusiasmo. Eu achava que, mais do que nunca, era um momento de participar da eleição –

estava preparado, conhecia a cidade, era um homem maduro, que havia vivido experiências no executivo municipal, com vivência acadêmica” (Omar Sabbag Filho).

“Eu me senti plenamente capaz de disputar uma eleição, por ter adquirido ao longo da minha trajetória de vida profissional, as disposições para apresentar propostas concretas para a população. Lembro que na minha campanha eleitoral nós tínhamos dois grandes eixos: a cidade e o cidadão. Para a cidade, propostas voltadas às questões de infra-estrutura; como saneamento, mobilidade e acessibilidade. Na linha do cidadão, as questões voltadas à educação, segurança pública. Eu me senti muito seguro do que estava fazendo naquele momento” (Omar Sabbag Filho).

“A minha campanha não foi uma campanha voltada para um território. Por exemplo, nós temos vereadores que têm uma forte identificação com alguns bairros da cidade, outros vereadores têm uma forte identificação com algum segmento profissional. A minha campanha foi voltada para a população curitibana, de um modo geral. Tanto que eu fiz votos em todos os bairros de Curitiba, à exceção do bairro do Ganchinho” (Omar Sabbag Filho).

O argumento do voto qualificado foi construído *a posteriori* pelo político, ao observar a distribuição geográfica da sua votação na cidade. Ele fez votos em praticamente todas as seções eleitorais, com maior concentração nos bairros centrais, que reúnem a maioria dos profissionais liberais e empreendedores da iniciativa privada. A votação distribuída pelo município pode ser a soma das agendas compartilhadas com o candidato da majoritária, Beto Richa, e a estratégia de comunicação baseada na difusão da candidatura entre parentes e amigos.

“A campanha foi muito baseada na internet e em reuniões com lideranças, segmentos profissionais, jovens, comerciantes e industriais. Procurávamos conversar com pessoas que tivessem capacidade de levar adiante o que ouviam, os motivos por que a minha candidatura era a de alguém preparado para ser vereador na cidade de Curitiba, num trabalho de qualidade” (Omar Sabbag Filho).

“Eu percebi na minha campanha que, especialmente as pessoas de uma faixa etária um pouquinho mais avançada, tinham na memória quem tinha sido meu pai. Há que se levar em consideração que ele foi prefeito há quase 50 anos e, mesmo assim, ainda tem um forte registro dele na memória das pessoas, como alguém de gestão técnica, estruturando a cidade de Curitiba com uma visão de futuro” (Omar Sabbag Filho).

A gestão Omar Sabbag deixou como legado para a cidade de Curitiba a construção do primeiro viaduto do município, próximo ao estádio da Vila Capanema; a inclusão do flúor na água distribuída para a população, como forma de combater as cáries; e a criação da FAS, pela esposa de Omar, por exemplo. Os fatos foram utilizados durante a campanha do candidato a vereador, compondo a comunicação social, mas sem centralidade.

“Nós não queríamos uma campanha do filho do Omar Sabbag, mas a campanha do Omar Sabbag Filho. Então, a gente procurou mais mostrar quem eu sou, de onde vim, meu pai, a minha mãe, o que já vivi, quais as contribuições que já dei à cidade. Foi uma decisão que a gente tomou. Por exemplo, uma das dúvidas: vamos usar só Omar Sabbag que é mais

simples, né? Eu disse não, Omar Sabbag não sou eu, vamos usar Omar Sabbag Filho — e assim ficou” (Omar Sabbag Filho).

Um importante reduto eleitoral de Sabbag Filho foram as comunidades étnicas de Curitiba, em especial a árabe. Assessores do parlamentar creditavam a esse trabalho cerca de 20% do desempenho eleitoral obtido na eleição de 2008. O contato com este grupo deve-se, também, à figura dos pais de Sabbag Filho, sócios-fundadores do clube sírio libanês de Curitiba.

“Eu me relaciono com a comunidade árabe desde a infância, por conta dos meus avós. O meu avô foi fundador da igreja ortodoxa, na minha juventude eu participei da diretoria do clube sírio-libanês, que era um dos clubes ativos da cidade e um dos pontos de encontro da juventude curitibana. Nós tínhamos o departamento universitário, que era ponto de encontro da juventude nos finais de semana. Nós tivemos shows com artistas famosos, Chico Buarque, Rita Lee, Os Mutantes. Os artistas não foram trazidos só na gestão que eu participei, mas também gestões de meus primos e meus amigos, que foram diretores antes de mim, com destaque para Ricardo Appel, que deu o primeiro grande impulso na atividade” (Omar Sabbag Filho).

“Eu nasci na comunidade árabe e me relaciono com os dois principais segmentos, o católico e o muçulmano. Há uma harmonia muito grande entre todos esses segmentos e uma simpatia muito grande não só pela candidatura, mas pela minha família, pelo meu pai, mãe e avós. Pela atuação da minha mãe, tive acesso também às comunidades italiana, ucraniana e a colônia judia de Curitiba — que também são nossos eleitores. Vivemos um ambiente de harmonia e cooperação” (Omar Sabbag Filho).

Do partido, Sabbag Filho acredita ter recebido apoio de duas formas distintas, porém pouco associadas ao desempenho eleitoral. Ele destacou a importância do instituto de apoio para a elaboração das propostas que embasaram a sua candidatura a vereador. Também falou das agendas compartilhadas com o candidato da majoritária, situação que contribuiria para a votação final, mas não decisivamente.

O partido é uma estrutura fundamental e indispensável até pelos aspectos jurídicos e legais de uma campanha eleitoral. No nosso partido, o PSDB, eu tenho duas atuações: uma como político detentor de um mandato, e outra como alguém que contribui para a atividade partidária. Eu sou presidente do Instituto Theotônio Vilela em Curitiba, um órgão de apoio ao partido. As duas estruturas foram importantes na minha campanha (Omar Sabbag Filho).

O candidato da majoritária precisa dessa capilaridade que os candidatos à proporcional trazem para a campanha e, por outro lado, os candidatos das eleições proporcionais também, na atuação conjunta com o candidato da majoritária, levam para os seus possíveis eleitores uma melhor identificação: “O Omar, candidato a vereador, está junto do candidato Beto Richa, que é candidato a prefeito de Curitiba”. Então ele já sabe que aqui há uma linha de postura política, de propostas políticas, né (Omar Sabbag Filho).

Uma semelhança com Felipe Braga Cortes, a eleição de Sabbag Filho possui. Ambos foram beneficiados por disputas eleitorais em que o candidato da majoritária

consegue tornar a cidade favorável ao conjunto de candidatos da sua base eleitoral, facilitando a conversão de outros capitais em capital político.

Eu tenho quase certeza que os eleitores que votaram em mim, na sua quase totalidade, votaram também no Beto. Mas eu acredito que, para os colegas candidatos com uma atuação mais regionalizada, as agendas compartilhadas com o candidato da majoritária, sejam mais importantes. E vice-versa, porque é uma via de duas mãos (Omar Sabbag Filho).

4.3 JULIÃO SOBOTA/JULIÃO “DA CAVEIRA”

O estudo de caso do vereador Júlio Sobota, ou Julião Sobota, ou “Julião da Caveira”, possui semelhanças com os demais. A família não foi definitiva para ele entrar na política, mas, conforme o político atribui, foi decisiva para que o seu mandato como presidente da torcida organizada “Os Fanáticos”, e da associação civil que une os torcedores do Clube Atlético Paranaense, despertasse a atenção das pessoas.

É o que Julião chama de “trabalho social”, cuja realização ele teria aprendido com o pai, torcedor do Colorado, e com os demais familiares, torcedores do Coritiba. Quando era jovem, morava perto do Estádio Joaquim Américo, onde o Atlético treinava e jogava. Em 1982, entra para a torcida organizada, envolvendo-se “para valer” dois anos depois. Em 1990, com dezoito anos, é escolhido para ser um dos diretores da “Fanáticos”.

A minha política sempre foi a política da boa vizinhança. Eu sempre tive facilidade em ter amigos e fazer amizade. Cresci vendo os meus pais fazendo um trabalho social, por assim dizer, um trabalho com o ser humano. Na torcida eu também tinha um trabalho assim. Não era muito dedicado, nem fazia com frequência, mas como eu tinha esse histórico aqui em casa... (Julião Sobota)

O que me agradou bastante, além da parte da arquibancada, da torcida organizada, foi essa parte de ajudar os outros, entendeu? Eu tinha muitos amigos e um carisma muito grande na torcida, daí fui intimado a ser presidente. Disse que não queria o cargo de presidente, principalmente, assim, de boca. Se fosse a gosto dos nossos sócios, do nosso povo, eu até assumiria o cargo de presidente, mas queria uma eleição — que a gente providenciou. Até essa hora [1999] não tinha eleição [para escolha da direção da Fanáticos] (Julião Sobota).

Nesses doze anos que está à frente da torcida, Julião acredita ter criado um ambiente diferente da imagem que outras pessoas fazem de uma torcida organizada. Ele considera que o trabalho social desenvolvido pela “Fanáticos”, dentro da associação, não possui relação com os confrontos entre grupos rivais de torcedores.

Eu cresci vendo os meus pais fazendo isso e, a partir do momento em que eu assumi como presidente, quis também. Às vezes, a gente reunia uma família, ajudava com uma coisinha ou outra. Fazia uma campanha do agasalho, de alimento. A gente conseguia arrecadar alguma coisa. Eu vendo que a gente movimentava muita gente na torcida, resolvi levar isso para lá, onde a campanha poderia ser maior (Julião Sobota).

A gente reclama de barriga cheia, mas tem tanta coisa que está sobrando e que podia destinar para outras pessoas. As pessoas entenderam essa minha linha de trabalho, de agir e de pensar. Elas incorporaram a idéia e deram uma força gigante para a gente continuar esse trabalho. De 1999 em diante é assim, fortalecendo com a torcida (Julião Sobota).

Julião reclama do assédio para que fosse candidato antes de 2008. Ele afirma que, antes de ficar desempregado após um incidente com outra torcida, nunca tinha levado a sério a ideia de concorrer a uma cargo eletivo, pois estava satisfeito com o trabalho social que já realizava na associação. Durante o período de indecisão, como será visto mais adiante, ele já apoiava outros candidatos nas disputas eleitorais.

Muita gente me cobrava por que eu não tentava um cargo de vereador ou um cargo na política; e nunca foi a minha idéia, eu nunca tinha pensado nisso. Eu pensava em poder fazer pouca coisa, mas que não parasse: que pingue, mas não seque (Julião Sobota).

Chegou uma oportunidade. Aconteceu. Tentaram me dar um prejuízo no serviço, quando eu trabalhava de segurança. Tem essa bitolação, idiotice de torcida: como se tivesse que se matar só por que você usa camisa de outro time... Eu era presidente de torcida, mas trabalhava no setor de segurança, que já é complicado: bar, balada, gandaia, mulherada, cachaçada. Facilmente dá briga, os caras já levam para o outro lado. Eu trabalhando numa situação e os caras do Coritiba me encheram de tiro. Fiquei bastante tempo sem trabalhar, ninguém queria me dar emprego, por isso e aquilo. Eu continuava como segurança e pensei, sabe de uma coisa, eu vou tentar. Vou concorrer na eleição para mostrar o lado da torcida, do presidente da associação, das pessoas que trabalham na associação, que é um trabalho legal, de família, social. Não é obrigação da torcida fazer trabalho social. Isso é obrigação do governo, da prefeitura, do estado, de um monte de órgão que tem por obrigação fazer isso. A gente, não. E, depois de tanto tempo, eu consegui botar na cabeça que tinha chance de ser eleito. 2008 foi a minha primeira eleição (Julião Sobota).

Na sua primeira eleição, o político fez 4.041 votos. Este desempenho eleitoral reflete uma posição dúbia em relação ao papel exigido de um candidato. Ao mesmo tempo que rejeita o estereótipo do político, que pede votos com promessas vazias, procurando uma confiança que não se esforçou para construir, Julião assume comportamentos situados no limite da legislação eleitoral.

Todo mundo me cobrava, que gostaria que eu saísse candidato, mas eu fiz um acordo: eu não vou pedir nada para ninguém, não vou pedir dinheiro, nem voto, nem favor, não vou prometer nada para ninguém e não vou em lugar nenhum, entendeu? Daí me perguntavam: “Então que jeito você quer ser candidato?”. E eu respondia: “Olha, do mesmo jeito que vocês cobram para eu me candidatar, quem quiser me ver lá dentro [da Câmara de Vereadores], quem acha que eu tenho capacidade de continuar desenvolvendo esse trabalho que eu faço na torcida, vai me dar seu crédito. E vai correr atrás de mais uma pessoa que possa confiar em mim. Eu mesmo não vou pedir nada para ninguém”. E foi assim que aconteceu: não pedi voto, não fiz nada disso (Julião Sobota).

A única coisa que eu fiz, para não dizer que não fiz campanha de rua, foi o seguinte: os camaradas me fizeram uma faixa, um banner. A gente deixava esse banner na esquina da associação, que é uma distribuidora de bebidas. Então, a gente ficava lá tomando uma cerveja. Às vezes reunia uma meia dúzia de pessoas, cada um inteirava com dois, cinco ou dez reais, e a gente comprava uma cerveja, uma carne e ficava lá. Automaticamente, a gente lá assando carne, ia chegando gente. Chegava mais um, inteirava mais dois reais, pagava uma cerveja... Foi ali o meu "comitê". Quem me via lá achava que eu estava fazendo campanha, mas não. A gente estava reunido, fazendo um churrasco, como a gente sempre fazia, assim, batendo um papo (Julião Sobota).

A incerteza com que encarou o pleito, apesar de ter, no mínimo, uma década de experiência em campanhas políticas, reflete na maneira com que o candidato narra episódios da administração financeira da candidatura.

Eu mesmo não fui em lugar nenhum, em bairro nenhum. Não achava justo as pessoas me convidarem para ir em um lugar, que iam reunir as pessoas como é de costume. Como é que eu vou no teu bairro, com 50, 100 ou dez pessoas, que seja, para prometer ou pedir uma força? São pessoas que eu não conheço, nunca fui lá, nem bati papo. Nunca fui para assar uma carne, fazer uma visita. Que direito eu tenho de ir lá pedir voto? (Julião Sobota).

E muita gente pensou: "o que o presidente de torcida pode fazer? O que esse cara tem na cabeça, que está querendo um cargo político? É pelo salário? Pelo carro disponível?" Não! Eu não me achei no direito, por isso eu não fui em lugar nenhum. As pessoas se desdobraram e fizeram [a campanha], eu mesmo não gastei nada. Algumas pessoas me deram uma força e eu gastei R\$ 3.500,00. Se eu te falar que gastei os R\$ 3.500,00 com muita dó, porque com esse dinheiro dá para ajudar muita gente... Gastei com santinho e adesivo. Algumas pessoas que me ajudaram é que entregaram santinho, pediram voto. Daí que me deram crédito (Julião Sobota).

Sou muito agradecido com cada um que me deu o seu voto, com a sua parceria, com o esforço trocado. Teve um menino que chegou e me ajudou com dez reais. Ele chegou e disse: "olha, cara, é de coração. Eu não tenho mais, se eu pudesse ajudava mais, mas eu só tenho dez reais. Você tem a moral de aceitar?". Eu falei, olha, que estava ótimo. Então, um cara me veio questionar: "pô, o cara vem te dar dez reais. Você não se sente humilhado de aceitar 10 reais?". Negativo, eu respondi, esses são os meus amigos. Se o cara vem aqui e acha que pode me dar dez reais, ok. Outro deu dez, outro deu R\$ 50. Teve uma senhora, uma empresária, que me ajudou com R\$ 1.000,00 (foi quem me deu mais). E, assim, eu arrecadei R\$ 3.500,00 e fiz a campanha com esse dinheiro. Achei que gastei demais, por mim não tinha gastado nada, mas precisa, né? Alguém precisa (Julião Sobota).

A submissão de Julião ao campo político, na sua primeira candidatura, ainda não havia acontecido por completo. É provável que mesmo esta entrevista, pelo distanciamento de ter sido realizada três anos após a eleição, não reproduza com a intensidade correta esse conflito residual entre as personagens que ele evoca: o bom samaritano, o líder de uma torcida organizada e o candidato presumidamente ético.

Para os estudos de caso anteriores, acostumados ao jogo político desde o berço, algumas das situações narradas por Julião seriam menos importantes. Omar Sabbag julgou relevante contar ao pesquisador o papel desbravador dos pais na implantação do sistema de saneamento e na criação de uma rede de apoio aos

deficientes físicos. Felipe Braga Côrtes destacou a participação na administração pública, quando foi diretor da Cohab. Ambos tinham vivência partidária como a entendida pela Teoria Política e relatam acontecimentos institucionalmente importantes. Julião, não. O presidente da “Fanáticos” vinha de uma agremiação onde a liderança era transferida de presidente a presidente, como que por merecimento, estabelecido em critérios conhecidos somente por alguns membros da “corporação”. Julião se permite, numa situação de entrevista que evoca as características vencedoras, relatar situações aparentemente triviais.

Esses dias eu estava passando por um check-up de saúde e o doutor veio para mim: “Escute, você não é aquele cara do Atlético? Mas você é vereador hoje, né? Eu votei em você”. Veja você. Um cara que eu nem conhecia. O filho dele que é da torcida, frequenta a torcida, conhece o nosso trabalho. O pai quis saber com quem o filho andava ele explicou o nosso trabalho social. Explicou e pediu voto (Julião Sobota).

Da mesma maneira o meu eleitor é torcedor do Atlético, eu tenho vários amigos, parceiros, inclusive, da torcida organizada do Coritiba, do Paraná Clube. Muita gente ligada à Igreja, que é amigo e meu eleitor. Gente de várias classes e jeitos que é meu amigo e eleitor, como o delegado, o juiz, o andarilho, o cara que anda com carrinho de papel, que tá detido por uma coisa ou outra. Conheço empresário, menina que trabalha na madrugada, pastor e padre (Julião Sobota).

O capital social objetivado na liderança formal de uma associação de torcedores de futebol, uma atividade que manteve as suas características de aglomeração de pessoas, de massa, é considerável. Aceitando a campanha com a extrema simplicidade com que foi descrita, é nítido o potencial de conversão deste capital em capital político, inclusive em números absolutos.

Por outro lado, Julião também relata a dificuldade de estabelecer laços mais profundos entre os torcedores e a associação. Conforme ele relata o baixo número de membros pagantes, combinando este elemento com o trabalho social realizado, delineia uma estratégia para reconquistar os torcedores para a entidade esportiva que ele controla. É uma situação onde percebe-se a força dos laços fracos, estudados por Granovetter e já referenciados nesta dissertação.

Nossa associação já chegou a ter 26 mil pessoas. A Fanáticos é um ente jurídico, com CNPJ. Tudo regularizado e de acordo com a lei. A gente já teve esse cadastro de 26 mil, reunido ao longo de 34 anos de torcida. Só que o número de colaboradores mensais nunca passou de cem (que contribui com R\$ 10,00 de mensalidade). A nossa média é de 40, 60 pessoas. Em 2001, com uma campanha boa, com o time campeão, tivemos 100 pessoas (Julião Sobota).

A galera já se considera da torcida só porque tem uma carteirinha de não sei quantos anos atrás, ou se julga da torcida porque tem uma credencial. Ao mesmo tempo que ele se julga da torcida, que tem o direito de sair na rua quebrando, destruindo, fazendo um monte de besteira... Pára esse mesmo cara e pergunta se um dia ele já foi na associação, ou colaborou

com 1 kg de alimento na campanha, ou pagou a sua mensalidade? Não, que nada. “Sou sócio da torcida porque tenho uma carteirinha ou uma camisa”, mas, ajudar mesmo, não (Julião Sobota).

Temos uma sede própria, adquirida em 1995, quando o Atlético estava na segunda divisão. Fica do lado estádio. Tem também uma sede campestre. A média de sócio pagante é em torno de 100, mas num jogo grande, [com um time] do RJ ou SP, passam, dentro da sede e na rua, de sete a dez mil pessoas (Julião Sobota).

Na associação cabem 300 pessoas. Só que “roda” muita gente, que deixam de frequentar por que tem a visão de que a torcida abriga um monte de vadios, vândalos e marginais. Em compensação, quem frequenta sabe que lá é um ambiente familiar, que nossa prioridade é a família, que temos um trabalho social muito forte (Julião Sobota).

Julião passou cinco anos filiado ao PMDB, dando suporte a candidaturas de Reinhold Stephanes Jr., até conhecer o presidente estadual do PSC, Ratinho Jr, e aceitar o convite para mudar de cores partidárias. O ambiente que ele descrevia, antes de optar por sair candidato, é o que a teoria política imagina se passar com todas as pessoas que ocupam cargos de liderança segmentada, como os presidentes de associação de bairro. O assédio é para que a liderança atue como “correia de transmissão”, transferindo votos para o candidato. Num próximo estudo de caso, o vereador Pedro Paulo irá reforçar a reclamação de Felipe Braga Côrtes, que estaria sendo constituído um mercado para este tipo de relação social, em que o apoio não é mais dado ideológica ou pragmaticamente, mas, sim, vendido.

Eu era filiado ao PMDB, desde 2000 e pouco. O vereador Paulo Salamuni foi meu padrinho. O Doático Santos também. Eu sempre tive uma relação bastante respeitável com o Ratinho Junior, um cara fora de série. Admiro ele como político, como pessoa, um cara bastante simples, empresário também, bem sucedido, político bem sucedido, honesto, íntegro. Desse meu contato com ele, essa camaradagem que a gente tem, um dia ele me fez um convite para sair vereador. Me filiei por camaradagem, em 2005-2006. Saí do PMDB, corri atrás da filiação no PSC (Julião Sobota).

Corri atrás da filiação, justamente, por causa do assunto, pela ideia que o Ratinho Jr me passou do partido, uma ideia que cabia na minha cabeça: social cristão; o lema do partido é o ser humano em primeiro lugar. É isso que eu penso, é isso que eu sou. Meu trabalho é nessa linha. “Unimos o útil ao agradável”, por isso me filiei ao PSC (Julião Sobota).

A gente da torcida sempre esteve envolvido com campanha, um candidato ou outro. Hoje o meu chefe de gabinete, que foi meu chefe no meu primeiro emprego, de office-boy da Labra, tinha um contato com o Stephanes Junior. Ele levou o Stephanes lá na torcida, a gente fez uma parceria (Julião Sobota).

Demos uma força para o Stephanes na eleição para vereador, duas para deputado. Demos uma força para o Ratinho Junior, para o Ney Leprevost, que é coxa-branca. Eu não pedi nada para ninguém, nenhum real, nenhum santinho, nada. O partido me deu uma força, por que ajuda todos os candidatos, com santinho (Julião Sobota).

Menos afeito aos traquejos de políticos mais experientes, Julião detalhou o trabalho social que realiza. Se, em outros casos aqui relatados, a prestação de serviços que exacerbam a condição de vereador ficou implícita, para o político do

PSC é uma relação naturalizada, cultivada dentro da família e que é, nas palavras do próprio, relevante para o conjunto da sociedade.

A gente lida com povão, tem contato com gente da região metropolitana, do Brasil inteiro, certo? Emprego tem a torto e direito, mas não tem gente capacitada, qualificada para cobrir essa demanda. Então, conforme alguém fica desempregado, um pai fica doente, a gente abraça a causa da família até ela se estabilizar, melhorar de saúde. Às vezes tem um vizinho que está numa situação ruim, independente do time que ele torce, da religião, a gente sempre está dando uma força para as pessoas (Julião Sobota).

A gente faz um mapeamento, uma triagem daquela pessoa que tem um trabalho sério, que realmente necessita de uma força. Emprego, alimento, remédio, às vezes até pagar uma conta, quando cada um junta uma “quirerinha”. Até com uma passagem para a pessoa chegar no emprego, um documento, assim... A gente tem esse trabalho há muito tempo, então, queira ou não, como vereador eu também estou dando sequência a esse trabalho. Daqui não sai dinheiro para nada [do gabinete], mas a gente leva os camaradas pra fazer uma ficha, para correr atrás de um emprego, documento, entendeu... Esse é o trabalho da torcida e o nosso agora (Julião Sobota).

Julião demonstrou impaciência com os limites legais impostos ao vereador e com a nova condição de homem público, antes existente enquanto presidente de torcida organizada, mas elevada a uma nova potência depois de assumir uma vaga na Câmara Municipal.

Muita gente acha que você tem voz ativa para alguma coisa, que vereador manda em alguma coisa, mas vereador não apita nada. O vereador que quiser fazer o nome dele na política dependendo de projeto relevante, por assim dizer, vai ter que inventar a roda, inventar a pólvora, senão esqueça. Às vezes você tem a idéia, traz o projeto conforme as necessidades da região, mas o projeto esbarra num monte de situação, de orçamento. Se mover dez centavos, esqueça, que a prefeitura já trava no ato. Se depende de constitucionalidade, afeta o direito não sei de quem, um monte de burocracia que às vezes você fica decepcionado por querer ajudar, tem força de vontade, mas o sistema não permite (Julião Sobota).

A galera tem me dado um crédito bastante especial para continuar trabalhando nessa missão, porque é bastante complicado. Quer você queira ou não, está em um cargo público. E ainda como presidente da torcida você não pode falar nada, que todo mundo sai escrachando. Se você fizer qualquer besteira, Deus o livre! Escracho geral. A galera que me apóia, que acompanha o meu trabalho, essa galera tá contente e tem me ajudado bastante (Julião Sobota).

A eleição de Julião é um exemplo mais nítido de capital social sendo convertido em capital político, dada a inexistência de títulos acadêmicos ou capital cultural objetivado que pudesse gerar votos, pouca experiência político-partidária e baixo gasto financeiro.

4.4 Caíque Ferrante

O vereador Carlos Henrique Sá de Ferrante, conhecido como Caíque Ferrante é o que possui maior vivência eleitoral dentre todos os entrevistados. Ele entra para a política ainda novo, como auxiliar de Túlio Vargas. Participa da fundação do PFL e de vários mandatos atrelados a essa sigla, com idas e vindas entre Curitiba e Brasília.

Eu comecei [na política] trabalhando na secretaria de Estado da Justiça, aqui no Paraná, ainda como estagiário, cuidando de um programa dentro do sistema penitenciário. Depois deixei de ser estagiário e passei a ser Oficial de Gabinete do então secretário Túlio Vargas, que posteriormente sendo candidato a senador, em 1978. Eu deixei a secretaria e fui trabalhar na campanha dele. Naquela ocasião, eu conheci todo o Paraná, menos dois municípios: Perola d'Oeste e Guaraqueçaba, que, por incrível que pareça, eu ainda não conheci. Foi ali que eu realmente comecei a trabalhar em campanha, dentro da área política, mais propriamente dita (Caíque Ferrante).

Durante a campanha, eu conheci o deputado Norton Macedo, que viria a ser o presidente do partido na época. A Arena estava sendo extinta e o PDS sendo criado. O Norton seria o primeiro presidente do PDS no Paraná. Ele me fez o convite para que eu fosse trabalhar no partido, em função de todo o trabalho que eu tinha desenvolvido no decorrer da campanha, conhecendo os municípios, conhecendo praticamente todo mundo (Caíque Ferrante).

Então, para desenvolver esse trabalho de extinção da Arena e criação do PDS no Paraná, eu fui trabalhar com ele, onde fiquei 14 anos — não na presidência do partido, porque ele posteriormente deixou o cargo, mas depois eu fui trabalhar no gabinete dele em Brasília, onde fiz um concurso para o Congresso Nacional. Hoje, eu sou técnico legislativo da Câmara Federal. Já estou em vias de aposentadoria, pois só de Câmara tenho 29 anos de serviço (Caíque Ferrante).

Nesse ínterim, o deputado não se elegeu em 1986, para a Constituinte, mas eu fiquei em Brasília. O PDS passou a ser o Partido da Frente Liberal e eu fui uma das primeiras fichas de filiação do PFL no Paraná. Fui trabalhar no Instituto Tancredo Neves, com o então Senador Marco Maciel, que era o presidente nacional do instituto (Caíque Ferrante).

Como será visto depois, o vereador Caíque Ferrante precisará fazer um duplo esforço de conversão na eleição de 2008. Primeiro, terá que reavivar as ligações político-partidárias que manteve ao longo da vida, principalmente entre os menores escalões com que trabalhou durante os governos de Jaime Lerner e Cássio Taniguchi. Depois, utilizar deste contatos para lançar a sua plataforma de candidato.

Quando abriram o Instituto Tancredo Neves para os estados, eu vim ser o secretário-geral do instituto no Paraná. Voltei de Brasília e fiquei aqui em Curitiba desenvolvendo um trabalho em prol da instituição. O trabalho acabou, o senador não era mais o Marco Maciel, e voltei para Brasília. Fui para a liderança do PFL, com o deputado baiano José Lourenço, que me fez um convite para trabalhar com ele. Lá eu fiquei um bom tempo, trabalhando na Câmara Federal (Caíque Ferrante).

Depois eu voltei para Curitiba, a convite do governador Jaime Lerner, para trabalhar na secretaria de Comunicação. Na eleição para governador, eu fiquei trabalhando como diretor-geral da secretaria de Comunicação durante seis anos. Acabou esse período eu fui trabalhar como diretor-geral da secretaria da Cultura. Nós tínhamos ali o Teatro Guaíra, a Rádio e TV Educativa que ficavam, então, aos nossos cuidados (Caíque Ferrante).

Lembro, inclusive, que na época a secretária era a Mônica Rischbieter e o Jaime ficou muito bravo conosco, tanto com a Mônica quanto comigo, e com mais algumas pessoas, é claro, porque ele queria fazer um programa na TV Educativa e nós não deixamos. Isso que o Requião fez durante oito anos na TV Educativa nós não permitimos que o Jaime fizesse no último ano do seu governo. Até porque é uma concessão pública, é uma TV que foi feita para ser educativa e não tinha que fazer tudo o que foi feito (Caíque Ferrante).

Nós conseguimos fazer bons projetos ali, como o “Velho Cinema Novo”, em que recuperamos belíssimas salas de cinema no interior do estado. Resolvemos ampliar a rede de transmissão da TV Educativa com canais fechados, com TV a cabo, para diversos municípios do interior do Estado. Nós chegamos a ter algo em torno de umas 60 emissoras filiadas a TV Educativa, que iam retransmitir toda a nossa programação. Um dos projetos mais bacanas que, infelizmente, não foi levado a efeito, foi, por exemplo, domingo de manhã, às 10 horas, você colocaria Blindagem e Orquestra Sinfônica tocando no Teatro Guaíra, retransmitindo para todas essas outras TVs de canal fechado. Com a entrada do sucessor do Lerner nada foi levado à continuidade (Caíque Ferrante).

Nós criamos um Fundo de Cultura e toda vez que havia um projeto, a seleção não era feita pelo pessoal da secretaria de Cultura, mas pelo pessoal da classe, gente que entendia do assunto (Caíque Ferrante).

Há um aspecto da trajetória de Caíque Ferrante a ser ressaltado: a relação de atrelamento financeiro com o seu empregador, no caso a Câmara dos Deputados. Utilizando dos recursos legais que liberam o servidor público para assumir funções públicas, ele manteve-se unido à Casa durante todo o período que passou em Curitiba. Para Caíque, Brasília passou de refúgio a lugar indesejado, com este aspecto pesando na sua decisão de sair candidato a vereador.

Passado isso, eu fiquei dois anos em carreira solo. Não queria voltar para Brasília, mas tive que passar mais um tempo lá. Posteriormente, o prefeito Cássio Taniguchi me convidou para trabalhar com ele na secretaria de Comunicação Social, onde fui superintendente da comunicação. Depois fui ser Diretor de Transporte da URBS, mas fiquei muito pouco tempo. Eu terminei o mandato do Cássio na secretaria de Comunicação Social (um ano e dois meses como secretário). Aí, sim, eu fiquei na Berlinda, sendo jogado um ano e pouquinho em cada lugar, quanto tive que voltar para Brasília (Caíque Ferrante).

Fiquei trabalhando com o Osmar Dias ali na liderança do PDT, no Senado Federal, por quase um ano e meio. Quando voltei para Curitiba, para trabalhar na campanha dele, me licenciiei do Senado, voltei para a Câmara, me licenciiei e fiquei na campanha aqui em Curitiba. Eu era um dos coordenadores da área de comunicação. Infelizmente, perdemos essa eleição e eu fiquei um tempo fora. Pedi uma licença prêmio e uma licença sem vencimentos. Fiquei por aqui e alguns amigos resolveram que eu deveria ser candidato (Caíque Ferrante).

Assim como outros entrevistados, ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a decidir por uma candidatura, relacionaram a decisão ao apoio incondicional de outras pessoas, que cogitam a ideia e investem para convencê-los a respeito. Isto será observado também em Omar Sabbag Filho, Julião Sobota, Pedro Paulo e Zé Maria.

Eu sempre trabalhei na campanha dos outros, sempre ajudei. Em 1990, eu coordenei a campanha do então deputado federal Werner Wanderer. Foram 11 meses morando em Marechal Cândido Rondon para coordenar a campanha dele na região do oeste do estado,

principalmente nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. Ele esta estadual, saiu candidato a deputado federal e eu coordenei a campanha, diga-se de passagem, vitoriosa. Eu nunca pensei em ser candidato, sempre trabalhei nos bastidores, na coordenação da campanha, ajudando, administrando, mas esse pessoal achou que por bem eu deveria ser candidato (Caíque Ferrante).

A filiação ao PRP, conforme conta Caíque, se deu numa perspectiva de construir um projeto político-partidário maior, de âmbito estadual. Por falta de recursos, esta proposta estaria em dormência, enquanto os dirigentes partidários buscam posicionar os seus candidatos em coligações aptas a garantirem o sucesso eleitoral.

Eu conheci, no decorrer do segundo turno da campanha do senador Osmar Dias ao governo do Estado, o Jorge Martins, presidente do PRP. Troquei duas idéias com ele e achei que ele tinha bons propósitos com relação a fazer alguma coisa de útil para o partido, não aquela coisa chavão. A gente tinha o cuidado de trabalhar uma situação diferenciada; eu dei uma olhada no estatuto do partido, dei uma olhada no regimento interno. Me agradou também o fato de estar na companhia do Jorge pra desenvolver um trabalho de partido em âmbito estadual... só que infelizmente precisa para isso do que o partido não tem [faz o sinal de \$\$, esfregando o polegar na ponta dos dedos médio e indicador]. Então, muito mais nós ajudamos o partido do que o partido nos ajuda (Caíque Ferrante).

Só com o partido não daria [para eleger um vereador]. Você coloca o tabuleiro de xadrez na mesa e começa a trabalhar as peças, mexer, movimentar para ver aonde dá. se nós fizéssemos naquela ocasião uma coligação com o PSDB, eu seria massacrado, não tenho dúvida nenhuma disso — muitos outros partidos fizeram e foram massacrados. O PT até nem tanto, porque ele faz todo um trabalho partidário em torno de dois ou três [candidatos], e daí é tudo para eleger esses daí. Na análise que nós fizemos, chegamos à conclusão de que o partido ideal para essa composição, na ocasião, seria o PPS. Era um bom partido, que faz uma belíssima votação e os seus candidatos tem uma votação, digamos — não que façam uma votação astronômica, mas é constante — , mediana. Não é aquele cara que vai fazer dez, 15 ou 20 mil votos (Caíque Ferrante).

Caíque ressalta o aspecto pragmático da coligação com o PPS, dentre todas as outras possíveis naquele momento eleitoral. O acordo que garantiu a combinação de desempenhos eleitorais foi fechado entre os dirigentes partidários.

Eu imaginava que talvez pudesse chegar na margem dos cinco mil votos no PRP. Fiz pouco mais de 3.800 votos e o PPS, pelo estudo que nós fizemos na época, todo mundo fazia na faixa de dois ou três mil votos, elegendo quatro vereadores. Na penúltima elegeram, cinco. Conversamos com o pessoal do PPS, na época o Marcos Isfer era o presidente municipal, que falou com o Rubens Bueno. Daí o Rubens Bueno e o Jorge Matias se entenderam, acertaram a coligação e nós tivemos a possibilidade de nos elegermos (Caíque Ferrante).

A estratégia de Caíque foi entrar em contato com os colegas que fez durante a sua trajetória política, pedindo indicações de novas pessoas, cujo pedido de voto pudesse ser intermediado (uma corruptela do método bola de neve utilizado para a realização de pesquisas qualitativas em Ciências Sociais). Ele frisa que não possui votação regionalizada, tendo percebido a concentração em bairros de classe média somente após o pleito.

A minha campanha é completamente diferenciada: eu não tenho um segmento de bairro, por exemplo. Hoje, eu moro no Jardim Botânico, quer dizer, basicamente minha vida toda morei no Jardim Botânico. No próprio bairro tem uma urna eleitoral, em um colégio, onde eu fiz 48 votos. Eu fui criado no bairro, mas só fiz 48 votos (Caíque Ferrante).

Curitiba hoje tem cerca de 3 mil urnas eleitorais. Tinham votos para mim em mais de 1.900. É uma coisa muito pingada. A região que eu mais fiz voto é aqui do Água Verde, pegando um pouquinho no Batel. Eu tinha uma agenda de celular, com 103 nomes. Selecionei 93, tirando os que eram de fora, e fiz um convite para essas pessoas estarem comigo em uma reunião onde eu ia conversar com eles sobre a possibilidade de eu ser candidato a vereador. Achei que estariam ali umas 50 pessoas, não mais que isso. Para minha surpresa, estiveram presentes 130 pessoas (Caíque Ferrante).

Na ocasião, tive toda uma conversa com esse pessoal, dizendo qual seria a minha intenção, porque que eu estava querendo ser vereador e se eles acreditassem, efetivamente, naquilo que eu estava falando, e pudessem votar em mim e me apoiar, eles que me indicassem para cinco pessoas. Eu dizia para eles: “essas pessoas não vão votar em mim, elas vão votar em você, por que elas não me conhecem, entendeu? Eu não as conheço. Você vai conversar com elas e, se elas “comprarem essa briga” e disserem “voto no Caíque por sua causa”, você me entrega a ficha eu faço o contato, pois ela vai nos receber” (Caíque Ferrante).

Através dessas fichas a gente desenvolveu todo um trabalho. Eu fazia reunião com não mais que 20 pessoas. Ia na casa da pessoa, conversava, apresentava as minhas idéias. Daquela reunião eu agendava outra e outra. Para minha surpresa, acabou surtindo o efeito esperado. É basicamente isso (Caíque Ferrante).

Ele demonstra conhecer intuitivamente o mecanismo de conversão de capital social em capital político, associando o resultado ao bom relacionamento mantido ao longo de 30 anos de carreira profissional e de cabo eleitoral.

Bom, é claro que eu não fiz campanha só em 60 ou 90 dias. Eu estou em campanha há 30 anos, desde que comecei a trabalhar no sistema penitenciário, como estagiário, depois com o Túlio Vargas e por aí vai. É claro que com isso você acaba ganhando amigos, criando um grupo. — e, aqui em Curitiba, principalmente, quando eu estive à frente da secretaria de Comunicação, tanto de Estado quanto da prefeitura, na secretaria da cultura, um período no Detran, você acaba fazendo amigos, né? Meus amigos de infância são próximos até hoje. O resultado talvez seja isso, talvez eu não consiga fazer uma campanha dessa de novo. Eu deixei de ser novidade (Caíque Ferrante).

Caíque é crítico das práticas clientelistas, buscando posicionar-se como um fiscalizador do poder público. Contudo, integra a base aliada do prefeitos Beto Richa e Luciano Ducci, ocupando também, a partir de 2010, o cargo de 2º secretário na Mesa Executiva.

Até então eu era novidade; a partir do momento em que você coloca o pé aqui [na Câmara], infelizmente você tem que partir para uma determinada coisa, não do assistencialismo propriamente dito, mas tem gabinete aqui que fica tomado de gente. No meu, não. Eu não faço isso. Uma ou outra pessoa que a gente possa ajudar, tudo bem, mas eu vivo do salário. Eu sou assalariado, não tenho outro emprego por fora. É bom ter emprego, meu irmão é funcionário público, a gente se ajuda, ele contribuiu para a campanha, mas a minha família ninguém sustenta. Eu tenho meus filhos para acabar de criar, não vou ficar distribuindo recursos por aí. Nós não temos uma verba de representação nesse sentido. [Não vou] ficar capitalizando, tirando de dentro da minha casa para colocar dentro da casa dos outros... (Caíque Ferrante)

A partir do início desse ano eu comecei a tomar um pouco mais de gosto [pelo mandato, dois anos depois da eleição]. Com toda a experiência que eu tenho, eu sabia, mais ou menos, como é que as coisas funcionavam, mas, você se frustra. Eu penso algo a mais para Curitiba, assim como outros vereadores também pensam, mas é muito difícil. Você esbarra em muita coisa, esbarra em procedimento, esbarra na própria lei (Caíque Ferrante).

Eu sou filho de militar, o partido do meu pai é o Exército. O meu irmão é filiado ao PSDB, o Maurício, mas ele é advogado de carreira do Estado. Ele tem muita lealdade ao pessoal do PSDB, nem eu influencio ele, nem ele me influencia (Caíque Ferrante).

Eu gosto muito do Derosso, mas eu posso afirmar para você que, há 16 anos como presidente, ele conseguiu ser mais forte, proporcionalmente falando, que o próprio Aníbal Cury. Pra isso tem que ter competência, eu já disse isso pra ele, mas é muita coisa... Eu, como segundo secretário, trabalho no âmbito de recursos humanos. A parte administrativa é toda ela afeta à presidência da Casa. Claro que a gente ajuda, colabora.. houve uma proximidade muito grande com o Derosso e, principalmente, com o Celso [Torquato, primeiro secretário da Câmara], já há bastante tempo (Caíque Ferrante).

4.5 Pedro Paulo

Dos estudos de caso, o vereador Pedro Paulo da Costa é o que melhor sintetiza a passagem do movimento social para a militância política organizada, estruturada no processo de construção e institucionalização do Partido dos Trabalhadores.

Eu começo, na política, no Movimento Eclesial de Base. Entrei no seminário em 1986, com 14 anos, e retornei para casa com 18. Foi nesse tempo que eu amadureci um pouco mais para a política, ainda no movimento comunitário, num contexto de lutas por melhorias nas condições de vida. Só comecei a militar no partido em 1988/89 (Pedro Paulo).

O PT se apresentava como uma alternativa para os trabalhadores, tinha propostas e projetos de liberdade, com a valorização do trabalhador. As pastorais da Igreja também eram mais vivas e mais fortes, tinham um poder de mobilização maior. Eu, que nunca fui sindicalista, também me sentia identificado com as propostas do PT (Pedro Paulo).

A experiência nos CEBs será a porta de entrada de Pedro Paulo no PT, que, à época de sua fundação, manteve estreita ligação com as pastorais da Igreja Católica. É deste vínculo religião-militância que despontaram nomes conhecidos hoje em dia por ocuparem altos cargos em administrações petistas.

Eu tive uma passagem breve pela Pastoral da Juventude, na época do movimento estudantil, como presidente do Centro Acadêmico Ângelo Cretan, na PUC, onde eu cursava Ciência Sociais. Mais tarde eu militei na Pastoral Operária, que era uma tentativa de organizar o trabalhador, o cristão, a partir do seu local de trabalho. Naquele tempo o movimento sindical também era controlado, o dito peleguismo — eram sindicatos de trabalhadores, mas controlados pelos patrões. A Pastoral Operária, junto com a CUT, tinha uma outra proposta de organização e independência dos trabalhadores. Eu, que nunca fui sindicalista, ajudei, como membro militante da Pastoral Operária, a contribuir com algumas posições sindicais: os comerciários de Curitiba, da construção civil, dos metalúrgicos (Pedro Paulo).

Nós tínhamos um grupo muito forte na base, no nosso local de moradia, o Pinheirinho. Era um grupo de petistas que vinham da Igreja, das pastorais, que resolveu se filiar junto e, além de militância na Igreja, nós tínhamos também um grupo no PT. A gente se reunia para discutir a realidade local e procurar organizar nosso trabalho na comunidade, de associação de moradores (Pedro Paulo).

A nossa associação de moradores [do Pinheirinho] não funcionava, era cartorial. Nós resolvemos assumir, disputamos eleições e ganhamos, o que só reforçou um pouco aquele trabalho político e comunitário que eu tinha (Pedro Paulo).

Após a experiência no centro acadêmico, Pedro Paulo irá dedicar-se à associação de moradores, com a intenção de torná-la ativa na defesa de mais infraestrutura para a Região Sul, que viria a ser sua base eleitoral atualmente. Na mesma região, trabalhava como professor na rede de educação pública. Ele reclamará que a política, do jeito que é feita em 2008, o desconectou deste trabalho original, de luta por condições de moradia.

Naquela época a gente começou a despertar a comunidade para a importância da associação de moradores como instrumento de organização. Até esse momento a associação era apenas um local onde se organizava festas ou se arrecadava donativos. Nós começamos a trabalhar numa outra perspectiva, de organizar a comunidade para resolver os problemas concretos, como a questão das enchentes, da falta de moradia e transporte coletivo, que não era adequado. Tornamos a associação um instrumento de enfrentamento desses problemas (Pedro Paulo).

[O PT] foi um reforço daquilo que a gente já trabalhava, agora procurando, pela política partidária, apoiar candidaturas comprometidas com a solução daqueles problemas. Tem lideranças políticas que se fazem pela estrutura econômica, campanhas super ostensivas, muito dinheiro. Então, naquele momento também a gente apresentava o PT como um partido que tinha candidatos comprometidos com os problemas locais ou os problemas da maioria (Pedro Paulo).

A gente tinha alguns filiados, alguns antigos militantes que vinham da década de 1980. A gente reforçou essa primeira geração, que estava um pouco cansada após dez anos na oposição, no movimento sindical, dentro de um partido diferente como o comunista, “os perigosos”. Com a gente tinha alguns fundadores do PT, como o Alceu, conhecido como Cascavel; o Alceu Cordeiro, passou pela região o Gilberto Carvalho, que foi seminarista e militante da Comunidade Eclesiástica de Base (Pedro Paulo).

No início, o grupo de petistas organizados na órbita da associação de moradores do Pinheirinho optou por lançar candidato um médico conhecido localmente, também oriundo dos CEBs. O doutor Sílvio Miranda será vereador por apenas um mandato, enquanto os seus colegas de Câmara Municipal, Dr. Rosinha e Angelo Vanhoni, prosseguirão na carreira eleitoral.

A primeira candidatura que nós apoiamos foi a do médico Sílvio Miranda, que fez opção de trabalhar na periferia e também era das Comunidades Eclesiais de Base. Em 1988 a gente se organizou para ajudar na campanha dele e conseguimos eleger o primeiro representante desse lugar, ligado ao movimento. Foi o primeiro vereador da base. Naquela eleição o PT elegeu três vereadores: o Dr. Rosinha, o Ângelo Vanhoni e o Sílvio Miranda, que morava no bairro, tinha engajamento em pastoral. Isso reforçou nossa organização (Pedro Paulo).

A gente ganhou [com o Sílvio Miranda eleito] um outro espaço de publicização dos problemas que a gente tinha. Até aquele momento tinha vereador que aparecia em festas e que dava brindes, mas não que respirava os problemas, acompanhava e chamava a atenção das autoridades. A gente ganhou esse militante mais forte (Pedro Paulo).

O movimento da luta pela moradia, naquele período, organizava ocupações de áreas urbanas como forma de despertar a atenção das autoridades públicas para este problema social. Este mecanismo de solidariedade comprometida irá garantir ao PT uma parte considerável dos votos que obteve durante o seu período de fortalecimento na capital.

Eu acho que toda essa luta que iniciou lá na década de 1970, em Curitiba, principalmente na região Sul, conseguiu avançar muito, mas chegou a um limite de organização também (Pedro Paulo).

Nós tínhamos uma demanda muito maior, porque as políticas públicas da década de 1980 eram diferentes. Antes da Constituição, por exemplo, não havia uma obrigatoriedade de ensino fundamental, era uma luta — agora nós temos. A nossa realidade mudou, a vida das pessoas mudou um pouco também. O movimento se organiza sobre uma bandeira, uma demanda. Nós tínhamos enchente naquele tempo e se conseguia juntar as pessoas para lutar contra a enchente. A falta de um programa público de acesso à moradia agregava as pessoas. Tinham as ocupações organizadas de terra, que a gente conseguia reunir famílias (Pedro Paulo).

[Peço para ele citar das que tenha participado] Duas, em específico. A primeira grande ocupação organizada foi a do Xapinhã; a segunda foi a 23 de agosto. Hoje são bairros, são duas regiões que cresceram muito ali no Sítio Cercado (Pedro Paulo).

Nós tínhamos um movimento de luta por moradia e havia reuniões regulares, em que se fazia um cadastro de pessoas que precisavam e não tinham casa própria, pagando aluguel. Não havia diálogo com a prefeitura, nem com a Cohab. Não havia programa de habitação popular, nem investimentos, então nós fomos ao limite. Quando não foi mais possível negociar com o Executivo, que não havia alternativa, chegamos a reunir cerca de 1200 famílias. Fazia-se a assembleia e, em alternativa concreta, a decisão era ocupar um terreno (Pedro Paulo).

Com a desistência de Sílvio Miranda, que não disputou um segundo mandato, o grupo petista do Pinheirinho lança vários candidatos na mesma base eleitoral. Em um primeiro momento, Adenival Gomes irá ocupar a vaga da Câmara Municipal. Depois será sucedido por Pedro Paulo.

O Sílvio teve um mandato só e fez a opção de não continuar. Inclusive, na época, foi uma surpresa para nós. Era um quadro jovem, com mandato, comprometido mesmo, mas fez a opção de não continuar (Pedro Paulo).

Depois nós tivemos outras lideranças. O próprio Adenival [já citado na dissertação], que é da região, foi candidata a vereador. O Paulinho Lamarca, que também era militante da Igreja, o Nilton Brandão... as principais lideranças da região que chegaram à Câmara Municipal e foram essas (Pedro Paulo).

Eu saí a primeira vez como candidato em 1996, a convite do partido. Chegaram para mim e disseram: “olha, é importante que você, que tem essa militância no bairro, é uma referência, uma liderança, ajude o partido. Vai divulgar mais os nossos esforços” (Pedro Paulo).

Fui candidato de plataforma: fiz 1500 votos, basicamente no local onde eu morava. Depois disso eu fui presidente do PT de Curitiba, de 1997 a 2001. Disputei [a eleição para a Câmara] em 2000, 2004 e 2008, crescendo em número de votos. Entrei na Câmara a primeira vez em 2003, como suplente. A eleição do Lula em 2002 ajudou vários vereadores do PT a se elegerem deputados estaduais e federais, e eu acabei assumindo uma vaga (Pedro Paulo).

Na eleição seguinte, em 2004, eu fiquei como primeiro suplente numa coligação gigantesca, com o PMDB e o Vanhoni de candidato a prefeito. Retornei à Câmara em 2007, para cumprir mais dois anos de mandato. Em 2008, fui o mais votado do PT, sendo a primeira eleição direta que eu tive (Pedro Paulo).

A primeira eleição [1996] foi no bairro, para me firmar e, assim, afirmar o PT lá no bairro Pinheirinho. Então, [a campanha] era basicamente com lideranças, vizinhos, amigos. A segunda [2000] foi um pouco mais ampla, mas ainda foi muito focada na região. A terceira eleição, que eu tive 5.800 votos, foi depois que eu tinha assumido a vaga de suplente na Câmara, um período em que foram abertos novos espaços de atuação junto ao movimento popular, também nos bairros. Em 2008, na última eleição, foi uma eleição mais municipal, apesar do foco na região (Pedro Paulo).

Sendo o PT um partido alternativo aos mais bem estruturados eleitoralmente, Pedro Paulo possui algumas histórias de estranhamento com o eleitorado. A passagem dele de militante segmentado a político municipalizado ele atribui ao período que foi presidente da legenda em Curitiba, numa demonstração de apropriação de capital político delegado.

Naquela época [1990] você reconhecia petista de longe: sabia pela estrela, pela linguagem, pelo debate. Era sempre aquela pessoa crítica, que conversava com as pessoas, que falava de política, uma coisa pouco comum. O PT era um fato novo. Na escola eu separava, não era um debate político-partidário: era sobre os problemas e como a gente poderia alterar aquela realidade (Pedro Paulo).

A distância da política institucional com o real era maior. As pessoas não tinham acesso ao vereador. Hoje, inclusive, quando eu vou em alguma comunidade, as pessoas até comentam: “Nossa, mas você é vereador mesmo? Falando desse jeito, vestindo desse jeito?” Naquele tempo, era maior a distância entre aqueles que ocupavam o cargo eletivo e a população. A nossa luta era para aproximar essa relação, porque é a gente vota na pessoa, ela tem que estar presente para ser cobrada (Pedro Paulo).

Ser presidente do PT foi importante porque eu conheci um pouco mais da realidade municipal. Tive contato com a região metropolitana, pude discutir um pouco mais os problemas e ajudar na elaboração dos programas de governo do PT em 2000 e 2004. Eu pude conversar com representantes de outros segmentos, saí daquele contexto local pra uma abordagem mais geral. Apreendi muito. Perdi o medo de falar – que era uma coisa que eu tinha dificuldade – tem aquela experiência, aquela tarimba. Foi uma experiência, uma escola. Valeu a pena, foi importante. O momento que o PT vivia naquele período era um momento de crescimento, de transformação, de consolidação (Pedro Paulo).

O passo para fora da Região Sul, também com vistas a aumentar o eleitorado, agora difuso por conta da chegada da infraestrutura na região, se dá pelo debate de políticas públicas de área. Pedro Paulo começa com os direitos das

crianças e adolescentes e vai abrindo outras frentes de atuação, posicionando-se, mais recentemente, como referência petista na cidade para a execução das obras da Copa FIFA 2014.

No nosso mandato, aqui na Câmara, há uma demanda de bairro, com problemas da comunidade, mas também há discussão de políticas públicas, seja na área de educação, da infância, movimento de moradias (Pedro Paulo).

Eu fui coordenador estadual do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente (FDCA) por 4 anos. Comecei quando era presidente do PT. É quando eu me embrenhei nessa perspectiva de acompanhar as conferências, o conselho, as políticas públicas, o orçamento. Depois, como vereador, eu só reforcei esse acompanhamento, pois tinha condições melhores, tempo, assessoria, conhecimento para acompanhar mais de perto. Eu acho que alguns avanços nessa área, em Curitiba, nós temos em razão de uma política nacional (Pedro Paulo).

No tempo que eu era militante do movimento pela moradia, nós coletamos assinaturas em todo o país para apresentar um projeto de lei, o primeiro projeto de lei de iniciativa popular. Ele pleiteou a criação de um fundo nacional de moradia e isso virou lei na gestão do presidente Lula. Hoje temos um fundo nacional de recursos, um conselho nacional e conferências. Também temos o mais importante: recursos federais, no PAC da Habitação, no “Minha casa, minha vida” e na política para habitação de interesse social. Aquilo que a gente lutava para ter, agora já tem (Pedro Paulo).

Pedro Paulo sente na organização do PT um distanciamento daquelas características que o levaram para o partido, nos anos 1980. Essa percepção é obtida com a reflexão sobre o papel assumido pela legenda para viabilizar uma candidatura à presidência e pelos novos aspectos da disputa eleitoral, onde o dinheiro teria profissionalizado a competição por votos.

Com a profissionalização e eu falo por mim, e não pelo PT, deve ter uma reforma política, com financiamento público. Tem que politizar de novo a eleição, hoje ela está despolitizada. A eleição hoje é dinheiro ou é mídia. Ou nós temos as personalidades midiáticas – elas são as mais votadas: porque tem um programa policial, porque está na rádio, porque, enfim... – ou os milionários são os mais votados porque gastaram milhões na campanha. E isso despolitizou, porque as pessoas não discutem (Pedro Paulo).

No meu tempo de início na política, havia uma sentença: era convencimento corpo a corpo pelo voto. Por que votar no fulano de tal? Porque é do PT. E por que votar no PT? Porque é para mudar, porque é para construir, porque é para ter política pública. Nós perdemos um pouco esse dinamismo (Pedro Paulo).

Eu acho que nossas campanhas não são políticas, porque você não faz o debate político. Programa eleitora coloca tudo dentro de um modelo televisivo, enlatado, onde aparece o candidato super maquiado, tudo bonitinho, sem falar (Pedro Paulo).

É até um contra-senso, porque a nossa luta para chegar no governo foi válida, aconteceu. Nós lutamos, mas muitos militantes também se burocratizaram. Eles têm uma responsabilidade, deviam interagir com a militância. Eu não posso generalizar também, pois boa parte guarda sua coerência com as origens, mas muitos que estão no governo deixaram de fazer essa interação (Pedro Paulo).

O PT tem que repensar a sua forma de organização. Corremos o risco de, eventualmente perdendo o poder central, de o partido se desestruturar. Parece que até um tempo atrás o PT se organizava contra o sistema, e hoje uma parte dele aderiu ao sistema, infelizmente. Outra

parte não. Então, você tem que retomar as nossas lutas a partir do contexto atual e não querer voltar atrás, quando as dificuldades eram maiores. Não é saudosismo isso, é uma preocupação em como agregar as pessoas, mobilizar as pessoas em torno de lutas, bandeiras atuais. É o grande desafio de hoje. E no processo eleitoral a briga é de cachorro, é irracional, quer dizer, você vai atrás do voto. No meu caso, eu estou disputando contra o poder econômico. A nossa legislação é permissiva, ela permite se gastem milhões de reais. E a pergunta é aquela básica: por que se gastar milhões de reais numa campanha eleitoral, se a remuneração não corresponde? São outros interesses que estão em jogo, com certeza (Pedro Paulo).

Pedro Paulo não atribui aos candidatos petistas a distritalização da cidade, com a divisão dos vereadores por áreas de atuação. Ele atribui essa diferença a um fator ideológico, apesar de ver o PT caminhando para o mesmo rumo de ausência de debate programático interno.

Dentro do PT, eu nunca tive dificuldade com isso, de currais eleitorais, de locais em que só você manda. Isso é característica um pouco da direita, de ter aquilo como um quintal só seu. As diferenças que nós tivemos dentro do PT eram mais de idéias, de estratégias e táticas do que de disputa territorial. Tanto que eu apoiei o Adenival na primeira eleição, em 1992. Apoiei o Adenival para vereador porque a nossa avaliação naquele tempo era de que perdendo o Sílvia Miranda nós teríamos que ter um candidato viável — e o movimento superou as divergências porque apostávamos todas as fichas na eleição de uma liderança da região, que não se elegeu, apesar de toda a unidade. Em 1996 eu fui candidato e ele também foi, mas sem essa disputa territorial. A divergência era mais de idéias, e, naquela época esse grupo que militava comigo, junto, avaliava que a gente precisava também ter outras lideranças, além do Adenival e de outros que militavam naquele tempo. Foi uma aposta o grupo fez na minha liderança (Pedro Paulo) (Pedro Paulo).

A nossa disputa com os outros continua igual. Enquanto você vai numa escola para falar de política pública o outro vai para oferecer uma prenda e, basicamente, no ano eleitoral. No debate nós não temos problema, eu acho que o campo da esquerda ganha o debate. As nossas disputas com o outro lado, com os profissionais da política, não tem um motivo, é uma disputa contra o poder econômico (Pedro Paulo).

Pelo passado no Movimento Eclesiástico de Base, Pedro Paulo viu com estranhamento a profissionalização da campanha eleitoral, cujos cabos eleitorais pagos substituíram os militantes “à moda antiga”, que faziam campanha gratuitamente.

No PT, até bem pouco tempo, era inimaginável contratação de cabos eleitorais, ninguém imaginava isso. Contratar a pessoa para fazer campanha? Hoje o PT também aderiu a isso. Uma grande parte das vezes o que acontece é que você contrata uma pessoa para votar em você. É uma liderança que não precisa ter consciência do trabalho, ou do que quer que seja. Boa parte é voto comprado mesmo: profissionalizou, comprou. Você contratou o profissional para acreditar em você e convencer as pessoas de que você é o melhor candidato. Pra usar a influência dele, o conhecimento dele, o trabalho, a mão de obra, ele é pago e registrado em carteira durante o período eleitoral. Também em razão do tamanho da nossa cidade, como é que você dá conta de chegar na cidade toda, só com um grupo pequeno de pessoas? (Pedro Paulo)

Os meus eleitores estão, basicamente, na região Sul, 60%. Outros 40% no resto da cidade. Claro que tem a bandeira da educação e outras, que não são apenas, para quem me conhece. Eu permaneço pouco na minha região, mas a gente foi agregando outros debates.

Tem a questão da Copa agora, que é uma bandeira geral, acima das ideologias pela abrangência que tem, acaba transcendendo aquela militância original (Pedro Paulo).

Eu ainda atribuo um peso muito grande à nossa militância. Aqui no mandato, procuro organizar a assessoria não com profissionais, mas com militantes. São pessoas que tem compreensão dos nossos objetivos, da nossa luta, onde a gente quer chegar (Pedro Paulo).

Na campanha a gente procura agregar outras pessoas, não só a militância, mas as pessoas que são lá do bairro, que conhecem o nosso trabalho, e que nos ajudam a realizar o trabalho no período eleitoral dentro dos limites que a gente tem. O próprio comitê do partido tem importância. Tinha um tempo também, nas primeiras campanhas, que a gente tinha que pagar para usar a televisão, tinha um custo e cada candidato pagava. Na primeira eleição em 1996 eu tive que ajudar a pagar o programa de televisão, além das minhas contas de campanha eu pagava a televisão (Pedro Paulo).

Pedro Paulo descortina uma outra agenda de pesquisa sobre o processo de institucionalização do PT ao relatar o endividamento da legenda com as campanhas majoritárias na capital — um processo que teria sido brecado em 2008, na candidatura de Gleisi Hoffmann.

De 2000 para cá foi diferente, o partido ajuda um pouco. O PT nunca disponibilizava recursos, a campanha de Prefeito era pobre também. De 2000 para frente foi diferente, bem mais estruturado, e muitas vezes até comprometeu o partido com as dívidas de campanha. Eu fui tesoureiro do PT estadual e em uma das campanhas nós decidimos que dinheiro do partido era do partido e da campanha era da campanha, tudo separado. Dinheiro de fundo partidário não se gasta em campanha. A lei não permite isso, tem que ser tudo separado. Contribuições para a campanha estão num fundo que é diferente dos recursos do partido. E a gente conseguia preservar o PT estadual dessa forma. Já em Curitiba, em 96 começou a se endividar, em 2000 agravou, em 2004 agravou ainda mais e em 2008 conseguiu sair desse erro. Então ter uma campanha maior tem responsabilidades, também onera e pode até comprometer o partido (Pedro Paulo).

Eu acho que o PT era melhor quando nós tínhamos tendências, correntes internas mais vivas. O PT era melhor, era melhor o debate, era mais democrático. A medida que as correntes foram perdendo força, existe menos força como grupo de pensamento. Os militantes perderam força para os mandatários (Pedro Paulo).

Eu não mudei, a minha corrente é que mudou. A Articulação virou campo majoritário, que virou Construindo um Novo Brasil (CNB), mas é a mesma. Ela teve um papel importante nas estratégias que acabaram dando a vitória para o Lula, com uma compreensão maior da importância de ter aliados, de alargar um pouco a base de alianças, não pra esquecer dos princípios nossos, mas para viabilizar a eleição (Pedro Paulo).

4.6 Zé Maria

De todos os entrevistados, o político José Maria Alves Pereira é quem se mostra mais à vontade com a experiência eleitoral, chegando a afirmar que “faria campanha todo o ano, sem problemas”. Ele passou de empresário que ocupava parte de seu tempo com trabalho voluntário em escolas de educação especial a

vereador pelo PPS por ocasião de um convite de Rubens Bueno, na época de estruturação do partido.

Faz 26 anos que eu trabalho em uma escola especial. Há oito anos, eu fui pedir para o Rubens Bueno ajudar aquela escola e ele falou: "Poxa, você tem um trabalho bonito, por que não entra para a política?". Isso aconteceu em 2000 (Zé Maria).

O Rubens Bueno me convenceu a começar a participar das reuniões. Eu gostei e acabei filiando-me ao partido, que também estava começando. Em 2000 eu me lancei candidato a vereador numa chapa pequena pelo PPS, fui o segundo mais votado, mas não conseguimos eleger nenhum em virtude da legenda. Atingimos 16 mil votos, mas tinha que fazer 22 mil para o coeficiente. Aí eu achei que tinha feito uma votação grande e pensei que tinha chance de ser vereador. Aí fui me organizando, fui tomando gosto pela política, participando, estudando, participando de congressos (Zé Maria).

Outra característica de Zé Maria é a clareza que ele possui sobre a própria atividade, em parte creditada por ele ao primeiro fracasso eleitoral. O político acompanha pesquisas de intenção de voto e, além de si, acompanha o desempenho dos colegas vereadores. Ele está ciente da permanente disputa por espaço dentro do campo.

Fui eleito em 2004. Em 2008 a minha reeleição foi natural. Foi feito um levantamento aqui na Câmara e o vereador que mais teve crescimento fui eu, em percentual. Eu saí de 3292 votos para 8 mil. Eu tive mais de 150% de crescimento (Zé Maria).

Não tenho nada contra vereador trabalhar para o bairro, mas eu não tenho bairro. Como eu trabalho com pessoas com deficiência, hoje, eu atingo todos os bairros de Curitiba. Eu fui candidato a deputado estadual agora, fiz 19.288 votos, votação muito boa. 15.500 foi só em Curitiba. Então você veja, eu tenho muito voto aqui e já, por 3 eleições seguidas, o voto que eu mais tenho voto é o Água Verde, um bairro que eu não frequento, que eu não tenho muito trabalho lá. Eu tenho voto também no Pilarzinho, onde eu tenho trabalho, nas Mercês, que eu morei lá, que é um dos bairro que eu mais tenho voto, depois Santa Cândida, Bacacheri, Centro, Batel. O Centro da cidade acho que tá em segundo lugar, pois tem o comércio onde eu sempre tive muita imobiliária (Zé Maria).

A minha trajetória não é de político profissional. Eu também nem sei se quero ser vereador novamente, ou deputado, eu estou amadurecendo uma idéia de trabalho. Tenho alguns objetivos na vida e, se Deus ajudar que eu consiga esses objetivos, talvez eu até continue na política (Zé Maria).

Com a sua base eleitoral desterritorializada, Zé Maria busca o apoio das instituições sociais envolvidas com as bandeiras dos deficientes físicos. Nessa troca, ele se estabeleceu como um intermediador de recursos junto ao poder público e, simultaneamente, como uma referência para quem precisa de serviços mais imediatos.

A política pra mim tem sido um fator muito importante, que eu tenho conseguido abrir portas para as pessoas. As portas para deficientes não conseguiriam ser abertas se não tivesse alguém defendendo eles. No caso, Curitiba é a quarta capital no Brasil a ter uma secretaria específica para o atendimento aos deficientes. Foi criada pelo prefeito, na época o Beto Richa, por indicação minha, por projeto meu. E agora ele escreveu pela criação da secretaria

no Estado. Já valeu a pena tudo o que aconteceu depois que eu entrei para a política, já valeu a pena (Zé Maria).

O apoio incondicional da primeira dama, na época a Fernanda Richa, foi muito bom no sentido de eu poder estar ampliando os convênios com as escolas especiais. Hoje nós atendemos 72 entidades. Eu tenho mais de 1100 jovens no mercado de trabalho que passaram pelas nossas mãos aqui, com deficiência mental e com surdez. Eu estou falando de surdo e deficiente mental leve (síndrome de down), fora os deficientes visuais, os deficientes físicos. Tem muita gente hoje com carteira assinada, recebendo salário, tendo dignidade, em função do trabalho do meu gabinete. Aqui eu tenho assistente, social psicólogo, pedagogo, jornalista, tenho uma equipe muito boa que dá uma retaguarda no atendimento à pessoa com deficiência. E não fazemos só isso, tem vários projetos que a gente fez e que tem feito diferença, tem dado certo (Zé Maria).

No exercício da sua atividade profissional, Zé Maria já tinha aberto outros canais de relacionamento profissional, como o Rotary e a Maçonaria. Depois da primeira eleição mal sucedida, ele resolve investir nessas redes de pessoas para ampliar a divulgação da candidatura e colecionar mais votos.

[Entre as eleições] eu passei a conhecer mais política e comecei a mostrar o que fazia para a comunidade, para a população. Porque eu tinha um trabalho de 18, 20 anos, cuidando de pessoas com deficiência, mas ninguém sabia, eu fazia um trabalho quietinho. Como empresário do setor imobiliário – porque eu tenho imobiliárias e uma construtorazinha – eu fazia assim, o trabalho não era divulgar, sabia que Deus tava vendo o meu trabalho. E daí, quando foi em 2000, eu chegava para pedir voto e as pessoas perguntavam: - Por que você quer ser votado? E eu: - não, porque eu quero trabalhar assim, assim, assado com a pessoa com deficiência. - Mas por quê? - Porque eu cuido de criança especial. – Nossa, eu não sabia. Então muitas pessoas não sabiam. Então o que eu acabei fazendo: divulguei um pouco mais e aí tive mais oportunidades (Zé Maria).

Na realidade eu tinha e tenho uma participação muito forte no Rotary, na Maçonaria, e eu comecei a fazer umas palestras de inclusão do jovem com deficiência no mercado de trabalho. Daí eu contava o que eu fazia para as pessoas. Então, quando eu fui pedir voto foi uma coisa fácil. A minha campanha é uma campanha barata porque eu chego, eu já tenho aquele eleitor que dizia pra mim: - Eu vou votar em você porque eu sei que você está cuidando dos nossos jovens especiais. É uma tarefa que poucos políticos desenvolvem, porque tem que ter muito conhecimento. Não é assim: “ah, agora eu vou cuidar de deficiente”, não é assim! Porque o cuidar do deficiente não é dar presentinho para ele, dar uma cadeira de roda, uma pena mecânica, um aparelho auditivo. Cuidar do deficiente é cuidar da sua integridade física, intelectual, a vida dele, alimentação, então o que a gente faz aqui quando uma pessoa tem um acidente e precisa de uma cadeira de rodas: a gente empresta uma cadeira, empresta por até 6 meses, mas automaticamente a minha assistente social e a minha psicóloga vão até o posto de saúde para que inscreva ele no programa de órteses e próteses. Inscrito ali eles vão receber um pedido na APR, vai lá tirar a medida do corpo dele, altura e peso dele, para que venha uma cadeira adequada. Em 3, 4 meses vem a cadeira dele pelo SUS, que é de direito dele, e aí ele devolve a nossa. Bom, ele já tem a cadeira. Mas ele tá deficiente e não recebe um salário. Então, a gente procura aposentar ele se não puder mais trabalhar. Se ele puder trabalhar, consegue um emprego. Ele tá deficiente, tem um salário e não tem moradia: a gente consegue inscrever ele na Cohab (num programa social que a Cohab tem para deficientes). Então, de todo jeito a gente consegue mudar a vida da pessoa (Zé Maria).

Não tem vereador que faz isso, porque é uma tarefa um pouco difícil, um pouco árdua, cada vereador tem um bom trabalho no bairro, mas cuidar do deficiente requer muita disciplina, muita dedicação e muito amor também. Porque não é fácil você às vezes ver, encarar amigos seus que estão bem, têm um acidente e acabam ficando tetraplégico, sofrendo. Esse é um trabalho que dignifica realmente o gabinete nosso (Zé Maria).

Outro mecanismo foi ampliar o atendimento prestado a deficientes físicos, buscando inserção nos mais variados tipos de associação civil ligados a defesa desses direitos.

Eu comecei a atender os amigos ostomizados com o nosso advogado e assistente social, porque eles não estavam recebendo aquelas bolsas para a coleta das fezes ou da urina, que é um direito deles pelo SUS. Aí eu acabei fazendo com que o SUS entendesse isso e eles passaram a ser meus parceiros. A gente acabou sendo amigos e hoje nós temos uma parceria muito grande com a Associação Paranaense dos Ostomizados, a APO (Zé Maria).

Hoje eu cuido de criança com autismo, eu cuido de superdotados, nós criamos uma Associação Paranaense de Superdotação e Altas Habilidades. Temos um trabalho também com pessoas que têm doenças degenerativas, que não é deficiente mas pode ficar, né. Então de todo jeito a gente tá atendendo. A pessoa que precisar da gente, independentemente de ser deficiente ou não, a gente está aqui para aprender (Zé Maria).

O volume de pessoas e de apoios que ele contabiliza para o próprio mandato, por conta dos atendimentos, na opinião do Zé Maria, garantiria facilmente a sua reeleição. Tendo em mente este prognóstico, e com o partido para ser institucionalizado em novas bases eleitorais, rumo a projetos majoritários, ele prepara a campanha de outros oito candidatos a vereador.

O trabalho em 2004 levou ao resultado positivo em 2008. Se você me perguntar, daqui a 2 anos, qual o resultado da eleição, você vai ver: é surpreendente o número de votos que a gente consegue atingir a mais em virtude do trabalho. Eu tenho certeza absoluta que a gente vai fazer acima de 10 mil votos. Então, veja, porque tem trabalho desenvolvido, porque as pessoas vêem o resultado e a gente tem aqui um hábito de prestar contas. Eu mando e-mail para todo mundo, mostro o que estou fazendo, tem uma pequena revistinha que fala dos meus projetos (Zé Maria).

A gente tá ligado 24 horas em atendimento e o político tem que fazer isso, atender. Como se fosse assim um emissário de Deus, sabe? Você tem obrigação e tem que atender e tem que atender bem. Porque as pessoas vem aqui cheias de esperança. E é tão simples atender e atender bem. Pô, às vezes chega aí uma pessoa tão humilde que está inscrita na fila da Cohab, mas não sabe por que cargas d' água as coisas não acontecem e demora para sair a casinha dela. E a gente consegue agilizar isso aí e a pessoa fica muito satisfeita (Zé Maria).

Eu participo das reuniões do partido. Eu sou coordenador da região metropolitana, então eu tenho uma relação muito boa com o partido, muito sério, nós temos um presidente muito bom, o Rubens Bueno. Nós temos bons nomes ali dentro do PPS, tanto é que eu estou lá desde 1999, já vai 11 anos, e eu nunca tive meu nome em nenhum jornal dizendo que eu iria sair do partido. Porque realmente eu me cuido muito para não acontecer isso porque eu, caso um dia eu não esteja satisfeito, o partido será o primeiro a saber. Eu tenho uma obrigação muito grande partidária, gosto e luto pelo partido, que é muito bom, ético, decente e eu espero que continue assim. Isso é o nosso carro chefe, ter um bom partido (Zé Maria).

Eu ajudo [os outros candidatos a vereador do PPS] até a ir nas reuniões, peço voto para eles, faço, organizo reunião para eles, faço número de base. Por que eu faço isso? Porque eles estão fazendo o trabalho dentro do partido. Eles, quanto mais forte o partido é, quanto mais vereadores eleger, melhora para nós, o grupo é mais forte. Então eu tenho sim uma solidariedade muito grande. Estou lançando oito pré-candidatos, que eu tirei da minha base

de apoio, pra ser candidato, correndo até o risco de perder os votos deles, claro, mas eu fortaleço o partido (Zé Maria).

O político também investe em atividades de comunicação social, como um programa de televisão, para divulgar o seu trabalho. Também aproximou-se de outros grupamentos sociais, como os mórmons, que realizam um trabalho assistencialista semelhante ao feito no gabinete.

Eu sou maçom há 30 anos, e rotaryano há 16 anos. Eu sou muito conhecido e a relação com eles é muito boa. Não é um voto maciço em mim, mas votam. Pai de criança especial, corretor de imóvel (eu sou corretor há muitos anos, tenho imobiliária há 26 anos) também vota em mim, então é um grupo, se você pegar o eleitor do Zé Maria é um grupo grande (Zé Maria).

É esse que eu te disse: maçom, rotariano, corretor de imóvel, mas dentro do próprio grupo a gente não sabe, exatamente, mesclar quem é, mas é claro, um ou outro você conhece porque vem até você e no dia da eleição tá distribuindo material pra você gratuitamente, é uma loucura, sabe? Numa eleição, quando as pessoas comprar a idéia daquele que tá trabalhando, sabe, então é muito bom. E fora isso eu tenho um programa na televisão também, que eu divulgo vai fazer 3 anos na CNT, todo domingo 9h30 da manhã (um programa ligado à saúde, 90% falando em medicina) (Zé Maria).

Eu sou católico. Também tenho o apoio dos mórmons. Os mórmons tem muita dedicação em virtude da parceria que nós temos, porque o que os mórmons fazem é muito parecido com o que a gente faz aqui — eles fazem muito mais que eu, claro. Eles têm um trabalho chamado “mãos que ajudam” que pega a mãe ainda grávida e prepara todo o enxoval gratuito para ela, mamadeira, meia, luvinha, roupinha para criança, bercinho, tudo tudo eles fazem todo ano no mês de setembro, milhões e milhões de produtos, então eles têm um trabalho muito bom (Zé Maria).

Fora a boa relação internamente com o PPS, Zé Maria atribui o sucesso dos seus mandatos à proximidade obtida com o prefeito Beto Richa, a presidente da FAS, Fernanda Richa, e a nova primeira-dama, Marry Ducci. Também diz integrar um grupo de parlamentares, na Câmara, que atua em conjunto.

Eu tenho uma relação muito boa com o Beto, ele me ajudou muito. Eu tenho uma relação muito boa com a Fernanda (que foi realmente uma grande madrinha da educação especial, como primeira dama). Hoje nós estamos estreitando laços com o Luciano, pessoa que me atende muito bem, a Dona Marry, esposa dele, que é uma parceira e tem nos ajudado no que pode (Zé Maria).

Aqui dentro da Câmara eu tenho amizade com praticamente todos os vereadores. Tem assim um grupo de 10, 12 vereadores que a gente tem uma amizade ainda mais forte, mais próximos, tem parceiros aqui que é do grupo da minha comissão, comissão de educação, um grupo bom. É prazeroso trabalhar quando você pega um prefeito bom, uma primeira dama boa e, agora, o governador, né, o Beto Richa (Zé Maria).

O melhor momento para nós é o momento da eleição, pelo menos para mim. É o momento que você mede a temperatura do teu trabalho com o ser humano, que você mede se está agradando ou não está agradando...é onde você tem o balizamento de tudo o que você fez durante os 4 anos. Então eu fico ansioso. A gente larga quase tudo e vai encontrar o eleitor na rua, vai abraçar, vai pedir voto, vai se reunir com o eleitor, é muito gostoso. Para mim, o melhor momento da política é a eleição! Se tivesse uma eleição por ano seria melhor ainda. É a oportunidade de ter uma equipe, de dar emprego para as pessoas, é bem bacana, eu gosto!

Já me falaram, você é louco... eu fico tenso... eu não, pelo contrário... eu fico muito à vontade porque eu não dependo disso para viver... entendeu? Se eu perder uma eleição, reúno meus bens, volto para minha imobiliária, minha construtora, que eu não fechei, e sigo tocando... os filhos estão empregados, a mulher tem uma distribuidora de cosméticos... ninguém depende do vereador para viver... o que eu ganho aqui é meu... eu às vezes aplico, uma coisa aqui outra ali...compro um presentinho para um e outro mas não é tanto dinheiro assim... (Zé Maria)

Com uma rede de relacionamentos distribuída por associações civis que não sofrem disputa eleitoral acirrada, como as de moradores ou sindicatos, Zé Maria não vê a profissionalização da política como um problema. Também afirma não precisar do mandato para sobreviver, o que lhe daria mais autonomia.

Todo mundo acha que o vereador ganha rios de dinheiro. Não ganha, não. Aqui nesse município não se ganha. A minha campanha não é muito cara, em virtude desse trabalho que eu faço. Acho que foi o ano passado [para deputado estadual] foi R\$ 70 mil. Em reunião esses dias, calculando, esses vereadores que têm mandato vão gastar uns R\$ 100 mil reais. Quem tem mandato e mandato bom, né? Eu acredito que mais da metade (de 38, 20) voltam. Nós elegemos 20 dos 38, só 18 ficaram fora [falando de 2008, numa perspectiva de quem já tinha mandato] (Zé Maria).

Estamos imaginando que este ano [2012] a gente reeleja mediatamente 20, 23 vereadores, renovando 15... é ruim também ver um parceiro, um colega teu perder a eleição. Se você vir o levantamento dos últimos anos, perde quem não trabalha. Ninguém que trabalha muito perde, ninguém. Quem trabalhou tá dentro e tá muito bem votado. O público já sabe medir, né...tem uns que vem com muito dinheiro mas não teve trabalho (Zé Maria).

CONCLUSÃO

Na etapa final desta dissertação, cabe ressaltar as características do que já foi lido até aqui. Primeiro: esta obra não possui intenções normativas, pois apenas discute os problemas associados à forma como se dá, atualmente, a representação política. O texto não pretende uma intervenção técnica no sistema político, apesar de basear-se em alguns autores notadamente conhecidos por difundirem essa postura. Também não é um exemplo tradicional de explicação sistemática da realidade, apoiada somente num ou noutro campo teórico. Antes de ser um fim em si mesma, é um convite para que se atravesse o espelho deste amontoado de complexidades que orbitam a questão política no Brasil.

Patrimonialismo, coronelismo, clientelismo, patronagem, poder de agenda, conexão eleitoral, conversão de capitais em capital político, crise de paralisia decisória, multipartidarismo presidencialista, presidencialismo de coalização, federalismo, federalismo assimétrico, ultrapresidencialismo estadual, laços fortes e fracos, desempenho eleitoral, carreira eleitoral, distribuição orçamentária, empreiteiras, financiamento público de partidos políticos e campanhas eleitorais (ou privado, ou misto), corrupção. E a soberania do eleitor, existe? Em que grau? É possível haver uma autonomia relativa? Qual o componente determinante na decisão do voto? A ideologia? O volume de recursos utilizados pelo candidato? Relações de confiança? Difícil explicar, apesar de necessário — pois, uma vez concluído o processo de revisão teórica e pesquisa de campo, ainda há uma sensação de desconforto com o resultado. A ligação entre ambos parece uma conversa falada entre surdos, em que os tópicos tangenciam uns aos outros sem se comprometer. Faltam evidências para organizar este emaranhado de percepções válidas sobre a organização social do Brasil, refletida em seu espelho que é a representação política.

Ao partir de uma pergunta simples, formulada sobre o mecanismo de relacionamento dos candidatos com grupamentos de pessoas (redes sociais, associações civis e sistemas de confiança compartilhada, nos termos em que informa a teoria), parou-se diante de outras questões: instrumentos de coleta de dados, agendas de pesquisa, questiúnculas vitais para a visualização de partes do problema. Tudo transformado em sugestões, com as quais será encerrada a dissertação. Novas perguntas que são precedidas de meias-respostas, cuja função é

lançar esforços na busca das suas caras-metade, como se pressupõe que seja o trabalho científico. Uma resposta significa, somente, mais perguntas.

Baixa circulação das elites políticas

As relações de parentesco e poder são um componente fundamental para a aproximação sociológica da política, constituindo-se em um dos caminhos mais seguros na Câmara Municipal de Curitiba para um candidato que deseje iniciar a sua carreira eleitoral. Foi desta forma com o atual presidente da instituição, João Claudio Derosso, em 1988, e com os vereadores novatos Renata Bueno e Jonny Stica, vinte anos depois.

A teoria geral dos campos de Bourdieu mostrou-se capaz de lidar com esta situação, em que relações sociais impalpáveis durante a tecedura do voto são formalizadas na cabine de votação. O diálogo da pesquisa empírica com a teoria, contudo, aponta para a necessidade de ajustes no modelo de análise. Não é mais possível pressupor que o desempenho eleitoral é a soma simples do capital político oriundo da experiência partidária e do reconhecimento proveniente de outras áreas, como a ação social, a alta capacidade ao desempenhar uma tarefa (administrar uma empresa) ou a consequência de um aporte generoso de recursos na campanha eleitoral.

Não se trata de eliminar nenhum desses itens do procedimento de pesquisa, pelo contrário. O capital econômico continua determinando o desempenho eleitoral, assim como o capital cultural. Viu-se que a maioria dos candidatos conclui o ensino médio, mas quem é eleito possui majoritariamente o ensino superior concluído e patrimônio pessoal declarado acima dos R\$ 100 mil. A ideia de capital social, como desenhada por Miguel na análise do Congresso Nacional, por exemplo, também carece de complexidade. O estudo isolado da participação do político em associações civis não dá conta de variáveis secundárias fundamentais.

O aspecto geracional

Atestada a relação de parentesco, cabe observar as relações sociais advindas da convivência geracional. Candidatos da mesma “época política”, da mesma “geração”, as “novas lideranças”, podem relacionar-se como se família fossem — agindo em parcerias mais instrumentais que altruístas.

O desempenho do candidato da majoritária compõe as determinantes do desempenho eleitoral. A constatação mostra indícios de que os eleitores reconhecem diferentes espectros políticos, associando-os aos candidatos da proporcional. É o caso do grupo político constituído por Gustavo Fruet, cuja migração do PMDB ao PSDB, por exemplo, afetou profundamente as trajetórias eleitorais de Felipe Braga Côrtes, Omar Sabbag Filho e Celso Torquato. Sendo que este último, por exemplo, apresenta afinidade com o político desde as campanhas do pai, Maurício Fruet, destinando à ele mais fidelidade do que à legenda do momento. Em um ambiente de fragilização dos partidos políticos enquanto grupos coesos, cabe raciocinar que os próprios políticos transferem essa qualidade de grupamento às famílias e grupos geracionais a que pertencem, criando mecanismos de cooperação pautados pela gratidão e não por questões ideológicas.

A dominância do real x a conduta idealizada

A eleição em Curitiba é mais competitiva do que se imagina à primeira vista, com o resultado do pleito de 2008 sendo definido por apenas 52% da população do município. Esta oferta reduzida influencia na negociação de acordos de cooperação eleitoral entre os políticos e as lideranças comunitárias, pois estas tem aumentado o nível de exigência e de contrapartida para a cessão do apoio eleitoral.

Neste sentido, foram apuradas queixas de uma crescente mercantilização das lideranças locais. Utilizou-se frequentemente a expressão “cabos eleitorais pagos”. Existiriam aquelas pessoas que possuem “credibilidade” para um trabalho conjunto, outras não, decorrente dos eleitores que efetivamente orientar o voto (independente do mecanismo utilizado). Isto seria um dos fatores que provoca investimentos cada vez altos de quem aposta na conversão do capital econômico em capital político.

Os políticos citaram a compra de votos e a contratação de cabos eleitorais profissionais sem nominar quais candidatos utilizarm desta tática para obter mais votos — portanto, encobrindo os concorrentes na disputa eleitoral. Esta proteção no anonimato é característica e recorrente entre os entrevistados, que optaram por um discurso que distingue duas categorias diferentes de políticos: (1) eu próprio, que ajo dentro das regras e, portanto, discuto o sistema político objetivamente, apontando falhas e como corrigí-las para que as más condutas não se repitam; e (2) os outros, que atuam além dos limites demarcados pela legislação, por vezes abusando do valor econômico e da coerção psicológica.

Associada a esta demarcação entre o “eu” e “os outros”, está a leitura da conformação de um novo espaço político, ao qual os candidatos estão submetidos independentemente da sua vontade: o mercado da compra e venda de votos. A massificação do modelo empoderou cabos eleitorais, cujos mecanismos de transferência de capital político são procurados pelos candidatos na eleição. Portanto, em boa parte das vezes, o contato com o eleitor é mediado por essas pessoas, sem atrelamento partidário e especializadas em obter recursos de candidatos em épocas de campanha. Isto aumenta o custo da transação inicial, criando dificuldades aos candidatos.

Conforme depura-se dos relatos recolhidos, o “eu” sente-se coagido a participar do esquema alimentado pelos “outros”, pois é preciso eleger-se e os votos são escassos (apenas 53% da população em 2008) — mesmo que não participe, diferente do que fazem “os outros”. Oprimido pela dominância da realidade no espaço privado, o candidato vive um conflito permanente por ser moralmente obrigado a evocar a conduta idealizada no espaço público.

Repetidamente, durante as entrevistas, foram discutidas mudanças no sistema eleitoral para reduzir a dominância do capital econômico no resultado eleitoral, como forma de enfrentar essa situação — vivida majoritariamente pelos candidatos a vagas em eleições proporcionais de âmbito municipal, onde há a maior competição nominal pelos mesmos votos. O outro ponto amplamente debatido foi a centralidade dos meios de comunicação social na construção de uma trajetória política.

Com os custos de transação em alta, são formados consórcios de políticos para a manutenção das bases eleitorais, com a criação de “reservas de mercado”. O desenho mais comum é um vereador associado a um deputado estadual ou federal, podendo ocorrer outras combinações. Quando da primeira eleição, ficou claro entre os entrevistados certa experiência prévia, em maior ou menor grau, com campanhas políticas anteriores, próprias ou de outrem, nas quais eles foram submetidos às exigências do campo político.

Após essa iniciação e submissão ao campo político, cada um organizou a própria campanha da maneira que pôde, aglutinando estratégias e diversificando investimentos conforme as próprias possibilidades, adquiridas ao longo de suas histórias de vida e conformes aos papéis sociais por eles desempenhados. O militante político vale-se da estrutura partidária. O comerciante organizou agentes

com interesses parecidos com os seus em torno da obtenção de um mandato que atendesse as expectativas do grupo. O líder regional buscou apoio entre os amigos, família e vizinhos, posicionando-se diante do grupo como alguém capaz de intermediar necessidades e dar provimento às demandas da comunidade.

Naturalização do clientelismo sofisticado

Uma vez eleitos, alguns se ativeram às práticas de campanha, restringindo a própria atuação a fazer requerimentos à prefeitura pedindo melhorias de infraestrutura e legislando em causas próprias ao grupo que o elegeu, de forma a estimular e fidelizar o apoio obtido, com vistas a uma eventual reeleição. Outros optaram por não prestar atendimento social explícito, mas orientar quem os procurava a encaminhar-se aos órgãos competentes, atendendo a expectativa e redirecionando-a, não se tornando um fim em si próprio para todas as demandas. Ainda houve quem negasse essa prática distrital, dando maior importância às atividades legislativas e de fiscalização.

Note-se que, quando tomadas isoladas as fases acima dispostas, o procedimento adotado pelos políticos difere razoavelmente entre si, havendo diferenças mesmo entre quem adota práticas semelhantes. Porém, quando tomadas em conjunto as medidas adotadas, candidato a candidato, elas mostram uma coerência interna organizada pelos recursos que o político tinha quando lançou-se na empreitada eleitoral, em que se vê leves alterações de rota à medida que ele aprende a linguagem exigida pelo campo político que o contém.

Aos olhos de um observador externo, fica a impressão de que uma mudança no comportamento político em geral é facilmente orquestrada, desde que os agentes contidos nesse jogo alterem simultaneamente os parâmetros pelos quais organizam-se e, subseqüentemente, organizam aos demais — inclusive a população de quem dependem, dada a calendarização do pagamento (o ciclo de novas eleições, em que necessitam de novas aprovações da comunidade de eleitores) —, uma vez que são eles próprios quem detém o monopólio da produção de bens políticos.

Contudo, notou-se em boa parte das entrevistas um deslocamento dessa percepção. Para o político, não é ele que oferece serviços simplesmente, é a população que os procura e apresenta as suas demandas — as quais eles respondem e colecionam como troféus, símbolos de distinção da sua capacidade de agir politicamente.

Tal comportamento pode ser compreendido como uma tautologia velada, uma vez que não é a população que diz o que espera dos políticos, mas os próprios políticos que por meio das manifestações públicas demonstram ao povo o que ele pode exigir. É o político quem determina o campo político. A origem das práticas de desvio de conduta, em que a função do parlamentar dá lugar a de um assistente social enjambrado, parece partir da baixa compreensão da potencial mudança do campo político a partir de seus agentes — que enxergam o campo político como um conjunto de constrangimentos com lógica particular e externa ao seu raio de ação.

Ao encarar o jogo político como algo externo a si próprio, o vereador nega a sua condição de agente do campo, rendendo-se às práticas clientelistas. Este mecanismo de auto-negação leva à naturalização das ações de assistência social. Consciente ou não, esta manobra funciona como válvula de escape para eventuais questionamentos sobre a lisura dos mandatos, por exemplo, pois atenua o conflito entre o modelo vigente de ação parlamentar e a conduta idealizada que os mesmos parlamentares advogam quando inquiridos sobre o papel de um vereador, por exemplo, ou de como a política deveria ser vivida. A dominância do real nega a conduta idealizada, cujo existência poderia ser tanto falsa ou apenas ineficaz.

Essa suposição, contudo, careceria de nova pesquisa para ser melhor discutida. No nível de exploração a que se chegou nesta dissertação, resta afirmar que as relações sociais, o capital social enquanto componente do comportamento político, são vistas como um dos requisitos ao êxito eleitoral — e que é tratado como recurso, mercadologicamente, ao invés de um mecanismo de maior interação social, fonte de cooperação e fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: dilema institucional brasileiro. In: TAVARES, J. A. G. (Org.). **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Fundação Teotônio Vilela, 2003. Cap. 1. p. 22-98.

ABRUCIO, F. L. **Os barões da Federação – os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998. 253 págs.

_____. A reconstrução das funções governamentais no federalismo brasileiro. In: CARNEIRO, J. M. B.; HOFMEISTER, W. **Federalismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2011. 223 págs.

ALVES, M. T. G. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. **Dados**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2000, p. 187-225.

ARRUDA, M. A. N. A sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n.1, jun. 2010, p. 9-27.

AQUINO, J. A. As teorias de ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2000, p. 17-29.

BANCO DE DADOS ÀS CLARAS [online]. ONG Transparência Brasil com dados da Justiça Eleitoral. Disponível em: www.asclaras.org.br. Acesso em: 01 jul. 2011.

BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 63-74, fev. 2007.

BEZERRA, M. O. **Em nome das bases – política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. 275 págs.

BONFIM, W. L. de S.; SILVA, I. N. da. Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p.109-123, nov. 2003.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A estrutura invisível e seus efeitos. In _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 55-97.

_____. **O poder simbólico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 311 págs.

_____. **A distinção. Crítica social do julgamento**. 1ª ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560 págs.

_____. O capital social – notas provisórias. In _____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 65-69.

_____. Os três estados do capital cultural. In _____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 71-80.

_____. Reprodução cultural e reprodução social. In _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 295-336.

BROWN, T. F. **Theoretical Perspectives on Social Capital**. 1999. 14 págs. Disponível em <http://jhunix.hcf.jhu.edu/~tombrown/Econsoc/soccap.html>

BURT, R. **Second-hand Brokerage, evidence on the importance of local structure for managers, bankers and analysts**. Chicago: University of Chicago Graduate School of Business, 2006. 68 págs.

CAMARGO, A. Federalismo cooperativo e o princípio da subsidiariedade: notas sobre a experiência recente do Brasil e da Alemanha. In: CARNEIRO, J. M. B.; HOFMEISTER, W. **Federalismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2011. 223 págs.

CASTRO, I. Problemática qualitativa e quantitativa do 'capital social': uma exploração. **Iseg/Socius**, Lisboa, n. 03, jan. 2006. 33 págs.

CLARIDGE, T. **Social Capital Research**. [2006?]. Disponível em: < <http://www.socialcapitalresearch.com> > Acesso em: 26 jul. 2011.

COLEMAN, J. S. Social Capital IN _____, **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994. p. 300-324.

DEGENNE, A. Social capital: a theory of social structure and action. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 303-305, nov. 2004.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006, p.193-217.

DIAS, M. **A mentira das urnas – crônica sobre dinheiro e fraudes nas eleições**. Rio de Janeiro: Record, 2004.189 págs.

FERREIRA, L. N. O financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais no contexto da reforma política brasileira. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 91-110, jan./abr. 2011.

FLEURY, S. J. F. **Redes de proteção: incentivos, escolhas e comportamentos na política brasileira**. Belo Horizonte, 2009. 219 f. Tese - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

FUKUYAMA, F. Capital Social. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Org.) **A cultura importa**, Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 155-173.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 33-43.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Banco Mundial. jun. 2003. 73 págs.

INGLEHART, R. Cultura e democracia. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Org.) **A cultura importa**, Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 133-153.

KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2010, p. 79-98.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. 1999. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250.

LALLEMENT, M. O ponto de vista culturalista. IN _____, **História da ideias sociológicas – de Parsons aos contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 75-109.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1997. 440 págs.

LENOIR, R. O objeto sociológico e o problema social. In CHAMPAGNE, P; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LESSA, R. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, 2011, p. 17-60.

LIN, N. Building a network theory of social capital. **Connections**, Florida, n. 22, p. 28-51, 1999.

_____. Theory and research. In _____. **Social Capital: a theory of social structure and action**. Cambridge University Press: Cambridge, 2001. p. 1-11.

LUNDASEN, S. Podemos confiar nas medidas de confiança? **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 304-327, out. 2002.

MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28/29, p. 21-74, mai./jun. 1993.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

_____. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003a.

_____. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003b.

_____. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 238-258, jan/jun 2004a.

_____. Apresentação do dossiê Mídia e Política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 7-12, jun. 2004b.

_____. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, n. 01, p. 91-111, maio 2004c.

_____. Política em tempos de mídia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 197-200, jun. 2005.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p.157-161, [online] 2007.

MOREIRA, R. L. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 447 págs.

_____. (Org.) **A construção do Paraná moderno. Políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. 420 págs.

_____. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, n.18, Porto Alegre, jul/dez. 2007.

PAULA, C. Para diversificar o estudo da conexão eleitoral no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 1, n. 1, Curitiba, set. 2010, p. 118- 133. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/politica/article/view/18537/12087>. Acesso em 2 de julho de 2011.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia: problemas e práticas**, n. 33, 2000, p. 133-158.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: VVAA. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-253.

PUTNAM, R. D. Capital social e desempenho institucional In: _____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 9. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 173-193.

_____. The Strange Disappearance of Civic America. **The American Prospect**, n. 24, p. 1-13, 1996. Disponível em: [<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/strange.html>]. Acesso em 14.02.2011.

REHBEIN, M. P. **Curitiba, 50 anos de eleições municipais**. Curitiba, 2008. 403 págs. Dissertação (Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Artes e Letras. Universidade Federal do Paraná.

REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov. 2003.

SANTOS, B. S. Ciência e senso comum. In _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal, 2003. p. 31-69.

SANTOS, F. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.

SANTOS, W. G. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986. 195 págs.

SCHAWNDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006, p.193-217.

SILVA, C. A. S. Reforma Política e desenvolvimento em Hélio Jaguaribe. **CSONline**, Juiz de Fora, n. 2, p. 136-154, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/357/331>> Acesso em: 22 jun. 2011.

SILVEIRA, F. E. Pesquisas, enquetes e estudos eleitorais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 351-384, 2002.